fartar	fartado	farto
findar	findado	findo
frigir	frigido	frito
ganhar	ganhado	ganho
gastar	gastado	gasto
imprimir	imprimido	impresso
inserir	inserido	inserto
isentar	isentado	isento
juntar	juntado	junto
limpar	limpado	limpo
matar	matado	morto
pagar	pagado	pago
pasmar	pasmado	pasmo
pegar	pegado	pegó ([e] ou [ɛ])
prender	prendido	preso
revolver	revolvido	revolto
salvar	salvado	salvo
suspender	suspendido	suspenso
tingir	tingido	tinto

O uso fez o particípio regular permanecer com o traço categorial /+verbo/, enquanto o particípio irregular assumiu de vez o traço /+nome/, sendo empregados predominantemente como adjetivos. Assim, o emprego de uma ou outra forma vai ser condicionado, principalmente, pelo auxiliar:

auxiliar: TER/HAVER
VOZ: ATIVA
particípio: REGULAR

Ana tem pagado seus impostos em dia.
Dora havia gastado sua poupança naquela viagem.
Rita tinha ganhado um bom dinheiro traduzindo.
Até às 5 horas teremos imprimido as cópias.
A empresa tem suspendido a compra de dólares.

auxiliar: SER/ESTAR/FICAR
VOZ: PASSIVA
particípio: IRREGULAR

Meus impostos foram pagos em dia
A poupança de Dora foi gasta na viagem.
Esse dinheiro foi ganho com traduções.
As cópias já estavam impressas às 4 horas.
Ficam suspensas as compras de dólares

Uma pista para identificarmos se um particípio passado antecedido de auxiliar é /+verbo/ ou /+nome/ é a flexão: quando é /+verbo/, ele não se flexiona (tenho com-

prado); quando é /+nome/ recebe marcas de gênero e número e pode sofrer derivação de grau (*estou acabada*; *ficamos emocionadíssimas*). Uma vez que os verbos que atuam como auxiliares na formação da voz passiva também são verbos de ligação (ou copulativos), o nome que se segue a eles é um *predicativo* da mesma qualidade de *lindas* em *Júlia e Valentina são lindas.*

Isso vale para a língua de hoje, pois nem sempre foi assim, conforme vamos examinar mais adiante.

14.3.1 Particípios e hipercorreção

Como vamos ver no capítulo 21, o fenômeno da hipercorreção é causado em grande parte por um sentimento de *insegurança linguística*, insegurança provocada sobretudo pela opressão normativo-prescritiva e purista que caracteriza a nossa cultura linguística.

Um dos princípios da hipercorreção se traduz assim: "Existindo duas formas variantes A e B, a que for menos usual, menos intuitiva deve ser a mais correta". Por isso, um grande número de pessoas evita formações como tenho pagado, tinha gastado, tem entregado, tinha aceitado porque julgam que é "mais correto" ou "mais bonito" o uso dos particípios irregulares. É bom deixar claro, então, que esses compostos verbais são perfeitamente legítimos e que não é preciso evitá-los em favor do emprego dos particípios irregulares.

Coerentemente com esse princípio, muitas pessoas vêm empregando particípios irregulares inovadores formados por analogia com os particípios irregulares mais... regulares! Esses novos particípios — tinha chego, tinha trago, tinha mando — sofrem a perseguição e a condenação implacáveis das instâncias puristas. Os falantes urbanos mais letrados reconhecem a hipercorreção dessas formações e, embora eles mesmos usem os particípios irregulares em tempos verbais compostos ativos, *ainda* reagem desfavoravelmente a seu emprego. Por isso, na educação linguística, *ainda* é necessário alertar os aprendizes para que evitem o uso desses particípios irregulares, para que não sejam alvos de discriminação e zombaria.

Para quem se dedica profissionalmente à educação linguística, é preciso conhecer a história dos fenômenos linguísticos para não cair na tentação de se deixar levar pelos conceitos irracionais do "certo" e do "errado".

A respeito do particípio trago, por exemplo, é possível encontrar a seguinte afirmação na internet, assinada por um suposto professor que, ao contrário do que recomenda qualquer pedagogia minimamente comprometida com o bem dos estudantes, assim se expressa:

> Isso é uma asneira que é ouvida por aí entre alguns beócios. (http://www.professorquaresma.com/2009/06/tinha-trago-ou-tinha-trazido.html, acesso em 25 abr 2011)

Esse tom acusatório e autoritário, que denigre outros seres humanos, é típico do discurso purista que existe na cultura ocidental há milênios. Infelizmente, ele vem poluindo os meios de comunicação no Brasil nas últimas décadas.

14.3.2 O curioso caso de pego

Se mais acima escrevi e enfatizei duas vezes a palavra *ainda* é porque a consciência dos fenômenos de variação e mudança nos autoriza a supor que, a depender dos desdobramentos dos conflitos das forças sociais, talvez esses novos particípios irregulares, por pressão do uso, venham a ser integrados às variedades urbanas de prestígio e, a seguir, à norma-padrão prescritiva. Afinal, já existe um precedente: o do particípio pego.

No *Dicionário contemporâneo da língua portuguêsa*, mais conhecido como *Caldas Aulete*, em sua primeira edição brasileira, datada de 1958, encontramos o seguinte verbete:

> PÊGO, part. pop. bras. de pegar. [Só os incultos empregam êste têrmo.]

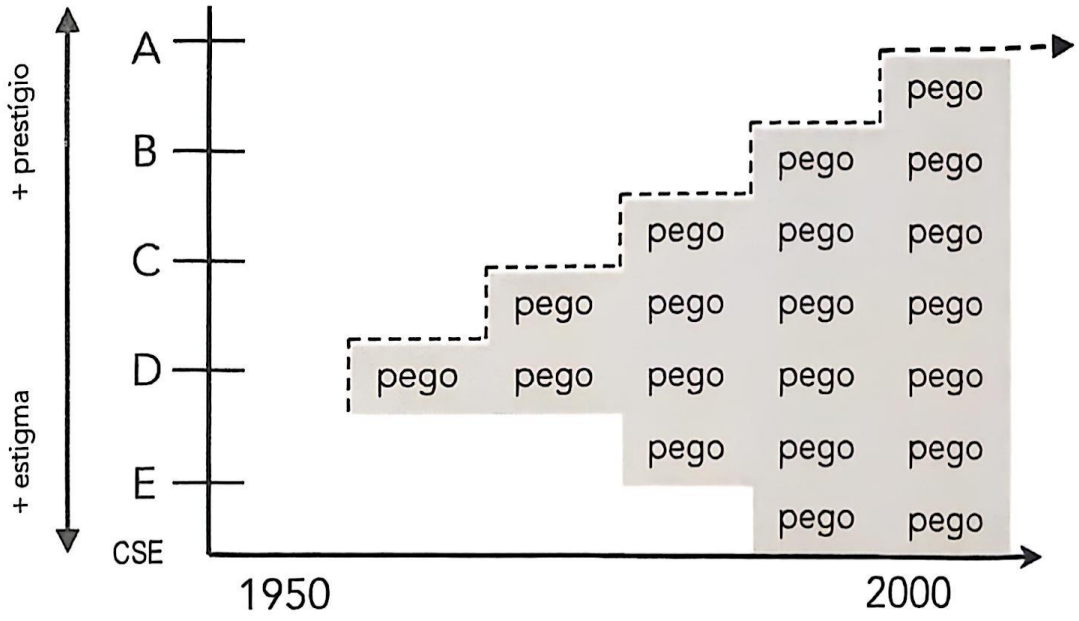
Observe-se que o adjetivo "incultos" nesse dicionário participa da mesma ordem de discurso dos "beócios" do sítio da internet citado mais acima.

Cinquenta anos depois, outro dicionário, o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, no verbete *pegar*, oferece a seguinte nota:

> pegar apresenta duplo part.: pegado, pego.

Enquanto em 1958 os elaboradores (brasileiros) do dicionário atribuíam o particípio *pego* aos "incultos", meio século depois o *Houaiss* registra a duplicidade de particípios, sem nenhum tipo de avaliação. Evidência palpável de que ninguém estranha mais o uso de *pego* — muito pelo contrário, hoje em dia as pessoas letradas evitam dizer *pegado*, pois consideram que essa forma é "errada". É um caso típico de *hipercorreção*.

Os estudos sociolinguísticos variacionistas têm demonstrado que muitas inovações linguísticas surgem — às vezes mesmo por hipercorreção — nas classes socioeconômicas médias baixas. Nessa fase, a inovação costuma ser repelida pelos falantes das classes superiores. Com o avanço do tempo, a forma inovadora vai subindo na escala social, propagando-se por todos os estratos da sociedade. Quando ela se instala de vez nos usos linguísticos das camadas mais privilegiadas, a reação negativa desaparece por completo, e a inovação pode até receber o *status* de regra gramatical normativa.



[Evolução da aceitação social de *pego* no PB (CSE = classe socioeconômica)]

14.4 Gramaticalização dos verbinominais

No quadro abaixo, identificamos as principais funções dos verbinominais em sua versatilidade morfossintática:

INFINITIVO	+verbo	• Proibido estacionar.	núcleo de sentença simples
		• Ele declarou aceitar a proposta.	núcleo de sentença subordinada (reduzida)
		• Mande Ana entrar.	núcleo de minissentença [XXX]
		• Acho que vou aceitar a sua proposta.	verbo principal de locução verbal
	+nome	• Está cada vez mais gostoso viver aqui.	substantivo: sujeito
		• Fácil de comprar, difícil de vender.	substantivo: complem. nominal preposicionado
		• Temos ainda uns problemas para resolver.	substantivo: adjunto nominal preposicionado
PARTICÍPIO	+verbo	• Apaixonado, eu?	núcleo de sentença simples
		• Ana não tem viajado muito.	verbo principal de tempo composto
		• Passado o carnaval, voltamos para Brasília.	núcleo de sentença subordinada (reduzida)
		• Eu acho a Ana muito folgada.	núcleo de minissentença [▸600]
	+nome	• Achado não é roubado.	substantivo: sujeito / adjetivo: predicativo
		• Ana tem dez anos de casada.	substantivo: adjunto nominal preposicionado
		• Ana, descontraída, ia feliz pela rua.	adjetivo: adjunto nominal

GERÚNDIO	+verbo	• Vamos nessa, pessoal, sambando!	núcleo de sentença simples
		• Ainda estou pensando na sua proposta.	verbo principal de tempo composto
		• Rosnando, o cachorro avançou sobre Ana.	núcleo de sentença subordinada (reduzida)
		• Ouvi uma criança chorando.	núcleo de minissentença [▸600]
	+nome	• Tire essa mancha com água fervendo.	adjetivo: adjunto nominal
		• Ana e Sílvia são minhas doutorandas.	substantivo: núcleo do predicativo
		• Ana chegou gargalhando.	advérbio: adjunto adverbial (depois de um verbo)

14.4.1 Nomes de uma vez por todas

Os processos de gramaticalização dos verbinominais ocorrem a todo momento nas nossas interações comunicativas, quando os empregamos ora como /+verbos/, ora como /+nomes/. Na história da língua, porém, alguns verbinominais do latim se bandearam de malas e bagagens para a classe dos nomes:

1. o particípio presente (acusativo: -ntem > -nte):

- uma corrente de água / água corrente
- um presente de Natal / não estávamos presentes
- o coro dos contentes / estamos todos muito contentes
- uma tarefa desafiante / os desafiantes se preparam para a luta
- o tenente / a estante / o poente / os entes queridos
- detergente / amaciante / desinfetante / desodorante / absorvente

2. o particípio futuro (acusativo: -urum > -uro):

- o futuro e as coisas futuras
- morituro / nascituro / venturo / vincituro

Parece ter havido um cruzamento da terminação -urum, do particípio futuro, com o sufixo latino -torium, formador de adjetivos com radicais verbais, resultando num sufixo português -douro/-doiro que permite a formação de

(i) substantivos que indicam local onde se realiza a ação expressa pelo radical do verbo:

- abatedouro / bebedouro / vertedouro / sumidouro / matadouro

(ii) adjetivos que denotam o futuro da ação expressa pelo radical do verbo:

- casadoira / duradouro / imorredouro / perecedouro / vindouro

(iii) o gerundivo (acusativo: -ndum > -ndo, idêntico ao gerúndio) era a forma passiva do gerúndio latino e funcionava como um "adjetivo verbal"; indica 'aquele/a que deve ser PART PASS'. Por exemplo, o nome próprio *Amanda* significa 'aquela que deve ser amada', assim como *Miranda*, 'aquela que deve ser (ad)mirada' etc. Herdamos alguns nomes provenientes do gerundivo latino e também empregamos a terminação -ndo para formar nomes que expressam 'que deve ser PART PASS' ou 'que está para ser PART PASS', como em formando ('que está para ser formado'). Exemplos:

- adendo / referendo / memorando / venerando / execrando

O plural dos gerundivos neutros terminava em -nda, e dele resultam palavras que hoje empregamos no singular feminino:

- agenda / fazenda / merenda / vivenda / legenda / prebenda

14.4.2 Gramaticalização do particípio passado

Mais acima dissemos que, em locuções verbais, era simples distinguir quando o particípio passado era /+verbo/ ou /+nome/ graças à presença de flexões de número e gênero, bem como de sufixos derivacionais de aumentativo, diminutivo e grau (*perdida, perdidas, perdidinhas, perdidonas, perdidíssimas*). Mas também alertamos que nem sempre foi assim.

Quando se formaram os tempos compostos na fase mais antiga da língua (na verdade, já no latim vulgar), o particípio passado era sentido como um adjetivo da mesma qualidade do que ocorria na voz passiva analítica:

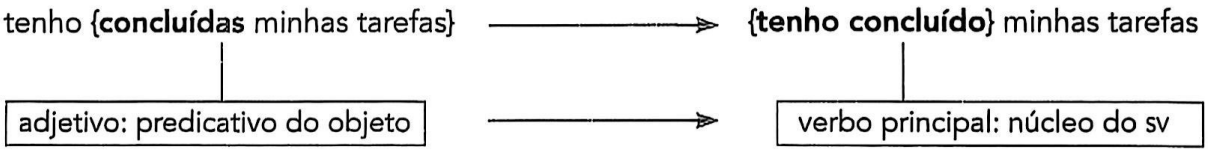
tenho minhas tarefas concluídas : : minhas tarefas foram concluídas

Esse caráter de adjetivo do particípio passado, mesmo acompanhado do auxiliar *ter*, aparece num samba de Paulinho da Viola, "Miudinho":

(11) Se eu soubesse
eu tinha me preparado
penteava meu cabelo,
tinha meu quarto arrumado

Aqui a dupla interpretação do particípio como /+verbo/ (tinha arrumado meu quarto) ou como /+adjetivo/ (tinha meu quarto arrumado) parece possível — o que se comprova se substituirmos *quarto* por *casa*: tinha arrumado minha casa /+verbo/ ou tinha minha casa arrumada /+adjetivo/. Parece que a inserção do objeto entre o auxiliar e o verbo principal gera essa "sensação" de que o particípio está mais para adjetivo do que para verbo.

Com o uso cada vez mais intenso dessas perífrases verbais, os falantes empreenderam uma reanálise delas:



Esse processo de gramaticalização total do particípio passado como verbo principal dos tempos compostos ainda não tinha ocorrido quando foram feitos os primeiros registros escritos do galego. Neles ainda encontramos o particípio passado concordando com o objeto direto:

(12) E pois que haviam feitas sas celas em esta guysa como vos digo [...] (Machado Filho, 2009: 54)
(13) Irmãao Jacobo, quando a nostro senhor prouguer que tu chegues a Jherusalem e houveres feytas tas orações polos logares sanctos [...] (*ibid.*, p. 68)
(14) Pois que todas estas cousas o homem boo houve ditas [...] (*ibid.*, p. 71)
(15) Nostro senhor ti dê boo galardõ pola mercee que has feyta em mim. (*ibid.* p. 71)
(16) Senhor Deus, se tu tanta piedade has mostrada em mim [...] (*ibid.*, p. 79)

Com a gramaticalização concluída, os tempos compostos passaram a ser empregados também com os verbos transitivos indiretos e intransitivos, eliminando qualquer possibilidade de flexão do particípio passado:

(17) pelo que eu tenho acompanhado pelo que eu tenho lido há uma determinada há uma certa BURLA... a essas normas... (NURC/REC/131)
(18) não gosto muito de filme...muito triste não é comigo não ((risos))...eu tenho ido a teatro... [...] peças? olha nem sei viu? o que o que falar agora sobre peças TOdas as peças que eu tenho assistido eu tenho gostado... (NURC/SP/234)
(19) nós temos falado sobre a glândula mamária...ou seja...sobre a região mamária...propriamente dita... (NURC/SSA/049)

Outro aspecto interessante dos tempos compostos é que, no PB contemporâneo, o auxiliar mais amplamente usado é ter, ficando haver restrito a alguns gêneros falados ou escritos mais monitorados, sobretudo com o mais-que-perfeito composto do indicativo. A preponderância de ter se explica não só pela gradual extinção de haver em nossa língua (substituído por ter como verbo apresentacional [▶620]), mas também porque não é possível empregar haver em todos os tempos compostos, principalmente com o pretérito perfeito composto, decerto o tempo composto com maior frequência de uso: tenho ido / tem ido / temos ido, mas nunca *hei ido / há ido / havemos ido*, como se encontra nos textos arcaicos. No *corpus* do NURC-Brasil, por exemplo, só temos 6 ocorrências do auxiliar haver, todos formando o mais-que-perfeito composto do indicativo, contra nada menos do que 99 ocorrências do auxiliar ter, em todos os tempos compostos. Vale lembrar que o português é a única língua românica que usa o verbo ter como auxiliar na formação dos tempos compostos, uma vez que todas as demais usam o seu equivalente ao verbo *haver*.

14.5 O PARADOXAL INFINITIVO FLEXIONADO

Cada língua humana tem os seus *idiotismos*, isto é, formas e funções exclusivas dela, nascidas da atividade sociolinguística e sociocognitiva de seus falantes ao longo dos séculos. É comum ouvirmos louvores ao nosso ditongo -ão, que nenhuma outra língua conhecida até o momento apresenta — o curioso é que o mesmo louvor ufanista não é prestado ao ditongo -õe, que é tão exclusivamente nosso quanto -ão.

Outro motivo de orgulho para os falantes das principais línguas do grupo portugalego é o infinitivo pessoal ou infinitivo flexionado — "um dos privilégios mais invejáveis do nosso idioma", escreveu Rui Barbosa... Já dissemos que o próprio nome dessa forma verbinominal é uma contradição em termos, uma vez que os verbinominais são caracterizados precisamente pela ausência de marcas de tempo e pessoa. De onde veio essa nossa bizarrice que nos dá tanto orgulho?

Os historiadores da língua têm debatido a respeito da origem do infinitivo flexionado. Para alguns, ele seria herdeiro do *imperfeito do subjuntivo* latino, que não gerou em português o nosso imperfeito do subjuntivo — este é uma continuação do *mais-que-perfeito do subjuntivo* latino (*amavissem* > *amassem* > *[eu] amasse*). O imperfeito do subjuntivo latino se conjugava *amarem, amares, amaret, amaremus, amaretis, amarent* e, de fato, com as síncopes características das mudanças fonéticas ocorridas na língua teríamos *amar, amares, amar, amarmos, amardes, amarem*. Outros defendem a tese do cruzamento do infinitivo com o futuro do subjuntivo e, realmente, nos verbos regulares existe plena identidade de formas entre as duas conjugações: *para eu andar, quando eu andar; para eu vender, quando eu vender; para eu conseguir, quando eu conseguir*. Outros ainda acreditam que se trata de um uso "inculto" do infinitivo que avançou na escala social e se impôs a todos os falantes da língua. Por fim, há quem sugira que se trata simplesmente do infinitivo propriamente dito acrescido, na constituição do galego, das desinências número-pessoais encontradas em outros tempos verbais: *-ø, -s, -ø, -mos, -des, -m* — quando o *-r* do infinitivo não formava sílaba com a desinência era acrescentado um *-e*: *amares, amarem*, mas *amarmos* e *amardes* (mesmo recurso empregado na formação dos plurais de palavras terminadas em consoante: *luz, luzes*; *dor, dores*; *cônsul, cônsules* etc.).

14.5.1 Emprego do infinitivo flexionado

O caráter nebuloso da origem do infinitivo flexionado também se apresenta em seus usos. Vale a pena citar (ou citarmos?) as palavras de Cunha e Cintra (1985: 473-474):

> O emprego das formas flexionada e não flexionada do INFINITIVO é uma das questões mais controvertidas da sintaxe portuguesa. Numerosas têm sido as regras propostas pelos gramáticos para orientar com precisão o uso seletivo das duas formas. Quase todas, porém, submetidas a um exame mais acurado, revelaram-se insuficientes ou irreais.

Por isso, os autores prosseguem afirmando que não é possível falar de "regras", porém, bem mais, de *tendências* observadas no emprego do infinitivo flexionado. Essas tendências apresentadas por eles seriam usar o infinitivo flexionado nas seguintes situações:

1. **Com sujeito explícito:**
(20) justamente por nós não termos também condições...éh::financeiras...aqui em casa a gente não tem por hábito de fazer quatro cinco seis pratos não... (NURC/RJ/328)
(21) a minha opinião, é que as pessoas, ao, ao, ao ao comerem ou ao saborearem um prato fiquem sempre perguntando como é, como foi feito, sem que se distinga, ou possa se distinguir o tempero. (NURC/POA/291)

2. **Com sujeito implícito pela desinência verbal:**
(22) ele obedeceu a um ordenamento não escrito... das sociedades ocidentais... isso na realida:de... é um ensaio para futuramente... atendermos às normas jurídicas ao direito... (NURC/REC/337)
(23) ele já tá preocupado em como quimicamente resolver o problema das aranhas éh dando banhos especiais... ((risos)) ((rindo)) na cobertura pra nunca aparecerem... (NURC/REC/004)

3. **Para indeterminação do sujeito pela não-pessoa do plural:**
(24) éh: eu já presenciei esse negócio... e:... você encontra... naquele despacho que vai se você tiver... oportunidade de de:... ver jogarem uma panela de despacho dentro d'água... e se ela não for realmente colocada muito no fundo você... tiver oportunidade de ver o que vai ali dentro então você vai encontrar... bilhetes e mais bilhetes dentro... (NURC/REC/256)
(25) não mas eu li...quer dizer um projeto que eu vi acabarem inclusive naquele viaduto do rio Doce...agora não sei se depois muDAram qualquer coisa assim mas eu vi esse projeto inclusive porque nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando. (NURC/REC/005)

4. **Para enfatizar o estado de coisas expresso pelo verbo flexionado:**
(26) então a aula prática é muito mais interessante do que a aula. teórica...então eles têm condições realmente de verem muitos doentes...viu?... (NURC/SSA/231)
(27) A condução começou a ficar difícil, porque até então a gente andava no bonde, cada um sentadinho no banco, sem ter ninguém na frente. Depois começaram as pessoas a sentarem entre os bancos, ficarem na frente, dificultando. (NURC/RJ/140)

Um fator que favorece quase categoricamente o emprego do infinitivo flexionado é a presença da preposição para introduzindo a sentença reduzida. Uma grande porcentagem dos infinitivos flexionados que ocorrem no *corpus* NURC-Brasil resulta das ocorrências dessa construção:

(28) isso na realida:de... é um ensaio para futuramente... atendermos às normas jurídicas ao direito... (NURC/REC/337)
(29) para separar...os elementos...para nós situarmos melhor...os elementos [...] para vocês não esquecerem...não incluírem...o/ a traqueia... dentre os elementos encontrados no mediastino anterior [...] (NURC/SSA/049)
(30) as indústrias mais voltadas como o Pierre Jorge diz, voltadas como defesa, para estarem sempre como defesa. (NURC/RJ/379)

14.6 *Para mim* + infinitivo

Um exemplo muito interessante de traço descontínuo [▶105] que aos poucos vai ganhando um uso mais amplo entre os falantes urbanos escolarizados é a construção

para mim + INFINITIVO. Principalmente, mas não só, na cidade de São Paulo, onde ela ocorre tranquilamente na fala de advogados, engenheiros, médicos, empresários e professores, incluindo os de língua portuguesa. Já em 1872, em seu romance *Inocência*, o Visconde de Taunay faz um de seus personagens dizer coisas como:

(31) Agora, amigo meu, disse o moço depois de pequena pausa, estou às suas ordens; podemos ver a sua doentinha e aproveitar a parada da febre para mim atalhá-la de pronto. Em tais casos, não gosto de adiantamentos. [cap. IV]

(32) Sim... certo tropeiro... mandou ordem para mim cobrar... de um parente uma bolada... Também eu tinha que... pagar outra pessoa... que.. [cap. XIV]

(33) Se alguém viesse agora e nos visse, eu morria de vergonha. Sr. Cirino, deixe-me ... vá-se embora! ... o Sr. me atirou algum quebranto... aquela sua mezinha tinha alguma erva para mim tomar... e me virar o juízo... [cap. XIX]

E em nota de rodapé, diz o autor: "É este erro comum no interior de todo o Brasil, sobretudo na província de São Paulo, onde pessoas até ilustradas nele incorrem com frequência". Ora, se a construção aparece na escrita literária em 1872, é correto supor que ela já vinha sendo usada na fala desde muito tempo antes, a ponto de merecer o registro do escritor. E a observação de que "pessoas até ilustradas nele incorrem" nos ajuda a compreender, historicamente, a ampla utilização dessa construção sintática entre os paulistas mais letrados de hoje. Poderíamos então dizer que para mim + infinitivo está a meio caminho de se tornar um traço gradual [▶105] e de, em breve, não provocar mais a rejeição dos falantes urbanos mais letrados, que se queixam de que ela lhes "dói no ouvido". É claro que essa dor só é sentida porque alguém, algum dia, provavelmente em sala de aula, frisou o caráter "errado" da construção — afinal, esses mesmos falantes letrados usam diversas construções não referendadas pela tradição gramatical sem se queixar de dor alguma...

14.6.1 Explicações para essa construção

Não vamos apelar para argumentos preconceituosos que atribuem a sintaxe para mim + infinitivo à ignorância ou ao descaso dos brasileiros pela língua — não vamos, portanto, afirmar, como fez em certa ocasião um jornalista, que "só índio fala *pra mim fazer*". Os índios brasileiros que falam português aprenderam a língua na forma das variedades rurais mais estigmatizadas, de modo que eles não têm "culpa" nenhuma na ocorrência dessa sintaxe — como também não cabe responsabilizar os falantes rurais e rurbanos pelo surgimento dela. Muito pelo contrário, o processo de surgimento dessa sintaxe revela o alto poder de processamento da língua pelo falante comum.

Uma primeira explicação possível para o surgimento desse emprego de *mim* como sujeito de infinitivo é a do cruzamento: duas construções se fundem numa só que sintetiza a sintaxe-semântica-pragmática de ambas:

a. O ilustrador trouxe uns desenhos para mim.

----------➢ ab. O ilustrador trouxe uns desenhos para mim examinar.

b. O ilustrador trouxe uns desenhos para eu examinar.

A construção resultante do cruzamento permite dizer duas coisas de uma vez só, representando portanto um ganho funcional, uma comunicação mais eficiente: o ilustrador não só trouxe os desenhos para mim, como também trouxe eles para eu examinar. É a figura de linguagem tradicionalmente conhecida como braquilogia (do grego *brakhys*, 'curto, breve, reduzido'). A braquilogia é de uso frequente e já bem enraizado na língua, sempre com vistas ao ganho funcional mencionado, e se vale muitas vezes da elipse (apagamento de algum elemento antes referido):

(34) Ana chorou [*de tal modo*] que nem uma criança [*choraria tanto*].
(35) Quero um carro novo melhor [*do que o antigo*] ou tão bom quanto o antigo.
(36) O cão, nervoso, entrava [*em casa*] e saía de casa sem parar.

Algumas braquilogias se gramaticalizaram em estruturas fixas, fazendo desaparecer do uso comum uma ou ambas as construções que se cruzaram:

a. A chuva fez com o morro que desmoronasse.

----------➢ ab. A chuva fez com que o morro desmoronasse.

b. A chuva fez que o morro desmoronasse.

a. Vamos fazer conta que somos turistas.

----------➢ ab. Vamos fazer de conta que somos turistas.

b. Vamos nos fazer de turistas.

a. Caso você queira mais informações, liga para mim.

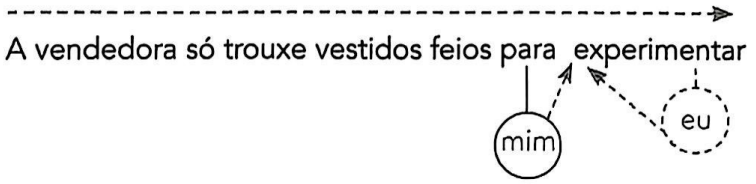
----------➢ ab. Se caso você quiser mais informações, liga para mim

b. Se acaso você quiser mais informações, liga para mim.

A construção para mim + infinitivo, portanto, está longe de ser uma aberração ou sinal de ignorância: pelo contrário, revela a habilidade sociocognitiva que nos permite dizer duas coisas de uma vez só. Observe-se também que, sendo mim uma forma tônica (ao contrário, por exemplo, de me, que é átona), seu emprego acentua ainda mais a intenção de enunciar que se trata de algo *para mim* e não para outra pessoa.

Além dos ganhos comunicativos obtidos pela sintaxe braquilógica, a ocorrência do clítico oblíquo mim é favorecida, obviamente, pela preposição para, que rege formas oblíquas. Como organizamos (metaforicamente) nossa fala numa linha que corre da esquerda para a direita, tendemos a fazer a concordância entre elementos

dispostos nessa direção e não na direção inversa. O verbo habilitaria um sujeito no caso reto (eu), mas por estar *depois* da vaga destinada ao sujeito, perde seu poder de atribuição de caso para a preposição:



Ou seja, tal como na brincadeira da dança das cadeiras, senta-se no lugar do sujeito o índice de pessoa que chegar primeiro, ainda que seja oblíquo.

Por fim, é também possível explicar essa sintaxe como a generalização da possibilidade de deslocamento do sintagma para mim em sentenças em que aparece um infinitivo. Observe:

(37) seria eu acho que mais mais agradável pra mim olhar o meu jardim e me servir nas refeições de frutas e verduras apanhadas na minha granja ou na minha fazenda. (NURC/REC/156)

À primeira vista, poderia parecer uma sintaxe de *para mim* + INFINITIVO, mas a possibilidade de deslocar *para mim* ao longo do enunciado nos prova que não é o caso:

(38a) seria pra mim mais agradável olhar o meu jardim e me servir nas refeições de frutas e verduras apanhadas na minha granja ou na minha fazenda
(38b) pra mim seria mais agradável olhar o meu jardim e me servir nas refeições de frutas e verduras apanhadas na minha granja ou na minha fazenda
(38c) seria mais agradável olhar pra mim o meu jardim e me servir nas refeições de frutas e verduras apanhadas na minha granja ou na minha fazenda

Nesses casos, é evidente que pra mim significa 'na minha opinião', 'no que me diz respeito', e atua como um advérbio que tem por escopo todo o enunciado — o valor adverbial do sintagma se evidencia se, por exemplo, o substituirmos por *de fato, sem dúvida, com certeza* etc.

Os infinitivos são o núcleo do sujeito da sentença, ou seja, atuam aqui como /+nome/:

olhar o meu jardim e me servir nas refeições de frutas e verduras apanhadas na minha granja ou na minha fazenda	seria	mais agradável	para mim
SUJEITO	VERBO	PREDICATIVO	ADJ ADVERB

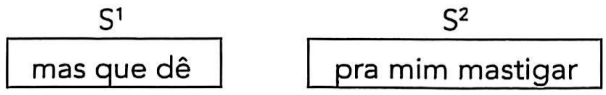
Agora observe o que acontece neste outro enunciado:

(39) Se eu tomar um prato de sopa, ela pode ser muito substanciosa, mas eu sinto vazio. Eu por exemplo, eu pra me sentir bem após uma refeição em que conste a sopa, eu sou obrigado a mastigar qualquer coisa. Aí pode ser pouquinha, pouquíssima coisa, mas que dê pra mim mastigar, porque se eu não mastigar, eu sinto vazio. (NURC/RJ/080)

Aqui, os deslocamentos de *pra mim* são, no mínimo, improváveis, quando não impossíveis:

(40a) *pra mim mas que dê mastigar
(40b) * mas pra mim que dê mastigar
(40c) *mas que pra mim dê mastigar
(40d) *mas que dê mastigar pra mim

Nesse caso, é impossível separar pra mim do verbo, uma vez que mim agora é o sujeito do infinitivo — infinitivo que, portanto, atua aqui como /+verbo/. Enquanto antes tínhamos uma única sentença, agora temos duas:



Apesar de não ser permitido o deslocamento de pra mim nesse caso, podemos sugerir que houve uma generalização da possibilidade desse deslocamento por influência do outro tipo de sentença em que pra mim é advérbio e, portanto, passível de deslocamento.

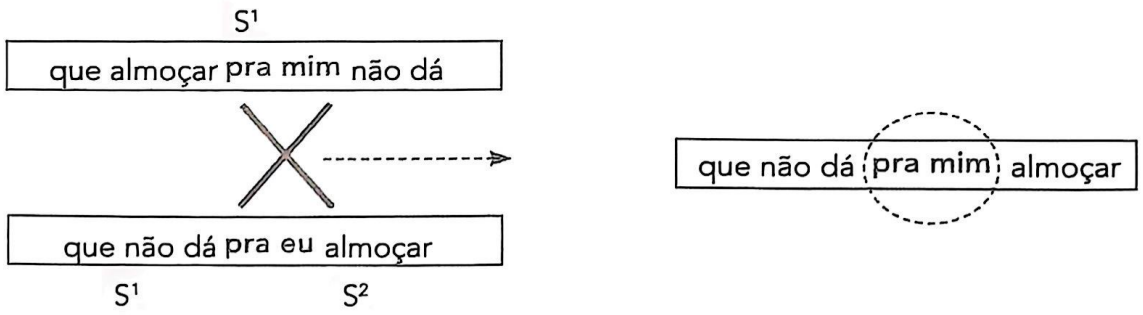
Como vimos acima, essas construções permitem dizer duas coisas ao mesmo tempo. Em outro inquérito do NURC/Rio encontramos:

(41a) Por exemplo, às quartas-feiras, que não dá pra mim almoçar, minha comida é meia esquisita. (NURC/RJ/104)

Aqui já não temos tanta certeza da impossibilidade do deslocamento de pra mim, pois seria possível reorganizar a(s) sentença(s) em:

(41b) Por exemplo, às quartas-feiras, que almoçar pra mim não dá...

Nessa reorganização, mesmo reconhecendo que é pouco usual, o infinitivo *almoçar* é /+nome/ e sujeito de *dá*. No entanto, na sintaxe escolhida pelo falante, a interpretação de *mim* como sujeito do infinitivo é a que mais "salta aos ouvidos" (já que se trata de texto falado). De novo, parece que a braquilogia pode ser convocada aqui também:

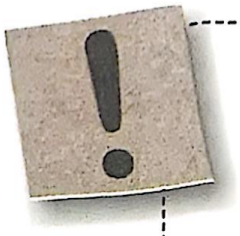


Como é fácil concluir, e repetindo o que já foi dito antes nesta obra, os falantes são os melhores gramáticos que existem, pois realizam complexas operações linguístico-cognitivas, obtêm excelentes resultados, e tudo isso de maneira inconsciente, intui-

tiva. Definitivamente, não dá para falar de ignorância — a não ser a ignorância autoritária dos que pretendem restringir os usos da língua, emprobrecê-los e engessá-los.

Cabe registrar, por fim, que nas variedades linguísticas onde se emprega com maior frequência o índice de pessoa tu (Maranhão, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul etc.), também ocorre a forma para ti + infinitivo, perfeitamente coerente com a regra de braquilogia exposta acima:

(42) Coisas para ti fazer quando está entediado (http://quediverrrr.blogspot.com/2010/12/coisas-para-ti-fazer-quando-esta.html, acesso 29 abr 2011)



Ninguém precisa ensinar os alunos e as alunas a empregar para mim + infinitivo porque essa construção já está perfeitamente gramaticalizada em sua variedade linguística, seja ela de origem rural, rurbana ou mesmo urbana. Vale dizer que essa sintaxe já é uma regra do português brasileiro e, como vimos nos exemplos do romance de Taunay, muito antiga (no mínimo duzentos anos). Por outro lado, a forma normatizada para eu + infinitivo deve, sim, ser explicitamente ensinada como *algo que os alunos e as alunas ainda não sabem* — e ensinar o que uma pessoa não sabe é a função da escola. Não se trata, porém, de instigar os aprendizes a substituir uma forma pela outra, mas simplesmente de levá-los a conhecer a sintaxe prescrita pela TGP e a reconhecer as ocasiões em que ela deve ou pode ser usada, *se eles julgarem que for o caso.*

Também é imperioso chamar a atenção para um fato inegável: as professoras e os professores do ensino fundamental e médio provêm cada vez mais das classes socioeconômicas C, D e E, onde a sintaxe para mim + INFINITIVO é regra categórica. Com isso, é provável que o velho e inútil refrão "mim não faz nada" perca todo o sentido (se é que jamais teve algum) e não sirva mais de ordem de comando para a perseguição dessa sintaxe. O grande afluxo dessas pessoas para o magistério sem dúvida terá interessantes consequências linguísticas que só a próxima geração será capaz de avaliar e analisar. Por ora, não dá para mim antecipar nada.

14.7 *De* o + infinitivo ou *do* + infinitivo?

Logo de saída, quero responder a pergunta acima dizendo: tanto faz! A perseguição empreendida pelos puristas à contração da preposição de com o determinante que

se segue a ela (artigo, demonstrativo, quantificador etc.) é fruto, mais uma vez, de uma análise dogmática dos fenômenos linguísticos, como essa aqui:

> De a, de o, de ele, de aquele. Não se faz a contração da preposição com o artigo quando este é parte do sujeito, nem da preposição com o pronome se ele funciona como sujeito ou o determina. Assim, eis os exemplos corretos: *Apesar de o* (e não *do*) *presidente ter dito a verdade, ninguém acreditou nele.* [...] **Observação**: Há gramáticos que aceitam essa contração; o **Estado**, porém, segue a norma da língua. (O Estado de S. Paulo, *Manual de redação e estilo*, p. 85)

Uma das características da ideologia purista é a atitude de se contrapor, sem nenhum argumento sólido, até mesmo aos gramáticos normativos, que dedicam a vida ao estudo da história da língua, da tradição literária, da filologia etc. Essa mesma ideologia invoca uma entidade mítica, "a norma da língua", sem dizer o que é e desprezando o fato de que são precisamente os gramáticos *normativos* que estabelecem essa norma.

Essa "norma da língua" é tomada como uma coisa eterna e imutável – o uso do artigo definido, "*a* norma", cria a ilusão de que só existe *uma* norma de uso da língua, quando qualquer um que já tenha tido um contato mínimo com a ciência linguística sabe que toda e qualquer língua é heterogênea por natureza, múltipla, variável e mutante, e que cada grupo social, cada região geográfica, cada época histórica, cada faixa etária etc. apresenta suas diversas normas de uso, plurais e em constante transformação.

É muito fácil imaginar por que os falantes da língua não separam a preposição *de* dos artigos (*o, a, os, as*) e dos pronomes (*ele, ela, este, aquele* etc.) em casos de sujeito de infinitivo – simplesmente porque soa estranho, parece errado. Se o tempo todo nós dizemos do, da, dos, das, dele, dela, deles, delas, desse, dessa etc., dizer "de o", "de a", "de elas" etc. parece de um extremo artificialismo, um exagero de correção.

A diferença entre a manifestação, essencialmente purista, do *Manual* citado e a atitude, bem mais razoável, dos bons gramáticos fica patente quando se lê, por exemplo, esse trecho da *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra (1985: p. 203):

> Quando a preposição que antecede o artigo está relacionada com o verbo, e não com o substantivo que o artigo introduz, é aconselhável que os dois elementos fiquem separados, embora não faltem exemplos de sua aglutinação na prática dos melhores escritores.

Uma análise ainda mais detida e bem argumentada acerca da contração da preposição com o determinante se encontra na gramática de Bechara (1999) Lá, na p. 536, ele escreve:

> A preposição pode-se combinar com o núcleo do sujeito. Assim, diremos:
> *É tempo DE ELE sair*
> ou
> *É tempo DELE sair.*
> Alguns gramáticos não aceitam a combinação apontada sob o pretexto de que o sujeito "não pode vir regido de preposição"; *não se trata aqui, entretanto, de regência preposicional de su-*

> *jeito, mas do contato de duas palavras que, por hábito e por eufonia, costumam ser incorporadas na pronúncia.* [...] O que a lição dos fatos nos permite ensinar é que ambas as construções são corretas, segundo nos atestam as seguintes passagens que não se podem dar como errôneas ou descuidos de revisão [...]. [grifos do autor]

E prossegue a discussão, apresentando vários trechos de autores consagrados, entre os quais gramáticos e filólogos (Alexandre Herculano, Augusto Rebelo da Silva, Antônio Feliciano de Castilho, Epifânio Dias e ninguém menos do que Rui Barbosa), em que aparece a preposição combinada com o artigo.

Felizmente, "a norma da língua", ou melhor, o uso real (múltiplo, variável, híbrido) da língua pelos falantes não depende da vontade de nenhuma pessoa ou instituição isolada – ele se renova o tempo todo, ao sabor das transformações que afetam a vida social dos falantes da língua e, por conseguinte, a própria língua. E a melhor prova disso está no fato dos próprios redatores que trabalham no jornal O *Estado de S. Paulo* não seguirem "a norma da língua" que seu manual de redação prescreve (acessos em 27 abr 2011):

(43) O Exército da Costa do Marfim consiste de antigos rebeldes da guerra civil de 2002-2003 e esses soldados têm uma longa história de rivalidade contra o Invisible Commando, apesar dos dois grupos se oporem a Gbagbo.

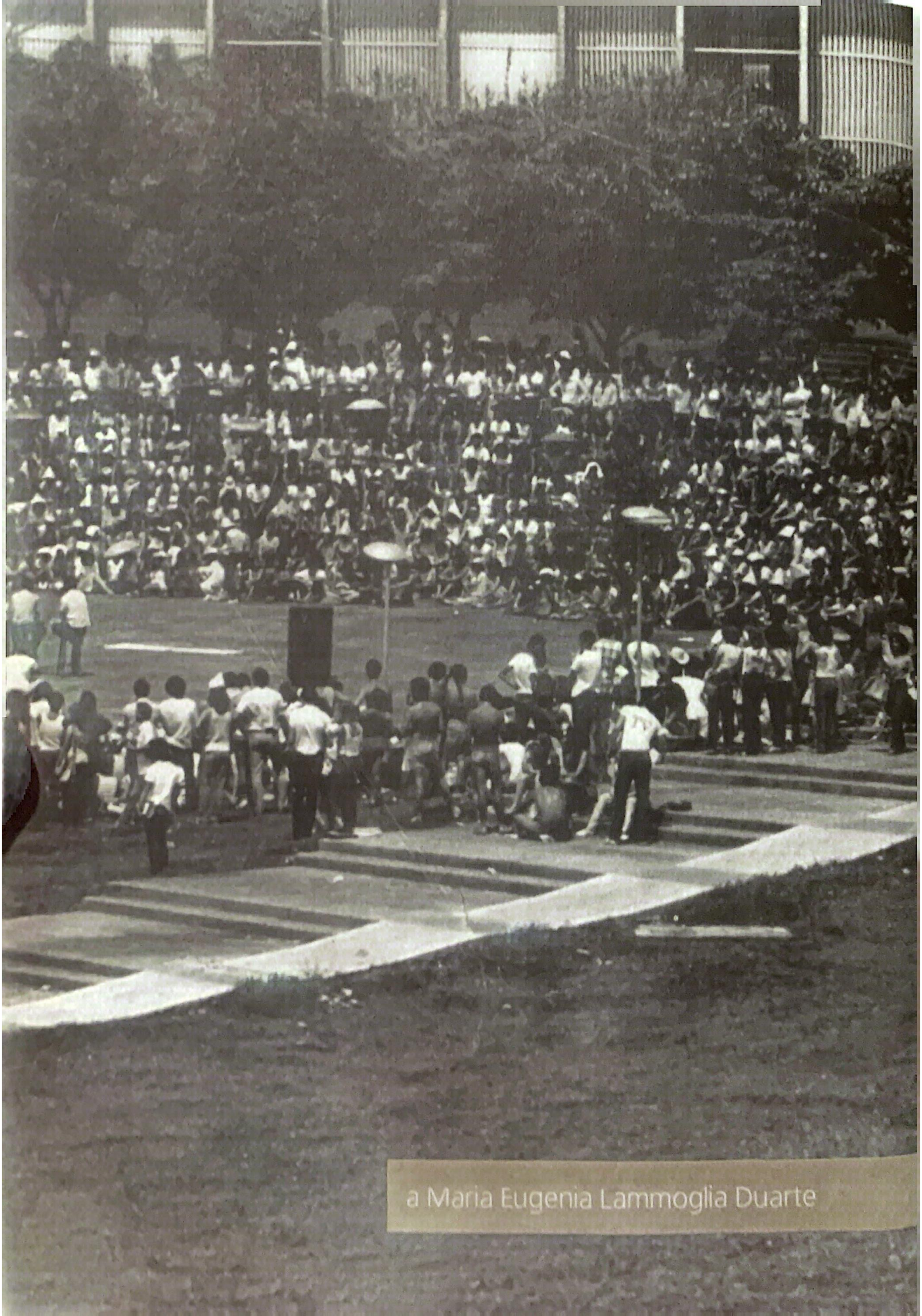
(44) A Petrobrás está com o cronograma apertado para poder cumprir sua meta de produção este ano, estimam analistas do setor. Apesar dos dados de produção da companhia já divulgados abrangerem apenas os três primeiros meses do ano, analistas estimam que a companhia teria que manter uma média de 2,12 milhões de barris por dia entre abril e dezembro para atingir a meta de média diária em 2011, de 2,1 milhões de barris.

(45) Em 2010, 50,7% dos empreendedores brasileiros eram homens e 49,3%, mulheres. Apesar dessa relação ter diminuído em relação a 2009 (quando era de 47% homens e 53% mulheres), o Brasil é o segundo país onde as mulheres mais empreendem, perdendo apenas para Gana.

(46) O diretor da ANTT disse acreditar que há condições de pelo menos três consórcios participarem do leilão marcado para 29 de julho, com data prevista para entrega das propostas até 11 de julho. "Mas se tiver um consórcio já está bom", afirmou. Ele descarta a possibilidade do leilão ser mais uma vez adiado.

(47) "Pode ser um pouco prematuro falar sobre juros mais altos", disse Jay Leupp, presidente e gerente de carteiras de investimento da Grubb & Ellis AGA Mutual Funds. "Há comentários sobre a possibilidade do Fed começar a reduzir seu suporte à economia, mas ainda não há acordo a respeito desse assunto no próprio Fed", acrescentou.

É perfeitamente lícito, portanto, fazer a contração da preposição de com os determinantes (principalmente os artigos) diante de infinitivos.



a Maria Eugenia Lammoglia Duarte

15

questões pessoais

os índices de pessoa

15.0 Quem é quem no discurso?

Já explicamos em [▶462] por que decidimos não considerar os *pronomes* como uma classe gramatical, mas sim como uma *função* que palavras de diferentes classes podem exercer: a função anafórica, isto é, de retomada/substituição de algum elemento anteriormente mencionado.

Por isso, seguindo a tese de Benveniste, que também já sintetizamos em [▶462], vamos empregar a termi-

nologia índices de pessoa (doravante IP) para nos referirmos a uma categoria muito especial de palavras da língua — aliás, não só essencial como fundamental e universal, pois é impossível imaginar uma língua em que as pessoas do discurso não existam.

A língua, como afirma Volóshinov [▶58], é intrinsecamente dialógica: todo evento comunicativo realizado por meio da linguagem verbal é um diálogo, uma interação entre pessoas que se alternam nos papéis de locutor, aquele que fala (da raiz latina locu-, 'falar, exprimir-se', decerto aparentada ao grego lógos, 'linguagem; razão'), e de alocutor (aquele a quem se fala) — mais do que uma alternância, essa troca de papéis é muitas vezes uma disputa, uma batalha pelo poder dizer, em que ocorrem, como em toda batalha, assaltos, pilhagens, estratégias de conquista e manutenção da palavra etc. A "3ª pessoa" da tradição gramatical, que vamos chamar aqui de não-pessoa (doravante ÑP), pode ser referida como o delocutor (aquele de quem se fala). Por seu caráter eminentemente anafórico é que a ÑP fica mais à vontade na classe dos mostrativos, que vão ser estudados no próximo capítulo.

O dialogismo essencial da língua está presente mesmo quando se trata, por exemplo, de um texto escrito no qual, aparentemente, só existe o locutor (que, nesse caso, fala por escrito). Ora, todo texto escrito traz, explícita ou implicitamente, um alocutor virtual, uma plateia à qual o locutor-escritor se dirige, de modo a poder constituir sua própria fala/escrita. Uma visita a qualquer banca de revistas nos revela uma multiplicidade de publicações destinadas a públicos específicos: crianças, adolescentes, jovens adultos, mulheres de determinada faixa etária, pessoas de determinada etnia, praticantes de variados esportes, consumidores de toda faixa de renda, profissionais e/ou amadores de incontáveis áreas de conhecimento e de atividade prática e por aí vai... Quem escreve em cada uma dessas publicações tenta adequar seu discurso ao universo de alocutores virtuais aos quais a revista se destina.

Outras manifestações da língua são explicitamente dialógicas ao se dirigir explicitamente ao alocutor. É o caso da publicidade, que recorre principalmente aos imperativos verbais — *veja, leia, sinta, experimente, fale, conheça* etc. E mesmo num texto acadêmico o dialogismo não deixa de estar presente como quando, por exemplo, o autor usa a 1ª pessoa do plural para articular seu discurso (*vamos examinar esses aspectos mais detidamente na p. 123*) ou quando se dirige ao alocutor-leitor por meio de imperativos como *observe-se, vejamos, perceba-se, examine-se* etc.

No discurso, portanto, o jogo se faz sempre entre eu e você, entre locutor e alocutor, numa troca incessante de papéis em que os IP são lugares em que as duas pessoas se revezam. Por isso se diz que eu e você são formas *dêiticas* [▶462], porque elas apontam ora para uma pessoa, ora para a outra. Quando A está falando, ocupa o lugar do eu e atribui a B o lugar do você; a inversão é perfeita quando é B que está falando e se autodesigna como eu, aplicando a A o rótulo de você.

Mas o discurso não se faz no vazio, ele é sempre situado histórica e culturalmente, e sempre trata de um universo de referência onde cabe toda e qualquer coisa, de toda

e qualquer natureza, incluindo o nada, o nunca e o ninguém. Nesse universo de referência é que se situa a ÑP, trazida à cena do discurso como objeto da locução e nunca como agente dela, a não ser no discurso reportado (*Aí o Pedro virou e disse: "Eu não quero ir nessa festa!"*).

A adequação do uso do termo pessoa também se revela no fato de, na 1ª e na 2ª, serem realmente *pessoas*, seres humanos, que falam entre si. Quando não são seres humanos reais, são entes personificados, como ocorre nas fábulas em que os animais falam (a cigarra e a formiga), nas histórias infantis em que além dos animais também há objetos falantes (o espelho da madrasta de Branca de Neve), na mitologia (a serpente do Paraíso) e na publicidade (carros, bebidas, xampus etc.).

Por seu turno, no universo de referências dos interlocutores, existem seres humanos, mas existe absolutamente tudo o mais que podemos designar nos mundos real, virtual e mental. Por isso, algumas línguas distinguem pronomes de ÑP [+humanos] e pronomes de ÑP [–humanos], como o inglês, em que existe *he/she* para [+humanos] e *it* [–humanos]. No entanto, mesmo em inglês, alguns seres [–humanos] são retomados por *he* e *she*, como os animais de estimação, os navios e outros veículos (tratados por *she*), a natureza (*she*), um país (*she*) etc. Além disso, essa distinção se perde no plural, que é *they* para todos.

Em alemão existem três pronomes de ÑP: *er* (masc.), *sie* (fem.) e *es* (neutro). No entanto, como em alemão todos os substantivos têm um gênero arbitrariamente atribuído, os nomes são retomados anaforicamente pelo pronome que corresponde a seu gênero: *Löffel* ('colher'), por ser masculino, é retomado por *er*; *Gabel* ('garfo'), por ser feminino, é retomado por *sie*; e *Messer* ('faca'), por ser neutro, é retomado por *es*. Mas, assim como no inglês, o plural dos três pronomes é *sie*.

Retomando as estatísticas de Hagège (1982), apenas 24% das 754 línguas por ele analisadas apresentam formas próprias para a "3ª pessoa", enquanto os demais 76% se valem de outros recursos para se referir a ela. E não é preciso buscar nenhuma língua "exótica" para se dar conta disso: o latim não apresentava pronomes de ÑP, que surgiram nas línguas românicas a partir dos demonstrativos latinos. Por outro lado, os IP são herança direta do latim e, mais remotamente ainda, do protoindo-europeu:

PI	LAT	PORT
*eǵoH	ego	eu
*me	me	me
*mébhi	mihi	mim
*nō˘s	nos	nós
*tū˘	tu	tu
*te'	te	te
*tébhi	tibi	ti
*wō˘s	uos	vós

Assim, quando dizemos nós, no Brasil do século XXI, estamos repetindo, com pouca variação, o que era dito por um povo que viveu há mais de quatro mil anos, nas estepes orientais da Europa e que, após várias ondas migratórias, espalhou sua língua por uma vasta região do planeta, da Irlanda até o sudoeste da China, passando pela Ásia Menor, pelo Irã e pela Índia. Mais tarde, seus descendentes levariam as línguas indo-europeias para mais longe ainda, desde o Polo Norte até o Polo Sul, desde a Nova Zelândia até de volta à Nova Zelândia, num giro total pelo globo, passando pela África e por todo o continente americano.

15.0.1 O que são clíticos?

Nas discussões que vamos empreender neste capítulo sobre os índices de pessoa, vai surgir a cada momento a palavra clítico, que já temos usado esporadicamente em outras partes da obra.

O verbo grego klínō significa 'inclinar; apoiar; fazer cair'. É fácil reconhecer nesse verbo grego uma semelhança com os verbos latinos clino, de-clino, in-clino etc. De fato, os dois verbos derivam de uma mesma raiz indo-europeia *klei-, com o sentido de 'inclinar'.

Do verbo grego se formou o adjetivo klitikós, adotado pela terminologia da linguística para designar um vocábulo átono que se apoia em outro antes ou depois dele para, juntos, constituírem um único grupo acentuado. Os clíticos podem ser de várias classes gramaticais e variam de língua para língua. São bem conhecidas as cliticizações que ocorrem em inglês (*I'm, you're, he's, don't, I've* etc.), em francês (*j'ai, je t'aime, d'une, d'eux* etc.) e em italiano (*l'uomo, m'ama, t'amo, l'acqua*).

No português europeu, que sofreu um enfraquecimento radical das vogais átonas, ocorrem clíticos ou formas cliticizadas como mo, to, lho (*dê-mo; dou-to; entregou-lho*), resultantes da fusão dos IP oblíquos me, te, lhe com o pronome de não-pessoa o/a/os/as — essas formas são totalmente desconhecidas do PB. Também a preposição de se cliticiza frequentemente à palavra seguinte: d'alguém, d'além, d'água, d'aquém, d'outro, d'agora, d'Antônio etc. O mesmo se dá com a preposição em, que assume a forma n- e se cliticiza em n'água, n'algum, n'outro, n'universo etc. No português europeu também ocorrem vint'anos, quarent'escolas, trint'homens etc. Muitas formas cliticizadas se gramaticalizaram e se tornaram palavras plenas: doravante, dantes, desde, destarte etc. E são bem conhecidas as contrações do/da/dos/das, no/na/nos/nas, dum/duma/duns/dumas, num/numa/nuns/numas, daí, daqui, donde, desse/dessa/disso, daquele/daquela/daquilo, nesse/naquele etc. Em algumas variedades rurais e rurbanas do PB, e mesmo na fala menos monitorada urbana, a preposição com pode perder sua nasalidade e se cliticizar com os artigos: c'o, co'a, c'os, co'as — contrações usuais na poesia clássica, empregadas por ra-

zões de métrica. Também conhecemos contrações ainda mais radicais como ca, cas, cum, cuma, cuns, cumas etc.

De acordo com o lugar em que o clítico apareça com relação à sua palavra de apoio existe toda uma terminologia linguística específica:

- apossínclise → quando algum elemento se interpõe entre o clítico e o verbo. É um fenômeno desconhecido no PB, mas que se encontra em textos clássicos. Um exemplo famoso é a coleção de comentários puristas reunidos pelo filólogo português Cândido de Figueiredo, no início do século XX, com o título O *que* se *não* deve *dizer*. Quando ocorre, a apossínclise se verifica com a inserção de advérbio negativo (*não, nunca, ninguém* etc.);
- díclise → quando dois clíticos ocorrem juntos, como nas já mencionadas contrações do português europeu mo, to, lho, ma, ta, lha, no-lo etc. A díclise é comum nas línguas românicas em geral, com a notável exceção do PB. Em italiano, por exemplo, temos *me lo, te lo, glielo* ('mo', 'to', 'lho'); em francês, *me le, te le, le lui* etc. ('mo', 'to', 'lho'); em espanhol, *me lo, te lo, se lo* ('mo', 'to', 'lho') etc.;
- ênclise → quando o clítico ocorre *depois* do verbo. O português europeu e o galego estão entre as únicas línguas românicas em que a ênclise é a colocação tida como geral, mais habitual. Em todas as demais línguas da família impera a próclise: quando nelas ocorre ênclise é em contextos muito específicos. Em italiano, por exemplo, os clíticos só ocorrem em ênclise com os verbinominais (*amarsi, amandomi, amatosi*) e no imperativo (*lásciammi*, 'me deixa!'). Em espanhol, também com os verbinominais (*amarse, amándose*, mas não com o particípio) e no imperativo (*déjame*, 'me deixa!'). Em francês, somente no imperativo: *lâche-moi*, 'me larga!'. Em inglês, a ênclise é a única colocação possível: *she loves him* ('ela ama ele'), *love me or leave me* ('me ame ou me deixe!'). No PB, a ênclise só é usada espontaneamente em fórmulas fixas (*danou-se, deixe-me ver, parece-me*) ou em textos falados e escritos submetidos à monitoração estilística e, muitas vezes, à hipercorreção — como nos anúncios que ouvimos em aeroportos: *Informamos que a aeronave que efetuará esse voo já encontra-se no solo...*
- endóclise → fenômeno extremamente raro, ocorre quando um ou mais clíticos se encaixam *dentro* (*endo-*) do radical, separando ele em dois pedaços. Os endoclíticos ocorrem na língua pashto, da família indo-euorpeia, falada no Afeganistão e no Paquistão. Um exemplo é o do verbo *buze*, 'pegar', que recebe endoclíticos como os seguintes:

- bu ba me nə ze
  bu ba me nə z -e
  pegar$_1$ futuro 1ª sing não pegar^2 2ª sing
  "Você não vai me pegar"

- mesóclise → quando o clítico ocorre entre o radical do verbo e as desinências de modo, tempo e pessoa. De fato, a mesóclise só pode ocorrer com verbos no futuro do indicativo e no futuro do pretérito/condicional. A razão é histórica e bem conhecida: esses dois tempos verbais resultaram da gramaticalização de locuções verbais usadas no período do latim vulgar: *falar hei* e *falar ia*. A mesóclise é, portanto, numa perspectiva diacrônica, simplesmente a ênclise de um IP ao infinitivo verbal: *falar-te hei*, *falar-te ia*. No PB, a mesóclise soa absolutamente estranha e até engraçada, quando não pedante. As grandes empresas jornalísticas já baniram há algum tempo a mesóclise de suas salas de redação. Uma fórmula fixa que ocorre em GTM é dir-se-ia. Por hipercorreção devida ao patrulhamento purista contra a próclise, muitas pessoas (legendadores de filmes, por exemplo) fazem ênclises (sobretudo em início de frase) como Falarei-te, Traria-lhe etc. A colocação natural seria a próclise: Te falarei, Lhe traria, mas diante da irracional proibição de iniciar sentença com clítico, e diante da estranheza da mesóclise, surgem essas formas híbridas que não correspondem nem à gramática intuitiva nem à gramática normativa... O galego não conhece a mesóclise: nessa língua, os IP oblíquos ocorrem em ênclise. Trata-se de uma conservação do que já existia nos primeiros registros escritos da língua, como no seguinte exemplo trecentista:

  (1) E digo-vos em verdade que nostro senhor nos parará ante sa tremedoyra seeda hu julgará-nos e nossas dignidades [...] (Machado Filho, 2009: 62)

  A mesóclise também atende pelo nome de tmese ('corte, divisão').

- monóclise → quando ocorre um só clítico antes ou depois do verbo (*me disseram*, *disseram-me*).
- próclise → quando o clítico ocorre *antes* do verbo. Conforme vamos ver mais adiante, a próclise ao verbo principal é a regra única de colocação dos clíticos no PB. A consciência e aceitação dessa regra nos dispensa de aprender as muitas regras e sub-regras que a TGP tenta nos impor, regras e sub-regras que correspondem à colocação natural dos clíticos no português europeu. Ora, como falamos uma língua diferente da dos portugueses, é prova de irracionalidade querer que sigamos artificialmente aquilo que para eles é espontâneo devido à fonética de sua própria língua.
- sínclise → é o nome geral para o fenômeno de inserção de um clítico na sentença.

15.1 Os índices da 1ª pessoa

Para a expressão da 1ª pessoa do discurso, o PB dispõe dos seguintes índices:

INDICADORES DA 1ª PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO									
SUJEITO		*OBJ. DIRETO*		*OBJETO INDIRETO*		*REFLEXIVO*		*COMPLEMENTO OBLÍQUO*	
sing.	plural	sing.	plur.	singular	plural	sing.	plur.	singular	plural
EU ME MIM	NÓS A GENTE	ME EU	NOS NÓS	ME A MIM PARA MIM PARA EU	NOS A NÓS PARA NÓS À GENTE PARA A GENTE	ME	NOS SE	MIM (COMIGO) EU	NÓS (CONOSCO) A GENTE

15.1.1 Sujeito

Na expressão do *sujeito*, podemos delinear as situações abaixo.

O pronome mais amplamente empregado no singular é, sem dúvida, eu.

Com os verbos sensitivos e causativos [▶594], o sujeito pode vir expresso pelo pronome me: *Ana não me deixa entrar na cozinha* — embora seja muito mais próprio do vernáculo brasileiro o uso da forma eu nesses casos: *Ana não deixa eu entrar na cozinha*.

A forma mim exerce a função de sujeito de verbos no infinitivo quando antecedida da preposição para: *A vendedora só trouxe vestido feio para mim experimentar.* Já nos dedicamos a essa construção em [▶729].

Para o sujeito plural, se verifica no PB contemporâneo uma concorrência entre nós e a gente, com ampla preferência pelo segundo IP. Pesquisas sociolinguísticas nos informam que nas faixas etárias mais jovens a forma nós é francamente minoritária. Na escola e nos livros didáticos, tenta se fazer uma distinção entre nós e a gente com base na variação estilística: nós ocorreria em contextos mais monitorados, enquanto a gente ocorreria em contextos menos monitorados. Essa tentativa de descrição é, de fato, uma *prescrição*. Mais uma vez, lembramos que a ascensão da "nova classe média" deve implicar em muitas mudanças nas variedades urbanas de prestígio. A conjugação de a gente com as formas verbais correspondentes a nós (*a gente falamos, a gente vamos*) é muito menos frequente do que supõem aqueles que usam essas formas como estereótipos para estigmatizar falantes com pouca instrução formal. No entanto, faz parte das variedades urbanas de prestígio a conjugação com as formas verbais de nós com referência ao sujeito a gente no prosseguimento do enunciado:

(2) nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce a gente tem que crescer também...mas em termos relativos estamos indo pra trás e é preciso denunciar isso e gritar. (NURC/REC/005)

(3) e então nós:: ficávamos jogando... aí que eu aprendi a jogar buRAco... e a gente gostou tanto que ficava todo o dia jogando... lembro que nós passamos no hotel... mas a gente não jogava a diNHEIRO nada... só assim na brincadeira... então passamos tinha umas velhas umas senhoras de mais idade e nos viram... sempre jogando... quando nós passamos elas disseram assim "essas viciAdas" ((risos)) como se a gente jogasse ah... muito... (NURC/POA/045)

Isso se explica pelo risco de interpretação equivocada do sujeito que se pode criar pelo uso das marcas de não-pessoa, sobretudo com verbos mais distantes do sujeito. Observe, no último exemplo acima, que a informante usa em sequência *a gente gostou ... ficava*, porque o segundo verbo está muito próximo do primeiro. Mas logo em seguida ela diz *a gente não jogava ... então passamos*, porque a distância entre os dois verbos é maior.

No *corpus* do NURC-Brasil, encontramos 311 ocorrências de a gente e 374 de nós. A diferença de percentual é de 54,59% de nós contra 45,41% de a gente. A predominância de nós se explica por diversas razões: a época em que as entrevistas foram colhidas (mais de trinta anos atrás), o perfil social dos entrevistados (todos com curso superior completo e, por conseguinte, com mais de 25 anos de idade), além da presença, no *corpus*, das chamadas *elocuções formais*, constituídas, todas elas, de aulas ministradas em universidades — situação em que o professor tende a monitorar mais sua fala e a evitar formas consideradas demasiado "informais" (o que não impede a presença também muito frequente de a gente nessas elocuções formais).

Quando esses fatores se alteram, também altera a relação estatística entre as duas formas de IP. A pesquisadora Nelize Pires de Omena há bom tempo vem se dedicando ao estudo desses dois IP na expressão da 1ª pessoa do plural. Ela tem verificado um aumento no emprego de a gente, diferenciado porém quanto ao contexto em que ocorre:

> O uso de *a gente* por *nós* avançou mais em alguns contextos do que em outros: predomina na função de adjunto adverbial — *com a gente* é bem mais frequente do que *conosco*, chegando a ser categórico entre as crianças. Na função de complemento e de sujeito, com taxas diferentes entre crianças e adultos, *a gente* predomina; há pouca incidência na função do adjunto adnominal — *da gente* —, com preferência para o pronome possessivo — *nosso(s), nossa(s)*. (Omena, 2003: 65)

Com base nos resultados obtidos pela autora, podemos montar o seguinte quadro:

GERAL				FAIXA ETÁRIA					ESCOLARIDADE				
a gente		nós		IDADE	a gente		nós		NÍVEL	a gente		nós	
				7-14	99	94%	6	6%					
				15-25	211	93%	16	7%	EF 1	395	80%	99	20%
768	79%	200	20%	26-49	208	83%	43	17%	EF 2	170	69%	78	31%
				50+	250	65%	135	35%	EM	203	79%	123	21%

Nessa amostra, que não inclui pessoas com nível superior de escolaridade e que foi realizada mais de 25 anos depois das coletas do NURC, a preponderância de a gente sobre nós é gritante. Entre os falantes de 7 a 25 anos, é possível dizer que o uso de

a gente é categórico, praticamente exclusivo. Com o aumento da idade, diminui a diferença entre os dois IP, mas ainda assim com a gente na liderança. Isso pode representar uma mudança linguística ocorrendo nesta nossa geração. Ainda é cedo para prever a extinção de nós, mas se seu companheiro vós desapareceu da face da Terra, tudo pode acontecer.

Conforme acontece com elementos que se gramaticalizam, a gente vem sofrendo erosão fonética, sendo pronunciado como [a'hẽt] em diversas regiões brasileiras.

Também é frequentíssimo o uso de a gente como índice de indeterminação do sujeito. A esse respeito, vamos compará-lo com você [+indeterminado] um pouco mais abaixo.

15.1.2 Objeto direto

No singular, a forma me é a de uso mais frequente e mais difundido. A forma eu (como na conhecida canção "Ô leva eu, minha saudade") caracteriza falantes menos letrados, rurais ou rurbanos, sendo evitada pelos falantes das variedades urbanas de prestígio. No entanto, quando se trata de enumerações, esses mesmos falantes usam sem problema a forma *eu*: *O Josias foi sozinho no carro e nem se importou por deixar eu, o Pedro e o Ari debaixo da chuva.* Em usos enfáticos também é comum o uso de *eu*: *A Jane disse para você levar eu no seu carro e não o Guto.* A forma a mim, preconizada pela TGP nesses casos, é muito pouco usada no VGB. De fato, ela não ocorre uma única vez no *corpus* do NURC-Brasil.

A forma nos é de emprego extremamente raro no VGB, mesmo entre os falantes urbanos mais letrados: são apenas 14 ocorrências no NURC-Brasil, entre objetos diretos e indiretos. Em seu lugar se usa mais amplamente a gente. A forma nós também é bastante empregada no VGB como objeto direto, não só pelos falantes menos letrados, como também por falantes mais letrados de certas variedades (as da região Sul, principalmente).

15.1.3 Objeto indireto e complemento oblíquo

Muitos estudos já demonstraram que a preposição a está em franca decadência no PB. Nas chamadas construções dativas, isto é, aquelas em que ocorre um objeto indireto, a preposição para (na verdade, bem sabemos, pra) é de longe a mais empregada no VGB. Em algumas variedades nordestinas (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, por exemplo), mais conservadoras em alguns traços linguísticos, a preposição a ainda é bastante usada. Examinando o *corpus* do NURC-Brasil em busca dos sintagmas para + IP/ÑP e **a** + IP/ÑP encontrei o seguinte:

p(a)ra + IP/ÑP → **24**
a + IP/ÑP → **39**

Essa diferença de frequência entre *a* e *para* não desmente a afirmação do predomínio de *para* no VGB, mas confirma a afirmação da conservação de *a* nas variedades nordestinas, como podemos ver abaixo:

CIDADE	A + IP/ÑP	
Recife	17	43,58%
Salvador	15	38,46%
Rio de Janeiro	3	7,69%
São Paulo	3	7,69%
Porto Alegre	1	2,56%
TOTAL	39	100,00%

Recife e Salvador respondem por 82% das ocorrências de *a* + IP/ÑP. Convém também mencionar que das 15 ocorrências de Salvador, 13 aparecem numa *elocução formal*, uma aula de medicina em universidade.

A forma *eu* ocorre como complemento oblíquo, sobretudo em variedades rurais e rurbanas (*de eu, com eu, sem eu* etc.) O complemento oblíquo *conosco* é bem menos usado, sobretudo na fala menos monitorada, do que *com a gente*. No NURC-Brasil são 4 ocorrências de *conosco* e 1 de *com a gente*.

15.2 Os índices da 2ª pessoa

Para a expressão da 2ª pessoa do discurso, o PB dispõe dos seguintes índices:

INDICADORES DA 2ª PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO									
discurso –monitorado									
SUJEITO		OBJ. DIRETO		OBJETO INDIRETO		REFLEXIVO		COMPLEM. OBLÍQUO	
sing.	*plur.*	*sing.*	*plur.*	*sing.*	*plur.*	*sing.*	*plur.*	*sing.*	*plur.*
VOCÊ OCÊ CÊ TU TI	VOCÊS OCÊS CÊS	TE LHE O/A/OS/AS VOCÊ OCÊ TU	VOCÊS OCÊS O/A/OS/AS	TE LHE PRA/A VOCÊ PROCÊ	PRA/A VOCÊS PROCÊS	SE TE	SE	VOCÊ OCÊ TI (CONTIGO) TU	VOCÊS OCÊS
discurso +monitorado									
O SR. A SRA.	VOCÊS OS SRS. AS SRAS.	O SR. A SRA. O/A/OS/AS LHE TE	VOCÊS OS SRS. AS SRAS. O/A/OS/AS	PARA/AO SR. PARA/À SRA. LHE TE	PARA/A VOCÊS PARA/AOS SRS. PARA/ÀS SRAS.	SE	SE	O SR. A SRA.	VOCÊS OS SRS. AS SRAS.

15.2.1 Sujeito

A forma você penetrou profundamente no sistema de IP do português brasileiro e diversos estudiosos atribuem a isso a mudança ocorrida no PB rumo à obrigatoriedade quase categórica de enunciação do índice pessoal sujeito.

> Quanto à sua classificação, somente um apego irracional ao passado e/ou à norma linguística de Portugal pode explicar por que até hoje, nas gramáticas normativas e nos livros didáticos, você ainda é apresentado como "pronome de tratamento". A inequívoca e total gramaticalização de você tem de ser reconhecida para uma descrição mais realista do português brasileiro contemporâneo.

A gramaticalização de você é decerto a mais conhecida das pessoas em geral, embora não com esse nome. A origem é a forma de tratamento Vossa Mercê, empregada originalmente para se dirigir ao rei: ao dialogar com o soberano, o súdito usava vós, dirigindo-se à pessoa do rei, ou Vossa Mercê, dirigindo-se a uma das qualidades atribuídas ao rei — a qualidade de dispensar favores e mercês aos seus governados.

O termo mercê provém do latim mercede-, com síncope regular do *-d-* (*mercee*) e posterior crase das vogais (*mercê*). A raiz dessa palavra é a mesma que encontramos em merc.ado, co.mérc.io, merc.enário e até no nome do deus Merc.úrio, padroeiro dos comerciantes, viajantes e ladrões, entre outras diversas atribuições. Também é daí que vem o nome próprio Mercedes, de origem religiosa (Maria, mãe de Jesus, entre os seus muitos títulos, é Nossa Senhora das Mercês; em espanhol, Nuestra Señora de las Mercedes).

O latim merces, mercedis (acusativo: mercedem) significava 'salário, soldo, pagamento'. Em usos metafóricos, ganhou os sentidos de 'recompensa; punição; castigo'. O primeiro sentido, positivo, de 'recompensa' é que originou o uso de mercê como 'favor concedido a alguém, graça feita a alguém', donde o emprego para o tratamento dos reis e da Virgem Maria. O segundo sentido, negativo, de 'punição, castigo', derivou para 'dano, agravo, prejuízo'. Esses dois sentidos opostos se preservam em locuções:

- mercê de → positivo: 'graças a; em virtude de': *Conseguiu ficar rico, mercê de muito trabalho.*
- à mercê de
  → positivo: 'ao capricho de; ao sabor de': *Deixamos o veleiro seguir livremente, à mercê dos ventos.*
  → negativo: 'sob o domínio de; nas garras de': *O resto do mundo vive à mercê das vontades políticas dos Estados Unidos.*
- ter em mercê → positivo: 'reconhecer como benefício ou favor': *Temos em mercê a importante ajuda que a instituição nos concedeu.*

Dessas locuções, somente *à mercê de* é empregada correntemente no PB contemporâneo. Da ideia de *mercê* como 'reconhecimento, gratidão' se origina a fórmula de agradecimento em francês: merci.

Com a ascensão da burguesia na sociedade portuguesa renascentista, os novos ricos passaram a ser tratados, por seus inferiores na escala social, com o título de Vossa Mercê, antes reservado aos reis (que receberam então o título de Vossa Majestade). No entanto, conforme escreve Nascentes (2003: 436),

> *Vossa mercê* agradava a todo o mundo. A classe humilde não tardou a apoderar-se da fórmula nova para uso próprio, mas sendo expressão um tanto longa e tendo de ser repetida a cada instante, a gente do povo abreviou-a de *vossancê*, *vossemecê*, *vossecê* e finalmente *você*. A fidalguia repelia tudo isso, exigindo que para com ela se articulasse *vossa mercê* integralmente.

O emprego de *você* entre as pessoas da mesma classe social se generalizou ainda mais profundamente no Brasil, a ponto de se tornar o verdadeiro IP de 2ª pessoa em nossa língua e, sobretudo, um IP de caráter não marcado, neutro, como vamos examinar mais adiante.

Em espanhol ocorreu processo semelhante, mas a forma usted (de Vuestra Merced) ainda conserva seu caráter de tratamento respeitoso dirigido a pessoa mais velha, mais importante ou com quem não se tem intimidade. Também o galego vostede conserva esse caráter.

Em seu artigo, Antenor Nascentes enumera diversas formas assumidas por esse IP: *cê*, *mecê*, *mincê*, *ocê*, *oncê*, *sucê*, *suncê*, *vacê*, *vainicê*, *vancê*, *vansmincê*, *vassuncê*, *voncê*, *vosmecê*, *vossemecê*, *vosmincê*, *vossuncê* — todas elas registradas em obras literárias brasileiras citadas pelo autor. A forma *vosmecê* ainda é empregada em áreas do Nordeste por falantes de variedades rurais ou rurbanas.

O percurso de gramaticalização de *Vossa Mercê*, portanto, se deu simultaneamente nas seguintes direções:

→ *fonológica*: *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *ocê* > *cê*. Observe-se que, com exceção de *cê*, as demais formas conservam a sílaba tônica das duas palavras originais: vo.ssa mer.cê.

→ *sintática*: sintagma nominal > índice de pessoa

→ *discursiva*: de cima para baixo (do súdito ao rei); de baixo para cima (do plebeu ao fidalgo); de baixo para cima (do humilde ao burguês); de igual para igual (pessoas íntimas, da mesma classe social, da mesma faixa etária, da mesma profissão etc.).

No tratamento familiar, até meio século atrás, os filhos se dirigiam aos pais como *o senhor* e *a senhora*, enquanto estes se dirigiam aos filhos como *você*. Mais recentemente, com uma maior democratização e informalização dessas relações, se generalizou o emprego de *você* também dos filhos para os pais (sobretudo nas regiões urbanas).

Sendo derivado de uma forma de tratamento, você é empregado com as desinências número-pessoais da não-pessoa: *você é, tem, foi, dá, deu, quis, viaja* etc. Somente por essa característica morfológica é que tantos ainda insistem em classificar esse IP como "pronome de tratamento"(?) É desconsiderar fatores mais importantes como a semântica desse IP e seus efeitos pragmáticos e discursivos.

Na função de sujeito, o índice pessoal você pode assumir também a forma ocê — predominante nas variedades do centro-sul de Minas Gerais —, bem como cê, de uso generalizado no Brasil, resultante de um processo de cliticização, que prevê a redução do IP a mera partícula portadora da informação de pessoa e número, para diferenciar o sujeito de 2ª pessoa de outros sujeitos possíveis (*eu / tu / ele / ela / a gente* falava, por exemplo).

Um dos usos mais intensos de você no PB contemporâneo é como forma de indeterminação do sujeito. A indeterminação é um traço semântico, que recorre a elementos morfossintáticos para obter efeitos pragmáticos de não explicitação do agente. Ao lado de diversas outras formas — *se, eles, a gente, verbo na não-pessoa do singular e do plural* etc. —, você é decerto a forma mais empregada nesse caso.

Para exemplificar esse uso de você como forma de indeterminação, recorremos a uma entrevista de rádio que pode ser ouvida na íntegra no sítio da emissora na internet. Dela participam o entrevistador, jornalista, e um especialista em propaganda e marketing[1]. A entrevista foi ao ar no dia 30 de abril de 2011 e tem 35 minutos e 12 segundos de duração. Foram usadas, tanto pelo entrevistador quanto pelo entrevistado, as seguintes formas de indeterminação do sujeito:

FORMA	Nº	%
a gente	23	17,8
se	17	13,1
você	89	67,0
TOTAL	129	100,00

O você [+indet] superou de longe as demais formas, correspondendo a quase o dobro dos usos de a gente [+indet] e a mais do quíntuplo dos usos de se [+indet] que, no entanto, é a única dessas formas recomendada explicitamente pela TGP para a expressão do sujeito indeterminado. Também vale a pena mencionar que, nos usos de você, ocorreram 23 clíticos cê, enquanto a forma [a'hẽt], correspondente a uma cliticização de a gente, ocorreu apenas 3 vezes, numa indicação de que o clítico cê já está bem mais integrado à nossa gramática do que [a'hẽt].

[1] Trata-se da entrevista "Os desafios de se construir uma marca de sucesso", que pode ser ouvida e vista no endereço eletrônico http://cbn.globoradio.globo.com/colunas/mundo-corporativo/MUNDO-CORPORATIVO.htm, que acessei no dia 1º de maio de 2011.

Um exemplo claro da absoluta indeterminação de você ocorre no seguinte trecho do *corpus* do NURC-Brasil:

(4) chama-se mastectomia e mastectomia alargada...vocês retiram...por intervenção na paciente...você está com...um câncer...avançado...já muitas vezes...ou então se faz a mastectomia alargada...se retira a glândula...se retira o grande peitoral...se retira o peQUEno peitoral...ficando somente os músculos intercostais...vocês vejam COmo é traumatizante na intervenção... ((NURC/SSA/49)

No *corpus* do NURC-Brasil, encontrei 158 ocorrências de a gente [+indet] e 141 de você [+indet]. Esse segundo número empata com as ocorrências de eles [+indet], que vamos examinar no próximo capítulo. Essas formas de indeterminação, sobretudo você, costumam ocorrer em sequências discursivas em que o sujeito [+indet] aparece a cada passo:

(5) eu acho que sim eu acho que a arte do retrato é MUIto difícil porque aí você exige a semelhança... enquanto se você está criando você não precisa colocar nenhum padrão... a não ser o padrão da própria obra... certo? quando você cria um retrato... você está dentro da função naturalista você quer CRIAR uma semelhança... que todo mundo olhe e diga o::lha a:: Elisabete Segunda da Inglaterra... COmo está parecida... certo?... então é MAIS difícil do que você criar... uma figura de mulher qualquer que você pode distorcer da maneira que você bem:: entender... que você pode pintar de vermelho... não precisa se manter... a a cor da tez... uma rosa porque é muito difícil exatamente você chegar... a esse tom de pele... inclusive de pele de um para outro... (NURC/SP/405)

(6) as:: manifestações artísticas começaram a aparecer no paleolítico superior... especificamente no período () que é o último período do paleolítico... e que vai abranger... aproximadamente de vinte mil... a doze mil antes de Cristo... então a gente já limitou bastan::te nesse período extremamente vasto de seiscentos mil anos... embora... de vinte mil a doze mil... (quer dizer) praticamente oito mil anos... ainda seja... um período MUIto maiOR do que... o que nós conhecemos... historicamente... que abrange por volta de cinco mil antes de Cristo até hoje portanto... por volta de sete mil anos... certo?... então tudo o que a gente vai dizer a respeito desse período... é baseado em pesquisas... arqueológicas... é baseado em pesquisas... etnográficas... em pesquisas... no campo da ARte... mas uma série de coisas são suposições... se nós não podemos afirmar... categoricamente que as coisas se passaram assim... a gente tem uma série de dados... levantados especialmente pela Arqueologia que a gente interpreta... de um determinada forma... mas com... iMENsos... buracos em branco... então... não é uma história ligadinha com todos os elos que a gente possa dizer olha... se desenvolveu NESte sentido... muitas vezes a gente supõe... que as coisas tenham ocorrido assim... (NURC/SP/405)

Observe no exemplo acima que há uma alternância entre a gente [+indet] com nós [+indet], mas com franco predomínio de a gente.

A equivalência entre você [+indet] e a gente [+indet] fica bem nítida quando, numa mesma sequência discursiva, o falante emprega as duas formas:

(7) eu acho esse tipo de vestibular unificado MUITO melhor do que aquele outro vestibular em que a gente fazia...somente as disciplinas correspondentes ao setor correspondente que você ia estudar. (NURC/SSA/231)

O pronome tu, tendo sofrido a concorrência desleal de você, acabou se confinando a determinadas variedades regionais e/ou a determinadas camadas sociais. No *corpus* do NURC-Brasil o tu só aparece 15 vezes — todas elas na fala de entrevistados de

Porto Alegre — contra 281 ocorrências de você (94,5% dos IP de 2ª pessoa do singular) e 171 ocorrências de vocês, uma forma que é a mais empregada no plural de 2ª pessoa, mesmo no discurso mais monitorado.

O tu é amplamente empregado nas variedades do norte da Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão), com emprego frequente (mas nunca exclusivo) das desinências número-pessoais conservadoras — *fazes, fizeste; comes, comeste; dormes, dormiste* etc. — mesmo entre falantes com baixo índice de letramento escolar. Na parte meridional da Amazônia (Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins), a intensa colonização estimulada, sobretudo, no período da ditadura militar (com o *slogan* "Integrar para não entregar") trouxe para essa área brasileiros das diferentes regiões do país, sobretudo do Sul e do Sudeste, mas também do Nordeste. Com isso, ainda não pôde se desenvolver ali uma variedade linguística própria. Quando a população dessa área ainda era escassa, Antenor Nascentes lhe atribuiu o rótulo de "território incaracterístico" na época em que publicou sua proposta de localização geográfica das principais variedades do PB (1953). O mesmo rótulo ainda pode ser aplicado, mas pela razão oposta: uma população basicamente migrante, portadora de diferentes traços linguísticos regionais.

Nos estados do Nordeste (com exceção da Bahia e de Sergipe) o tu também é empregado, oscilando entre as desinências conservadoras e as desinências inovadoras, que reproduzem as terminações características da não-pessoa do singular: *tu é, tu foi, tu ia, tu comia, tu deu, tu cantava* etc. O uso das desinências conservadoras ocorre sobretudo entre falantes mais letrados. Na variedade pernambucana/paraibana da Zona da Mata (em contraposição ao Agreste e ao Sertão), ocorrem formas como *tu visse, tu fosse, tu dissesse, tu deixasse* etc., resultantes da assimilação do grupo -st- presente em *viste, foste, disseste, deixaste*. Essa assimilação também ocorre nas variedades sulistas onde se emprega tu (ilha de Santa Catarina, cidade do Rio Grande etc.).

No Distrito Federal, vem ocorrendo uma reintrodução de tu entre falantes adolescentes do sexo masculino em situações de solidariedade discursiva, com predominância nas cidades da periferia (antigamente chamadas de "cidades-satélites"), mas também no Plano Piloto. Na pesquisa empreendida por Nívia Lucca (2005), sobre o uso de tu, o fator *relação solidária* se revelou importante para a ocorrência desse IP — os rapazes usam tu entre si, mas não com as adolescentes de seu grupo de relações. Uma primeira suposição nos levaria a qualificar esse uso de tu como uma gíria ou uma linguagem reservada aos grupos de pares que mantêm forte solidariedade em seu interior. Em todas as ocorrências, o verbo foi conjugado com as desinências número-pessoais da não-pessoa.

Na cidade do Rio de Janeiro, Vera Paredes Silva (2003) vem se dedicando ao estudo do que ela chama de *retorno do tu na fala carioca*. Segundo a autora, nessa variedade linguística também ocorreu, como em grande parte do Brasil, a substituição de tu por você. O emprego de você se ampliou de tal modo que, na função de sujeito,

a forma clítica cê supera o emprego da forma plena você. Nas palavras da autora (2003: 164-165),

> Através do pronome tu o falante estaria resgatando um monossílabo tônico para competir, com vantagem, com o clítico cê na função de atrair a atenção do interlocutor e compensar a perda de corpo fônico que se vem assinalando.

Paredes Silva constatou que os homens empregam mais o tu (69%) do que as mulheres (59%). Também encontrou diferenças quanto à faixa etária do falante: na faixa 10-19 o tu comparece em 65% das ocorrências; na faixa 20-29, 70%; e na faixa 30-39, 47% de ocorrências. Todas essas ocorrências apresentavam as desinências da não-pessoa: *tu foi, tu quer, tu pode* etc. O contexto de utilização do tu é o discurso informal, solidário, íntimo.

O uso do tu caracteriza as variedades linguísticas da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nessas variedades, como em todos os lugares onde se usa tu, esse IP convive com você na expressão da 2ª pessoa do discurso. A concordância também oscila em cada estado e, dentro de cada estado, nas diferentes áreas linguísticas, entre as formas conservadoras e as formas que se valem da conjugação verbal da não-pessoa.

Em todos os lugares onde se emprega o tu também se emprega o você, mas a recíproca não é verdadeira. Em São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, os estados mais populosos do Brasil, tu não faz parte do vernáculo e seu uso indicia imediatamente o falante como oriundo de outras regiões.

O índice tu, por ser menos difundido, é uma forma marcada, ao passo que você é não marcada. Por isso, toda a publicidade, todos os meios de comunicação e todas as instituições oficiais empregam você na interlocução virtual com a cidadã e o cidadão comuns. Também soa como forma marcada a conjugação conservadora — *tu fazes, tu fizeste, tu farias* etc. —, ao passo que a conjugação que não apresenta essas marcas — *tu faz, tu fez, tu faria* etc. — é não marcada e, por isso mesmo, empregada em interlocuções informais e solidárias.

Cabe lembrar, também, um fenômeno de hipercorreção que é o emprego de formas como tu fizestes, tu amastes, tu partistes com um -s final que correspondia ao IP extinto vós. Esse -s final aparece por nítida analogia com todas as demais formas do IP de 2ª pessoa em outros tempos e modos verbais: tu fazes, tu fazias, tu farás, tu faças, tu fizeres etc.

Por fim, como vimos em [▶733], o clítico ti pode ocorrer como sujeito de infinitivo nas variedades em que se emprega mais frequentemente o sujeito tu.

As formas o senhor e a senhora são empregadas como IP de 2ª pessoa em contextos de interação mais monitorados, sobretudo quando se estabelece uma hierarquia en-

tre os locutores e os alocutores. Tem havido uma quebra constante de formalidade nas relações entre pais e filhos (e também entre avós e netos, tios e sobrinhos etc.), o que leva a um uso mais frequente de *você* entre essas pessoas. Também no ambiente escolar e, sobretudo, universitário, se verifica uma anulação das hierarquias, com muitos estudantes usando *você* para se dirigir aos professores. Mesmo na relação com autoridades, as formas de tratamento tradicionais — *Vossa Excelência, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, Vossa Eminência* — soam bem mais como ironia ou formalismo obsoleto. Em contatos, por exemplo, de jornalistas com autoridades, o que se ouve é: "Presidente, *o senhor*", "Senadora, *a senhora*", "Dom [nome do bispo ou cardeal], *o senhor*", "Professora, *a senhora*" etc. Com isso, nos equiparamos aos usos do francês ("Monsieur le Président, *vous*") e do inglês ("Mister President, *you*"). No entanto, diferentemente dos falantes dessas línguas, não costumamos usar as formas *senhor* e *senhora* antes do título, embora elas também ocorram: "Sr. Presidente, *o senhor*" etc.

O plural de *o senhor/a senhora* é, com muita frequência, *vocês*, raramente *os senhores*. Sobretudo em situações de atendimento para venda ou prestação de serviços, é comum o vendedor/agente empregar, no diálogo com um casal, *o senhor* e *a senhora* individualmente, mas *vocês*, no plural:

(8) A: — A senhora prefere chá ou café?
B: — Café, por favor.
A: — E o senhor?
C: — Também.
B: — Ótimo, vocês vão experimentar o café da nossa máquina nova.

15.2.2 Objeto direto, indireto e complemento oblíquo

A apropriação por parte de *você* de amplos terrenos de emprego de *tu* levou à indiferenciação dos IP do caso oblíquo, que se aplicam sem distinção tanto a *tu* quanto a *você* — o que vai determinar o emprego mais frequente da forma-sujeito X com a forma-objeto Y é principalmente a origem geográfica do falante.

No Norte e no Nordeste (incluída a Bahia), é frequentíssimo o uso do índice *lhe*, mesmo nas comunidades linguísticas em que o sujeito mais empregado é *tu*. No Sudeste e no Sul, é o índice *te* que aponta para o objeto direto de 2ª pessoa, tanto quando o sujeito é *tu* (no Sul) como quando é *você* (no Sudeste). Vejamos alguns exemplos:

(9) *Doc* — você comeu muito brigadeiro?
Inf — não... por quê?
Doc — não *te* serviram? (NURC/SP/234)

(10) Sim, você terá que perder algumas coisas, mas são coisas sem valor. Você estará ganhando tanto que você nunca pensará novamente no que você perdeu. Uma pura amorosidade impessoal que possa penetrar no ser de qualquer um – esse é o resultado da meditação, do silêncio, do mergulhar profundo dentro de seu próprio ser. Estou simplesmente tentando *lhe* persuadir. Não tenha medo de perder o que você tem. (http://www.palavrasdeosho.com/2011/02/como-voce-pode-saber-se-alguem.html, acesso 1º maio 2011)

Quanto aos usos dos clíticos-objeto direto o/a/os/as, é fato sabido há décadas pelos linguistas que esses clíticos não fazem parte do vernáculo geral brasileiro, isto é, não pertencem à nossa gramática intuitiva, aquela que aprendemos a manejar graças às nossas interações sociais com a família próxima, a família estendida, a comunidade etc. Esses clíticos só são empregados pelas pessoas que tiveram acesso à educação formalizada e, mesmo assim, elas só os empregam (como acabo de fazer) em textos escritos mais monitorados e/ou em textos falados que oralizam textos escritos ou pretendem conferir um tom mais formal ao discurso. De maneira geral, as formas de complemento de 2ª pessoa se apresentam sob os seguintes aspectos:

	OBJETO DIRETO	OBJETO INDIRETO	COMPLEM. OBLÍQUO
VOCÊ	• Eu vi você ontem na feira, mas você não me viu. • Eu te vi ontem na feira, mas você não me viu. • Eu lhe vi ontem na feira, mas você não me viu. • É um grande prazer recebê-lo/la em nossa casa nova!	• Eu vou dar de presente a/para você o celular que você me pediu. • Eu vou te dar de presente o celular que você me pediu. • Eu vou lhe dar de presente o celular que você me pediu.	• Ana confessou que gosta muito de você.
TU	• Eu vi tu ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse. • Eu te vi ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse • Eu lhe vi ontem na feira, mas tu não me viu/viste/visse.	• Eu vou dar de presente a/para tu o celular que tu me pediu/pediste/pedisse. • Eu vou dar de presente a/para ti o celular que tu me pediu/pediste/pedisse. • Eu vou te dar de presente o celular que tu me pediu/pediste/pedisse. • Eu vou lhe dar de presente o celular que tu me pediu/pediste/pedisse.	• Ana confessou que gosta muito de tu. • Ana confessou que gosta muito de ti.
O SENHOR A SENHORA	• Eu vou acompanhar o sr./a sra. até o elevador. • Eu vou acompanhá-lo/la até o elevador. • Eu vou lhe acompanhar até o elevador.	• Eu vou mostrar nossas ofertas ao/para o sr./à/para a sra. • Eu vou lhe mostrar nossas ofertas. • Eu vou te mostrar nossas ofertas.	• Foi um prazer negociar com o sr./a sra.

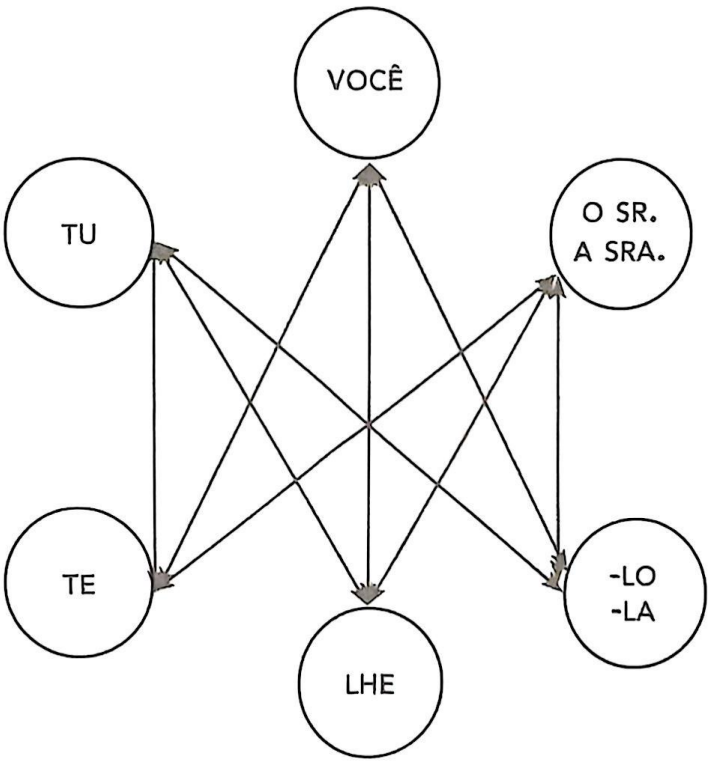
Esse quadro tenta espelhar a realidade do sistema de índices pessoais de 2ª pessoa no PB contemporâneo. Alguém pode até achar que é errado, feio, distorcido etc., mas não pode negar que é assim que é o uso desses IP hoje no Brasil.

O que se verifica com os clíticos o/a/os/as — tanto como objeto de 2ª pessoa quanto como objeto de ÑP — é que seu uso está praticamente restrito aos infinitivos.

Os falantes mais letrados ainda rejeitam sintagmas como trazer ela, comprar ele, ver eles etc., no caso da ÑP, decerto por causa do som resultante do encontro do [r] final com a vogal seguinte que cria vocábulos fonológicos como [traze'rɛla] ou [kõpra'relɪ]. Quanto ao objeto de 2ª pessoa, podemos dizer que o uso de -lo/-la/-los/-las corresponde bem mais a uma fórmula de polidez do que a um indício de que o falante tem por hábito usar os clíticos o/a/os/as. Além disso, se observa mais, entre os brasileiros mais jovens, uma tendência ao uso de te, mesmo quando se dirige a uma pessoa como o senhor/a senhora.

A dedução lógica é que o emprego de IP como objeto direto e indireto de 2ª pessoa é muito mais livre e permite intercâmbios muito mais flexíveis do que o que a TGP ainda prescreve.

Uma observação importante é que a forma plural lhes é absolutamente desconhecida do vernáculo geral brasileiro — nunca é usada, nem mesmo nas variedades regionais em que é frequente o emprego de lhe no singular. Por fim, lhe, na língua falada, só se refere ao alocutor, isto é, à pessoa a quem eu se dirige, e jamais à ÑP referida no discurso — uma construção como *"Estive ontem com Pedro e lhe disse que estava muito elegante"* não encontra eco na intuição gramatical de quem fala o PB sem querer parecer pedante.



Um belo exemplo dessa absoluta liberdade de correlacionar todos os IP-sujeito com todos os IP-complementos é a canção "Quem te viu, quem te vê", um dos muitos clássicos de Chico Buarque:

sujeito	Você era a mais bonita das cabrochas dessa ala,
sujeito	você era a favorita onde eu era mestre-sala,
	hoje a gente nem se fala, mas a festa continua,
	suas noites são de gala, nosso samba ainda é na rua.
obj direto	Hoje o samba saiu procurando você,
obj direto	quem te viu, quem te vê,
obj direto	que não a conhece não pode mais ver pra crer,
obj direto	quem jamais a esquece não pode reconhecer.
obj indireto	Todo ano eu lhe fazia uma cabrocha de alta classe,
obj direto	de dourado lhe vestia pra que o povo admirasse,
	mas não sei bem com certeza por que foi que um belo dia
	quem brincava de princesa acostumou na fantasia
sujeito	Hoje eu vou sambar na pista, você vai de galeria,
sujeito	quero que você assista na mais fina companhia,
sujeito	se você sentir saudade, por favor, não dê na vista,
	bate palmas com vontade, faz de conta que é turista.

imperativos que a TGP só admite para o IP *tu*

imperativo que a TGP só admite para o IP *você*

15.3 Quem tem medo da "mistura de tratamento"?

Essa ampla liberdade que cada brasileiro tem de correlacionar qualquer IP-sujeito de 2ª pessoa com qualquer IP-complemento tem recebido o rótulo de "mistura de tratamento" da parte de gramáticos normativos e, principalmente, de autores de livros didáticos que insistem em tentar preservar uma concepção de língua e de gramática mais conservadora e autoritária do que a dos gramáticos normativos.

O lamentável emprego da expressão *mistura de tratamento* revela uma atitude preconceituosa e carente de qualquer fundamentação científica, pois não existe "mistura" nenhuma — o que de fato ocorreu no português brasileiro foi uma *reorganização do quadro de índices pessoais*. A ideia de "mistura" só serve como rótulo pejorativo para algo que é inevitável e natural: a *mudança linguística*. O contrário da "mistura" seria a "pureza" — daí para o *purismo* linguístico, a doença crônica do normativismo, basta dar um passo. As pessoas que persistem com tal discurso renegam sua própria língua materna e exigem um código de conduta linguística irreal (e irracional) que ninguém no Brasil obedece, nem mesmo nossos melhores escritores, tradutores, jornalistas e compositores (Chico Buarque, Caetano Veloso e Cartola, só para citar três grandes).

15.3.1 O fantasma da "mistura de tratamento"

Vamos examinar de que modo o fantasma da "mistura de tratamento" assombra, infelizmente, a produção de material didático no Brasil, mesmo em obras que se mostram bastante avançadas em outros aspectos da educação linguística:

> ◦ 4. Esta cartinha foi escrita às pressas. Por distração, o Dudu fez uma 'salada de pronomes'. Veja se você consegue melhorar a forma como foi redigida, aproximando-a da norma culta:
> *Querido vô, Tô com vontade de te contar as novidades. Logo vou te fazer uma visita. Será que o senhor não me emprestava aquela sua coleção de moedas pra mim levar na escola? Eu devolvo ela logo, não precisa se preocupar. Me mande uma resposta. Seu neto preferido (e único), Dudu.* (Gonçalves e Rios, 2006, 5: 92)

Entre vários equívocos encontrados nesse exercício, o principal é o de querer que um menino escreva para seu avô, com quem (pelo teor da carta) ele tem toda a intimidade, usando uma nebulosa "norma culta" que, segundo a doutrina professada pela maioria dos livros didáticos, serve para os usos "formais" da língua.

A expressão "salada de pronomes" é pejorativa, preconceituosa e distorce para os alunos o que é a realidade de sua língua materna.

Achar que "passar para a norma culta" é "melhorar" um texto também é um grande equívoco pedagógico e sociolinguístico. A única forma linguística que talvez merecesse uma discussão (mas não uma condenação) em sala de aula seria "pra mim levar", que ainda é rejeitada por muitos falantes urbanos escolarizados, embora já seja usada sem problemas por uma elevada porcentagem de indivíduos altamente letrados, a ponto de já se caracterizar como um traço regional do português culto dos paulistanos, o que revela uma mudança linguística em processo que provavelmente culminará na aceitação dessa sintaxe no futuro [▶729]. É esse tipo de discussão que se deve fazer num bom livro didático, junto, é claro, com a apresentação da sintaxe padrão para eu fazer e o exame das questões sociocomunicativas envolvidas no uso de cada uma das variantes sintáticas.

Mais um exemplo:

> Todas as considerações feitas neste capítulo sobre o uso dos pronomes de tratamento evidentemente se aplicam à linguagem formal. Na linguagem coloquial, a mistura de tratamento é bastante comum. Assim, dificilmente você ouvirá, no dia a dia, os pronomes oblíquos o(s), a(s) associados aos pronomes de tratamento. Em vez de: 'Você me pediu que o ajudasse em suas dificuldades' será mais comum ouvir: 'Você me pediu que te ajudasse em suas (tuas) dificuldades'. (Terra e Cavallete, 205, 7: 192)

Apesar de tentar chamar a atenção do usuário do livro para a realidade dos usos dos pronomes, os autores insistem em usar a expressão *mistura de tratamento* e em

associá-la à "linguagem coloquial". Além disso, os IP de 2ª pessoa mais usados (tu e você) são indicadores de muita intimidade entre os interlocutores ou, no mínimo, de informalidade de tratamento (caso de você). Ora, se assim é, fica incoerente distinguir uma "linguagem formal" de uma "linguagem coloquial" quando o assunto é a interlocução entre pessoas íntimas.

Ainda nesse campo, observe-se essa instrução:

> Devemos empregar tu ou você? Tanto faz. As duas formas são válidas. Embora muitas pessoas atualmente empreguem você para se dirigir ao interlocutor, em algumas cidades e Estados brasileiros predomina o emprego do pronome reto tu. Também é comum haver a mistura das duas formas de tratamento, como, por exemplo, na frase: 'Não te convidei porque você não poderia ir'. Se, no entanto, o locutor pretende usar a língua de acordo com a variedade padrão, deve optar por uma das formas de tratamento: 'Não te convidei porque tu não poderias ir' ou 'Não o convidei porque você não poderia ir'. (Cereja e Magalhães, 2005, 5: 189)

Aqui novamente cabe perguntar: quem é que se refere a seu interlocutor usando tu ou você em "variedade padrão", se tais pronomes indicam o grau máximo de intimidade e de informalidade? A probabilidade de ocorrência das opções oferecidas pelos autores é baixíssima: a primeira ("Não te convidei porque tu não poderias ir") caracteriza variedades regionais (do Sul, por exemplo) e pode até ser ouvida eventualmente; a segunda, no entanto ("Não o convidei porque você não poderia ir"), só mesmo numa linguagem extremamente artificial, no mínimo jocosa e, sobretudo, nada brasileira.

Prosseguindo na análise:

> Quando estamos conversando com as pessoas, podemos tratá-las de diversas formas, como, por exemplo, por tu ou por você. Ao escolher uma dessas formas de tratamento, o falante deve mantê-la até o fim de sua conversa. Não deve, por exemplo, dirigir-se a alguém empregando tu e logo em seguida empregar você. Deve manter a uniformidade de tratamento. Na linguagem coloquial, é comum ignorar-se essa regra. Faz-se uma mistura de formas de tratamento. (Faraco e Moura, 2005, 5: 222)

O discurso aqui é injuntivo e dogmático, sem explicações que justifiquem suas prescrições. Por que é preciso manter "até o fim" a suposta "uniformidade de tratamento"? Quem é que, numa conversa espontânea com pessoas íntimas, impõe a si mesmo esse controle? Quem é que se detém, num diálogo íntimo, para comentar a ilusória "mistura de tratamento"? Por que desejar que alguém, na fala espontânea, nas negociações verbais, fique atento a uma suposta regra que não pertence à gramática de sua língua?

Um último exemplo:

> 7. '— Puxa vida, como você é bonita e que lindas borboletas te acompanham!'
> a) No uso culto da língua, que é formal e cuidadoso, não misturamos pessoas gramaticais. Se usamos *você*, não podemos usar *tu*. [...]
> b) No uso informal da língua, falamos à vontade, de modo espontâneo.
> (Oliveira e Campos, 2005, 5: 101)

O primeiro equívoco está na afirmação "o uso culto da língua ... é formal e cuidadoso". Ela simplesmente nega a existência de um uso culto informal e espontâneo. Em seguida, quem usa te em correlação com você não está "misturando pessoas gramaticais", está simplesmente usando o IP oblíquo que corresponde tanto a tu quanto a você.

O fantasma da "mistura de tratamento" precisa urgentemente ser exorcizado da educação linguística no Brasil do século XXI. É inútil querer impor formas que não são seguidas por absolutamente ninguém que fala o PB. O mais racional e realista é coletar amostras autênticas de língua falada e escrita e observar como, onde e quando ocorrem os IP do caso oblíquo e a que sujeito fazem referência. A partir dessa pesquisa, que deve envolver docentes e estudantes, é útil promover uma crítica da abordagem oferecida pelos livros didáticos e sistematizar (num quadro, por exemplo) os usos autênticos encontrados no *corpus*. Se é habitual encomendar trabalhos de pesquisa nas demais disciplinas do currículo escolar, não existe motivo para que eles também não sejam feitos nas aulas de língua!

15.3.2 A neutralidade de você

Já dissemos que tu é uma forma marcada, associada a regiões e/ou classes sociais específicas, enquanto você é não-marcada. Esse caráter "neutro" de você se prende a fatores de ordem política e socioeconômica. As variedades linguísticas da região Sudeste, por razões de poderio econômico e importância política, servem de base para a constituição de uma espécie de "variedade normal brasileira" (uma síntese da fala carioca, paulistana e belo-horizontina, na qual são eliminados os traços mais marcadamente regionais de cada uma delas [▶339]). Essa variedade *sudestina não-marcada* é empregada no rádio, na televisão, na publicidade etc., e nela o uso de você acompanhado de te (e com imperativo na forma do indicativo) se tornou

a combinação normal, usual, natural, como se fosse uma forma supranacional de construir os enunciados com a 2ª pessoa. Querer, diante desse poderoso fenômeno sociocultural, impor as formas prescritas pela tradição normativa — dizer que *"Você sabe que eu te amo"* deve ser evitado e que o recomendável seria *"Você sabe que eu o/a amo"* — não faz o menor sentido.

É por isso que o governo federal lançou uma campanha que dizia:

Se você não se cuidar, a AIDS vai te pegar

De que outro modo a campanha teria o impacto desejado e poderia funcionar em todas as regiões do país — "Se *você* não se cuidar, a AIDS vai *pegá-lo*"? Impensável.

15.4 Outro fantasma: a colocação pronominal

15.4.1 Divertimento das elites

Desde a segunda metade do século XIX, a questão hoje tradicionalmente rotulada de "colocação pronominal" vem perturbando e, assim, impedindo a formação de um ambiente linguístico pacífico, tolerante e estimulante entre nós e, particularmente, no processo de educação linguística. Não por acaso, um intelectual brasileiro do início do século XX, Medeiros e Albuquerque (1867-1934), chamou essa questão de "sacrossanta bobagem". O linguista brasileiro Carlos Alberto Faraco deu a ela o título de "rainha das questiúnculas gramaticais".

A razão de toda essa polêmica em torno da sintaxe dos clíticos pessoais no PB é muito simples: como durante muito tempo (e em parte até hoje) as normas gramaticais eram ditadas tendo como inspiração a língua literária dos escritores portugueses do período romântico, e como esses escritores, por serem portugueses, reproduziam — obviamente — em seus escritos a sintaxe dos clíticos de sua língua, o português europeu, os defensores empedernidos da "língua portuguesa", que também sempre foram defensores de um ideal social e cultural elitista e europeizante, perceberam as diferenças entre os usos portugueses e os usos brasileiros e chegaram à conclusão (perfeitamente coerente com sua ideologia colonizada) de que os usos brasileiros eram errados.

Como nossa elite letrada (essencialmente branca e masculina) não tinha mais o que fazer, já que seus escravos faziam tudo, escolheu essa questiúncula para promover jogos de salão, em que uns defendiam os usos brasileiros, outros contestavam esses usos, outros diziam que admitiam as inovações brasileiras até certo ponto, outros se recusavam a abandonar as regras portuguesas e por aí foi, tem ido e vai...

15.4.2 A *regra única* do PB

Se deixarmos de lado essas inúteis pseudopolêmicas e nos concentrarmos numa descrição mais racional e bem embasada da nossa língua, vamos ter de concordar com Mário Perini, que escreveu:

> O pronome oblíquo ... se posiciona sempre antes do verbo principal da oração. (2010: 119)

Essa regra, redigida de modo claro e simples para leitores não especialistas, traduz, por assim dizer, as conclusões que aparecem num texto assinado por Galves e Abaurre (1996: 295):

> No PB, a regra geral é a próclise. Constatamos, além disso, que o clítico aparece junto ao verbo temático.

A primeira frase desse trecho — "No PB, a regra geral é a próclise" — é o oposto perfeito de tudo o que dizem aqueles que insistem em afirmar que a ênclise é a "regra geral" da colocação pronominal, no que, infelizmente, são acompanhados por muitos autores de livros didáticos. Embora os autores desses livros costumem fazer vagas referências à "gramática normativa", como se fosse uma entidade única e homogênea, sabemos que os gramáticos profissionais divergem entre si quanto à aceitação plena da tradição normativa, havendo aqueles que, bons conhecedores das teorias linguísticas mais atuais, não deixam de criticar essa tradição (cf., por exemplo, Bechara, 1999: 587).

Numa gramática em que a língua é examinada sob uma ótica ao mesmo tempo sistêmica e sociocomunicativa, com apoio em teorias linguísticas avançadas, podemos encontrar, com inédita alegria, uma descrição realista da colocação pronominal no português brasileiro:

> Distinguiremos seis casos, partindo do reconhecimento consensual de que *a colocação do pronome oblíquo átono antes do verbo que o rege — próclise — é a posição mais comum nas variedades de português faladas no Brasil*. A opção pela ênclise na fala pode revelar alto grau de monitoramento (*Ajudei-o a levantar-se*), quando não certo *artificialismo do discurso*. Nos exemplos abaixo, as construções com *me*, *te* e *se* são gerais, e as construções com *o*, *lhe* e *nos* são características de registro formal.
> - Me espere aqui.
> - Os donos da casa me convidaram.
> - Nós o estimamos muito.
> - Não te peço nada.
> - Quando lhe ofereci ajuda, ele recusou.
> - O ônibus que nos transportou era confortável.
> - Nunca se sabe o dia de amanhã.
>
> (Azeredo, 2008: 260) (grifos meus)

Um aspecto interessante é que a próclise generalizada do IP ao verbo cria uma ordem de constituintes SCV (*eu te amo*), quando a ordem considerada canônica do PB é SVC (*eu bebo limonada*).

De tudo o que foi dito e exposto se depreende o seguinte:

regra única de colocação dos clíticos: PRÓCLISE AO VERBO PRINCIPAL

O clítico virá sempre *antes* do verbo do qual ele é o complemento direto ou indireto (o complemento oblíquo segue outra sintaxe: a sintaxe da preposição que o introduz). É o que se evidencia nos exemplos abaixo:

(11) eu poderia me alimentar só de carne. (NURC/POA/291)
(12) eu tenho ido a a a::...televisão fazer uns programas...ajudar um pessoal que que que tem me pedido para fazer::programação da da de sucos do Lanjal. (NURC/SP/234)
(13) primeira vez foi Ele que quis me ensinar. (NURC/POA/045)
(14) e eu mexendo dentro d'água a pedra era redonda me lembro de ter escorregado... caído... dentro d'água e estava me afogando... (NURC/POA/045)
(15) quando ele termina aí diz assim bem agora por favor quer me trazer a sopa? (NURC/REC/337)
(16) eu não vou me reter no começo (NURC/RJ/379)

Em todos esses exemplos, ocorrem perífrases verbais formadas por verbo modal + infinitivo, verbo auxiliar + particípio passado, verbo auxilar + gerúndio, e em todas elas o clítico me forma um vocábulo fonético com o verbo principal. As regras ortográficas prescreviam um hífen que ligasse o verbo auxiliar ao clítico (*eu não* vou-me *reter*), mas pouco a pouco as pessoas foram abandonando esse hífen e com toda a razão: se fosse para indicar graficamente uma união, ela teria que ser entre o clítico e o verbo principal, algo como, *eu não vou* me-reter.

No *corpus* do NURC-Brasil, das 160 ocorrências do clítico me, somente 5 não estão em próclise ao verbo principal — em outras palavras, a próclise se deu em 97% das ocorrências. As únicas 5 ocorrências de ênclise (clítico *depois* do verbo) foram, sintomaticamente, fórmulas prontas (*parece-me*, 2 ocorrências; *deixe-me ver*, 1 ocorrência); uma hipercorreção na fala de um entrevistado que tenta "falar difícil" e, por causa desse artificialismo, cria formas híbridas em que o suposto "correto" se mescla ao suposto "errado" (*falta-me condições*) e, por fim, uma ocorrência de *me pudesse prestar*, mas em oração adjetiva, em que o clítico forma vocábulo fonético, não com o verbo modal, mas com o relativo *que* (*alguém que me pudesse prestar uma melhor informação*).

Uma sequência de próclises ocorre no seguinte trecho, que demonstra a naturalidade dessa colocação:

(17) meu pai resolveu botar um professor... primeira vez foi ele que quis me ensinar a nadar me lembro que me amarrou uma corda me deixou frouxa e quase... quase me afogou. (NURC/POA/45)

Outro uso normalíssimo no PB é a próclise a verbos no modo imperativo:

(18) Fernando você que... Fernando Maranhão mesmo Eduardo desculpe... Eduardo me diga uma coisa é a segunda vez eu acho já outro dia também eu chamei você de: Fernando já chamei de Luís: agora Eduardo... Eduardo me diga uma coisa... (NURC/REC/337)

A regra única que governa a sintaxe dos clíticos no PB levou ao surgimento de um fenômeno interessante, exclusivo da nossa língua no conjunto das línguas românicas:

a colocação de IP oblíquos proclíticos ao particípio passado, longe do auxiliar. Ninguém percebe isso como erro, pois essa sintaxe já está tão incorporada à gramática da nossa língua que aparece abundantemente nos textos escritos mais monitorados, para não falar da literatura:

(19) Não fosse o refém uma pessoa com o destaque de Silvio Santos, teriam tantas autoridades se posto à volta da vítima e o próprio governador se abalado porque assim queria o criminoso? (Jânio de Freitas, *Folha de S.Paulo*, 31/08/2001, primeira página)

(20) Foi nessa época também que encontrou Max Bill, expoente da arte concreta na Europa, de quem tornou-se amigo. Em 1950, Max Bill havia exposto no Masp e se tornado uma influência poderosa entre artistas e intelectuais brasileiros. (Flávia Rocha, *Bravo!*, abril de 1998, p. 62-63)

(21) Os números de Altamiro Carrilho são impressionantes: aos 76 anos de idade, está com 57 de carreira, tendo composto 200 obras, gravado 111 discos e se apresentado em 48 países. (*Bravo!*, julho de 2001, p. 128-129)

(22) Ela teria decidido procurar Oliveira e lhe dado dinheiro para comprar uma arma. (*Folha de S.Paulo*, 30/8/1995, p. 3-5)

(23) Lúcio Flávio Villar Lírio escrevia poesias de não se jogar fora no seu tempo. Depois pensou em ser vereador, porque Juscelino tinha passado perto e lhe dado três tapinhas nas costas. (Fernando Bonassi, *Folha de S.Paulo*, 25/3/1998, p. 4-2)

(24) Segundo a fonte, Franco teria constatado o enfraquecimento de Arida, pelo fato de terem sido debitados a ele os erros na mudança cambial, e oferecido sua saída como única alternativa de fortalecê-lo. Mas FHC teria recusado, e lhe dito que ele só sairia se fosse para um cargo maior. (Luís Nassif, *Folha de S.Paulo*, 22/3/1995, p. 2-3)

(25) Até recentemente o risco de contágio parecia pequeno. A Espanha havia com sucesso se deslocado do grupo de países periféricos da zona do euro com os rendimentos de títulos mais punitivos. (*Carta Capital*, 8/12/2010, p. 74)

(26) Com um pretexto inusitado para uma operação desse porte, se não surreal: o fundador do WikiLeaks teria continuado a fazer sexo com uma sueca depois da ruptura de seu preservativo e se recusado a usá-lo com outra. (*Carta Capital*, 8/12/2010, p. 58)

É muito curioso que os mesmos defensores mais estritos do purismo linguístico, que fazem campanha contra o pronome oblíquo em início de frase, que ainda empregam mesóclise, não só deixem passar sem comentários negativos a próclise ao particípio como também a empreguem em seus escritos. Isso só evidencia que a prescrição purista se faz de modo tão subserviente à tradição normativa (e tão cego a qualquer reflexão mais atenta aos fenômenos linguísticos) que aquilo que não aparece codificado nela — ainda que tão "errado" quanto outros fatos registrados — passa como se nem sequer existisse e é empregado sem susto e sem sobressalto.

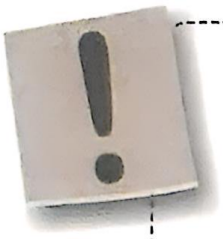
Podemos sintetizar as ocorrências da regra única de colocação dos clíticos no PB no seguinte quadro:

REGRA ÚNICA	AMBIENTE SINTÁTICO	EXEMPLO
No PB os clíticos se posicionam sempre antes do verbo principal (próclise).	INÍCIO DE FRASE	*Me incomoda* muito o comportamento de Ana.
	AUX + INFINITIVO	Ana disse que *pode te ajudar.*
	AUX + PART PASS	Ana *tem* nos *ajudado* bastante.
	AUX + GERÚNDIO	Ana *estava te procurando.*
	AUX ... PART PASS	Ana *tinha* chegado cedo de manhã e *me telefonado.*
	IMPERATIVO	*Se vire* para eu ver como ficou a saia!

A chamada *próclise absoluta* — o início de uma sentença com um clítico — só ocorre com as formas *me/te/se* e, mais raramente, *nos*. Algumas pessoas, na mesma hibridização de forma "correta" com forma "errada" (na perspectiva normativa), forçam o uso dos clíticos *o/a/os/as* em próclise absoluta, mas é puro artificialismo, visto que sabemos há muito tempo que esses clíticos já desapareceram do VGB — justamente por só ocorrerem em CTM, esses clíticos, quando empregados, não aparecem em início de sentença.

Sobre a mesóclise, nem vale a pena comentar. Seu artificialismo é tamanho que os manuais de redação das grandes empresas jornalísticas já baniram de vez essa colocação para o arquivo morto das formas linguísticas extintas.

Não é preciso ensinar nenhum falante de PB a usar os clíticos — como não é preciso ensinar a nenhum falante de nenhuma outra língua. Basta deixar fluir livremente a gramática intuitiva de todos nós, que só conhece uma única regra de sintaxe dos clíticos: a próclise ao verbo principal. *É perfeitamente legítimo iniciar sentença com os oblíquos!* Assim ocorre em espanhol e em italiano, línguas que, como o PB, apresentam clíticos que não são partículas átonas (como em português europeu e em francês, por exemplo), mas sim partículas *semitônicas* que se sustentam sozinhas sem precisar se apoiar em nenhuma palavra anterior a elas.



No entanto, como já se repetiu aqui diversas vezes, é função da educação linguística na escola apresentar aos alunos as outras possibilidades de colocação dos clíticos — a ênclise, outros casos de próclise (ao verbo auxiliar, por exemplo) e até mesmo a mesóclise. Com isso eles estarão enriquecendo seu repertório linguístico e tomando ciência de recursos que, eventualmente, poderão lhes ser úteis, lhes poderão ser úteis, poderão ser-lhes úteis e mesmo poder-lhes-ão ser úteis. Esse conhecimento nos permite, por exemplo, usar a ênclise para efeitos humorísticos (*onde está-la? cadê-la?*), para conferir ritmo à sentença, principalmente na composição poética e poética musical, em que o acento tônico que incide sobre a rima pode exigir, por razões de métrica, uma ênclise ou uma próclise ao verbo auxiliar, entre tantos outros motivos (por exemplo, na canção "Menino do Rio", de Caetano Veloso, em que o compositor faz um jogo sonoro em "coração de eterno flerte, adoro ver-te"). O que não é possível, por ser autoritário, é querer impedir as pessoas de usar sua língua tal como ela é constituída e substituir as regras da gramática dessa língua por prescrições artificiais que só se ajustam à língua de um outro povo, do outro lado do Atlântico.

15.5 Os desdobramentos de *LHE*

15.5.1 O lhe *de 2ª pessoa é sempre dêitico*

No uso do IP-oblíquo lhe os falantes do português brasileiro se comportam de modo muito diferente do previsto na TGP. Sabemos que o lhe tem uma distribuição que poderíamos chamar de regional, porque não é em todas as variedades do PB que ele ocorre com frequência, sendo mais comum em alguns falares nordestinos (Bahia e Ceará, por exemplo) e em determinadas camadas sociais no Rio de Janeiro. Sua forma no plural, lhes, conforme já dissemos, nunca aparece na fala espontânea de nenhum brasileiro. Além disso, quando empregado na língua falada, o lhe jamais se refere a ele ou ela — ou seja, nunca é pronome —, mas única e exclusivamente a *você*/tu, — ou seja, é um índice de pessoa que o falante usa para designar sempre seu interlocutor: é um elemento dêitico e não anafórico [▸465]. O lhe, portanto, vale o mesmo que o te, de uso mais difundido no português brasileiro, como já vimos no quadro acima.

15.5.2 Objeto indireto e também direto

Além disso, o lhe não funciona somente como objeto indireto (como quer a tradição normativa), mas também como objeto direto. Pelas regras de uma "gramática da língua portuguesa" que não é a nossa, o lhe só poderia ser usado com verbos que regem as preposições a e para: "Eu lhe telefonei" = "Eu telefonei a/para você". Com verbos transitivos diretos, deveríamos usar o/a: "Eu a vi ontem na rua, a chamei, mas você não me escutou". É claro que falar assim soa absolutamente artificial e pedante para os ouvidos de quem fala português brasileiro.

Meio século atrás, um dos nossos mais importantes filólogos — o sempre lúcido Antenor Nascentes (1886-1972) — escreveu um texto lapidar sobre o uso do *lhe* no português brasileiro:

> No português do Brasil aparece *lhe* [...] como objeto direto, sob a condenação unânime dos gramáticos.
> Até hoje os gramáticos se têm recusado a admitir este fato da língua. A quem conhece a mentalidade retrógrada e ultraconservadora dos gramáticos o fato não parece estranho.
> Os que, respeitando embora os ditames razoáveis da gramática, olham para a evolução natural da língua e aceitam os fatos consumados contra os quais é inútil lutar, pensam de outro modo e admitem *lhe* como objeto direto.
> Eu pertenço a este número.
> Na linguagem corrente, o emprego de *lhe* dativo se atenuou, usando-se de preferência as expressões *a ele, para ele, a você, para você.*
> É a tendência analítica da língua.
> Eis o primeiro passo para o novo valor.
> Este pronome desvalorizado, por efeito da analogia [...] foi utilizado para completar uma série, ao lado de *me* e *te.*

> *Me* e *te* servem para acusativo [objeto direto] e dativo [objeto indireto]. A *lhe*, da terceira pessoa, dativo, correspondia *o*, *a*, para acusativo. Que fez a língua? Para uniformizar, deu a *lhe* a função de acusativo e assim ficou: *me* acusativo e dativo, e *lhe*, também, acusativo e dativo. (Nascentes, [1960] 2003: 447)

Prossegue o autor dizendo que tal emprego de lhe "não é recente" e parte para uma série de citações — literárias — em que ocorre o uso acusativo desse índice de pessoa. Oferece exemplos, raros, da língua arcaica e clássica, mas logo demonstra a expansão desse emprego do lhe na língua literária moderna e contemporânea. Em sua lista, que se inicia na primeira metade do século XIX e prossegue até a época de produção do artigo, aparecem Martins Pena, Juvenal Galeno, Adolfo Caminha, Virgílio Várzea, Fagundes Varela, Machado de Assis ("Não lhe acusem de estrangeirismo"), Artur Azevedo, Jorge de Lima, Marques Rebelo, Armando Caiuby, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Rui Santos... Refere também uma observação de Machado de Assis em que o autor de *Dom Casmurro* escreveu, numa crônica de 1894:

> A palmatória dos gramáticos pode punir esta expressão; não importa, o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrécia.

Nascentes chama a atenção para o fato de que o lhe acusativo (isto é, objeto direto) "aparece quase sempre na alocução", ou seja, como já examinamos, na conversa, no diálogo, e "aplica-se sempre a pessoas", nunca a objetos inanimados. E conclui seu sucinto, mas valioso estudo dizendo:

> Qual a conclusão que se deve tirar de todos estes fatos?
> A de que *lhe* se emprega equivalentemente a *o*, *a* e de que está ganhando terreno cada vez mais.
> Por que então não legitimar de uma vez este emprego?
> Porque os gramáticos, com seu espírito retrógrado e ultraconservador, a isso se opõem.
> No dia, certamente remoto, em que eles aceitarem o fato consumado, nossa língua (a falada no Brasil) terá feito o que os espanhóis há muito tempo fizeram.
> Não importa que o emprego não exista em Portugal. (*id.*, p. 451)

O texto fala por si, dispensa comentários.

Como ocorre inevitavelmente nos processos de mudança linguística, o uso de lhe como objeto direto se estendeu da língua falada para a língua escrita. Veja os seguintes exemplos em que ocorre a correlação você→lhe-objeto direto:

(27) **PEIXES (20 fev. a 20 mar.)** Clima de fim de mês bom para você, que hoje encontra eco alheio para seus impulsos de ruptura, contra a mesmice e a monotonia. Suas parcerias podem estar até conturbadas e caóticas, mas é assim mesmo que você tem de seguir adiante. Isso lhe provê de inspiração, criatividade. (www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3004200901.htm)

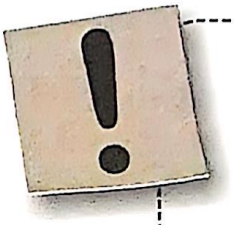
(28) O título traduz o desejo de reproduzir o clima leve dos encontros informais. "Você escreve sobre o que lhe indigna. Mas boa parte do desconforto você só extravasa nas reuniões com amigos, na macarronada de domingo", conta o ator, aqui dirigido por Jô Soares, com quem trabalhou recentemente em "Às Favas com os Escrúpulos". ([Juca de Oliveira] www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2404200908.htm)

(29) CRIANÇA: Eu ouvi dizer que na terra há homens maus, Quem me protegerá? DEUS: Seu anjo lhe defenderá, mesmo que isto signifique arriscar a própria vida. (zerohora.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,getBlog&pg=1&template=3948.dwt&section=Blogs&tipo=1&coldir=1&uf=1&local=1&blog=475&post=177272&siteId=409)

(30) Se você me perguntar se tenho um projeto acabado para ser candidato em 2010, eu diria que não. Se você inverter a pergunta para saber se eu gostaria de ser governador, eu lhe diria que sim. Se eu disser que não, lhe autorizaria a me chamar de mentiroso e hipócrita. (www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_3/2008/10/28/noticia_interna,id_sessao=3&id_noticia=44010/noticia_interna.shtml)

(31) Tem alguém que quando está perto de você lhe deixa sem jeito, pouco à vontade? (http://www.tudoresponde.com.br/outros-relacionamentos/tem-alguem-que-quando-esta-perto-de-voce-lhe-deixa-sem-jeito-pouco-a-vontade-33117.html)

Um fenômeno curioso que se observa é que, muito frequentemente, as pessoas usam lhe em correlação com você porque foram ensinadas a não "misturar" você e te. No entanto, ao usarem o lhe, empregam esse IP como objeto indireto e direto, sem saber que assim escapam de um suposto "erro" para cair em outro.



Colega docente, não perca tempo tentando ensinar a seus alunos e às suas alunas que o IP oblíquo lhe só é usado como objeto indireto. Não é verdade! Ele também é empregado como objeto direto há muito tempo, inclusive por nossos melhores escritores, como Antenor Nascentes demonstrou há meio século. Vamos usar o precioso tempo de sala de aula para coisa mais importante, como a leitura e a escrita, a releitura e a reescrita?

15.6 Os possessivos

Aos índices pessoais também estão vinculados os indicadores de posse, mais conhecidos como possessivos. Entram nesse capítulo porque concordo com M. H. Moura Neves, quando ela afirma que "o pronome possessivo é uma subclasse do pronome pessoal" (2008: 613).

Eles apresentam uma particularidade que os diferencia dos demais IP, que é a função *pronominal* que podem exercer, além da função determinante. Do ponto de vista formal, os pronomes possessivos do PB, ao contrário de outras línguas, não apresentam diferença com relação aos determinantes possessivos: quando pronomes, eles apenas recebem um artigo: o meu, o teu, o nosso etc. Compare com o espanhol — mi, tu, su; el mío, el tuyo, el suyo — e o francês — mon, ton, son;

le mien, le tien, le sien. O italiano se assemelha ao PB nesse aspecto, pois não há alteração de forma: mio, tuo, suo; il mio, il tuo, il suo. Curiosamente, e talvez por causa dessa semelhança de forma entre determinantes e pronomes, tanto o PB quanto o italiano usam o artigo diante do possessivo: a minha casa (*la mia casa*), o meu amigo (*il mio amico*) etc.

O emprego do artigo diante do determinante possessivo no *corpus* do NURC-Brasil foi estudado por M. H. Moura Neves, que obteve os seguintes resultados (2008: 586):

DETERM + SN POSSESSIVIZADOS	355	100%	
determinante [+definidor]	342	96%	artigo: 337 (99%)
determinante [–definidor]	13	4%	*um*: 11 (85%)

Como se vê, o emprego do artigo antes do SN possessivizado (*o meu melhor amigo*) tem a franca preferência dos brasileiros. Com o quantificador indefinido *um*, a autora lembra que em sua maioria os possessivos vinham *pospostos* ao nome (*um amigo meu*)

Aqui vamos tratar dos possessivos referentes à 1ª e à 2ª pessoas. No próximo capítulo, abordaremos os possessivos referentes à não-pessoa.

15.6.1 Origem dos possessivos

Nossos possessivos provêm diretamente dos possessivos do latim vulgar, no caso acusativo:

	1ª PESSOA				2ª PESSOA			
	SINGULAR				SINGULAR			
	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO	
	sing	*plur*	*sing*	*plur*	*sing*	*plur*	*sing*	*plur*
LATIM	meu	meos	mea	meas	tuu	tuos	tua	tuas
PORT	meu	meus	minha	minhas	teu	teus	tua	tuas
	PLURAL				PLURAL			
	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO	
	sing	*plur*	*sing*	*plur*	*sing*	*plur*	*sing*	*plur*
LATIM	nostru	nostros	nostra	nostras	vostru	vostros	vostra	vostras
PORT	nosso	nossos	nossa	nossas	vosso	vossos	vossa	vossas

Algumas observações merecem ser feitas acerca das mudanças ocorridas do latim para o galego e, posteriormente, o português:

- mea > mia > mĩa > minha → a forma mia, pronunciada em duas sílabas, se transformou em mĩa, também em duas sílabas e com vogal tônica nasal, por

influência do [m] inicial (é o mesmo fenômeno que nos leva a pronunciar a palavra escrita *muito* com um ditongo nasal). Pelo fenômeno do sândi [▶300], o hiato foi preenchido por uma extensão da nasalidade, fazendo surgir a forma ['mĩɲa]. Em algumas variedades regionais mais conservadoras foneticamente, como as nordestinas, ainda podemos ouvir ['mĩ-a], sem sândi, tal como ainda ouvimos ['ũ-a] para o que se escreve uma.

- tuu > teu → poderíamos esperar uma forma *tuo, mas por analogia com meu, os possessivos da 2ª do singular foram refeitos por força do paralelismo dos paradigmas (*meu / teu / seu*).
- nostru > nosso; vostru > vosso → o grupo -str- se transformou, por força da assimilação, em -ss-.

Na língua medieval, os determinantes possessivos femininos se distinguiam dos pronomes possessivos femininos: havia as formas mia, ta, sa / mas, tas, sas como determinantes, e mĩa, tua, sua / mĩas, tuas, suas como pronome:

(32) Que fazes que te andas trabalhando das terreaes cousas. Mais ta alma é no ceeo. (Machado Filho, 2009: 49)

(33) Nõ te avondava quantas maneiras de gentes mi tolhisti e deles fezesti sacrificio ao teu Deus? E de mais hora tolhisti-mi de todo em todo mha grande asperança. Ay maa velhice. Jamais nõ sofrerey os que se a ti tornarem. Maldito seja o dia em que tu naçisti por seeres meu contrayro. Ca as tas lagrimas mi derribarom e mi destroyram mha casa. E mha asperança é confonduda de rayz. (*ibid.*, 66)

(34) Este era filho dũũ que havia nome Esicio e sa madre chamavam Marabana. (*ibid.*, 70)

15.6.2 Novos possessivos

Com o desenvolvimento de novos índices de pessoa, também se desenvolveram novos possessivos. O IP de 2ª pessoa você traz, de sua origem como forma de tratamento, os possessivos seu/sua/seus/suas. No entanto, assim como ocorre com os oblíquos, os possessivos referentes a tu e a você são usados indiferentemente na correlação com esses índices pessoais:

(35a) Você ainda não terminou esse seu/teu trabalho?

(35b) Tu ainda não terminou /-aste esse teu/seu trabalho?

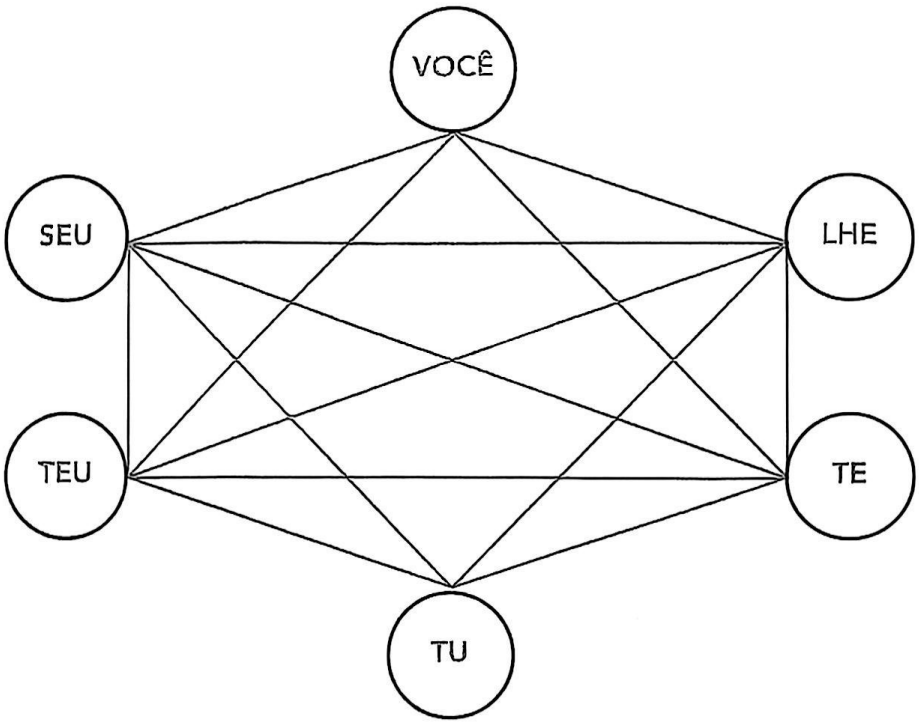
(36) Só que tem o seguinte, você tem, você vê esse dinheiro do teu imposto sendo aplicado, é, em restauração de rua, você não tem as ruas esburacadas que tem no Rio. (NURC/RJ/012)

(37) você tem muitos amigos? como é que é tua vida social? como é que é teu grupo de pessoas? costuma sair muito? e com muitas pessoas? (NURC/RJ/015)

(38) Então né, como é que a gente vai querer ser, poder criticar alguma coisa, se você não tá fazendo nada, nem por você nem pelo social, tá parado no teu lugar, né, até que ponto você não tá sendo instrumento, reprodutor desse sistema político ultrapassado. (NURC/RJ/002)

(39) e::e na tua opinião você aí mais como...pediatria você acha que...é uma coisa que,,, causa digamos um mal irreversível na vida da criança essa essa ausência de esporte? (NURC/SSA/231)

(40) na missa você não tem mais aquele tipo de comunhão que se tinha antigamente,,, se ajoelhava ali no pé do padre,... ia contar tua vida que às vezes ele fazia coisa muito pior do que você, né? (NURC/REC/256)



Quando se trata de vocês, no plural, o possessivo se expressa exclusivamente de forma analítica, de vocês:

(41) é... então eu deixo com vocês... a análise de... através da própria observação de vocês... ou vivência... da realidade social essa que vocês conhecem... porque vivem nela... têm de conviver com ela [...] então isso é muito sé:rio... e a responsabilidade de vocês... co:mo futu:ros profissionais do direito ainda se torna maior... [...] é uma citação... para levantar assim num é? o humor de vocês... quanto ao direi:to... (NURC/REC/337)

Sabemos, por nossos usos diários da língua, que o possessivo seu, na língua falada espontânea, se refere única e exclusivamente a você e jamais à não-pessoa. A única sobrevivência de seu, na língua falada, com referência à não-pessoa é a fórmula fixa cada um [verbo] o seu. Os possessivos referentes à não-pessoa na língua falada são sempre dele / dela / deles / delas.

Quanto aos IP de 2ª pessoa o senhor / a senhora, os possessivos alternam entre seu / sua / seus / suas e do senhor / da senhora. No plural, o possessivo é de vocês e, raramente, dos senhores / das senhoras.

O IP de 1ª pessoa do plural a gente atrai para si os possessivos nosso / nossa / nossos / nossas, sintéticos, e também a forma analítica da gente:

(42) a gente vê essa obra hoje com outros olhos com os nossos critérios... de beleza... e os nossos critérios de valor estético... (NURC/SP/405)

(43) que é que a gen/ no nosso tempo o que é que a gente fazia como é que era...a::a verificação no nosso tempo de escola. (NURC/SSA/231)

(44) em casa é:: os aniversários da gente, né? mas aí é só os amigos da família não não faço questão de fazer nada, né? [...] não sabem exigir ou também é proibido passar qualquer casti::go alguma coisa assim que no tempo da gente tinha, né? (NURC/POA/045)

(45) e hoje quando a gente senta... e:: para fazer uma obra de arte... mais ou menos... a gente se dispõe... a gente para aquela vida cotidiana da gente... a gente se tranca em

algum ambiente se possível põe um aventalão:: e se fantasia de artista... é algo desligado de nossa vida quer dizer é uma faceta que a gente assume um papel novo... (NURC/SP/234)

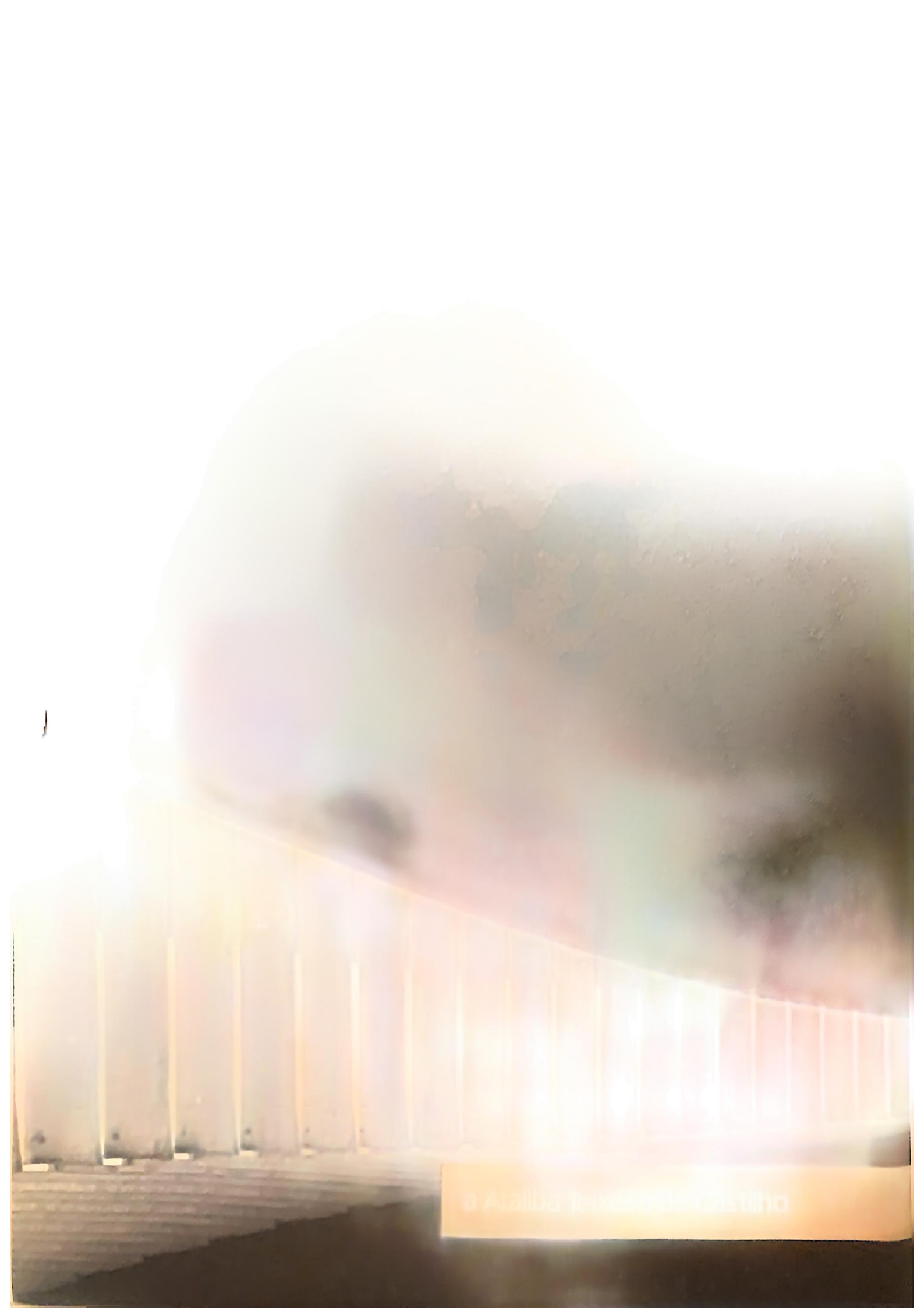
Por fim, cabe lembrar que também tem valor possessivo os IP do caso oblíquo — me, te, lhe, nos, lhes — em construções como:

(46) se ele fizer uma tradução, é, vejam bem, ele não pode alterar aquela comunicação, (es)tá? é, nós (es)tamos aqui caracterizando a maneira como ele atua sobre uma comunicação, ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-lhe o sentido. (NURC/POA/278)

Não por acaso, essa ocorrência se deu numa aula de universidade, num curso de direito, ou seja, num contexto de interação altamente monitorado. De fato, essas construções praticamente não ocorrem na língua falada espontânea e, mesmo nos gêneros escritos, é de baixa frequência de uso. Em canções populares das décadas de 1940 e 1950, cujas letras muitas vezes imitavam o gosto parnasiano, encontramos versos como "Quero beijar-te as mãos", título de uma canção que fez sucesso na voz de Anísio Silva.

Uma síntese dos possessivos de 1ª e 2ª pessoas do PB é o que apresentamos no quadro a seguir:

1ª PESSOA		2ª PESSOA	
SINGULAR		SINGULAR	
MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
meu(s)	minha(s)	teu(s) seu(s) do senhor	tua(s) sua(s) da senhora
PLURAL		PLURAL	
MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
nosso(s)	nossa(s)	seu(s) dos senhores	sua(s) das senhoras
da gente		de vocês	



16

de monstros e demonstrações

os mostrativos

O termo mostrativos foi sugerido por Atalíba de Castilho (1993) para designar um conjunto de palavras que, na tradição gramatical, ocorriam dispersas em outras classes. O melhor exemplo dessa dispersão é a pequenina palavra o (e flexões) que aparece ora como "artigo definido", ora como "pronome demonstrativo" e ora como "pronome pessoal". Já vimos que o rótulo *pronome* é mais adequado para designar uma função do que uma classe de palavras. Sobra o artigo, do qual vamos tratar adiante.

Nessa classe dos mostrativos, seguindo a sugestão de Castilho, vamos incluir as seguintes palavras:

- o(s) / a(s)
- ele(s) / ela(s) / lhe(s) / se / si
- esse(s) / essa(s) / este(s) / esta(s) / aquele(s) / aquela(s)
- isso / isto / aquilo

Essas palavras compartilham diversos traços, tanto no plano diacrônico quanto no plano sincrônico: todas provêm de uma mesma classe gramatical latina (com exceção de *se*/*si*, que não fazem parte da lista original de Castilho) e todas se prestam à verificação da identidade, à representação da foricidade e da dêixis [▶455], além de não coocorrerem, isto é, onde está uma delas não pode estar a outra, "o que demonstra sua integração na mesma classe gramatical" (Castilho, 2010: 497).

No que diz respeito à foricidade e à dêixis, os mostrativos se distribuem num contínuo que podemos representar assim:

Como se percebe, alguns membros da classe funcionam tanto como dêiticos quanto como anafóricos, enquanto outros membros só atuam como anafóricos.

Os mostrativos de não-pessoa que atuam como pronomes são eminentemente anafóricos, pois na retumbante maioria das vezes em que ocorrem eles retomam algo que foi explicitado anteriormente (exatamente como o *eles* que acabei de usar e vou usar a seguir novamente). Eles só têm valor dêitico quando a não-pessoa do discurso está presente no contexto e um dos interlocutores aponta, literalmente, para ela e diz:

(1) — Aceito trabalhar com qualquer um, menos com el*e*! [*apontando para Ivo*]

Na língua escrita, esse contexto pode ser mimetizado, mas então o pronome de não-pessoa se torna *catafórico* (ocorre *antes* do nome):

(2) Durante a reunião, Elvira pediu a palavra e disse:
— Aceito trabalhar com qualquer um, menos com el*e*! — e dirigiu o dedo em riste para Ivo.

16.1 Um pouco de etimologia

Antes de passar ao estudo pormenorizado dos membros dessa classe, vamos nos deter um pouco na etimologia do verbo mostrar.

Em latim existia o verbo monstrare ('mostrar, indicar, designar'), derivado do substantivo monstrum. À primeira vista, pode parecer estranho que haja uma relação de parentesco entre esses dois termos, principalmente se lembramos que *monstrare* nos deu o verbo mostrar, enquanto *monstrum* nos deu monstro, com os sentidos que bem conhecemos.

Ora, a palavra monstrum, por incrível que pareça, tinha um sentido *religioso*. Ela designava algum ser ou objeto extraordinário que revelava a vontade dos deuses. Essa coisa extraordinária quase sempre se materializava na forma de um ser medonho, aterrador, que os deuses colocavam diante dos homens para puni-los por algum malfeito — o exemplo clássico é o da Esfinge, colocada pela deusa Hera à entrada da cidade de Tebas como punição pelo assassinato do rei tebano Laio (pai de Édipo que, por sua vez, derrotará a Esfinge ao decifrar o famoso enigma que ela propunha a todos os que tentavam entrar em Tebas).

Na palavra mon.strum ocorre a raiz do verbo mon.ere, 'fazer pensar, fazer lembrar; chamar a atenção para; advertir' etc. O *monstro* enviado pelos deuses era, portanto, um lembrete, uma chamada de atenção aos seres humanos para que se conscientizassem do erro que tinham cometido.

Na sua vertente popular, o verbo latino monstrare perdeu, em galego, a consoante nasal [n] diante de [s], resultando em mostrar (o mesmo se deu com *pensare* > *pesar*; *mense-* > *mês*; *mensa* > *mesa*; *ansa* > *asa* etc.). Em sua vertente erudita, o [n] reaparece em palavras como demonstrar, indemonstrável etc.

O verbo *monere*, por sua vez, remonta a uma raiz indo-europeia, men, 'pensamento; estado mental', que gerou muitos frutos importantes, que não vamos elencar aqui. Mas vale a pena men.cionar a palavra latina mens, cujo acusativo mente(m) está na origem da nossa palavra mente. Dessa mesma palavra deriva o verbo mentior, 'dizer mentira' e, é claro, a nossa mentira.

Essa mesma raiz indo-europeia está na origem do verbo latino memini, 'ter no espírito, lembrar-se', relacionado, por sua vez ao adjetivo memor, 'que se lembra; que se recorda', e ao substantivo memoria. Ela também está presente na palavra re.min.iscentia, 'reminiscência, lembrança'.

O nosso verbo lembrar, por menos que aparente, provém do latim memorare. Em sua 1ª pessoa do singular, esse verbo era proparoxítono: mémoro. Conforme já vimos em nosso capítulo de fonologia histórica [▶154], as vogais postônicas de palavras

proparoxítonas tendiam a sofrer síncope, de modo que de mémoro resultou inicialmente uma provável forma *mem'ro. Como o encontro mr não se enquadra nas combinações permitidas pelo sistema fonológico da língua, o [m] se desdobrou em sua homorgânica bilabial oclusiva [b], gerando a forma membro (cp. francês *nombre*, derivado de **nom're* > *nómeru-* > *númeru-*). Por ser um verbo de emprego muito frequente, ele sofreu diversas mutações: membro > nembro > lembro.

A raiz em sua forma mon- ocorre também em mon.umentum, 'monumento', algo que serve para lembrar, recordar um fato histórico etc. Também aparece em ad.mon.ere, verbo que em latim vulgar se tornou *ad.mon.estare, origem do nosso admoestar, 'advertir'.

Para comprovar que as palavras percorrem ao longo do tempo diversas trilhas semânticas, a ponto de assumirem sentidos totalmente diversos dos que tinham em sua origem, vamos citar o caso da palavra moeda, derivada do latim mon.eta. O que teria a ver a moeda com a lembrança, o pensamento, a advertência? A resposta quem nos dá é o dicionário *Houaiss*:

> Na Roma antiga, *Moneta* era o templo de Juno, onde se cunhavam as moedas; era, pois, a casa da moeda, do v. *monére* 'avisar, advertir'; o cognome é atribuído à deusa Juno por ela ter em certa ocasião avisado os romanos sobre um tremor de terra; o nome do lugar estende-se à própria cunhagem e, finalmente, fixa-se a acp. 'moeda, metal amoedado'.

Por fim, a raiz indo-europeia *men- assumiu em grego, entre outras, a forma mn-, que encontramos em mne.mônico ('que serve para lembrar'), a.mn.ésia ('falta de memória') e em ana.mn.ese ('na missa, oração que se diz após a elevação e que celebra a paixão, a ressurreição e a ascensão do Redentor'; 'histórico que vai desde os sintomas iniciais até o momento da observação clínica, realizado com base nas lembranças do paciente'). Ah, e também na santa a.mn.estesia (anestesia), que nos faz esquecer das dores na cadeira do dentista. A anestesia é parenta próxima da anistia (de a.mn.istia), ou seja, o perdão na forma de 'esquecimento' das dívidas ou dos crimes. A deusa grega que representava a memória se chamava Mnemósine e, com Zeus, era a mãe das nove Musas.

16.2 De onde vieram esses monstros?

Todos os mostrativos que apresentamos acima procedem de uma mesma classe gramatical latina: a dos demonstrativos (com exceção de se/si, pronomes reflexivos da não-pessoa).

Nunca é demais repetir que a língua latina desconhecia os artigos, assim como os pronomes de não-pessoa. No desenvolvimento das línguas românicas é que essas palavras surgiram, trazidas da classe dos demonstrativos latinos. Essa gramaticali-

zação *demonstrativo > artigos* e *demonstrativo > não-pessoa* se verifica em diversas línguas do mundo.

No quadro abaixo, mostramos a evolução ocorrida desde os demonstrativos latinos até os mostrativos do português:

LATIM CLÁSSICO	LATIM VULGAR	PORT. ARCAICO	PORT. ATUAL
1. **ĭlle** NOMINATIVO		el / eles / eis	ele(s) / eis
2. **ĭlla** NOMINATIVO			ela(s)
3. **ĭllud** NOMINATIVO		elo	
4. **ĭllum** ACUSATIVO	*lo		o
5. **ĭllam** ACUSATIVO	*la		a
6. **ĭllos** ACUS. PLUR.	*los		os
7. **ĭllas** ACUS. PLUR.	*las		as
8. **ĭlli** DATIVO	*li	li	lhe
9. **ĭllis** DATIVO PLUR.	*lis	lis	lhes
10. **se** ACUS. / ABLAT.		xe	se
11. **sibi** DATIVO			si
12. **ĭpse** NOMINATIVO			esse(s)
13. **ĭpsa** NOMINATIVO			essa(s)
14. **ĭpsum** NOMINAT.		esso	isso
15. **ĭste** NOMINATIVO			este(s)
16. **ĭsta** NOMINATIVO			esta(s)
17. **ĭstud** NOMINAT.		esto	isto
	18. ***accu-ĭlle**	aquel / aqueis	aquele(s)
	19. ***accu-ĭlla**	aquela	aquela(s)
	20. ***accu-ĭllud**	aquelo	aquilo
	21. ***accu-ĭste**	aqueste	
	22. ***accu-ĭsta**	aquesta	
	23. ***accu-ĭstud**	aquesto / aquisto	

Os demonstrativos 1-9 (*ĭlle, ĭlla, ĭllud* etc.) tinham em latim o sentido dos nossos demonstrativos atuais *aquele, aquela, aquilo* etc. Eles se referiam, portanto, ao que estava longe do locutor e do alocutor. Eram empregados frequentemente em situações onde hoje usamos ele/ela, o que já prenunciava sua gramaticalização como pronomes-sujeito. Para indicar o que estava mais perto da 1ª pessoa, o latim tinha os demonstrativos *hic, haec, hoc* etc. Para o que estava mais perto da 2ª pessoa, *ĭste, ĭsta, ĭstud* (15, 16 e 17 acima). Exemplos de seu uso:

(3) *in illo loco* → naquele lugar
(4) *in illo tempore* → naquele tempo, então
(5) *Genitor et mater adest: ambo miseri, sed justiu illa.* → "Estão presentes o pai e a mãe: ambos lastimando-se, porém (aqu)ela com mais razão" (Ovídio).

No exemplo de Ovídio, fica bem claro por que esses demonstrativos se gramaticalizaram como pronomes da não-pessoa: justamente por serem demonstrativos, eles apontam e retomam ao mesmo tempo algo que já foi referido anteriormente (no caso, *mater*, 'mãe') — exatamente o que fazem os pronomes de não-pessoa.

Esses demonstrativos tinham como sílaba tônica um ĭ breve que se transformou regularmente num [e] fechado (como em *pĭra* > *pêra*): ele. No feminino, a abertura do [e] em [ɛ] se deve à influência do [a] final: ela.

Os demonstrativos 12-14 (*ĭpse* etc.) tinham em latim o sentido de 'ele mesmo, ela mesma, isso mesmo' etc. Aliás, a palavra mesmo provém de uma forma do latim vulgar °metípsimus, formado de met-, partícula que se juntava aos índices de pessoa para pôr em evidência a pessoa por eles indicada, mais o superlativo de ĭpse, 'mesmo' — a forma °metípsimus era enfática, algo como 'esse mesmíssimo aí'.

O -p- do grupo -ps- sofreu assimilação e se tornou idêntico ao outro -s. A vogal tônica também era um ĭ breve que se transformou em [e] fechado. A mesma harmonização vocálica que deu origem a [ɛla] ocorreu na formação de [ɛsa]. Em latim, portanto, esses demonstrativos não se referiam àquilo que está próximo da 2ª pessoa do discurso, como viria a ocorrer no português clássico.

Os demonstrativos 15-17 (*ĭste* etc.) especificavam aquilo que estava perto da 2ª pessoa do discurso (em oposição a *hic, haec, hoc* etc., que indicavam o que estava perto da 1ª pessoa). Só mais tarde, portanto, viriam a designar, no português clássico, aquilo que está mais perto da 1ª pessoa. Os mesmos fenômenos fonéticos que ocorreram com os demonstrativos anteriores também se verificam aqui: vogal tônica ĭ breve > [e] fechado; feminino [ɛsta] por harmonização vocálica.

A palavra eccum, que era empregada em latim vulgar como reforço dos demonstrativos, assumiu a forma °accu, sob influência de atque/ac ('e por outro lado', 'e até mesmo'). Unindo-se aos demonstrativos *ĭlle* etc., deu origem aos nossos mostrativos 18-20 (aquele, aquela, aquilo).

As formas do plural dos mostrativos 1-2 e 12-19 não provêm diretamente do latim: são analógicas, formadas pelo acréscimo da terminação de plural às formas do nominativo singular.

No quadro podemos ver mostrativos que foram bem usados na fase arcaica da língua, mas logo desapareceram: elo (cf. espanhol ello), aqueste/aquesta/aquisto (cf. italiano questo, questa etc.). O mostrativo elo, do gênero neutro, se referia a coisas, eventos, situações etc. Mas perdeu espaço para isto, isso e aquilo.

Os mostrativos conservam os últimos vestígios do gênero neutro, que desapareceu nas línguas românicas. São as formas isso, isto, aquilo (e o extinto aquisto) que, ao

contrário das formas masculinas e femininas, mais versáteis, funcionam exclusivamente como *pronomes*.

Quando ocorriam em próclise, isto é, antes do verbo do qual eram o sujeito ou do nome do qual eram o determinante, os mostrativos ele e aquele perdiam sua última vogal: el (cf. espanhol él) e aquel (cf. espanhol aquél). O plural eles sofreu a síncope regular do -l- intervocálico, resultando em *ees e logo em eis. Essa forma se conserva até hoje em dialetos portugueses e em muitas variedades do PB.

Vale a pena chamar a atenção para a já mencionada palavrinha o (e flexões) que provém do latim vulgar *lo, derivado por sua vez de ĭllu-. É uma palavra só com uma origem — não se trata, portanto, de formas convergentes [▶266]. Quando a tradição gramatical obriga essa palavra a se desdobrar, de modo a ocupar três classes diferentes (artigo, demonstrativo, índice de não-pessoa), o que está em jogo, de fato, não é a noção de *classe* e sim a de *função*. Vamos nos ocupar disso mais adiante.

As formas masculinas *este*, *esse* e *aquele* se combinaram com *outro*, fazendo surgir estoutro, essoutro e aqueloutro (com seus correspondentes femininos estoutra, essoutra e aqueloutra).

Os demonstrativos latinos de 1ª pessoa (*hic*, *haec*, *hoc* etc.) sobreviveram em alguns poucos advérbios: *hac hora* > agora; *hac anno* > ogano (arcaico); *per hoc* > pero (arcaico).

16.2.1 Os mostrativos e suas funções

Vimos que os mostrativos atuais se distribuem ao longo de uma escala que vai do [+dêitico] ao [+anafórico]. Isso faz que eles tenham, além de propriedades comuns, algumas particularidades de uso que nos permitem separá-los em conjuntos específicos. Vamos chamar esses conjuntos pelos seguintes nomes:

1. ARTIGOS [+dêiticos] → o(s) / a(s)
2. DEMONSTRATIVOS [+dêiticos / +anafóricos] → esse(s) / este(s) / aquele(s) / essa(s) / esta(s) / aquela(s) / isso / isto / aquilo
3. PRONOMES DA NÃO-PESSOA → [+anafóricos] ele(s) / ela(s) / lhe(s) / se / si

16.3. O ARTIGO

16.1 Origem do nome. História dos artigos

O termo latino artus significava 'membros do corpo; articulações, junturas do corpo'. Seu uso, no entanto, era raro. Mais frequente era o emprego de seu diminutivo

articulus, com os seguintes significados: (i) articulação, juntura do corpo; (ii) nós das árvores; (iii) momento preciso, ocasião, circunstância; (iv) divisão, seção, capítulo.

Herdamos parte desses sentidos quando, na medicina, falamos das *articulações* do corpo; quando empregamos a expressão *em artigo de morte*, isto é, no momento de morrer; e quando, em diversas áreas, empregamos *artigo* como uma divisão, seção, item etc. que se articula com os demais: os artigos de uma lei; os artigos que compõem uma publicação (revista, jornal etc.); os artigos que são comercializados por alguém ou por uma empresa (*artigos de luxo*, *artigos de primeira necessidade*, *artigos importados* etc.).

Em sua derivação popular, o latim articulu- se tornou artelho, nome que se dá aos dedos dos pés (mais popularmente conhecidos como "dedões").

A língua latina não dispunha de artigos, mas a grega, sim: Em grego, os artigos são chamados arthron (da mesma raiz indo-europeia de artus), uma palavra que, tal como o articulus latino, significava divisão, juntura, momento decisivo, item de venda etc. Por isso, em seus estudos da gramática grega, os romanos traduziram *arthron* por *articulus*. A palavra grega está presente em *artrite*, *artrose*, *artralgia* etc.

O processo de gramaticalização dos demonstrativos latinos em artigos apresenta, como é habitual nesses fenômenos, uma erosão fonética que transformou os demonstrativos díssilabos latinos — *illu-*, *illa-*, *illos*, *illas* —, já no latim vulgar, em formas monossilábicas: **lo*, **la*, **los*, **las*. Essas formas coincidem com as primeiras que o galego arcaico deve ter apresentado. Logo, porém, o *l-* inicial desapareceu. Por quê?

A explicação é simples: o artigo ocorre com alta frequência entre duas palavras — *trouxe os livros*; *comprei a roupa*; *vendi a casa*; *todo o problema* etc. — e como a maioria das palavras da língua terminam em vogal, o *l-* inicial dos artigos passou a ocorrer em posição intervocálica: *vejo-lo mar*; *ama-la família*; *inspira-lo amor* etc. Já sabemos que as consoantes dentais do latim, quando intervocálicas, sofrem síncope regular [▶308]: *luna* > *lũa* > *lua*; *pala* > *paa* > *pá*; *fede* > *fee* > *fé*; *corona* > *corõa* > *coroa*; *malu* > *mao* > *mau*; *sede* > *see* > *sé* etc. Por isso, estando em posição sintática intervocálica, o *l-* dos artigos desapareceu: *vejo* lo *mar* > *vejo o mar*.

A mesma explicação vale para as combinações de preposição + artigo: *de lo* > *deo* > *do*; *a lo* > *ao*; *a la* > *aa* > *à*. No galego arcaico, a contração *ao* se transformou em *ó*, que não sobreviveu em português, mas é empregada até hoje no galego moderno.

Quando a palavra que precedia o artigo terminava em -r, esse -r se assimilava ao l- inicial do artigo. É isso que explica as formas que empregamos até hoje com os infinitivos verbais. Primeiro ocorreu um l longo que logo se reduziu a simples:

- amar-lo > amallo > amá-lo
- vender-lo > vendello > vendê-lo
- abrir-lo > abrillo > abri-lo

O mesmo fenômeno ocorreu com a preposição arcaica per quando seguida de artigos: per-lo > pello > pelo. E também com a preposição sobre: sobre-lo > sobrolo > sôbolo. Essa forma aglutinada aparece num célebre poema de Camões: "*Sôbolos rios que vão / por Babilônia m'achei / onde sentado chorei / as lembranças de Sião / e quanto nela passei*".

Observe que aqui não estou fazendo a distinção entre o-artigo e o-pronome (a explicação virá mais adiante). No galego moderno, ao contrário do português, não só o o--pronome assume a forma -lo quando precedido de -r: o mesmo se dá com o o-artigo:

(6) *Hai que face-lo ben* → Há que fazer o bem.
(7) *¿A que hora vai chega-lo tren?* → A que hora vai chegar o trem?

O galego moderno ainda conserva muitas das formas assimiladas que existiram na fase arcaica da língua e que o português abandonou: *mailo* (mais + lo), *ulo* (u + lo), *tralo* (trás + lo).

Esse interessante dado de natureza morfológica se prende, é claro, à origem comum do o-artigo e do o-pronome (*illu-* > **lo* > *o*). Não se trata, portanto, de formas convergentes [▶266] e, sim, de uma mesma forma — um mostrativo — que exerce *funções* diferentes.

Também nas palavras terminadas em -s ocorreu assimilação e aglutinação:

- todas las > tôdalas
- mais lo > mailo
- passadas las horas > passadalas horas
- vós vistes los padres > vós vistelos padres
- fazes lo bem > fazelo bem

Mas nem sempre o l- inicial do artigo foi o disparador da assimilação. Quando a palavra terminava em consoante nasal, o l- era assimilado por ela:

- amaran-lo > amaranno > amaram-no
- viran-la > viranna > viram-na
- con-lo > conno > cõ no > com o (recuperado mais tarde)
- en-lo > enno > ẽno > no

Também existiram no passado da língua os artigos elo e flexões. A forma do masculino se reduzia a el diante de consoantes — essa é a forma do artigo masculino singular até hoje em espanhol. Em português, esse velho artigo só se conserva na forma el-rei.

16.3.2 Não existem "artigos indefinidos"

Nossa tradição gramatical mais recente postula uma separação entre artigos "definidos" e artigos "indefinidos". Mais recente porque, segundo Castilho (2010: 489),

essa separação só ocorreu no século XIX. O autor aplica aos artigos "definidos" e "indefinidos" alguns testes que comprovam a insustentabilidade dessa separação:

(a) O "artigo indefinido" tem uma forma negativa própria, nenhum, ao passo que o "definido" não tem:
(i) Vi um gato no telhado. / Não vi nenhum gato no telhado.
(ii) Vi o gato de Ana no telhado. / Não vi o gato de Ana no telhado.

(b) Os "artigos indefinidos" são formas tônicas que alternam na sentença com outras palavras da mesma classe:
(iii) Um dia, Ana me disse... / Certo dia, Ana me disse... / Outro dia, Ana me disse...

(c) Além disso, um e outro podem vir coordenados, o que não acontece com o e outro:
(iv) Ali a gente só vê uma ou outra casa perdida no mato.
(v) *Ali a gente só vê a ou outra casa perdida no mato.

Isso mostra que a e uma não têm comportamento semelhante, o que indica que pertencem a classes diferentes, uma vez que o artigo "definido" só pode alternar com ø:

(vi) No almoço eu só comi o peixe.
(vii) No almoço eu só comi ø peixe.

(d) O "artigo indefinido" pode ser usado como determinante de um sintagma nominal vazio, enquanto o "definido" não pode:
(viii) Eu só conheço um filho da Ana.
(ix) Dos filhos da Ana eu só conheço um ø.
(x) Dos filhos da Ana eu só conheço a menina.
(xi) *Dos filhos da Ana eu só conheço a ø.

Graças a esses testes podemos concluir que os chamados "artigos indefinidos" são, na verdade, quantificadores indefinidos, que vamos examinar no capítulo dedicado a essa classe de palavras.

16.3.3 Propriedades do artigo

Nas palavras de Castilho (2010: 489), o artigo "é um marcador pré-nominal, átono, associado necessariamente ao substantivo, com o qual constitui um vocábulo fonético".

Sua função primordial na língua é identificatória/classificatória. Identificatória porque só usamos o artigo (i) quando já fizemos menção anterior do nome que vai aparecer agora precedido do artigo (*Era uma vez uma rainha muito bonita. Certo dia, a rainha ficou doente...*), ou (ii) quando se trata de uma entidade já conhecida universalmente (*o Brasil, a lua, o prefeito de Bauru, a presidenta da República...*).

Nessa propriedade identificatória do artigo sobrevive, muito rarefeita, a função *demonstrativa* que tinham em latim as palavras que deram origem aos artigos: os demonstrativos illu-/illa-. Se, ao retomarmos um nome já referido, quisermos usar um

demonstrativo no lugar do artigo, a operação é muito fácil: *Era uma vez uma rainha muito bonita. Certo dia, essa/aquela rainha ficou doente...*

Dizer que o artigo é "associado necessariamente ao substantivo" significa dizer que é ele que vai transformar toda e qualquer palavra num substantivo — a tal ponto que a melhor definição para o substantivo é "palavra que pode ser precedida do artigo", e como toda palavra pode ser precedida do artigo, toda palavra pode vir a ser um substantivo: o comer, o porquê, o quando e o como, o bem e o mal, o dois e o três etc. Daí podermos dizer que o artigo tem uma poderosa propriedade classificatória: qualquer palavra se torna substantivo quando é introduzida por um artigo. (O exemplo mais radical é de Guimarães Rosa que, em *Grande sertão: veredas*, entre os muitos nomes que dá ao diabo, está este: o O).

Também vimos, ao tratar do substantivo, que a melhor formulação para a identificação do gênero dos nomes é a que se expressa como "é feminino todo substantivo que vem antecedido do artigo a" e "é masculino todo substantivo que vem antecedido do artigo o". Graças a essa formulação é que podemos identificar o gênero de palavras como

o árabe	a árabe
o artista	a artista
o atleta	a atleta
o Bahia (time de futebol)	a Bahia
o banana	a banana
o bandeira (no futebol)	a bandeira
o besta	a besta
o biruta	a biruta
o Brasil	a Brasil (avenida)
o cabeça	a cabeça
o caça (avião)	a caça
o caixa	a caixa
o calunga	a calunga
o camarada	a camarada
o camisa 10 (no futebol)	a camisa 10
o cana (policial)	a cana
o canalha	a canalha
o capital	a capital
o cara	a cara
o cartola (no futebol)	a cartola
o cearense	a cearense
o cestinha (no basquete)	a cestinha (no basquete)
o chanceler	a chanceler

o cinza	a cinza
o cisma	a cisma
o Conde de Irajá	a Conde de Irajá (rua)
o diplomata	a diplomata
o dó (nota musical)	a dó (sentimento)
o espia	a espia
o Estácio (bairro)	a Estácio (escola de samba)
o Fórmula 1 (carro)	a Fórmula 1
o gama	a gama
o geral	a geral
o guia	a guia
o hóspede	a hóspede
o lanterna	a lanterna
o laranja (testa de ferro)	a laranja
o lotação	a lotação
o mala (homem inoportuno)	a mala
o mandinga (povo, língua)	a mandinga
o meia (no futebol)	a meia
o moral	a moral
o neném	a neném
o orixá	a orixá
o papa	a papa
o ponta (no futebol)	a ponta
o praça	a praça
o racha	a racha
o rádio	a rádio
o rapa	a rapa
o recruta	a recruta
o rosa	a rosa
o segurança	a segurança
o soma	a soma
o tira (policial)	a tira
o trouxa	a trouxa
o vigia	a vigia
o violeta	a violeta

Por causa dessa sua propriedade, o artigo também pode transformar qualquer palavra masculina em feminina e vice-versa: o Boca (time de futebol argentino), a Socorro, o Maria, a Amparo, o Copacabana, a Bombril (cp. o bombril), a Volks (cp. o volks), a

Mercedes (cp. o Mercedes), a Gol (empresa aérea), o Oficina (teatro), a Império (escola de samba), a Brigadeiro (avenida de São Paulo), o Minas Gerais (navio). Em muitos desses casos entra em ação a metonímia (o navio Minas Gerais > o Minas Gerais).

O artigo também classifica e identifica os substantivos conforme seu número. Isso fica bem evidente com os substantivos terminados em -s: *o lápis / os lápis; o ônibus / os ônibus; o óculos / os óculos; a cútis / as cútis* etc.

Nas variedades regionais e/ou sociais e/ou estilísticas que eliminam o plural redundante — ou seja, a grande maioria das variedades do PB —, a informação sobre o número do nome é dada pelo artigo: *as menina; os menino; as casa velha; os vestido novo; os cachorro da vizinha* etc. Na verdade, a informação sobre o número é dada pelos determinantes em geral (*meus neto; esses menino; uns maracujá*), mas o artigo se destaca entre eles.

16.3.4 Funções do artigo

Vimos na abertura desse capítulo que a forma o (e flexões) pode exercer tanto a função de determinante (quando é chamada de *artigo*) quanto a de pronome (quando é chamada, na tradição gramatical, de "pronome pessoal oblíquo da 3ª pessoa").

Uma vez que não separamos rigidamente a perspectiva diacrônica da sincrônica, estamos habilitados a considerar que existe uma única forma o (mais as flexões) que — conservando mais ou menos sua propriedade de demonstrativo herdada do latim — se comporta ora como mostrativo [+dêitico][–anafórico] (artigo), ora como mostrativo [–dêitico][+anafórico] (pronome).

Vejamos os seguintes exemplos:

(8) quando ele dá uma definição, depende se essa definição é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se essa definição tem um caráter de elaboração própria. (NURC/POA/278)

Já vimos que os mostrativos não podem coocorrer — mas como desempenham funções muito semelhantes, é possível trocar um pelo outro sem maiores perturbações:

(8a) quando ele dá uma definição, depende se a definição é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se a definição tem um caráter de elaboração própria.

(8b) quando ele dá uma definição, depende se aquela definição é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se aquela definição tem um caráter de elaboração própria.

(8c) quando ele dá uma definição, depende se tal definição é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se tal definição tem um caráter de elaboração própria.

(8d) quando ele dá uma definição, depende se semelhante definição é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se aquela definição tem um caráter de elaboração própria.

Aqui temos um fator sintático que é importante: o substantivo *definição* exerce, na segunda e na terceira ocorrências, o papel de sujeito de ambas as sentenças em que aparece. Ora, se quisermos substituir o sintagma *essa definição* por um pronome, ou seja, por um mostrativo [+anafórico], temos as seguintes opções:

(8e) quando ele dá uma definição, depende se ela é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se ela tem um caráter de elaboração própria.
(8f) quando ele dá uma definição, depende se essa é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se ela tem um caráter de elaboração própria.
(8g) quando ele dá uma definição, depende se a mesma é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se ela tem um caráter de elaboração própria.
(8h) quando ele dá uma definição, depende se esta é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se esta tem um caráter de elaboração própria.

No entanto, entre os mostrativos possíveis para exercer a função de sujeito não se inclui o (e flexões):

(8i) *quando ele dá uma definição, depende se a é uma simples devolução, repetição daquilo que o professor disse ou se a tem um caráter de elaboração própria.

O que se depreende é que, além de se distribuir quanto ao seu caráter [+dêitico] ou [+anafórico], os mostrativos anafóricos, ou seja, pronomes, também se distribuem quanto ao caso sintático que podem assumir. No PB contemporâneo, falado e escrito, a declinação dos mostrativos anafóricos é a seguinte:

MOSTR	SUJ	OD	OI	CO
AQUELE	+	+	+	+
AQUILO	+	+	−	+
ELE	+	+	+	+
ESSE	+	+	+	+
ESTE	+	+	+	+
ISSO	+	+	−	+
ISTO	+	+	−	+
LHE	−	+	+	−
O	−	+	−	−
SE	+	+	+	−
SI	−	−	−	+

[SUJ: sujeito; OD: objeto direto;
OI: sobjeto indireto;
CO: complemento oblíquo]

Vamos exemplificar o uso de cada um desses pronomes em cada uma de suas funções sintáticas:

1. AQUELE

- **sujeito**

(9) Compareceram ao encontro o prof. Santiago e o prof. Remígio. Este representava o reitor na cerimônia, aquele falou em nome do corpo docente.

- **objeto direto**

(10) Eu gostei dos dois vestidos, mas prefiro levar aquele de alcinha.

- **objeto indireto**

(11) Carolina hesitava entre o amor tresloucado de Xavier e a afeição sóbria de Damasceno. A este se entregaria sem susto, mas àquele, só mesmo se levada por uma louca paixão.

- **complemento oblíquo**

(12) Também gostei desse vestido aqui, mais ainda gosto mais daquele.

2. AQUILO

- **sujeito**

(13) Foi difícil para a população de Itapipoca se recuperar da tragédia. Aquilo ainda viveria na lembrança do povo por muitos anos.

- **objeto direto**

(14) Foi difícil para a população de Itapipoca se recuperar da tragédia. Esquecer aquilo, só mesmo depois de muitos anos.

- **complemento oblíquo**

(15) Foi difícil para a população de Itapipoca se recuperar da tragédia. Se esquecer daquilo, só mesmo depois de muitos anos.

3. ELE

- **sujeito / objeto direto**

(16) a minha menina tem três anos agora ela foi à escola com um ano e quatro meses...eu a coloquei na maternal com um ano e quatro meses e acho que a criança deve ir o mais cedo possível à escola (né)?...e...uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela com um ano e quatro meses... (NURC/SSA/231)

- **objeto indireto**

(17) não tem ninguém para servir o café para ele na hora que ele levanta. (NURC/SP/405)

- **complemento oblíquo**

(18) isso com cinco anos heim calcula o que que me espera mais tarde ((risos))...(quer dizer o que espera por ele)... (NURC/SP/360)

4. ESSE

- **sujeito**

(19) agora quando ele viu que os irmãos aprendiam francês...e ele só que não falava...então ele...quis aprender francês também esse daí aprende francês...versinhos e...vocabulário só... (NURC/SP/360)

- **objeto direto**

(20) ele pegou dez anos de campo de concentração, então no fim, ele saiu de lá falando chinês, não é, fala chinês, fala diversas línguas e tem um prato hindu que fazem na China, uma coisa assim, então ele fez esse, fez uma, fez uma recepção lá na casa dele. (NURC/POA/291).

- **objeto indireto**
  (21) — Você já telefonou pra todo mundo?
  — Já.
  — Inclusive pro Osmar?
  — Xi, pra esse ainda não.

- **complemento oblíquo**
  (22) — Você tem tido notícia do Américo?
  — Não, desse faz muito tempo que não ouço falar.

5. ESTE

- **sujeito**
  (23) a democracia plana plena... esta nunca existiu... e nem irá existir... então evidentemente que a democracia... ela é... mutável... ela sofre evidentemente como tudo na vida... um processo... gradativo de transformações... (NURC/REC/131)

- **objeto direto**
  (24) Compareceram ao encontro o gerente Santiago e o assessor Remígio. O presidente apresentou este como "meu braço direito" e aquele como "meus olhos e ouvidos" na empresa.

- **objeto indireto**
  (25) Compareceram ao encontro o gerente Santiago e o assessor Remígio. A este o presidente da empresa entregou um troféu como melhor funcionário do ano.

- **complemento oblíquo**
  (26) Compareceram ao encontro o gerente Santiago e o assessor Remígio. O presidente falou deste como "meu braço direito" e daquele como "meus olhos e ouvidos" na empresa.

6. ISSO

- **sujeito**
  (27) se numa semana não tem peixe, raríssimo, é muito raro isso acontece(r), mas ah, eu reclamo, eu falo ... (NURC/POA/291)

- **objeto direto**
  (28) o senhor falou que o presidente pode estabelecer regras... normas... de: em torno do sindicato que ele: preside... essas normas ele decidiria só? sozinho ele decidiria eu quero que seja feito isso isso isso e isso? (NURC/REC/131)

- **complemento oblíquo**
  (29) eu nunca me esqueço do jeito dele de perguntar... quer sair?... olha eu estava me afogando e ele me perguntou se eu queria sair da água... eu nem ( ) pude falar não é? ((risos)) ai eu nunca me esqueço disso... ((risos)) (NURC/POA/045)

7. ISTO

- **sujeito**
  (30) é claro...que durante a lactação teria que haver um aumento maior... mais considerado... isto acontece...durante a menopausa...há uma atrofia... (NURC/SSA/049)

- **objeto direto**
  (31) podem ser idôneas entre aspas mas deixam muito a desejar porque a gente vai, dizem assim: se o senhor vai pagar isto, isso aqui é a entrada, depois em cada prestação é tanto, depois de um prazo o senhor paga tanto e pra entrar vai dar mais tanto. (NURC/REC/005)

- **complemento oblíquo**
  (32) olha eu era tão pequena sabe? que eu já não me lembro disto... (NURC/POA/045)

8. LHE

- **objeto direto**
  (33) O técnico Mano Menezes, que considera que a conquista do título paulista pode lhe alçar a novo patamar na carreira, caminha durante treino do Corinthians, ontem ([legenda de foto] www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk0205200902.htm, acesso em 9 mai 2009.])

- **objeto indireto**
  (34) A ideia do Atlético-PR para resolver a engenharia financeira da reforma é o governo encontrar uma empresa que banque o excedente ao orçamento inicial. A prefeitura diz que a tarefa não lhe compete. (*Folha de S.Paulo*, 8 mai 2011, p. D12)

9. O

- **objeto direto**
  (35) eu não a conheço eu a vi duas ou três vezes eu nunca conversei com ela. (NURC/SP/360).

10. SE

- **sujeito**
  (36) ele exige que se fale muito com ele. (NURC/SP/360)

- **objeto direto (+reflexivo)**
  (37) quer dizer ou a mulher se dedica...inteiramente à carreira e aí... com prejuízo...dela como mãe como dona de casa...ou então ela se dedica exclusivamente...à dona de casa e à mãe e aí com prejuízo da carreira... (NURC/SP/360)

- **objeto indireto (+recíproco)**
  (38) Fazem, também, duas empregadas domésticas, que vivem se telefonando e fofocando sobre os segredos dos patrões. (http://www.kgproducoes.com.br/asp/index.asp?ir=ev_detalhe.asp&Codigo=182880&tipo=2, acesso 8 mai 2011)

11. SI

- **complemento oblíquo**
  (39) ainda agora que estão todos maiores quer dizer cada um já fica mais ou menos responsável por si. (NURC/SP/360)

O que vemos, portanto, é que, de todos os mostrativos anafóricos, o é (junto com si) o menos versátil, limitando-se ao caso acusativo, isto é, ao objeto direto. Ainda assim, como a pesquisa linguística brasileira vem demonstrando há décadas, o pronome acusativo o desapareceu do vernáculo geral brasileiro — em outras palavras, os pronomes o/a/os/as não pertencem à gramática da língua materna dos brasileiros. Eles só ocorrem na escrita e, com frequência muito menor, na fala de pessoas altamente letradas em estilos altamente monitorados. Vamos nos dedicar a esse fenômeno mais adiante, quando examinarmos os pronomes da não-pessoa.

O caráter de "corpo estranho" dos pronomes oblíquos o/a/os/as na gramática atual do PB se comprova pelos equívocos frequentemente encontrados em textos escritos onde o escrevente não localiza intuitivamente o referente do pronome e comete falhas de concordância, em sentenças encabeçadas por pronome relativo:

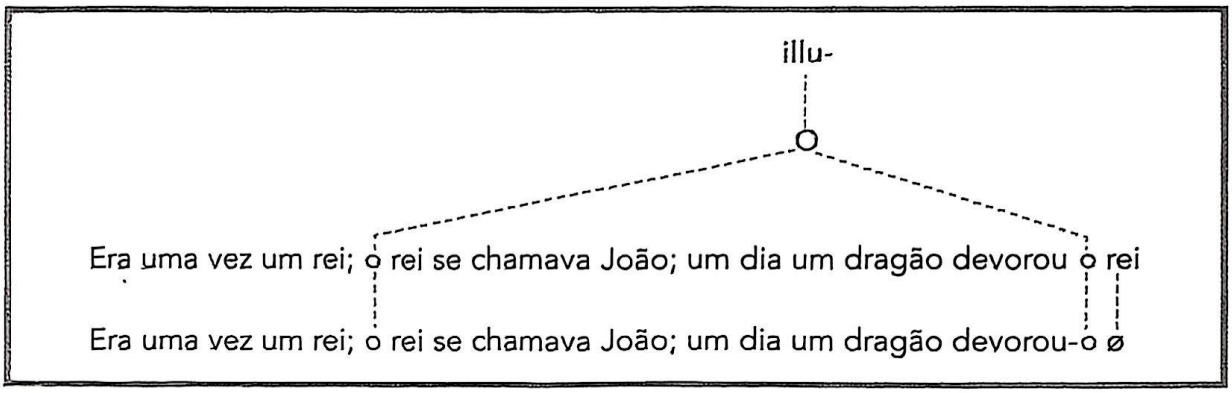
(40) Apesar de não estar mais na profissão que teve por toda sua vida, Daigo Kobayashi não liga por não ser mais violoncelista e até está feliz com os afazeres de funcionário funerário. Mas, de volta a sua terra natal, acaba ficando perturbado pelas críticas que o cerca. (http://cidades.terra.com.br/sao/filmes/0,7548,l:7232,00.html acesso em 13 jun 2009)

(41) O diretor de *Pânico* tentou apostar mais uma vez no filão que ajudou a redefinir, mas, dessa vez, não conseguiu muito sucesso. No terror *Amaldiçoados*, três jovens precisam encontrar e matar um lobisomem que os atacaram para se livrar de uma maldição... "Programão". Christina Ricci, Joshua Jackson e Shannon Elizabeth estão no elenco. (http://divirta-se.correioweb.com.br/cinema.htm [25/8/2005])

(42) Nos últimos dias, em Adelaide (Austrália), foi anunciada uma nova medicação a ser comercializada ainda este ano com um fator de crescimento natural, o GM-CSF, que protege embriões artificialmente implantados no útero materno e os tornam mais resistentes. (*Carta Capital*, 12.1.2011, p.77).

Como foi que o mesmo demonstrativo latino illu- se transformou no artigo o — que perdeu muito de sua força demonstrativa a ponto de ser hoje um mero determinante com propriedades classificatórias — e no pronome oblíquo o, que é um pronome digno do rótulo, que promove a retomada anafórica de um objeto direto de não-pessoa?

Com toda a erosão fonética que sofreu, illu se viu reduzido a uma simples vogal — o. Isso abriu caminho para sua cliticização. Extremamente átono e sem força para se sustentar sozinho na sintaxe, o se distribuiu nas duas posições mais comuns reservadas aos clíticos na língua: a próclise e a ênclise. Quando proclítico, à esquerda do nome, compõe com este um sintagma nominal pleno que desempenha tipicamente a função de sujeito numa língua SVC como o português. Quando enclítico, à direita do verbo, pode se tornar um sintagma nominal de núcleo vazio — algo assim como um artigo sem seu nome —, apoiando-se no verbo para com ele formar um vocábulo fonético e ocupando o lugar típico do objeto direto. O que ele retoma já foi dito, já é informação dada e, portanto, pode sofrer elipse, pode ser apagado:



Por isso, mais acima, dissemos que o artigo o e o pronome o não são formas convergentes, mas uma forma única que se cliticizou em dois movimentos diferentes, passando a ocupar dois lugares diferentes na sentença e, por conseguinte, exercendo duas funções sintáticas diferentes. Resumindo, poderíamos dizer que em *devorou-o* temos um artigo que servia de determinante a um nome que foi apagado para evitar repetição.

Já definitivamente gramaticalizado como pronome-objeto direto, o clítico pôde se libertar de sua rigidez enclítica e passar a frequentar também a posição proclítica

ao verbo: *um dragão devorou-o / um dragão o devorou*. Devido a mutações fonéticas ocorridas no português europeu em fase bem posterior ao início da colonização do Brasil (virada do século XVII-XVIII), a ênclise se tornou a colocação básica daquela língua, ao passo que no PB, como já foi discutido em [▶762], a colocação básica (senão única) é a próclise ao verbo principal.

16.3.5 O *não é "pronome demonstrativo"*

Nossa tradição gramatical classifica o como "pronome demonstrativo" quando seguido de *que / de / do / da*. Essa classificação não é muito satisfatória. Um pronome é uma proforma que ocupa na sintaxe o lugar ocupado por um sintagma nominal anteriormente expresso, de modo que ou aparece o sintagma nominal ou aparece o pronome; nunca os dois juntos:

(43a) Encontrei Aline no shopping e ela me disse que vai se casar!
(43b) *Encontrei Aline no shopping e Aline ela me disse que vai se casar!

Ora, com o suposto pronome demonstrativo o, é possível repetir o núcleo do sintagma nominal sem problema:

(44a) Meu computador é mais rápido que o do Paulo.
(44b) Meu computador é mais rápido que o computador do Paulo.

É fácil verificar que em (44a) temos simplesmente o artigo o seguido de um núcleo de sintagma nominal vazio que pôde ser apagado, e a melhor prova disso é simplesmente a possibilidade de repetição do sintagma nominal já referido.

16.4 Os demonstrativos

16.4.1 A *trivisão clássica*

O português clássico apresentava, dentro do grupo das línguas românicas, uma interessante característica que é compartilhada pelo espanhol: uma distribuição tripartite dos demonstrativos:

PESSOA	DEMONSTRATIVO
1ª	este(s) / esta(s) / isto
2ª	esse(s) / essa(s) / isso
NP	aquele(s) / aquela(s) / aquilo

Essa trivisão encontra paralelo na que existe também nos advérbios de lugar:

PESSOA	ADVÉRBIO
1ª	aqui / cá
2ª	aí
NP	ali / lá

Sobre o emprego dos demonstrativos em português, os gramáticos coincidem em grandes linhas, inclusive no que diz respeito à não obediência estrita do vínculo entre (não)pessoa do discurso e demonstrativo:

- Pronomes demonstrativos — São os que indicam a posição dos seres em relação às três pessoas do discurso. [...] Nem sempre se usam com este rigor gramatical os pronomes demonstrativos; muitas vezes interferem situações especiais que escapam à disciplina da gramática.[...]
- Estas expressões não se separam por linhas rigorosas de demarcação; por isso exemplos há de bons escritores que contrariam os princípios aqui examinados e não faltam mesmo certas orientações momentâneas do escritor que fogem às perscrutações do gramático. (Bechara, 1999: 167; 188)
- Estas distinções que nos oferece o sistema ternário dos demonstrativos em português não são, porém, rigorosamente obedecidas na prática. (Cunha & Cintra, 1985: 322)
- *Pronomes demonstrativos* são palavras que assinalam a posição dos objetos designados, relativamente às pessoas do discurso. [...] Esta é a norma geral. Veremos, mais tarde, que nem sempre os demonstrativos se usam com essa rigidez. [...]

Não há, entretanto, muito rigor na distinção de *isto* e *isso*, em virtude da predominância dos seus valores estilísticos sobre os seus valores gramaticais. (Rocha Lima, [1957] 1989: 101; 294)

Como se depreende dos trechos citados, e lembrando sempre que os gramáticos têm como seu objeto exclusivo de estudo a língua literária consagrada, o emprego dos demonstrativos, já nessa modalidade, escapa à correspondência estrita com as (não)pessoas do discurso e depende, bem mais, das relações afetivas de proximidade ou distância que o escritor estabelece com o objeto, o tempo, o lugar e o evento discursivo designados.

Em sua obra gramatical, com o foco sempre direcionado para a realidade dos usos do português brasileiro, Azeredo faz uma interessante análise pragmático-discursiva do emprego dos demonstrativos:

> O quadro-resumo I [com a distribuição clássica dos demonstrativos] é mais teórico do que real, visto que a distinção entre *este/esse*, mesmo na língua escrita formal, só se observa com rigor quando é necessário deixar clara a referência a um objeto situado no âmbito do enunciador (*este*) por oposição ao que se situa no âmbito do interlocutor (*esse*) [...].
> Usualmente, portanto, emissor e destinatário constituem um só âmbito — o da interlocução — por oposição a um segundo — o da terceira pessoa, externo à interlocução. A perda da distinção entre *este* e *esse* é compensada, na fala, pelo reforço dos advérbios *aqui* e *aí*, respectivamente [...] (Azeredo, 2008: 248)

Se assim se manifestam os gramáticos, não tem cabimento algum o procedimento dos livros didáticos disponíveis no mercado de propor exercícios que cobram o uso "adequado" dos demonstrativos, fazendo referência a uma fictícia "variedade

padrão" que não corresponde nem sequer à escrita literária clássica, como testemunham os muitos exemplos citados nas gramáticas normativas. Observe:

1. Empregue adequadamente pronomes demonstrativos nas frases:
a) □ lápis aqui estão sem ponta. Não posso usá-los.
b) □ pontos no céu parecem estrelas, mas infelizmente são balões.
c) Adoro □ teus olhos sorridentes.
d) O que é □ que você escondeu?
e) □ é o dia mais feliz de minha vida.
f) Não encontrei □ livros que você pediu. Então trouxe □ aqui.
2. Leia esta tira, de Fernando Gonsales.
[...]
a) A que se refere o pronome isso?
b) Se o objeto a que o pronome se refere está próximo de quem fala, qual seria a forma adequada, de acordo com a variedade padrão?
(Cereja e Magalhães, 2005, 5: 193)

A impropriedade do exercício se torna ainda mais evidente quando se percebe, na primeira atividade, que todas as frases (nada autênticas) estão expressas na 1ª pessoa do singular; ou seja, tentam reproduzir situações de língua *falada* espontânea, modalidade em que a distinção *este/esse* já deixou de existir há muito tempo, no que foi acompanhada — como explicam as *gramáticas normativas* — pela escrita literária. O mesmo vale para a segunda atividade, que reproduz uma tira humorística, em que os personagens *falam*, *dialogam* entre si.

16.4.2 Assimilação e compensação

Essa perda da distinção entre *este* e *esse*, que pode ser atribuída às causas mencionadas por Azeredo, levou também a um emprego incomparavelmente mais intenso e frequente das formas *esse* (e flexões) e *isso*. Por que damos essa preferência a *esse/isso* e não a *este/isto*? Aqui as razões são de ordem *fonética*, e é o que vamos analisar a seguir.

O grupo -st- presente em *este/esta/isto* tende a sofrer assimilação [▶299]. A sibilante [s], em diversos casos na história da formação da língua, promoveu esse ataque assimilatório à consoante vizinha:

gy**ps**u	>	ge**ss**o
i**ps**e	>	e**ss**e
no**st**ru	>	no**ss**o
pe**rs**icu	>	pê**ss**ego
pe**rs**ona	>	pe**ss**oa

Esse mesmo processo é que levou o grupo *este/esta/isto*, depois de sofrer assimilação, a se fundir com *esse/essa/isso* (eles mesmos resultantes de uma assimilação histórica).

Ocorrida a assimilação, como foi que os falantes compensaram a anulação da diferença entre *este* e *esse*? Simplesmente, como observa Azeredo, fazendo o substantivo ser acompanhado pelos advérbios de lugar que já citamos: *aqui* e *aí*. Esses mesmos advérbios também podem vir logo depois dos demonstrativos. Com isso, preservamos a conexão com a primeira e a segunda pessoas, deixando bem claro a que objetos estamos nos referindo:

(45) — Esse carro aí é seu?
(46) — Essa aqui é a casa do Heitor?
(47) — Não estou entendendo nada disso aqui!
(48) — Acho que vou querer um pedaço desse bolo aí.
(49) — Eu comprei meu casaco verde nessa loja aqui.

Fizemos em português o mesmo que os franceses fizeram há muito tempo com a língua deles. Em francês só existe um demonstrativo: ce (masc.), cette (fem.), ces (masc. e fem. plural). Para indicar a distância maior ou menor com relação ao objeto a que se refere, o falante francês acrescenta as partículas -ci e -là, equivalentes aos nossos aqui e aí:

(50) — Cette voiture-là est la tienne? [— Esse carro aí é o seu?]
(51) — À qui appartient ce cahier-ci? [— A quem pertence esse caderno aqui?]

Só que nós, falantes de PB, levamos uma vantagem sobre os franceses. É que a partícula *-là* é empregada não só para se referir ao que está perto da pessoa *com quem se fala*, mas também da pessoa *de quem se fala* (a não-pessoa). Ora, em PB marcamos bem essa diferença graças ao emprego de *aquele*, quase sempre seguido do advérbio *lá/ali*. Com isso, a trivisão dos demonstrativos permanece na nossa língua:

PESSOA	DEMONSTRATIVO
1ª	esse / essa / isso + aqui
2ª	esse / essa / isso + aí
ÑP	aquele / aquela / aquilo + lá/ali

16.4.3 Uma mudança bem implantada

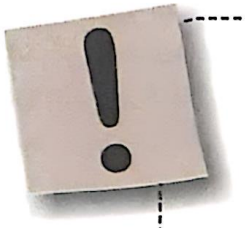
Analisando o *corpus* do NURC-Brasil, é possível encontrar o seguinte quadro de usos dos demonstrativos:

DEMONST	Nº	%
esse	137	18,8
esses	31	4,2
essa	168	23,0
essas	54	7,4
isso	285	39,0
SUBTOTAL	675	92,6
este	16	2,2
estes	5	0,7
esta	20	2,7
estas	3	0,4
isto	10	1,4
SUBTOTAL	54	7,4
TOTAL	729	100,0

Não incluí no quadro as 4 ocorrências da fórmula fixa *isto é*. Os números falam por si e comprovam o desaparecimento dos demonstrativos com -st- no vernáculo geral brasileiro, a ponto de podermos dizer que eles não pertencem à nossa língua materna, constituindo um desses muitos conjuntos de formas gramaticais aos quais só temos acesso por meio do letramento escolar. Essa afirmação é corroborada pela análise do grau de monitoramento estilístico das ocorrências dos demonstrativos com -st-. A maioria deles apareceu em *elocuções formais*, isto é, em aulas de cursos superiores, onde os docentes se dirigem aos alunos com maior monitoramento de linguagem:

ESTILO	este	estes	esta	estas	isto	%
+MONIT	13	5	19	3	9	93,1
-MONIT	3	0	1	0	1	6,9
TOTAL			54			100,0

Outro dado interessante a esse respeito é que 4 dessas ocorrências apresentavam o demonstrativo *posposto* ao nome, uma colocação praticamente desconhecida na língua falada espontânea e que denota um alto monitoramento estilístico. Três dessas ocorrências se deram numa aula de medicina (*mamilo este*; *nódulos estes*; *orifícios estes*, NURC/SSA/231) e o último, na fala de um entrevistado que tenta falar "difícil", empregando um palavreado raro, construções sintáticas rebuscadas e incorrendo muitas vezes em hipercorreções (*filigranas estas*, NURC/REC/131).



É perda de tempo tentar inculcar nos aprendizes uma diferença entre esse e este que não existe mais na língua e que não é rigorosamente seguida nem sequer pelos que produzem gêneros escritos mais monitorados. Mesmo nas gramáticas normativas, o quadro clássico é relativizado. Mais uma vez repetimos: se a função da escola é ensinar o que a pessoa não sabe, cabe, sim, apresentar os demonstrativos com -st, mas explicando que, muito tempo atrás na língua, eles só eram aplicados aos objetos próximos da pessoa que fala e que a repartição clássica em três séries de demonstrativos se reduziu — como na maioria das línguas — a duas: uma para o que está próximo, outra para o que está distante. Para realçar o que está mais próximo da 1ª pessoa e mais próximo da 2ª, usamos os advérbios de lugar aqui e aí. Uma boa sugestão é coletar textos escritos, por exemplo, em jornais e revistas e ver como se dá ali o uso dos demonstrativos.

Bons exemplos da indiferença no uso de este e esse aparecem nos seguintes trechos de uma revista de bordo:

(52) Não poderia começar essa mensagem sem destacar o fato de que nossa revista completa este mês um ano de existência. [...] Dito isto, temos ainda muito a comemorar nesse mês. (*Revista WebJet*, ano 2, n. 13, ago 2010, p.3)

(53) Durante este ano voamos para todos os destinos oferecidos pela companhia [...]. Convidamos três grandes personalidades para ilustrar essa edição. [...] Este mês Niterói ganhou um destaque especial [...] Bem-vindo a bordo, esta publicação é toda pensada para você. (*Revista WebJet*, ano 2, n. 13, ago 2010, p.7)

16.5 Os pronomes de não-pessoa

16.5.1 Proformas da não-pessoa

Já vimos por que a chamada "3ª pessoa" na tradição gramatical é um hóspede inoportuno no quadro dos índices de pessoa que já estudamos no capítulo anterior.

Do ponto de vista histórico, vimos que os índices de pessoa eu, tu, nós, vós procedem diretamente do latim e, mais remotamente, do protoindo-europeu. Já as formas ele / ela / eles / elas só apareceram muito depois, na fase do latim vulgar e, em seguida, nas línguas românicas. O caráter anafórico, de retomada de sintagmas nominais antes enunciados, é que faz dessas palavras verdadeiros pronomes. Ao contrário dos índices pessoais (IP), somente os pronomes da não-pessoa podem variar em gênero e em número, uma vez que não apontam para os interlocutores (cujo gênero e número é conhecido, pois estão *in praesentia*), mas remetem a algo ou a alguém fora do contexto de interação imediato, *in absentia*. Além disso, enquanto os IP só apontam para seres humanos (ou seres humanizados ficcionalmente), o pronome de não-pessoa (ÑP) pode se referir a todo e qualquer objeto inanimado, abstrato, além, é claro, de se referir também a seres humanos.

Quanto às formas desses pronomes, elas variam de acordo com o caso sintático assumido pela palavra na sentença:

PRONOMES DA NÃO-PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SUJEITO		OBJ DIRETO		OBJ INDIRETO		REFLEX	COMPL OBLÍQUO	
sing	*plur*	*sing*	*plur*	*sing*	*plur*	*sg / pl*	*singular*	*plural*
ELE ELA SE	ELES ELAS	ELE ELA O A Ø LHE	ELES ELAS OS AS Ø	A/PARA ELE A/PARA ELA LHE	A/PARA ELES A/PARA ELAS LHES	SE	ELE ELA SI (CONSIGO)	ELES ELAS SI (CONSIGO)

No que diz respeito ao sujeito, o PB se comporta como as demais línguas românicas, empregando os descendentes do demonstrativo ille-/illa- no caso nominativo. Como

pronome-sujeito com traço semântico [+indeterminado], temos o *se* que, por seu caráter clítico, apresenta restrições em sua mobilidade no interior da sentença, ao contrário de ele/ela.

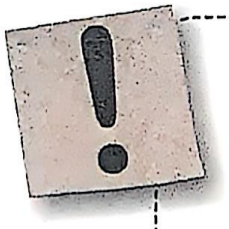
Em oposição ao que prega a TGP, afirmamos aqui que o pronome *se* é uma das formas que assume o sujeito da não-pessoa — as denominações tradicionais de "índice de indeterminação do sujeito" e de "partícula apassivadora" são termos *ad hoc*, representam um excesso de nomenclatura para uma única palavra. Como não existe voz passiva sintética no português brasileiro, o pronome *se* só pode ser pronome-sujeito ou pronome reflexivo. Vamos examinar esse caso ainda nesse capítulo, na seção "As formas da indeterminação".

No que diz respeito, agora, ao objeto direto, o PB apresenta uma situação bem mais complexa e variada do que as demais línguas da família românica, incluindo o português europeu. Em qualquer *corpus* de língua falada contemporânea que nos dispusermos a investigar, vamos encontrar um quadro de distribuição dos pronomes-objeto direto de ÑP semelhante ao que se vê abaixo, extraído de um trabalho anterior (Bagno, 2000: 201), em que também investiguei materiais do Projeto NURC:

TIPO	Nº	%
O/A/OS/AS	3	0,6
ELE/ELA/ELES/ELAS	18	3,6
Ø	479	95,8
TOTAL	500	100,0

Como se depreende desse quadro, que se assemelha aos de muitos outros pesquisadores (ver a pesquisa de Duarte citada em [▶470]), a retomada anafórica de objeto direto de ÑP se dá predominantemente no PB por meio de uma categoria vazia, um "pronome-zero". O uso dos clíticos o/a/os/as, única forma admitida pela TGP, é extremamente raro, o que não surpreende, uma vez que esses clíticos não fazem parte da gramática do PB contemporâneo. Eles ocorrem exclusivamente na atividade linguística dos falantes urbanos mais letrados, esporadicamente na língua falada, mas principalmente na escrita de gêneros textuais mais monitorados.

O uso da forma *ele* (e flexões) como objeto direto é característica do PB. Os estudiosos ainda se dividem entre considerar que se trata da continuação de um emprego que remonta aos primórdios da língua ou se se trata de uma inovação ocorrida por aqui que teria reintroduzido esse emprego. Seja qual for a origem, o importante é que esse uso de *ele* em retomada anafórica de objeto direto é regra estabelecidíssima no PB, ocorrendo em todas as regiões do país e em todas as classes sociais. As crianças que não foram ainda para a escola (ou que jamais foram) e, por conseguinte, não têm acesso à leitura, só empregam duas formas de retomada anafórica de objeto direto de ÑP: o objeto nulo (ø) ou o pronome *ele*. Isso significa que o clítico *o* e flexões não fazem parte do vernáculo brasileiro mais geral, e seu conhecimento e emprego são estreitamente dependentes do acesso ao letramento institucionalizado e/ou à leitura.



Precisamente por isso é que cabe à educação linguística o ensino sistemático desses clíticos, como algo que é praticamente "estrangeiro" para os falantes do PB contemporâneo. É importante chamar a atenção para os gêneros textuais em que eles ocorrem, mostrar aos alunos o mecanismo da retomada anafórica, de modo que saibam recuperar, no texto, a informação pronominalizada na forma de o/a/os/as. A importância do gênero textual é óbvia: numa história em quadrinhos, sobretudo as que reproduzem a vida urbana contemporânea, o uso dos clíticos é pouquíssimo adequado, a menos que se trate de uma caricatura, de um personagem pedante. Por isso é no mínimo bizarro encontrar livros infantis em que crianças dizem coisas como "vou buscá-lo", "eu o encontrei" etc., uma vez que nenhuma criança brasileira, nem sequer as escolarizadas, falam assim. Não tem cabimento, por outro lado, reprimir o uso de ele-objeto direto: na interação falada, é desperdício de esforço tentar extirpá-lo; na escrita, volto a repetir, é preciso examinar os gêneros em que ele costuma aparecer, em que circunstâncias (na fala dos personagens ou na enunciação do narrador?), em que contextos etc. E, por favor, nada de dizer que ele-objeto é "uso popular" e que os clíticos são "norma culta"! Os fatores sociolinguísticos, sociocomunicativos e sociocognitivos que envolvem a retomada anafórica são muito mais sutis e complexos do que essa dicotomia empobrecedora.

Já sabemos que o recurso a uma categoria vazia como estratégia de pronominalização do objeto direto é o campeão da preferência nacional. Mais uma vez, o PB se distingue das demais línguas românicas, incluindo o galego e o português europeu, seus parentes mais próximos. Nessas línguas, é praticamente impossível encontrar um verbo transitivo direto que não venha devidamente acompanhado de seu objeto, seja ele um nome ou um pronome. O PB, no entanto, empreendeu um processo de gramaticalização do objeto nulo que fez nossa língua se reaproximar do latim clássico — afinal, nessa língua não existiam pronomes de não-pessoa!

Vamos ver um rápido exemplo, extraído, não de uma obra literária do latim clássico, mas da tradução latina da Bíblia realizada por são Jerônimo (c. 347-420) às vésperas do desmoronamento do Império Romano:

(54) Cenantibus autem eis, accepit Iesus panem et benedixit ac fregit ø deditque ø discipulis et ait: "Accipite, comedite: hoc est corpus meum". Et accipiens calicem, gratias egit et dedit ø illis dicens: "Bíbite ex hoc omnes [...]" (Mateus, 26: 26-27)

> [Durante a ceia, tomou Jesus o pão e, depois de ter pronunciado a bênção, partiu ø e deu ø aos discípulos, e disse: "Tomai, comei: isso é o meu corpo". E tomando um cálice, deu graças, deu ø a eles dizendo: "Bebei todos disso ..."]

No PB, também deixamos vaga a posição do objeto direto de não-pessoa, confiando na capacidade de nosso interlocutor de preencher ø. Por exemplo:

(55) mas aí você faz o seguinte... você pega... escova... de dente... duas escovas de dente... mata o caranguejo com água quente, né?... se possí:vel mata ø sem água quente mata ø espetando ele com a fa:ca... aqui... embaixo dele... porque quando mata ø com água quente ele larga as patinhas quando éh espeta ø aqui ele não larga ø não... aí você pega a escovi:nha... e: bota ele debaixo da água e escova ø... escova o casco todinho escova as pata escova a patona. (NURC/REC/108)

(56) então... antigamente... se eu quisesse calcular uma ponte... eu calculava ø... dava ø para um desenhista... ele desenhava ø... agora num escritório... não é assim, né? então... depende do arquiteto que vai lançar... a arquitetura da obra... aí eu calculo ø... o desenhista... desenha ø... mas eu calculei ø:... não foi sozinho... eu processei metade... dos cálculos... utilizei o pessoal da computação. (NURC/SP/343)

(57) e a gente faz uma comida que a titia chama de jardineira... com couvinha mineira... faz couvinha mineira... junta ø com... aquela couvinha bem partidinha... ba/ faz ø na... na frigideira... depois põe ø por cima da carne e põe os legumes em cima... a gente usa muito esse tipo de comida aqui em casa... por exemplo chuchu também ela refoga... faz ø com ovo... sabe... e aí a gente come ø com a carne... (NURC/RJ/328)

O objeto nulo parece ter sido privilegiado pelos falantes urbanos mais letrados como uma forma de evitar, por um lado, o uso de ele-objeto, considerado "errado demais", e, por outro lado, o uso dos clíticos o/a/os/as, considerados "certos demais", pouco naturais, pedantes. O objeto nulo aparece, então, como uma solução de compromisso, uma estratégia de esquiva, como dizia o linguista brasileiro Fernando Tarallo.

Se assim é, podemos aproveitar esse fenômeno e sugerir aos nossos alunos que aproveitem essa estratégia — o objeto nulo —, quando quiserem dar a seu texto mais leveza, mais ritmo, mais naturalidade. É um privilégio único, exclusivo da nossa língua, perfeitamente intuitivo e espontâneo para nós — não há então por que não se valer dele.

Acerca do uso de lhe como objeto direto, já abordamos esse caso ao tratar do emprego de lhe em correferência com você, tanto como objeto direto quanto como objeto indireto. Decerto por influência desse uso na interlocução, o lhe também comparece como objeto direto e indireto da não-pessoa — única e exclusivamente na língua escrita, pois o lhe na língua falada só se refere a você, nunca a ele/ela. Quanto ao plural lhes, nunca é usado na língua falada nem em correferência com você nem em correferência com eles/elas — sua utilização se restringe à língua escrita em gêneros altamente monitorados.

Não faltam exemplos do uso de lhe como objeto direto em textos escritos mais monitorados:

(58) Kelly Zwagerman, professora colegial que vive em Minnesota, disse que quando recebeu o diagnóstico, em setembro de 2007, seu médico lhe orientou que se cercasse de pessoas queridas. (www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny0405200913.htm/ acesso em 2 set 2009)

(59) Não imaginava, porém, o dilema que o destino lhe reservava. Uma manhã notou que Susan parecia muito perturbada. Da cama, de onde agora não mais saía, interrogou-lhe a respeito. ([Moacyr Scliar] www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0405200903.htm/ acesso em 2 set 2009)

(60) Cabeleira graciosa, cabeleira sensual, cabeleira feminina odiada por tantas religiões como instrumento do pecado: Golaud punirá Mélisande puxando-lhe pelos cabelos. ([Jorge Coli] www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0305200902.htm/ acesso em 2 set 2009)

(61) O problema, agora, seria desrespeitar não a ministra ou a candidata, mas o ser humano. Dilma merece que lhe deixem em paz ao menos durante os quatro meses em que se submeterá a quimioterapia. ([Clóvis Rossi] www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2804200903.htm/ acesso em 2 set 2009)

(62) Até o começo da noite de ontem, Estella não havia tido contato com a governadora, que foi quem lhe convocou, em 6 de novembro de 2007, para colocar o Detran em ordem. (zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&newsID=a2499064.xml&channel=13&tipo=1&section=Geral/ acesso em 2 set 2009)

(63) Adoro quando consigo fugir do meu trabalho, nem que seja para reduzir meu almoço para 30 min, para passar os outros 30 restantes com minha filha. Só o ato de lhe abraçar, sentir seu cheirinho e ver seu sorriso, já ganhei o dia. (zerohora.clicrbs.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC,blog.BlogDataServer,getBlog&pg=1&template=3948.dwt&section=Blogs&tipo=1&coldir=1&uf=1&local=1&blog=475&post=176648&siteId=409/ acesso em 2 set 2009)

(64) Aos 10 anos, Gabriel sentiu medo. Estouro de balão lhe deixava angustiado. Qualquer ameaça de chuva, ele se escondia debaixo da cama. Era como se protegia dos trovões. Uma irmã psicóloga de Isolda lhe chamou num canto e lhe disse, sem rodeios: "Minha irmã, o comportamento do Gabriel não é normal. Procura um especialista para que ele seja examinado". (www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_13/2009/05/09/noticia_interna/id_sessao=13&id_noticia=106824/noticia_interna.shtml/ acesso em 2 set 2009.

(65) É essencial que o casal gaste dinheiro com o que lhe deixa feliz, ensina o consultor de finanças pessoais Gustavo Cerbasi. (www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_1/2009/05/03/ acesso em 2 set 2009)

Quanto ao objeto indireto, temos uma opção sintética, lhe/lhes, ou uma opção analítica, para ele ou a ele. O uso da preposição depende da regência do verbo, mas também da origem social do falante: nas variedades nordestinas, a preposição a é bastante viva, mesmo entre falantes não letrados, enquanto no Sul e no Sudeste se percebe uma franca preferência por para. O plural lhes, como já foi dito acima, só se emprega em GTM.

Como complemento oblíquo, as formas mais usuais são PREPOSIÇÃO + ELE/ELA/ELES/ELAS. O pronome si está em processo de obsolescência no PB, sendo de difícil emprego na língua falada espontânea e mesmo nos GTM. No *corpus* do NURC-Brasil ele só aparece 10 vezes, 5 das quais na locução em si ("o pavimento em si", "o cinema em si", "o quadro em si", "a cebola em si"), que tem uma função mais propriamente adverbial: "o pavimento *propriamente dito*", "a cebola *propriamente dita*" etc. e já se tornou uma fórmula fixa. Já por si ocorre 3 vezes, uma das quais na fórmula fixa *cada um por si*.

16.5.2 Os *possessivos da não-pessoa*

Já estudamos no capítulo anterior os possessivos da 1ª e 2ª pessoas. Aqui vamos nos dedicar aos possessivos da não-pessoa. Um quadro prévio pode ser traçado:

POSSESSIVOS DA NÃO-PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO			
singular		*plural*	
MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
seu(s)	sua(s)	seu(s)	sua(s)
dele	dela	deles	delas

O que logo chama a atenção é a ambiguidade de informação contida nos possessivos seu(s)/sua(s) — eles podem se referir tanto a um único possuidor quanto a mais de um possuidor. Além disso, com a gramaticalização de você como índice de 2ª pessoa, esses mesmos possessivos podem se referir a esse IP. As situações teóricas seriam, portanto:

1. sing :: sing → Ana trouxe seu filho pra gente conhecer.
2. sing :: plur → Ana trouxe seus filhos pra gente conhecer.
3. plur :: sing → Ana e Oto trouxeram seu filho pra gente conhecer.
4. plur :: plur → Ana e Oto trouxeram seus filhos pra gente conhecer.
5. sing :: sing → Você trouxe seu filho pra gente conhecer?
6. sing :: plur → Você trouxe seus filhos pra gente conhecer?
7. plur :: sing → Vocês trouxeram seu filho pra gente conhecer?
8. plur :: plur → Vocês trouxeram seus filhos pra gente conhecer?

Para resolver esse problema, os falantes empreenderam uma nova distribuição dos possessivos da família seu e criaram os da família dele. Nessa distribuição/criação, o que temos hoje no PB é o seguinte:

- VOCÊ → seu(s) / VOCÊS → seu(s): no vernáculo geral brasileiro falado, menos monitorado, é essa a correlação quase categórica. Já vimos também que é possível empregar teu (e flexões) em correlação com você. Em textos onde o autor/narrador cria um diálogo virtual com o leitor e se refere a ele usando você, essa mesma correlação vigora, uma vez que o emprego de você sempre conduz a uma menor formalidade.
- ELE → dele (e flexões): no vernáculo geral brasileiro falado, menos monitorado, é essa a correlação quase categórica. Em textos escritos mais monitorados, ela ocorre quando o autor/narrador precisa especificar seu referente se o possessivo puder se aplicar a mais de um deles:

  - *Banco do Brasil e Caixa Econômica discutiram na conferência sobre* seu *futuro papel nos financiamentos habitacionais* (o futuro papel de ambos);
  - *Banco do Brasil e Caixa Econômica discutiram na conferência sobre* seu (dele) *futuro papel nos financiamentos habitacionais* (o futuro papel do Banco do Brasil).

A TGP recomenda o uso de seu/sua com dele ou dela entre parênteses, mas essa prática já não vigora na atualidade, em que a fórmula de ocorrência mais provável (em textos jornalísticos, por exemplo) é *Banco do Brasil e Caixa Econômica discutiram na conferência sobre o futuro papel dele nos financiamentos habitacionais*. No telejornalismo da Rede Globo, só se emprega dele/dela com referência à não-pessoa, mesmo onde o possessivo pode ser dispensado (*o presidente desceu do avião acompanhado da esposa* dele → *o presidente desceu do avião acompanhado da esposa*).

- ELE → seu (e flexões): é a correlação mais usual em gêneros textuais falados e escritos mais monitorados. No *corpus* do NURC-Brasil, por exemplo, M. H. Moura Neves (2008: 568) computou 90% de ocorrências de seu nas elocuções formais (aulas de universidade) contra 70% de ocorrências de dele nos diálogos entre dois entrevistados. Também é preciso levar em conta a época de realização das entrevistas (anos 1970), pois decerto um *corpus* coletado nos dias de hoje revelaria um emprego muito mais frequente de dele em textos falados menos monitorados. Examinando, por exemplo, 14 entrevistas realizadas pelo grupo do NURC do Rio de Janeiro na década de 1990 (amostra Recontato), encontrei 76 ocorrências de dele (masc., sing.) e 8 de seu (masc., sing.), das quais 4 eram introduzidas pelo indefinido cada, uma fórmula fixa, em que o seu sobrevive na língua falada mais espontânea. Outra das ocorrências trazia o indefinido tudo como sujeito ("tudo tem seu pró e contra"), numa construção em que dele seria inaceitável. Assim, de um total de 84 ocorrências, 90,5% foram de dele, contra 9,5% de seu — e ainda assim, das 8 ocorrências de seu, apenas 3 podem ser consideradas de seu "verdadeiro".
- ELE → o: ao contrário de línguas como o inglês e o francês, que fazem um uso muito mais abundante dos possessivos, o português tem um recurso estilístico que permite economizá-los: é o emprego do artigo quando o possuidor é de não-pessoa e quando o objeto possuído é inerente, inseparável do possuidor ou inconfundivelmente pertencente a ele:
  - Ana foi viajar com o marido.
  - O presidente chegou acompanhado da esposa.
  - Eduardo esqueceu o computador dentro do avião.
  - Esperamos meia hora até que o avião abrisse as portas para descermos.
  - Morei numa casa que tinha as janelas e as portas azuis.
  - Era lindo ver a gatinha amamentando os filhotes.
  - No acidente, Ari quebrou a perna, mas Rose só machucou o nariz.

Havendo predominância de dele (e flexões) na língua falada mais espontânea, é tarefa da educação linguística na escola levar os aprendizes a se conscientizar dos usos de seu (e flexões) em textos escritos mais monitorados. Também vale a pena exibir para eles a elegância estilística do uso do artigo em lugar dos possessivos.

16.6 As formas da indeterminação

Exatamente por não se referir a nenhuma pessoa do discurso, as formas assumidas na língua pela não-pessoa se prestam para a expressão da indeterminação do agente. No capítulo anterior, vimos que a forma de indeterminação mais empregada hoje no PB é você.

A indeterminação do agente é um traço semântico, isto é, tem a ver com o signo linguístico e suas relações com o referente no mundo real. Quando não sabemos, não podemos ou não queremos enunciar esse agente, empregamos formas que expressam essa indeterminação — indeterminação que também empregamos para generalizar ações que, para nós, podem ser desempenhadas por qualquer pessoa.

Aqui vamos tratar das formas de indeterminação expressas por formas mais diretamente vinculadas à não-pessoa.

16.6.1 O que se é, o que se pode

Os nossos pronomes se/si derivam de uma tríade de pronomes reflexivos que existia em latim:

- sui → genitivo
- se → acusativo
- sibi → dativo/ablativo

O pronome sui ('si mesmo') sobrevive apenas como prefixo na palavra sui.cídio e derivados, com a ideia de 'matar a si mesmo', com sua reflexividade ainda mais enfatizada pela transformação de suicidar num verbo pronominal: suicidar-se. Ele correspondia, em latim, ao grego auto-, muito mais produtivo na nossa língua (automóvel, autodisciplina, autoanálise, autonomia etc.). Se nos chegou tal e qual, enquanto sibi sofreu a síncope regular do -b- intervocálico, resultando em sii, que, por efeito da crase, se reduziu a si. Uma vez que eles pertencem à família da não-pessoa, decidi incluí-los entre os mostrativos.

A forma se é a que nos interessa mais de perto. Era usada em latim como acusativo (objeto direto) e ablativo (circunstâncias, instrumento, lugar, tempo etc.). Foi nessa função de objeto direto que se sobreviveu em nossa língua, um objeto direto que é reflexivo, ou seja, equivale ao próprio sujeito: quando digo *Augusta se sentou na cadeira de balanço*, o objeto de *sentar* é a própria Augusta (cp. *Augusta sentou a criança na cadeira de balanço*). Dizemos que um elemento linguístico é reflexivo quando a ação praticada pelo sujeito incide sobre o próprio sujeito.

Assim como ocorre com os demais reflexivos (*me, te, nos*), se também pode ser empregado com valor afetivo [▶590], em que não designa uma ação feita pelo sujeito sobre si mesmo, mas um "pronome de realce": *Ana se despediu, Ana se aborreceu, Ana se sentiu mal* etc.

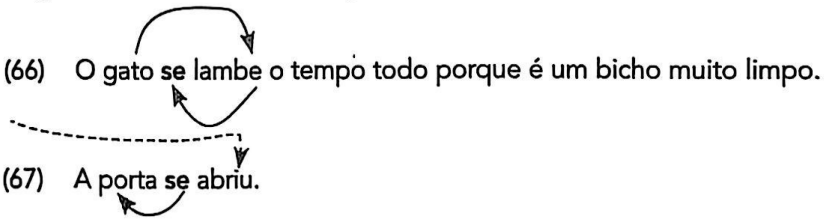
Por um processo de gramaticalização, o reflexivo se passou a designar também o sujeito [+indeterminado]. Aqui também, como vimos com o artigo, não se trata de formas convergentes, mas sim de uma forma única que se desdobrou em mais de uma função.

De que forma um elemento indicador da *reciprocidade* pode ter se transformado em elemento indicador de *indeterminação* do agente? Foi um processo de gramaticalização bastante radical, pois o *se*-objeto direto se tornou *se*-sujeito.

Em [▶584] estudamos a voz média dos verbos e verificamos que ela se enuncia sob a forma de uma *pseudorreflexividade*, isto é, não há correferência entre o sujeito e o objeto. Vamos comparar:

(66a) O gato se lambe o tempo todo porque é um bicho muito limpo.
(66b) O gato lambe a si mesmo o tempo todo porque é um bicho muito limpo.
(67a) A porta se abriu.
(67b) *A porta abriu a si mesma.

Fica evidente que a paráfrase feita em (66b) não pode ser feita em (67b), porque o gato tem a capacidade de lamber a si mesmo, enquanto uma porta não tem condições de se abrir sozinha. É evidente que alguma outra coisa abriu a porta. Se fôssemos representar graficamente essa distinção entre voz reflexiva e voz média teríamos algo assim:



Em (66), uma reflexiva verdadeira, temos uma ação que parte do sujeito (*o gato*) e volta para ele (*se*). Todos os elementos para expressar esse movimento estão *dentro* da própria sentença — é um fenômeno morfossintático: uma endófora, remissão a algo que está dentro da sentença.

Em (67), temos um pseudoagente (*a porta*), incapaz de praticar a ação descrita pelo verbo (*abriu*) e um clítico pseudo-objeto (*se*). O verdadeiro agente está *fora* da sentença, está em algum lugar do mundo real — é um fenômeno semântico-pragmático: uma exófora, remissão a algo que está *fora* do material linguístico.

Ora, no processo de gramaticalização, o caráter semântico-pragmático da voz média se cristalizou *dentro* da própria sentença, contaminando o clítico se e fazendo ele desempenhar o papel de sujeito, o que não era nada difícil, já que até então ele era

só um falso objeto direto. Nesse processo, os movimentos foram reanalisados da seguinte maneira:

(67c)

Antes tínhamos S [a porta] C [se] V [abriu]. Agora temos C [a porta] S [se] V [abriu]. Os papéis sintáticos mudaram, mas a ordem dos constituintes permaneceu a mesma!

Uma vez que a porta não pode abrir a si mesma, a sentença passou a ser interpretada como *a porta foi aberta por* [+indeterminado]. Estava aberto, portanto, o caminho para as duas interpretações possíveis da sentença:

(I) a interpretação que põe o foco sobre *a porta*, reconhecendo nela o objeto-paciente da ação de *abrir*, deixando de lado o agente responsável pela ação;
(II) a interpretação que põe o foco sobre o agente responsável pela ação, agente semanticamente indeterminado, simbolizado na sentença pelo clítico se.

A primeira interpretação está na origem do conceito de *voz passiva sintética* ou *voz passiva pronominal*, em que a paráfrase sugerida é *a porta foi aberta por se* (= [+indeterminado]). Essa interpretação só é possível com verbos *transitivos diretos*, pois implica em transformar o *paciente* da ação de abrir em *sujeito* do verbo — observe que o movimento é objeto-paciente → sujeito-paciente, e não *sujeito-agente*, que é a característica mais comum, e até mesmo típica, dos sujeitos sintáticos. Ora, se o sujeito (*a porta*) é paciente, é preciso encontrar um "culpado", dentro da sentença, pela ação praticada: se não foi a porta que se abriu a si mesma, o único elemento que sobra para ser responsabilizado pelo ato de abrir é o clítico se. Daí o rótulo de "partícula apassivadora" atribuído a ele pela tradição gramatical.

A segunda interpretação está na origem da classificação do se como "índice de indeterminação do sujeito": se (= *alguém ou algo indeterminado*) *abriu a porta*. Essa interpretação permitiu a extrapolação do fenômeno para verbos *intransitivos*, em que o se deixa de ser reflexivo verdadeiro, deixa de ser pseudorreflexivo (voz média), e assume de vez o lugar de sujeito de sentenças na voz ativa.

A incongruência da tradição gramatical está em oferecer duas análises diferentes para um mesmo se que exerce a mesma função de sujeito-agente [+indeterminado] tanto na voz passiva quanto na voz ativa:

(68) O vaso se quebrou → O vaso foi quebrado por se (sujeito-agente [+indet])
(69) Aqui se vive feliz → Aqui se (sujeito-agente [+indet]) vive feliz.

O problema mais grave dessa duplicidade incoerente de análise está na exigência feita pela tradição gramatical de um verbo no plural em construções com o se-sujeito-agente [+indet]. Essa exigência é resultante sem dúvida de uma hipercorreção

perpetrada pelos gramáticos, que extrapolaram a concordância das sentenças na voz reflexiva para as sentenças na voz ativa com verbos transitivos diretos:

(70a) Nessa gruta se escondia o escravo fugitivo. → voz reflexiva
(70b) Nessa gruta se escondiam os escravos fugitivos.
(71a) Nessa gruta se escondia o tesouro roubado pelos piratas. → voz ativa
(71b) Nessa gruta se escondiam os tesouros roubados pelos piratas.

Ora, o fator semântico é soberanamente desprezado pela tradição gramatical quando exige concordâncias do tipo (71b). Em (70b) o verbo no plural não contraria a intuição do falante nativo, que interpreta corretamente em (70b) uma ação praticada pelo sujeito-agente que recai sobre o próprio sujeito-agente ("os escravos se escondiam a si mesmos nessa gruta"). Em (71b), no entanto, o verbo no plural cria a aparência de uma reflexividade que não é permitida pelo verbo *esconder*, que exige um agente [+animado] e/ou [+humano], coisa que *os tesouros* está muito longe de ser.

Foi esse equívoco de interpretação praticado pelos gramáticos que gerou o que classifico como *reflexividade agramatical*, isto é, uma reflexividade inaceitável, que bate de frente com o conhecimento gramatical intuitivo de qualquer falante da língua. Nela se faz uma concordância estranha à língua: a concordância do verbo com o seu objeto!

Mais de cem anos nos separam da primeira edição das *Dificuldades da língua portuguesa*, de Said Ali, publicada em 1908. Nessa obra, enriquecida em 1919 com seis novos capítulos, o filólogo empreende uma análise impecável do problema de classificação do clítico se nas orações chamadas "passivas sintéticas" ou "passivas pronominais", decidindo-se, em nome do bom senso, por atribuir a ela uma incontestável função de *sujeito*.

Atribuir ao se a função de *sujeito* é possível, segundo Said Ali, "se fizermos abstração da gramática e, procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com as ideias que as palavras atualmente simbolizam" (1919: 147). Hoje, no lugar de "gramática", escreveríamos *sintaxe*, e no lugar de "análise psicológica", escreveríamos *análise semântica*. E é precisamente nesses dois aspectos, o sintático e o semântico, que se encontra a incoerência da doutrina normativa tradicional, além de seu total menosprezo pelos aspectos *pragmáticos* do fenômeno.

Enquanto Said Ali tenta *reunir* os critérios sintático e semântico para estudar o problema, a prescrição tradicional *separa* os dois critérios no momento de classificar o se, como vimos mais acima. Retomando o que já foi dito:

(72a) Na casa da Ivone se come demais.
(72b) Na casa da Ivone se come carne demais.

Diz a TGP que em (72a) o se indica "indeterminação do sujeito", ao passo que em (72b) o se é uma "partícula apassivadora", sendo carne o "sujeito" da oração. Ora, no primeiro caso, a TGP opera com um critério *semântico*, pois o se é interpretado como

referente a alguém que não queremos especificar ou determinar. Já na interpretação de (72b), opera com um critério *sintático*, a transitividade direta do verbo. Trata-se de um evidente paradoxo, de duas explicações diferentes para o mesmo fenômeno linguístico. A única diferença verdadeira entre os dois enunciados é que em (72a) o verbo é *intransitivo*, ao passo que em (72b) ele é *transitivo direto*. Nas duas o se funciona como *sujeito indeterminado*, e em (72b) temos *carne* como o objeto direto de *comer*.

O aspecto semântico sistematicamente desprezado pela TGP é que, em todas as orações deste tipo, os verbos presentes são sempre verbos que só podem ser praticados por um sujeito com traço semântico [+animado] e/ou [+humano]. O que quer dizer isso? Quer dizer que somente seres animados e/ou humanos podem *comer carne*, assim como em *aluga-se salas*, *joga-se búzios*, *vende-se ovos*, *avia-se receitas*, *amola-se facas* etc., todos os verbos exigem (além de um óbvio *objeto direto*) um sujeito [+humano]. E é essa poderosa evidência semântica que leva os falantes a manter o verbo no singular, fazendo ele concordar com o sujeito indeterminado, expresso no enunciado pelo clítico se.

Todos os estudos científicos empreendidos em torno desse tema, de Said Ali até hoje, têm se empenhado em demonstrar a urgente necessidade de interpretar o se nessas orações como um recurso de que a língua dispõe para indicar a *indeterminação do sujeito*. A nomenclatura que ainda usa conceitos como "se apassivador", "passiva sintética" e "passiva pronominal" é inteiramente descabida e tem de ser abandonada de uma vez por todas, junto com a concordância bizarra que ela implica.

Em trabalho posterior, Said Ali volta a tratar da questão, resumindo-a novamente com precisão:

> Vimos também que nas proposições do tipo *Vendem-se casas* é latente a noção de um agente humano [...]. A interpretação semântica é, pois, a mesma. A circunstância de em *Vendem-se casas* se dizer, como realmente se diz em linguagem culta[1], o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos ilogismos gramaticais, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que este sentido se acha alterado. A incoerência salta aos olhos, não somente quando se comparam as construções do verbo transitivo com as de verbo intransitivo, mas ainda quando se cotejam duas frases com o mesmo verbo transitivo, redigidas uma com o substantivo no plural precedido da preposição *a*, a outra com o substantivo sem preposição: *Adora-se aos deuses* e *Adoram-se os deuses*. [Said Ali, 1964: 270; grifos do autor, sublinhados meus]

O caráter marcadamente *nominativo* do se, ou seja, sua propriedade de ser *sujeito*, é tão forte no PB que os falantes só o admitem como acusativo (isto é, como *objeto*

[1] A situação da "linguagem culta" hoje, no limiar do século XXI, já é bem diferente da descrita por Said Ali em sua obra, escrita na década de 1920: como veremos mais adiante, os falantes cultos já dão ampla preferência ao verbo no singular.

direto) em construções na *voz reflexiva*, com grande inclinação a só reconhecerem essa reflexividade quando se trata de sujeito com traço semântico [+animado].

Por isso, como vimos em [▶584], é cada vez mais frequente o apagamento do se nas chamadas *orações pseudorreflexivas de voz média*, aquelas em que um sujeito [–animado] supostamente "pratica" uma "ação" que incide sobre si mesmo, como nos exemplos clássicos *a porta se fechou*, *o vaso se quebrou*, *o vidro se partiu* etc. Para vermos o efeito do apagamento do se nas pseudorreflexivas, vamos comparar os enunciados abaixo:

(73) O gato se lambe para se manter sempre limpo.
(74a) O vestido se rasgou todo. / (74b) O vestido rasgou todo.

Observe que em (73) a supressão do se geraria enunciados agramaticais:

(73a) *O gato lambe ø para manter ø sempre limpo.

Fica faltando em (73a) o objeto direto dos verbos *lamber* e *manter*. Já em (74b) o se da pseudorreflexiva pode ser apagado (como de fato é, em muitas variedades linguísticas brasileiras) porque um vestido não pode rasgar-se a si mesmo, *vestido* não apresenta o traço semântico [+animado], único que permite analisar o se como reflexivo verdadeiro.

16.6.1.1 A reflexividade agramatical

Esse não reconhecimento intuitivo de papel de objeto direto para o se em construções reflexivas com sujeito [–animado] pode servir como mais um argumento para rejeitar a imposição normativa de verbo no plural nas pseudopassivas "sintéticas". É aquilo que denomino *reflexividade agramatical*, isto é, de um sentido reflexivo que não é aceito pelo falante nativo da língua.

A ordem dos termos na sentença (a *sintaxe*) é fator crucial para determinar o *status* do clítico se: pronome reflexivo ou índice de indeterminação do sujeito. Veja, por exemplo, essa ocorrência de se no *corpus* de língua falada que usei em minha pesquisa de 2000:

(75) Direito mesmo é o tipo de curso arcaico... ele não modifica faz muito anos... nada foi modificado aquilo lá parece que é uma tradição... um curso tradicionalista ... como foi há uns tempos atrás, entende? existia o curso de Direito ... havia uma preocupação de se formar os doutores ... bacharéis... mas ele ficou o curso estacionou ... (NURC/SP/062)

A colocação do verbo *formar* antes do substantivo *doutores* obedece à ordem canônica SVC do português brasileiro, deixando claro que o falante analisou intuitivamente o se como sujeito:

(75) **se formar os doutores**
S V C

Se, no entanto, *formar* se encontrasse *depois* de *os doutores*, haveria a possibilidade de interpretação do verbo como *reflexivo*. Nesse caso, o verbo poderia ser flexionado no plural:

(75a) havia uma preocupação dos doutores **se formarem**
S V C

Observe, porém, que essa alteração *sintática* provoca, inevitavelmente, uma alteração *semântica* e *pragmática* do enunciado. Enquanto em (75) o falante comenta a preocupação que um sujeito indeterminado (a sociedade brasileira, o sistema educacional, o Estado...) tinha de criar um corpo de bacharéis, em (75a) a preocupação é dos próprios candidatos a bacharel, a preocupação de *se formarem*, isto é, cada um deles conseguir terminar com êxito seu próprio curso. É, portanto, a sintaxe do verbo no enunciado que vai determinar a interpretação do se como reflexivo ou indeterminador do sujeito. Observe, também, que em (75) seria difícil interpretar o se como [+reflexivo], uma vez que o falante parece não considerar a classificação tradicional de verbos "essencialmente pronominais", já que temos "ele não ø modifica faz muitos anos", onde a prescrição tradicional exigiria "ele não *se* modifica faz muitos anos". É mais um indício de que o se que ele emprega é mesmo sujeito.

Dentro dessa mesma linha de argumentação, compare-se os três enunciados abaixo:

(76a) Muita gente já se demitiu da empresa.
(76b) Já se demitiu muita gente da empresa.
(76c) Muita gente já foi demitida da empresa.

Em (76a) está claro que a demissão foi *voluntária* porque o *sujeito* evidente da oração é muita gente, portanto o se é [+reflexivo]. Em (76b) o *sujeito* é [+indeterminado], indeterminação indicada pelo clítico se, sendo muita gente o objeto da demissão. Já em (76c) temos, sim, uma verdadeira *passiva* em que o *sujeito*, muita gente, sofre a ação praticada: demitir.

Se no lugar de muita gente tivéssemos muitos funcionários e quiséssemos fazer a mesma análise, obteríamos:

(77a) Muitos funcionários já se demitiram da empresa.
(77b) Já se demitiu muitos funcionários da empresa.
(77c) Muitos funcionários já foram demitidos da empresa.

O enunciado (77b) não teria o mesmo efeito se o verbo estivesse no plural: *Já se demitiram muitos funcionários da empresa*, que seria simplesmente o mesmo enunciado (77a) com o *sujeito* colocado depois do verbo, contrariamente à ordem mais comum SVC do português brasileiro para verbos transitivos, numa inversão sintática de baixa probabilidade de ocorrência na língua falada, sobretudo por correr o risco de ambiguidade de interpretação (os funcionários se demitiram ou alguém os demitiu?). Se a intenção do falante for deixar claro que muitos funcionários perderam, *a contragosto*, seus empregos, o verbo *tem de ser flexionado no singular* porque os funcionários, nesse caso, são o *objeto* evidente da demissão, *sofreram* essa ação, não a praticaram.

Me parece claro, portanto, que a flexão do verbo no singular ou no plural é estreitamente dependente do *significado* que se quer atribuir ao verbo e dos *efeitos* que se busca obter com ele. O uso simultâneo de critérios *sintáticos*, *semânticos* e *pragmáticos* é que poderá definir, repito, o papel [+reflexivo] ou [+indeterminado] do clítico se.

Em síntese, considerando-se a ordem, os traços semânticos e os efeitos pragmáticos dos enunciados, podemos oferecer as seguintes análises:

(A) **Já se demitiu muitos funcionários** da empresa (SVC)
se → SUJEITO [+indet]
demitiu → verbo transitivo na VOZ ATIVA
funcionários → OBJETO DIRETO

(B) **Muitos funcionários já se demitiram** da empresa (SCV)
funcionários → SUJEITO
se → pronome reflexivo, OBJETO DIRETO
demitiram → verbo transitivo direto na VOZ REFLEXIVA

Assim, quando se trata de um nome com traço semântico [–humano] e, pior ainda, [–animado], a exigência de flexão do verbo no plural gera enunciados de aparência reflexiva, impossíveis de aceitar diante das restrições semânticas impostas pelo próprio verbo:

(C) A nutricionista sugere que **se evite os doces** na alimentação (SVC)
se → SUJEITO [+indet]
evite → verbo transitivo direto na VOZ ATIVA
doces → OBJETO DIRETO [–animado]

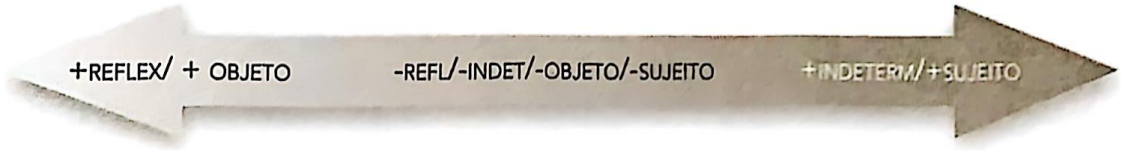
(D) *A nutricionista sugere que **os doces se evitem** na alimentação (SCV?)
doces → SUJEITO [–animado]?
se → pronome reflexivo, OBJETO DIRETO?
evitem → verbo transitivo direto na VOZ ATIVA, ou REFLEXIVA?

O único modo de não gerar um enunciado agramatical de aparência reflexiva como o de (D) é conjugar o verbo no singular ou conjugar o verbo na voz *passiva*, na única forma como se constrói em PB, analiticamente:

(E) A nutricionista sugere que **os doces sejam evitados** na alimentação (SV)
doces → SUJEITO [+paciente][–animado]
sejam evitados → verbo transitivo direto na VOZ PASSIVA

Voltando ao que já foi dito, o se-reflexivo e o se-sujeito [+indet] provêm de uma mesma forma latina e, portanto, são uma palavra só, um mostrativo anafórico, um

pronome, que pode desempenhar duas funções sintáticas distintas: a de objeto direto [+reflex] e a de sujeito [+indet]. Essas duas funções se distribuem ao longo de um contínuo, de acordo com a semântica do verbo. Esse contínuo vai do [+reflex] ao [+indet], sem jamais admitir a noção de passividade:



Muitos estudantes de árabe não **se formam**		Não **se forma** muitos estudantes de árabe
Ana **se comprometeu** a vir nas próximas reuniões		Com essa obra **se comprometeu** as estruturas do prédio ao lado
Ana **se acha** o máximo		Não **se acha** mais filhos assim
Ana **se fez** sozinha		Aqui **se faz** as melhores pizzas
Ana **se culpa** pelos erros alheios		Nesses casos sempre **se culpa** os mais desfavorecidos
	Ana **se desculpou** pelo atraso	Nessa empresa não **se desculpa** os atrasos
Ana **se fechou** dentro de casa	A porta **se fechou** de repente	Por causa do nevoeiro **se fechou** os três aeroportos da cidade
	É ali que **se desenvolvem** os nossos projetos de pesquisa	É ali que **se desenvolve** os nossos projetos de pesquisa
Ana **se considera** pobre		Nesse plano do governo não **se considera** os pobres

No meio do contínuo ficam aquelas construções de voz média, em que o se cria uma aparência de reflexividade que não corresponde à realidade empírica das coisas.

A não intuição das construções com se como passivas ficou evidente, no exame do *corpus* de língua falada, naquelas ocorrências em que os falantes usaram a voz passiva e o se-sujeito [+indet], mantendo sempre o verbo no singular quando acompanhado do se:

(78) agora hoje como tenho filha médica mé/ e: genro médico e tive irmão médico e marido médico e tudo isso... abolimos e que essas plantas todas são usadas em remédios já se encontra nos remédios, né?... (NURC/REC/156)

(79) só os mais gritantes é que são publicados em jornal et cétera e se controla mas os pequenos não... (NURC/SP/343)

Disso se pode depreender claramente que, para o falante culto brasileiro, não existe "equivalência" entre as duas formas de construção, que são duas maneiras distintas (do ponto de vista sintático, semântico e pragmático) de se marcar a indeterminação do sujeito. Não tem cabimento nenhum, portanto, dizer que *essas plantas já se encontra nos remédios* deve ter o verbo no plural porque "equivale"

a essas plantas já são encontradas nos remédios. A escolha de cada uma das construções responde a intenções comunicativas específicas da parte do falante. No PB, a voz passiva se exprime exclusivamente de modo analítico — não existe voz passiva "sintética" ou "pronominal" no português brasileiro contemporâneo. Por isso, não se deve querer ensinar o que não existe!

A rejeição da concordância inaceitável entre verbo e objeto fica evidente em textos como os que seguem, de alto monitoramento estilístico:

(80) Os originais do diário estão perdidos. A segunda mulher do escritor, Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, entregou-os em 1973 à empresa Xerox do Brasil para que se fizesse apenas cinco cópias. (*Bravo*, fev. de 2008, p. 32)

(81) Do mesmo jeito, repete-se à exaustão máximas que advertem o leitor para um fenômeno curioso: 'apesar de ter sido um enorme canalha, os romances de tal escritor são excelentes'. (*EntreLivros*, ano 2, n. 17, p. 66)

(82) Nesse caso, essa correspondência funciona como uma daquelas peças que tanto se espera para que se complete o quadro que estamos formando. (*Nossa História*, ano 3, n. 33, jul 2006, p. 71).

(83) Esse projeto parece efetivamente ter sido encampado pelo Ministério João Alfredo e pela Coroa, já que, segundo a fala do trono de 3 de maio de 1889, o imperador pedia que se examinasse com atenção as propostas de "adoção de um imposto territorial e desapropriação de terras em torno das estradas de ferro" visando a instalação de libertos e imigrantes. (*Nossa História*, ano 3, n. 33, jul 2006, p. 72)

(84) Mas a efeméride dos 95 anos parece que, de fato, passará em silêncio. Espera-se as maiores homenagens para o seu [de Noel Rosa] centenário, em 2010 [...] (*Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 6, dez. 2005, p. 11)

(85) O livro também conta o apoio do arcebispo de Canterbury, Richard Bancroft, e mostra as dificuldades dos sete anos que se levou para chegar à versão final e a grande necessidade de organização e inteligência para se concretizar o trabalho. (*Jornal do Brasil*, 7/6/2003, caderno Ideias, p. 5)

(86) Koans: são uma espécie de pegadinhas, sem respostas lógicas, usadas para treinar a mente: "Que som é produzido quando se bate palmas com uma mão só?" (*Superinteressante*, março de 2002., p. 43)

(87) Procura-se intérpretes de klingon, o dialeto criado para o seriado *Jornada nas Estrelas*. O anúncio foi feito por um manicômio em Oregon, EUA. Alguns de seus pacientes só se comunicam usando a linguagem estrelar. Funcionários afirmam que os doentes utilizam cerca de 50 línguas diferentes para se comunicar. (*IstoÉ*, 21/5/2003, n. 1755, p. 20)

(88) Brasileiro que não foi ao Pantanal não consegue entender os adjetivos fortes escolhidos pelo jornalista americano para descrever a preciosidade. Palavras como "inacreditável" e "inigualáveis" para definir as belezas que se vê por lá. (oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2009/05/16/)

(89) Na crônica que tanto me encantou, chamada *Saudosa memória*, ele fala de viagens pela Toscana, pela linda e inesquecível Toscana, das cidades-museu, dos museus, dos mercados, das lojas, dos restaurantes. Das placas que se vê a três por dois: *Aqui Morou Fulano* e é sempre um fulano e tanto! (oglobo.globo.com/pais/noblat/mariahelena/posts/2009/04/05/)

(90) A boa notícia é que nunca se viu tantos carros nas ruas. A má notícia é que nunca se viu tantos carros nas ruas. (oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2008/04/10/)

(91) Pode-se dizer que este foi o ano Manara, pois nunca se viu tantos títulos do autor italiano em bancas e livrarias brasileiras. (oglobo.globo.com/blogs/Gibizada/posts/2006/12/14)

(92) Alan Moore (no alto), onipresente, e dois gibis da DC Comics publicados no Brasil pela editora Panini. Nunca se viu tantos títulos da editora nas bancas (legenda de imagem). (oglobo.globo.com/blogs/Gibizada/posts/2006/12/04/)

(93) Imagino que a violência do Rio tenha aos poucos afastado todos os que participavam nesta simpática partilha, na qual se fazia muitos amigos. (oglobo.globo.com/blogs/portugal/posts/2009/03/24)

16.6.1.2 O avanço do se-sujeito [+indet]

Uma outra prova muito eloquente da reanálise sintática pela qual o pronome se vem passando no português brasileiro — reanálise que nos obriga a incluir o se entre os pronomes que podem exercer a função de sujeito — se encontra num uso que, de tão frequente, não é mais percebido como erro por ninguém, nem pelos falantes cultos quando escrevem textos extremamente monitorados. É o emprego de se entre uma preposição e um infinitivo. Embora os defensores do tradicionalismo normativista que invadiram a mídia contemporânea insistam em condenar esse uso como "erro", ele já está definitivamente incorporado às regras sintáticas da nossa língua.

Como vimos em [▶466], o PB está se transformando numa língua em que a explicitação do sujeito se torna cada vez mais exigida, num processo que caminha (ao que tudo indica) rumo à *obrigatoriedade* dessa explicitação. Cada vez mais os verbos aparecem acompanhados de seu sujeito, seja ele um nome, um índice de pessoa ou um pronome.

Assim, na sintaxe brasileira, aumenta progressivamente a tendência a não se deixar nenhum verbo sozinho, desacompanhado de seu sujeito, mesmo quando esse verbo é um infinitivo tradicionalmente classificado de *impessoal*.

O equívoco da análise proposta pela TGP a esse tipo de construção está na atribuição de valor *passivo* a enunciados que o falante analisa intuitivamente como *ativos*. Quando a maioria dos brasileiros cultos falam e escrevem *Lugar bom de se morar*, eles não analisam o enunciado como *Lugar bom de ser morado* (até porque esse enunciado não faz o menor sentido!), mas sim como *Lugar bom de alguém/a gente morar*. Exatamente como no caso das pseudopassivas sintéticas, a alegação de uma suposta equivalência entre as construções não serve como justificativa para reprovar um uso que já é majoritário nas variedades cultas brasileiras.

Os exemplos no *corpus* do NURC-Brasil são os seguintes:

(94) Doc: agora o que qual o que que a senhora acha qual a melhor técnica na sua opinião para poder se divulgar uma peça de tea::/ uma peça, né? para que::o público tome conhecimento da existência dela?
Inf: eu acho que seria... o lado mais fácil de se chegar ao público para...para se chamar ao teatro seria através da televisão porque você vê em todos os lares...o pessoal assiste televisão...você vê comentado os programas de domingo...em todos os locais...é o 'Fantástico' é o Sílvio Santos e todo mundo assiste...e o pessoal diz "ah só tem esses programas de domingo" mas::você vê em todas as casas que você vá no domingo ligam...no 'Fantástico' então através da televisão eu acho que seria um bom...um bom jeito de se fazer chegar ao público as peças teatrais que estão...em cartaz... (NURC/SP/234)

(95) houve uma tentativa de se limitar a carga por roda quer dizer de evitar que carros muito pesados com cargas muito pesadas...trafeguem... (NURC/REC/005)

(96) música popular eu também já não... eu gosto de alGUmas mas essas BEM modernas muito gritadas ou MUIto faladas assim... eu não aprecio... têm mesmo as modernas têm muitas bonitas eu vejo as minhas gurias tocando às vezes nos di! uns discos... e digo olha essa aí está passável essa dá para se ouvir. (NURC/POA/045)

Qualquer falante urbano mais letrado ficaria decerto surpreso ao ser informado de que esses usos de se + INFINITIVO são tidos como "errados" pela tradição normativa. Segundo essa tradição, o se não deveria ser empregado, porque o infinitivo nesses usos "já tem valor passivo", não sendo portanto necessário indicar a passividade com a "partícula apassivadora".

É assim que se posiciona, por exemplo, o *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*:

> Se (uso errado). Não se usa o pronome se:
> 1 — Em expressões como *difícil de, fácil de, bom de, ruim de, passível de, duro de, agradável de,* etc., que já têm valor passivo (*difícil de ser feito, fácil de ser entendido*): *fácil de entender, difíceis de vender, bom de fazer, ruim de tomar, passível de errar, duro de roer, agradável de recordar.*
> 2 — Quando o conjunto pronome mais infinitivo equivale a um adjetivo (é de admirar = é admirável): *Foi de espantar* (espantosa) *tamanha ousadia. / Eram de esperar* (esperadas) *melhores relações entre os dois países. / Foram de pasmar suas ofensas./ Serão de temer novos retrocessos. / É de entender que ele se comporte dessa forma.* Igualmente: *de notar, de impressionar, de compreender, de tolerar, de acreditar.* No negativo, usa-se a mesma forma: *Não serão de temer tais retrocessos. / Não é de espantar que se comporte assim./ Não seria de esperar tamanha compreensão.*
> 3 — Quando não tem função alguma na oração: *É preciso pensar* (e não "*pensar-se*") *nisso. / É preciso cogitar* (e não "*cogitar-se*") *desse caso. / É hora de fazer o inventário. / É difícil conseguir a cura da aids. / É comum encontrar pessoas paradas nessa esquina. / Esta é uma forma de fortalecer o partido. / O contra-ataque é a maneira mais fácil de chegar ao gol./ Há planos para construir um centro de produção em São Paulo.*

Vamos ver em que o manual do *Estadão* errou ao falar do "uso errado" do se:

I. Não existe "valor passivo" nenhum nas expressões mencionadas no ponto (1) do *Manual*, todas compostas de um adjetivo seguido da preposição de e do pronome se. A respeito do "valor passivo" do infinitivo em tais construções, Cunha e Cintra observam, em nota na p. 475 de sua gramática (1985), que para diversos filólogos e linguistas "o infinitivo não apresenta em tais construções o sentido passivo, que costumam atribuir-lhe os gramáticos". E Bechara (1999: 222, nota 1) afirma que "não se pode falar em voz passiva diante de linguagem do tipo *osso duro de roer*". Portanto, se alguém diz ou escreve *lugar bom de se morar, rio bom de se nadar, cama gostosa de se dormir*, em nenhum momento lhe passa pela cabeça que também poderia ter dito ou escrito: "lugar bom *de ser morado*", "rio bom de *ser nadado*", "cama gostosa de *ser dormida*", porque isso não é português em lugar nenhum do mundo. Simplesmente, de novo, estamos diante de uma construção na voz *ativa* em que o *se* é um *pronome-sujeito*, desta vez sujeito de um infinitivo verbal.

II. O mesmo se diga da segunda "lição" do *Manual*. Não existe equivalência entre *é de esperar* e "é esperável". A equivalência, se existe alguma, se dá entre *é de* se *esperar* e *é de [você] [alguém] [a gente] esperar*. Repetindo: o pronome se é sujeito do infinitivo.

III. Por fim, o equívoco mais sério: "Quando não tem função alguma na oração". Por que quase todos os falantes do português brasileiro usariam o se nessas construções se ele não tivesse "função alguma na oração"? Se nós usamos o se é porque, ao contrário, sentimos a necessidade dele nessas orações, temos uma excelente oportunidade de trabalho para ele, uma *função*. E qual é ela? Repetindo: o pronome se é sujeito do infinitivo.

A boa intuição linguística dos redatores do jornal O *Estado de S. Paulo* parece falar mais alto do que as prescrições de seu manual de redação. É o que se pode ver nos seguintes exemplos (acesso em 10 maio 2011):

(97) Na boca do ministro da Justiça soa como omissão grave. Se o crime "é sabido", seria também de se esperar que fosse pedida uma investigação da Polícia Federal para apurar se o superfaturamento no preço das obras... (www.estadao.com.br/busca/JSearch/CBQM!cBQM.action?o=2&e=&sE=&s=esperar&t=)

(98) É claro que há muita poesia em se admirar uma galáxia distante, mas meu impulso era para o conhecimento. (www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090101/not_imp301123,0.php)

(99) Para nós da área jurídica foi decepcionante, porque nós acreditamos na Justiça, nos tribunais, nos juízes", lamentou o jurista. "E infelizmente não há o que fazer. Não há um órgão corregedor do Supremo." Segundo ele, a única coisa a se esperar é que o episódio não se repita no Supremo. (ww.estadao.com.br/nacional/not_nac359409,0.htm)

(100) Para o economista-chefe do banco norte-americano Morgan Stanley, Marcelo Carvalho, os dados da produção industrial em março não são suficientes para se esperar uma retomada consistente da economia brasileira. (www.estadao.com.br/economia/not_eco365864,0.htm)

(101) Como era de se esperar num evento da envergadura da Virada Cultural alguns saíram satisfeitos, outros frustrados. (www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090504/not_imp364992,0.php)

(102) Como seria de se esperar, complicou o leque de possibilidades de candidaturas, mas também despertou novas expectativas, rearranjos, apetites adormecidos e, para outros, eventuais frustrações quanto ao futuro próximo do País. (www.estadao.com.br/suplementos/not_sup364490,0.htm)

(103) O governo federal, como seria de se esperar, não gostou da ideia. O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, lembrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe expressamente outra renegociação entre os entes da Federação. (www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090503/not_imp364651,0.php)

(104) Movimentos de curto prazo em mercados são notoriamente difíceis de se prever, mesmo sem uma crise financeira global. (www.estadao.com.br/economia/not_eco319289,0.htm)

(105) O peso aos cinco anos de idade, segundo os autores, é um bom indicativo para se prever o peso das crianças aos nove anos de idade. (ww.estadao.com.br/vidae/not_vid295225,0.htm)

(106) Para os estudiosos de assuntos de defesa, o que ocorreu no Morro da Providência não traz nenhuma novidade. Era de se prever que isso pudesse acontecer. (www.estadao.com.br/suplementos/not_sup193745,0.htm)

(107) É assim que se constrói um país livre e bom de se viver: fazendo das melhores práticas, rotinas. Para quem tem imaginação, isso é altamente empolgante. (www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080222/not_imp128709,0.php)

(108) Para o Paladar, Andréia preparou um nhoque bonito de se ver e bom de se comer. (www.estadao.com.br/suplementos/not_sup101286,0.htm)

(109) Não é de se admirar, portanto, que ela tenha sido escalada para o papel da sofrida Salete, dois anos depois. (www.estadao.com.br/suplementos/not_sup320160,0.htm)

(110) Num ambiente repleto de jovens é de se admirar mesmo que uma atleta olímpica continue na ativa com quase 40 anos. (www.estadao.com.br/suplementos/not_sup205142,0.htm)

(111) Os times fizeram um primeiro tempo duro de se ver. Sem criatividade no meio-campo e saindo com pouca velocidade no ataque. (www.estadao.com.br/arquivo/esportes/2003/not20030209p45884.htm)

A dificuldade da tradição gramatical em atribuir o rótulo de *sujeito* ao pronome se pode decorrer, quem sabe, do caráter *clítico* do se, isto é, do fato dele só aparecer apoiado ao verbo, sem a possibilidade, que existe para os outros sujeitos, de se intercalar outros sintagmas entre ele e o verbo. Compare:

(112) *Ele*, durante sua longa temporada no Rio, quase não *ia* à praia.
(113) *Nunca *se*, nos últimos 50 anos, *viu* uma enchente dessas proporções.

Nossa tradição gramatical só considera *clíticos* os IP e ÑP oblíquos, que desempenham função de objeto direto ou indireto. Estaríamos, com o se, diante de um caso único de pronome-sujeito clítico? Não é o que parece, pois muitas pesquisas realizadas nos últimos anos em diversas variedades linguísticas do Brasil vêm comprovando que também os IP e ÑP do caso reto (sujeitos) estão adquirindo aos poucos um caráter clítico em nossa língua. O caso mais eloquente é o de você que pode assumir a forma cê, mas somente quando vem cliticizado ao verbo, como sujeito. Note que ninguém diz: "*Eu vi *cê* ontem na rua", mas todo mundo diz: "Onde é que *cê* acha que vai?". Outro clítico-sujeito bastante comum Brasil afora é eis, forma cliticizada de eles: "Eis ainda não chegaram?"

O caráter *átono*, *clítico*, do pronome *se* é que nos obriga a usar o advérbio *não* sempre antes dele — "*Não* se faz filmes como antigamente" —, ao contrário do que ocorre com os demais sujeitos — "Eu *não* conheço você".

Essa questão de ordem *fonética*, devida à atonicidade do *se*, não nos impede, contudo, de fazer uma análise *sintática* em que ao se cabe a função de sujeito, até porque é uma análise que corresponde à interpretação intuitiva que os falantes fazem do papel desse pronome na estrutura sintática.

16.6.1.3 Coesão e coerência comprometidas

Outro problema extremamente grave com a flexão do verbo no plural é que ela implode as propriedades mais importantes de um texto: a coesão e a coerência. Veja por exemplo essa engraçada placa que vi uma vez na feira de artesanato da Torre de TV, em Brasília:

AQUI SE BEBE
AQUI SE COME
MAS AQUI TAMBÉM SE LAVA OS PRATOS

É impossível convencer alguém de que o se da última frase não é o mesmo se das outras duas, muito menos de que "os pratos" é o sujeito dela e, por isso, o verbo deve vir no plural: "Aqui também se *lavam* os pratos". Como excelente gramático que é, qualquer falante de português brasileiro vai intuir que o mesmo sujeito que bebe, o mesmo sujei-

to que come, também vai ser o mesmo sujeito que lava os pratos. O autor da placa deu provas de absoluta coerência gramatical. Se é para falarmos de alguma equivalência, ela deve ser considerada entre o se e qualquer outro sujeito possível de caber na frase:

- Aqui se [você] [a gente] [a turma] [todo mundo] bebe
- Aqui se [você] [a gente] [a turma] [todo mundo] come
- Mas aqui também se [você] [a gente] [a turma] [todo mundo] lava os pratos

A flexão do verbo no plural rompe com a coesão sintática e deixa a mensagem incoerente, ainda mais se aplicarmos o surrado truque da "equivalência": "Aqui se bebe, aqui se come, mas aqui também são lavados os pratos".

O verbo no plural corre o risco de ser considerado *agramatical*, ou seja, inaceitável para os falantes, tanto quanto seria inaceitável alguém dizer "o casa" ou "as meninos".

O mesmo vale para um guia turístico que começasse assim:

(114) "Tão logo se chega ao Parque dos Papagaios, já se avista no horizonte três pequenos morros cobertos de vegetação..."

Ora, é óbvio que quem avista no horizonte os três morros é a mesma pessoa que chega ao Parque. Dizer que é preciso flexionar o verbo no plural ("já se *avistam* no horizonte três pequenos morros") é dizer que as regras sintáticas podem desconsiderar a coerência semântica do texto.

Outra característica do se como sujeito é que, ao contrário dos outros clíticos pessoais (*me, te, lhe, nos* etc.) que, no PB, ocorrem majoritariamente em próclise ao verbo principal, o se também ocorre com frequência em próclise ao verbo auxiliar, exatamente como ocorre com os demais sujeitos. Observe, os seguintes exemplos, tentando imaginar outro sujeito no lugar do se (*a gente, você, alguém* etc.):

(115) só através desses representantes é que evidentemente se pode chegar... a um denominador comum... (NURC/REC/131)

(116) então quase que se poderia dizer que a diferença que a relação, que há uma relação entre interpretação e análise, e que a diferença entre análise e interpretação é uma diferença de grau. (NURC/POA/278)

(117) Nas pesquisas envolvendo educação, muito se tem visto, revisto e questionado. (Cláudia Arbex, "Feminino e masculino unindo forças", http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos25.htm, acesso 15 mai 2011)

(118) Nos contratos entre ausentes é onde se tem percebido maiores dificuldades, que são acentuadas pelas divergências doutrinárias acerca do tema. (http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1873, acesso 15 mai 2011)

(119) Essa situação já perdura há mais de um mês, período em que, como se tinha previsto, ocorreram diversos conflitos na portaria do prédio, durante as quais estudantes em manifestação ameaçaram entrar à força no prédio em questão. (http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/nota_18.06.pdf, acesso em 15 mai 2011)

Perceba que é naturalíssima a ocorrência de perífrases verbais como *ele tinha me telefonado, eu vou te buscar, ninguém quis nos ajudar* etc., com o clítico entre o auxi-

liar e o verbo principal, ou seja, proclítico ao verbo principal. Mas não é própria do PB a próclise ao auxiliar como em *ele me tinha telefonado, eu te vou buscar, ninguém nos quis ajudar* etc. Quando o clítico, porém, é se-sujeito, esse tipo de próclise soa bastante natural: *o que se tem visto, e se poderia dizer também, e se vai fazer de tudo para resolver o problema* etc. A diferença fica ainda mais nítida quando o se é reflexivo: a próclise ao verbo auxiliar não soa espontânea (*ele se tem sentido mal, Ana se tinha preparado para a viagem, a gente se podia encontrar amanhã* etc.).

Para concluir nosso exame do se, vamos observar um trecho de língua falada em situação de alto monitoramento estilístico, em que a falante emprega o pronome se num encadeamento sintático em que ele ocorre ora como objeto [+reflex], ora como sujeito [+indet], ora como partícula de realce em construções de voz média:

(120) eu diria que... é mais sério do que isso... embora... isso seja seríssimo... eu digo que é mais sé:rio devido... à própria mentalida:de... que se cri:a entre os profissionais do direito... é uma mentalidade que não se tem... tentado... acabar derrubar aniquilar... nas faculdades de direito... por isso que algumas disciplinas raríssimas... tentam um ou outro professor... tenta... não é?... fazer alguma coisa... mostrar: possibilidades... de se modificar quando eu já... mencionei a vocês... sobre a crise positiva do direito... eu queria mostrar... que realmente... a fama do advogado... a crise do direito... se de:vem... sobretudo à mentalidade... que é formada não antes de se entrar na Faculdade de Direito... mas enquanto se está na Faculdade de Direito... essa mentalidade e interpretação pu:ra e sim:ples fecha:da da lei... (NURC/REC/337)

16.6.2 O verbo na não-pessoa do singular

Uma forma de indeterminação não prevista pela TGP, mas amplamente empregada por todos nós, falantes de PB, é o verbo na não-pessoa do singular. Ela vem ocupar o espaço da construção se + VERBO NA ÑP DO SINGULAR. Curiosamente, numa língua como o PB, que cada vez mais preenche a vaga do sujeito com um nome, um IP ou ÑP, o emprego do verbo sem referente explicitado anteriormente parece contradizer essa tendência. Talvez essa forma de indeterminação tenha surgido como uma estratégia de esquiva: inseguros quanto à concordância a se fazer quando se emprega o se, e pressionados pela censura normativa escolar, os falantes podem ter optado simplesmente por evitar qualquer risco de "erro", apagando o sujeito [+indet] representado por se e deixando que o verbo "fale por si só". Já vimos que o verbo na ÑP do singular é a "forma genérica" do verbo, quase sempre aquela que não carrega em si nenhuma marca número-pessoal. Vimos também que, nas línguas resultantes de processos de contato linguístico (chamadas "crioulas"), é muito frequente que o verbo se conjugue de maneira uniforme em todas as pessoas, tendo a forma da ÑP do singular como essa maneira uniforme. É o caso, repetimos, do africâner (citado em [▶163]) e do francês (que o linguista Bernard Cerquiglini classifica de "um crioulo que deu certo", *"un créole réussi"*). De fato, uma forma verbal pronunciada ['parlə] pode ter como sujeito *je, tu, il, elle, on, ils, elles*, o que torna obrigatória a enunciação do sujeito.

Outra possibilidade de explicação seria uma generalização radical da impessoalidade característica do verbo ter quando é apresentacional [▶620]. No exemplo a seguir, ficamos em dúvida se se trata do verbo ter apresentacional ou se houve o apagamento do se [+indet]:

(121) são as escolas técnicas que tem uma série aí agora, né?... (NURC/SSA/231)

Seja qual for a origem desse uso no PB, ele está bastante disseminado entre nós. Exemplos de sua ocorrência no *corpus* do NURC-Brasil:

(122) então, fica assim aromático, então, ø faz esse refogado e ø põe tomate, um ou dois tomates não mais do que isso pra não fica(r) ácido e agora saíram uns, uns temperos mais, mais novos digamos assim, porque tem dois anos mais ou menos, que é esse Puropuré, então, de uma a duas colheres de Puro purê ou senão ketchup também, uma ou duas colheres, ou um ou outro, aí ø põe o camarão naquele refogado, rapidamente, só ø mexe o camarão, depois dele limpo, tira-se o lombinho pra tira(r) o, a, as, a, como é a ô meu Deus, o intestino, ø diz que intestino do camarão (ininteligível) então ø tira aquilo ali, ø limpa bem o camarão, ø passa uma água fervendo, não ø deixa cozinha(r) o camarão, só água fervendo no camarão, por isso que ele fica um pouco cor de rosa, não de todo, branquinho ainda, aí ø põe aquele refogado, ø mexe, ø apaga o fogo e ø põe, dois ovos, mas a gema dura, ovo duro, só a gema bem amassada, ø põe ali, salsa, enfim aí o tempero que a pessoa quer, aí está ao lado um pirex todo forrado com queijo fatias mais ou menos de um centímetro, ø põe aquele refogado ali dentro e ø tapa, vai ao forno [...] ø tapa, é claro, com queijo bem, aí vai ao forno e junto vai também já preparado o arroz que foi feito à parte e ø mistura então os frutos do mar que vêm é polvo, mariscos, as, as mais variadas espécies, ø pode pôr tudo, carne de siri, ah, lula então, naquele arroz ø mexe, ø quebra dois ovos aí e, e depois então, ø comprime esse arroz num pirex, bate-se um ovo, ø põe a gema, espa, ah, ah, ø derrama em cima e ø põe bastante pão torrado então vai junto com o, o, o camarão com queijo ao forno e, os dois assam juntos, Pronto o camarão, exatamente quando aquele queijo fica todo derretido, envolvendo o camarão, aí ø retira os dois e serve-se eu acho sensacional. (NURC/POA/291)

Nesse exemplo podemos ver que o falante alterna entre o uso do verbo na ÑP do singular e o uso do se [+indet]. No entanto, são 25 ocorrências do verbo sem referente contra apenas 3 do se [+indet]. Também é interessante o uso do sintagma nominal a pessoa como forma de indeterminação.

O gênero textual *receita culinária* parece favorecer o uso intenso do verbo na ÑP como forma de indeterminação. Mas ele também ocorre em outros contextos:

(123) bom na escola particular escola maternal é tanto material que ø pede que se eu fosse enumerar pra você... (NURC/SSA/231)

(124) aquela fruta-de-conde que aqui no Rio é caríssima lá ø vende assim com preço baratíssimo... (NURC/RJ/328)

(125) galinha também...uma vez por semana a titia faz quando não faz durante a semana...faz de dias de domingo...(faz) as galinhas sob várias formas em casa ø come várias coisas de galinha...usando a galinha... ø come a galinha na canja... (NURC/RJ/328)

(126) O:: Carlitos conseguiu comer um par de sapatos né?... mas comer a:: a imagem na pedra ia ser bem mais difi/ ø precisava de dentes MUlto mais fortes que eu acho que não havia não... (NURC/SP/405)

Um exemplo coletado em revista semanal de grande circulação:

(127) Quando as cinzas das queimadas poluem o ar da floresta, impede-se essa troca. Assim, cria-se um círculo vicioso, onde ø queima porque não chove e não chove porque ø queima. (*Carta Capital*, 8/12/2010, p. 58)

16.6.3 O verbo na não-pessoa do plural

O verbo na não-pessoa do plural sem sujeito explícito é uma das formas de indeterminação previstas pela tradição normativa. Embora ainda bastante usada, vem perdendo hoje em dia cada vez mais terreno para uma outra: o verbo na não-pessoa do plural com o sujeito [+indet] eles explicitado, que vamos examinar logo a seguir.

Exemplos dessa forma de indeterminação no *corpus* do NURC-Brasil:

(128) não mas eu li...quer dizer um projeto que eu vi acabarem inclusive naquele viaduto do rio Doce...agora não sei se depois mudaram qualquer coisa assim mas eu vi esse projeto inclusive porque nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando. (NURC/SSA/098)
(129) é, por exemplo, o que acontece, o que está acontecendo é o seguinte, é que quando eu comprei o apartamento me disseram: as prestações, após a entrega das chaves, serão de três mil e seiscentos cruzeiros. (NURC/RJ/355)
(130) é um negócio sensacional, sabe serviram um chazinho especial também. (NURC/POA/291)

16.6.4 Eles

Uma forma de indeterminação que ganha cada vez mais terreno no PB é o emprego de eles sem referente anterior, seguido do verbo no plural. Sem dúvida, a enunciação do sujeito corresponde à tendência do PB de explicitar o sujeito de cada verbo. Com frequência, eles se refere a alguma entidade coletiva enunciada anteriormente (*o governo ... eles*; *a polícia ... eles*; *a empresa ... eles*), mas na maioria das vezes o referente é abstrato, indeterminado, inferido mais pelo contexto interacional do que pelo cotexto.

Por exemplo, nesse enunciado que ouvi de um estudante: "Para nós é fácil aprender a fonologia do espanhol. Já para eles, a do português é um suplício", ou nesse comentário de uma amiga de nariz sensível: "Eu morei um bom tempo em Paris, e posso dizer que eles realmente não são muito chegados a um banho". Se formos levar a ferro e fogo a definição tradicional de pronome como uma palavra que retoma um termo explicitado anteriormente, a que termo anterior poderíamos correferir esse eles? Qualquer falante de PB diria, tranquilamente: "Eles se refere aos falantes de espanhol e, no segundo caso, aos franceses". De fato, é isso. No entanto, aqui a noção de pronome fica comprometida, se atribuirmos a ela um caráter exclusivamente morfossintático, ou seja, a retomada de algo já dado no próprio texto. Esse eles é, na verdade, um "pronome pragmático-discursivo", pois remete a algo que pode ser inferido (mas não correferido) do contexto interacional (e não do cotexto verbal). Não admira que esse fenômeno venha sendo estudado com muito interesse pelos sociocognitivistas.

No *corpus* do NURC-Brasil essa forma de indeterminação aparece 141 vezes, superando de longe o uso do se [+indet], do verbo no singular e do verbo no plural. Só foi superado por a gente [+indet], com 158 ocorrências, e empatou com você [+indet], com iguais 141. Seguem alguns exemplos desse emprego no NURC-Brasil:

(131) eu acho que hoje em dia já é...porque eles fizeram aquela retificação (no traçado) et cetera e tal então não sei. (NURC/SSA/098)
(132) é o caso da Belém-Brasília...nós fizemos um:trecho da Belém-Brasília e:eles fizeram...eles fazem as projeções de tráfego...o tráfego hoje é tanto... (NURC/SSA/098)
(133) ah, eu ensino em dois lugares por quê? o dinheiro que eu ganho num só não dá, mas eu por mim estaria só na escola e era isso que eu ia conversar (ininteligível) com você, é justamente de parar e ficar só num, parar com o outro porque eles (es)tão fazendo um, aque-(???) ursada, então ontem já começou a... (NURC/RJ/355)
(134) hoje nós trabalhamos, não vale a pena citar o nome aqui, a gente depois pode dizer, mas está estão dizendo o seguinte, que não vão pagar vão pagar vinte por cento e que quem quiser os quarenta por cento, quer dizer, quem exigir os quarenta por cento que eles pagam e mandam embora. (NURC/RJ/355)
(135) aí começa, porque precisa pagar mais isso, porque tem mais aquilo, tem como botar uma grade porque eles entregam o prédio mas sempre falta alguma coisa e essas coisa vai entrando no dinheiro da gente. (NURC/RJ/355)
(136) ah, sim, é, eles fazem em função das UPCs, então o que acontece, as UPCs que quando eu comprei era de um valor mínimo... (NURC/RJ/355)
(137) circunstâncias que não favoreceram que eu não::... não consegui no Itamarati...() não não consegui não...nem cheguei a tentar...acrescido do fato que que aí depois soube que para mulher era muito difícil que eles quase não admitiam. (NURC/SP/360)

16.6.5 Termos genéricos

Outro modo de exprimir a indeterminação do sujeito é o emprego de sintagmas nominais genéricos, termos ou expressões cristalizadas culturalmente como se referindo às pessoas em geral, a ninguém em particular. Alguns dos mais usuais são:

- a criatura
- a pessoa
- beltrano
- fulano (de tal)
- neguinho
- o camarada
- o cara
- o cidadão
- o cristão
- o maluco
- o outro
- o pessoal
- o povo
- o sujeito
- sicrano
- o zé
- zé dos anzóis carapuça etc.

Essas formas genéricas variam, evidentemente, de acordo com o grau de monitoramento da fala. Expressões como neguinho, o cara, o maluco remetem a situações de extrema informalidade — no caso de o maluco, também remete a faixas etárias específicas. O emprego de o outro é muito comum no Nordeste, principalmente para citar provérbios, idiomatismos etc. (*como diz o outro: 'é dando que se recebe'*).

Ocorrências do tipo no NURC-Brasil:

(138) e quando ele tava morrendo procuravam a vela "comade, cadê a vela?" sempre tinha uma comadre que tá ali ajudando o sujeito a morrer...porque tudo se ajuda até morrer... (NURC/REC/005)
(139) o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa...entendeu...com uma lagezinha bem fininha e botar em cima um depósito de/ de/ de PEso muito grande...a casa cai... (NURC/SSA/098)

(140) e tem outro problema difícil que cria...para ah::em relação aos familiares...em relação a família muito grandes...e e amigos...então acha porque a pessoa trabalha com isso...é fácil de arranjar emprego...então:::fulano de tal::sempre foi::um::menino mais estudio::so...não é? tirou diploma com::...com menção honro::sa não sei o que taratatá...pega e mandam procurá-lo porque acham que ele tem...condições para para arranjar... (NURC/SP/360)

(141) aí ø põe aquele refogado, ø mexe, ø apaga o fogo e ø põe, dois ovos, mas a gema dura, ovo duro, só a gema bem amassada, ø põe ali, salsa, enfim aí o tempero que a pessoa quer. (NURC/POA/291)

16.7 Outros mostrativos

Além dos mostrativos analisados até aqui, existem sintagmas nominais que desempenham papéis sintáticos, semânticos e pragmáticos semelhantes aos dos mostrativos "clássicos". São eles:

- (o) mesmo → [+determ] ou [+pronome]
- (o) outro → [+determ] ou [+pronome]
- semelhante → [+determ]
- tal → [+determ] ou [+pronome]

A TGP reconhece *mesmo*, *semelhante* e *tal* como demonstrativos. Castilho inclui na lista *outro*, lição que seguimos aqui. Segundo esse autor (2010: 501), os mostrativos têm propriedades discursivas que lhes permitem expressar a identidade e a alteridade. Ampliando a sugestão do autor para todos os mostrativos, temos:

IDENTIDADE		ALTERIDADE
identidade precisa	***identidade vaga***	
este, esta / esse, essa	isto / isso	outro
aquele / aquela	aquilo	tal
mesmo / mesma	o (neutro)	
próprio / própria	semelhante	
o / a	se	
ele / ela	eles	

Observe:

(142) o ketchup (es)tava na mesa, hum, também provou, etecétera, etecétera e ela então veio com a notícia que aquele ketchup que (es)tava sendo servido era ela que tinha feito, o outro, ela tirou, botou o dela e serviu aí o pessoal, não é possível, foram prova(r) era o mesmo. (NURC/POA/291)

(143) são entidades sem fins lucrativos... portanto são/ têm por obrigação PRESTAR... toda assistência devida... aos seus... sindicalizados... recebendo todas aquelas importâncias... que são pagas pelos seus associados e revertendo-as... integralmente em benefício... dos mesmos. (NURC/REC/131)

(144) a minha irmã também tá introduzindo o mesmo tipo de alimentação que nós temos...que eu acho que a alimentação é uma questão muito de hábito, né?...aqui eu sinto que::no Rio...quase todo mundo --você vai em outras casas e a gente vê que os hábitos são mais ou menos os mesmos... (NURC/RJ/328)

Vimos mais acima [▶778] que a palavra mesmo provém de uma forma do latim vulgar *metípsimus, formado de met-, partícula que se juntava aos índices de pessoa para pôr em evidência a pessoa por eles indicada, mais o superlativo de ĭpse, 'mesmo' — a forma *metípsimus era enfática, algo como 'esse mesmíssimo aí'. Essa sua origem explica o uso que fazemos da palavra como um mostrativo com propriedades discursivas de expressão da identidade precisa.

No primeiro exemplo, percebemos o jogo polarizado entre o outro e o mesmo. É essa polarização *identidade* vs. *alteridade* que nos permite incluir (o) outro como um mostrativo. Aqui vale lembrar que, embora pouco empregadas atualmente, nossa língua dispõe das formas estoutro, essoutro, aqueloutro, em que a alteridade se funde com a identidade para incorporar um caráter dêitico.

O uso de o mesmo como pronome é, na grande maioria das vezes, uma tentativa de "falar difícil" ou de se adequar a um contexto de interação falada e/ou escrita supostamente formal, mais monitorado. Vamos examinar seu uso (e seu abuso) no capítulo [▶966] sobre hipercorreção.

Empregos de tal, próprio e semelhante como mostrativos:

(145) eles fazem assim uma espécie de uma::...um meLAdo...inclusive o tal pato no tucupi eu achei muito ruim ((rindo)) sabe... (NURC/RJ/328)
(146) porque você disse para alguns auto:res... ou alguns estudiosos... existe diferença... mas:... para outros ou na minha opinião... não existe por tal... motivo ou tais motivos... (NURC/REC/337)
(147) dentro do:: do próprio rio fizeram cercados... assim com fundo... uma espécie duma piscina né? (NURC/POA/045)
(148) como era...essa tecnologia assimilada pelo Japão, não é?, antes...da Segunda Grande Guerra? era uma tecnologia...assimilada de duas formas: primeiro, pela própria...é pelo próprio desenvolvimento interno deles(,) quer dizer a tecnologia baseada no artesanato, tá? que foi uma tecnologia aprendida(,) ou às próprias custas (NURC/RJ/379)
(149) por isso a sociologia do direito... essa tal de sociologia dois aqui... para mostrar que... há possibilidade dependendo... do grau de conhecimento... de um juiz:... (NURC/REC/337)

A expressão da alteridade é frequentemente reforçada pela locução esse tal de / essa tal de / aquele tal de etc., como no último exemplo. O emprego de tal como pronome é característico de GTM, como no exemplo abaixo:

(150) A questão da responsabilidade civil do Estado é uma das mais discutidas no direito moderno. Tal se deve a uma guinada na visão acerca das relações do Estado com os administrados, passando a guiar-se por um solidarismo jurídico que repele que atuação estatal, em causando prejuízo, passe incólume ao dever de indenizar. (http://jus.uol.com.br/revista/texto/7400/a-responsabilidade-civil-nas-concessoes-administrativas, acesso em 11 mai 2011)

O emprego de semelhante como mostrativo também é característico de GTM:

(151) Inicialmente, de suma importância trazer a discussão uma das pilastras principais que sustenta a relação "fornecedor x consumidor", qual seja, a boa fé (que deveria ser norte em toda e qualquer relação humana, comercial ou não). Importante sublinhar que a boa-fé é um princípio bilateral, ou seja, deve ser respeitado no sentido fornecedor-consumidor, e vice-versa. Semelhante situação está consagrada no Código Civil, ao dizer ser obrigação dos contratantes, o respeito a este princípio durante todo o transcurso do contrato. (http://www.profmcd.com.br/html_cidadania/direito-do-consumidor-propaganda-de-boa-e-de-ma-fe.html, acesso 11 mai 2011)

a Pedro Perini-Santos

17

todos, alguns, nenhum

os quantificadores

A TGP postula a existência de duas classes gramaticais que vamos reunir aqui sob o rótulo de quantificadores. Essas duas classes são a dos *numerais* e a dos *pronomes indefinidos*.

A respeito dos numerais, seguimos aqui a lição proposta por Azeredo (2008: 173):

> *Numeral* é uma propriedade semântica de uma subclasse dos nomes. Do ponto de vista gramatical, não há nenhuma razão para conferir uma classe à parte a essas palavras que expressam quantidade exata.

> Na definição proposta, os numerais são substantivos ou adjetivos, segundo a posição que ocupam no sintagma. Com efeito, o numeral é sempre constituinte de um sintagma nominal, ora ocupando a posição de núcleo — numerais fracionários e multiplicativos —, ora ocupando a posição de termo adjacente — numerais cardinais e ordinais.

Essa saudável aplicação da navalha de Occam nos livra de mais uma das incoerências da tradição gramatical, nesse caso a criação de uma classe para abrigar palavras que são simplesmente substantivos e adjetivos.

Os chamados numerais ordinais são, de fato, quantificadores definidos, uma vez que expressam quantidades exatas: *dois; mil e quinhentos; um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e dois* etc.

No que diz respeito, agora, aos chamados *pronomes indefinidos*, trata-se de fato de quantificadores indefinidos que podem funcionar tanto como *determinantes* num sintagma nominal quanto como *núcleo* desse sintagma. Quando estão no núcleo, evidentemente, desempenham uma função *pronominal*.

17.1 Propriedades dos quantificadores indefinidos

Com base em Moraes de Castilho (2008: 154) e em Castilho (2010: 506), apresentamos um quadro dos quantificadores indefinidos e suas propriedades:

	TRAÇOS GRAMATICAIS				TRAÇOS SEMÂNTICOS	
	MORFOLOGIA		SINTAXE			
	FLEXÃO DE GÊNERO	FLEXÃO DE NÚMERO	PAPEL NO SINTAGMA NOMINAL: NÚCLEO	PAPEL NO SINTAGMA NOMINAL: DETERMINANTE	TRAÇO [HUMANO] DO ANTECEDENTE	POLARIDADE AFIRMATIVA DA SENTENÇA
algo	–	–	+	–	–	+
alguém	–	–	+	–	+	+
algum	+	+	+	+	±	±
bastante	–	+	–	+	–	+
cada	–	–	–	+	±	+
certo	+	+	–	+	±	+
dado	+	+	–	+	±	+
demais	–	–	+	+	±	+
determinado	+	+	–	+	±	+
diversos	+	+	+	+	±	+
inúmeros	+	+	+	+	±	+
muito	+	+	+	+	±	+
nada	–	–	+	–	–	–
nenhum	+	+	+	+	±	–

ninguém	–	–	+	–	+	–
outro	+	+	+	+	±	+
outrem	–	–	+	–	+	+
pouco	+	+	+	+	±	+
qualquer	–	+	+	+	±	+
quanto	+	–	–	–	±	+
quem	–	–	+	–	+	+
tanto	+	+	+	+	±	+
todo	+	+	+	+	±	+
tudo	–	–	+	–	–	+
um	+	+	+	+	±	+
vários	+	+	+	+	±	+

Esse quadro nos revela uma série de coisas importantes a respeito dessas palavras. Logo de início, vemos que o chamado "artigo indefinido" é, de fato, um *quantificador indefinido*, pois tem papel sintático, semântico e discursivo muito distinto do artigo propriamente dito, conforme vimos em [▶782].

Em seguida, fica bem claro que é uma classe de palavras bastante heterogênea do ponto de vista morfossintático e semântico:

- alguns quantificadores indefinidos (QI) se flexionam em gênero e número: *algum, certo, dado, muito, nenhum, outro, pouco, todo, um*;
- outros QI só se flexionam em número: *bastante, qualquer*;
- outros só funcionam como QI quando no plural: *os demais, diversos, inúmeros, vários*;
- alguns QI só funcionam como pronome, ocupando, portanto, sempre o núcleo do sintagma nominal: *algo, alguém, nada, ninguém, outrem, tudo*;
- outros QI só funcionam como determinantes: *cada, certo*;
- outros funcionam tanto como pronomes quanto como determinantes: *um, algum, nenhum, diversos, inúmeros, muito, pouco, qualquer, todo, vários*;
- alguns têm polaridade exclusivamente negativa: *nada, nenhum, ninguém*;
- outros têm sua polaridade definida por sua colocação no sintagma: *algum problema* [+afirmativo], *problema algum* [+negativo];
- alguns QI trazem um traço semântico exclusivamente [+humano]: *alguém, ninguém, outrem*;
- outros nunca podem comportar o traço semântico [+humano]: *algo, nada, tudo*.
- os QI *quanto* e *quem* podem exercer função interrogativa.

Além da possibilidade de flexão de gênero e número, certos quantificadores, por funcionarem adjetivamente, admitem também a expressão da gradação (diminutivo ou aumentativo):

- algunzinho, algumazinha
- muitinho, muitão
- nadinha
- pouquinho, pouquinha
- todinho, todinha, todão
- tudinho
- unzinho, umazinha

Diversos quantificadores também podem exercer função adverbial (ou, o que dá no mesmo, diversos advérbios também exercem a função quantificadora):

- algo

(1) ele vai tentar usar esta criação... que ele é capaz de fazer... para garantir a caça... pois ele é capaz de criar algo... que se pareça MUIto... com aquele animal que está correndo lá FOra... (NURC/SP/405) → quantificador indefinido

(2) Sr. Dines: efetivamente, tenho de dizer que fiquei algo surpreso com a adjetivação empregada no texto. (http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-lamentavel-retorno-do-jornalismobadalo, acesso em 8 jun 2011) → advérbio

- bastante

(3) quebra dois ovos aí e, e depois então, comprime esse arroz num pirex, bate-se um ovo, põe a gema, espa, ah, ah, derrama em cima e põe bastante pão torrado. (NURC/POA/291) → quantificador indefinido

(4) tem um gosto bastante diferente daquilo que a gente tá acostumado. (NURC/RJ/328) → advérbio

- certo

(5) a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e no entanto o homem está... sujeito e até certo ponto escravo da lei... → quantificador indefinido

(6) no teste não...é objetivo tá ali a resposta ele tem que raciocinar e tem que responder certo...não pode enrolar. (NURC/SSA/231) → advérbio

- (os) demais

(7) então nós vamos...situar o Japão tendo perdido a Guerra junto com os demais países do eixo e constatar...que não foi por acaso que os três se reergueram depois da guerra. (NURC/RJ/379) → quantificador indefinido

(8) eu acho que comer bem é, em primeiro lugar, não é comer demais. (NURC/RJ/328) → advérbio

- muito

(9) então com isso eu acho... que vocês... chegam a... a muitas conclusões... (NURC/REC/337) → quantificador indefinido

(10) realmente apesar de uma taxa muito alta, ainda em termos totais, tanto a Africa como a América Latina, tenham uma população relativamente pequena em comparação à Europa e à Ásia. (NURC/RJ/379) → advérbio

- nada

(11) agora hoje em dia não não o professor não pode dizer nada ele... os alunos parece que tomam conta... dos professores... (NURC/POA/045) → quantificador indefinido

(12) O aparecimento do Japão como terceiro país mais bem visto está ligado aos muitos programas de ajuda econômica deste país à Bolívia, mas os dados mais interessantes surgem, de fato, ao verificarmos os países mais assinalados como nada simpáticos, Venezuela e Cuba [...] (http://www.usp.br/psadd/images/stories/PDFS/globaliza%E7%E3o%20e%20rela%E7%F5es%20internacionais.pdf, acesso 8 jun 2011) → advérbio

- pouco

(13) merenda escolar eu tenho pouca noção. (NURC/RJ/328) → quantificador indefinido

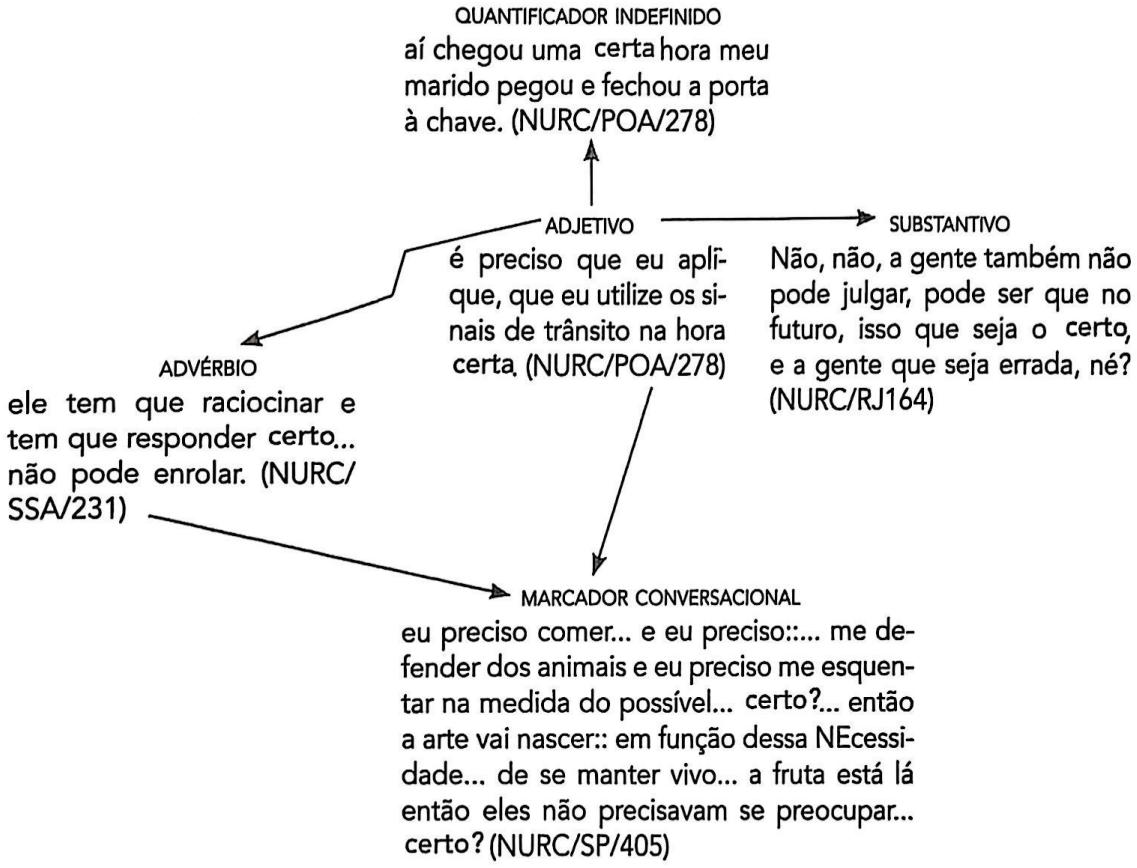
(14) eu tenho ido pouco ao cinema. (NURC/SP/234) → advérbio

- todo

(15) todas as regras de conduta social... são imposições... (NURC/REC/337) → quantificador indefinido

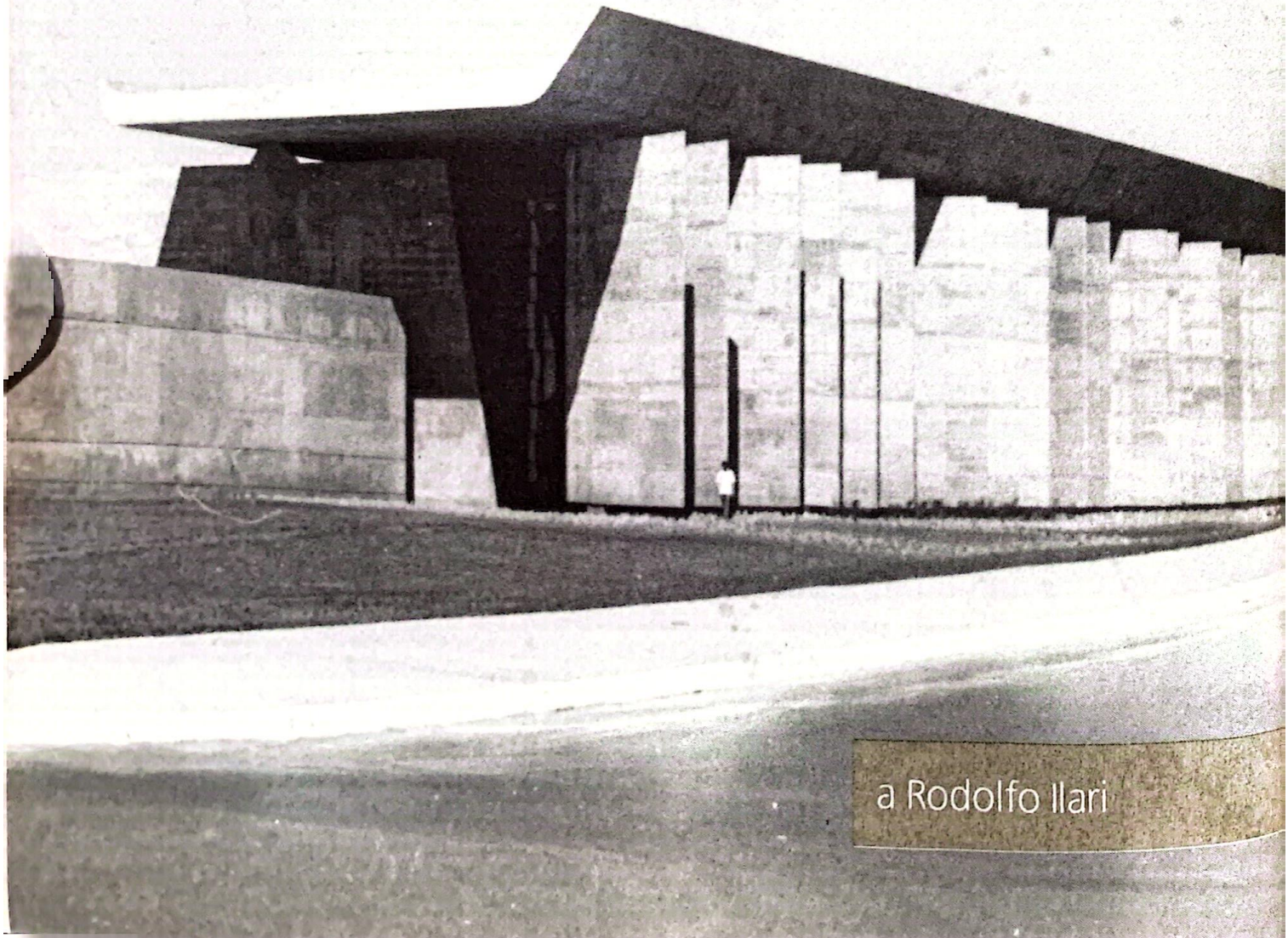
(16) você vê agora o seminário tá quase todo restaurado. (NURC/REC/005) → advérbio

Como temos insistido ao longo desta obra, as palavras não estão presas de uma vez por todas na classe gramatical em que surgiram. Muito pelo contrário, os casos de migração é que são a regra — são poucas as palavras que só admitem uma única classificação, já que a maioria delas está sujeita aos processos de reanálise, metáfora, metonímia etc., que ativam a gramaticalização e a discursivização:



Conforme ocorre tão frequentemente, a quantificação não é simplesmente uma "classe gramatical", mas sim uma função que pode ser exercida não só pelos quantificadores indefinidos (que são eles mesmos tomados de empréstimo a outras classes), como também por uma série de locuções nominais e preposicionais muito usuais:

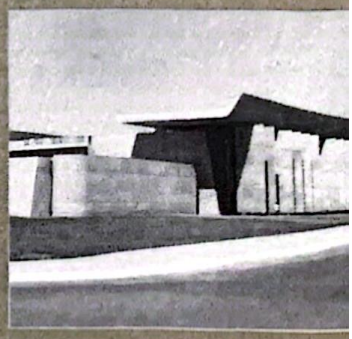
- a maior parte de
- a maioria de
- a tal ponto
- alguma coisa assim
- até certo ponto
- coisa assim
- de maneira alguma
- de modo nenhum
- de qualquer forma
- de toda forma
- esse negócio todo
- não sei que mais e tal e coisa
- o tal negócio
- outras coisas mais
- qualquer coisa
- qualquer coisa assim
- todo e qualquer
- um montão de
- um mundaréu de
- um tal de
- um tanto de
- um trem assim
- um troço assim
- uma cacetada de
- uma coisa e outra
- uma coisa qualquer
- uma porrada de
- etc.



a Rodolfo Ilari

18

sempre cabe mais um



os advérbios

Os advérbios são a melhor ilustração possível para algumas das teses que temos defendido nessa gramática: a precariedade das classificações definitivas, a instabilidade inerente à gramática de qualquer língua, os processos ininterruptos de gramaticalização, a possibilidade que as palavras têm de exercerem múltiplas e distintas funções... E os advérbios são assim porque, talvez, nem sequer exista uma classe de advérbios! Essa é a postura assumida sem rodeios por Claude Hagège, conforme vimos em [▸442].

Quem sabe aqui pudéssemos fazer a mesma opção que fizemos com relação aos pronomes: no lugar de considerá-los como uma "classe" de palavras, preferimos examiná-los como uma função que palavras de diversas classes podem exercer. No entanto, como seria preciso radicalizar demais no tratamento dos advérbios, transformando-os em várias classes diferentes, achei melhor aqui conservar a terminologia tradicional e estudar o fenômeno adverbial sob uma ótica diferente da comum.

Os estudiosos são unânimes em afirmar que a "classe" dos advérbios é extremamente heterogênea e, por isso, rejeitam o tratamento dado a eles pela tradição gramatical que "nos acostumou a pensar que a classe é bem delimitada e se compõe de palavras que funcionam exatamente do mesmo modo" (Castilho, Ilari, Neves e Basso, 2008: 403). No entanto, segundo esses mesmos autores,

> não é verdade que a classe dos advérbios é bem delimitada; há áreas cinzentas entre os Adv[érbio]s propriamente ditos (isto é, itens que integram uma classe morfologicamente configurada) e os Adverbiais (isto é, os Sintagmas Nominais e Sintagmas Preposicionados que assumem funções de Adv[érbio]s), assim como entre os advérbios e os operadores de discurso.

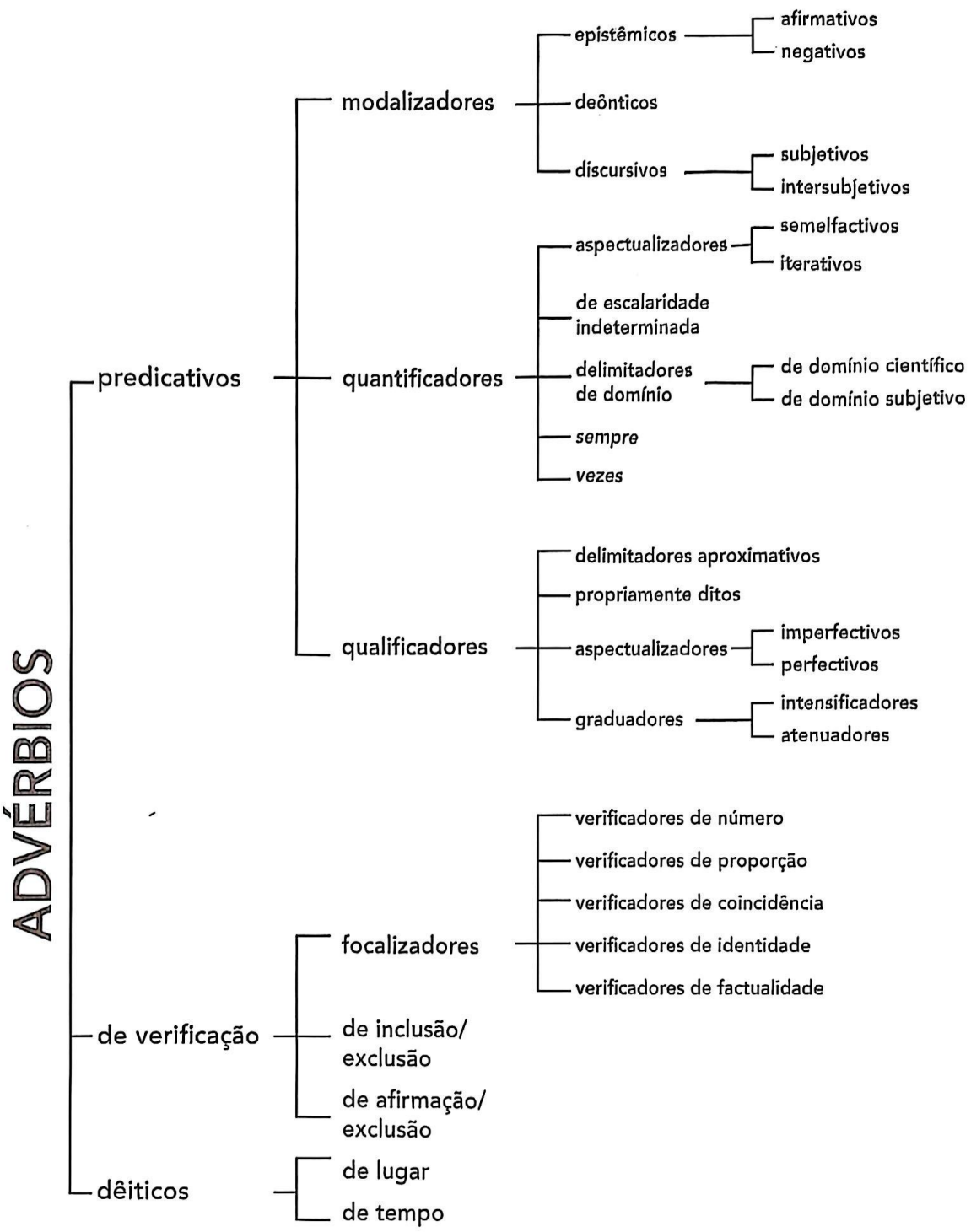
Classificar um advérbio é quase como agir por eliminação: se determinada palavra não se enquadra na classe dos verbos, dos nomes, dos índices de pessoa, dos mostrativos, dos quantificadores, das preposições e das conjunções... então é um advérbio!

Por isso, Mário A. Perini sugere que no lugar de *advérbios* se fale de *adverbiais*:

> Palavras como *sempre, gravemente, bem* e *sim* são tradicionalmente analisadas como advérbios. Aqui vou preferir o termo mais geral **adverbiais**, porque o que temos não é uma classe de palavras, mas várias classes bem diferenciadas. [...] Já na gramática tradicional, se fala de advérbios de modo, de tempo, de lugar etc., o que nos nossos termos corresponde a papéis temáticos que podem ser expressos pelos adverbiais; mas há outros advérbios que não têm papel temático como *sim* e *não*, por exemplo. Um adverbial é membro de uma classe muito generalizada que se define apenas como palavra invariável (em gênero, número, pessoa etc.) que não é um conectivo. E os adverbiais em geral têm potencial funcional paralelo a sintagmas maiores; assim, *apressadamente* ocupa as mesmas funções e tem os mesmos papéis que o sintagma *com pressa*. (2010: 317)

O estudo dessas palavras vem sendo empreendido de forma profunda por um grupo de linguistas brasileiros que integram o projeto da Gramática do Português Falado.

A complexidade que os advérbios oferecem, do ponto de vista sintático, morfológico, semântico e pragmático, é fácil de depreender quando observamos as muitas subclasses e subcategorias em que esses estudiosos dividem a classe maior dos advérbios. Essas divisões e subdivisões estão representadas no gráfico a seguir, inspirado no tratamento dado por Castilho (2010) aos advérbios:



No segundo volume da *Gramática do português culto falado no Brasil*, a descrição dos advérbios ocupa nada menos do que 102 páginas, ou seja, é um livro dentro de um livro maior (1.168 páginas). E mesmo depois de se aprofundarem na análise dos advérbios, os autores escrevem:

> Essas observações têm em comum o efeito de mostrar que, por mais esclarecedor e útil que possa ser este capítulo, ele não pode de maneira nenhuma ser tomado como um tratamento exaustivo e categórico dos advérbios. Seu sentido é, antes de mais nada, de orientação geral, numa área pouco conhecida, que, ao longo do tempo, foi objeto de tratamentos apenas pontuais. Desejavelmente, algumas direções novas foram mostradas, e com elas algumas análises

> novas que — precisamente por serem novas — terão ainda de ser assimiladas, antes de serem confirmadas ou refutadas. (Castilho, Ilari, Neves e Basso, 2008: 498)

Por isso, nós nos limitaremos aqui a abordar alguns aspectos interessantes acerca dos advérbios no que diz respeito à gramaticalização, à polifuncionalidade e instabilidade permanente das categorias gramaticais. As pessoas interessadas em conhecer os advérbios sob a nova perspectiva proposta nos trabalhos dos linguistas da Gramática do Português Falado poderão ler, com grande proveito, os seguintes textos:

- Neves (2001: 231-331)
- Castilho, Ilari, Neves e Basso (2008: 397-499)
- Castilho (2010: 541-582)

18.1 Classe ou função?

O que logo chama a atenção quando nos aproximamos dos advérbios é a dificuldade de separar uma classe lexical de uma função sintática. Na verdade, a distinção entre "classe" e "função" é mais uma das muitas dicotomias que a linguística tem aplicado aos elementos da linguagem ao longo dos séculos. Com exceção das classes fundamentais, o verbo e o nome, todas as demais são, de fato, constituídas arbitrariamente, uma vez que a multifuncionalidade é da própria natureza das palavras. Só conservamos aqui essa dicotomia para efeitos de análise. De fato, o processamento linguístico é tão complexo e nebuloso que só mesmo "forçando a barra", delimitando fronteiras e isolando os fenômenos temos condições de teorizar minimamente sobre essa nossa fabulosa capacidade cognitiva!

Afinal, são igualmente adverbiais os elementos destacados em:

(1) Cláudio *já* chegou?
(2) *Durante todos os longos e felizes anos que passei ao lado dos meus avós na pequena cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás,* eu só me alimentava de produtos da fazenda deles.

Como se vê, a pequena palavra já e toda a sentença que começa com durante e vai até Goiás desempenham a mesmíssima função (no caso, a descrição de uma circunstância temporal). De fato, uma das mais importantes classes de orações subordinadas é precisamente a das orações adverbiais, tradicionalmente classificadas como de tempo, lugar, modo etc.

18.1.1 Uma classe (ou função) muito democrática

A complexidade dos advérbios também se depreende do fato de ser possível atribuir a função adverbial a palavras de diversas classes gramaticais:

→ verbo como advérbio:
(3) o Nélson ele...saiu dos Transportes...há mais ou menos uns::sete...ou oito anos. (NURC/SP/360)

→ substantivo (ou sintagma nominal) como advérbio:
(4) olha eu estive::o mês passado em Poços de Caldas. (NURC/SP/ 234)

→ adjetivo como advérbio:
(5) tinha uma espécie de uma lanchonetezinha meia mixuruca, sabe. (NURC/RJ/011)

→ verbinominal como advérbio:
(6) a gente corre depressa vai para o carro troca de roupa correndo faz isso faz (não sei que tá tá). (NURC/SP/360)

→ preposição como advérbio:
(7) o Getúlio chegou ao ponto de mandar queimar café...não é, não é que eu seja totalmente contra. (NURC/RJ/347)

Além disso, as locuções adverbiais são incontáveis, e podem ser formadas com os seguintes componentes, entre outras possibilidades:

- preposição + adjetivo: *de boa, de súbito, de imediato, de lavada, de cara*
- preposição + advérbio: *a mais, de menos, por ora*
- preposição + SN + preposição + SN: *de uma vez por todas, por baixo do pano, com fome de bola, de cabeça para baixo*
- preposição + substantivo + quantificador: *de jeito nenhum, de forma alguma*
- preposição + substantivo quantificado: *de alguma maneira, de modo algum, de forma nenhuma, de qualquer forma, de todo modo*
- preposição + substantivo: *de graça, por nada, sem dúvida, com certeza*
- preposição + verbo + preposição + verbo: *sem tirar nem pôr*
- preposição + verbo: *a correr, a sorrir, sem chorar, sem dormir*
- quantificador + preposição + mesmo quantificador: *pouco a pouco*
- substantivo + preposição + mesmo substantivo: *gota a gota, passo a passo, pé ante pé, cara a cara, dia a dia, ano após ano, mês a mês, um a um, um por um, degrau por degrau*
- substantivo + preposição + substantivo: *via de regra*
- substantivo quantificado: *algumas vezes, muitas vezes, todos os anos*

É fácil perceber que o reino dos advérbios é o território mais visado pelos processos de gramaticalização, o que não surpreende, já que o espectro semântico dos advérbios é o mais amplo que existe: afirmação, negação, dúvida, intensidade, lugar, modo, tempo, ordem, inclusão, exclusão, designação, realce, retificação, situação etc.

18.2 Advérbios propriamente ditos?

A comprovação mais nítida de que a esfera dos advérbios é a mais visada pela gramaticalização está na própria forma das palavras tradicionalmente rotuladas como

advérbios: a esmagadora maioria delas é resultante de aglutinações de duas ou mais palavras que se gramaticalizaram numa só:

- ademais (a + de + mais)
- adrede (germânico: *at reths*, 'a conselho de')
- agora (*ac* + *hora*, 'esta hora')
- aí (*ad* + *ibi* ou *ad* + *hic*)
- ali (*ad* + *illic*)
- amanhã (**maneana*, de *hora maneana*, 'hora matutina')
- anteontem (ante + ontem)
- apenas (a + penas)
- após (*ad* + *post*)
- aqui (**accuhic* > *acc-* + *hic*)
- assim (a + sim)
- através (ad + transversu-)
- contudo (com + tudo)
- demais (de + mais)
- dentro (*de* + *intro*)
- depois (*des* + *post*)
- destarte (desta + arte)
- embora (em + boa + hora)
- enquanto (em + quanto)
- então (*in* + *tunc*)
- entanto (em + tanto)
- entretanto (entre + tanto)
- hoje (*hodie* > *hoc die*, 'neste dia')
- jamais (já + mais)
- mode, prumode, pramode (pelo + amor + de)
- ontem (*ad noctem*, 'à noite')
- outrora (outra + hora)
- outrossim (outro + sim)
- porém (por + ende, *pronome arcaico*)
- portanto (por + tanto)
- quiçá (*qui* 'quem' + sabe)
- sobremaneira (sobre + maneira)
- sobretudo (sobre + tudo)
- talvez (tal + vez)
- também (tão + bem)
- tampouco (tão + pouco)
- todavia (toda + via)

Algumas palavras classificadas como advérbios parecem não ter origem em gramaticalizações e ser heranças diretas do latim. No entanto, várias delas, quando exa-

minadas em sua história mais remota, revelam uma possível gramaticalização já no latim arcaico:

- ainda → de origem pouco esclarecida; uma das hipóteses é que seja formado de ad + inde + ad, em que inde é um advérbio latino com sentido de 'daí, desse lugar; disso; donde' etc.
- aliás → do latim aliās, com mudança de acento tônico; o advérbio traz o radical latino ali-, 'outro', presente em muitas palavras como álibi ('em outro lugar'), alienar ('afastar, tornar outro, mudar'), alienígena ('nascido em outro lugar'), alheio, alhures, alhear etc.
- bem → em latim, era possível formar um advérbio a partir de um adjetivo acrescentando à sua raiz a terminação -ē: assim, do adjetivo bonu- ('bom'), se formou o advérbio benē (o o de bonu- sofreu assimilação do -ē, de modo que onde esperaríamos bonē temos benē).
- cedo → do latim citu-, particípio passado do verbo cieo, 'pôr em movimento; mover', no caso ablativo citō, 'depressa'.
- inclusive → advérbio formado no latim tardio, com base no adjetivo (do latim eclesiástico) inclusivu- e acréscimo da terminação -ē, formadora de advérbios; por analogia com inclusive se formou seu antônimo, exclusive.
- já → do latim iam, provável junção do pronome demonstrativo is e da preposição am ('à volta de').
- longe → em latim, era possível formar um advérbio a partir de um adjetivo acrescentando à sua raiz a terminação -ē: assim, do adjetivo longu- ('longo'), se formou o advérbio longē (algo como o nosso 'longamente').
- mais → do latim magis, advérbio, de uma raiz indo-europeia *meg-, 'grande' (presente no grego mégalos, 'grande'; no sânscrito maha, como em maharajah, 'grande rei', origem do nosso marajá).
- mal → em latim, era possível formar um advérbio a partir de um adjetivo acrescentando à sua raiz a terminação -ē: assim, do adjetivo malu- ('mau'), se formou o advérbio malē; na formação do galego, o -e final sofreu apócope, resultando no advérbio mal.
- menos → do latim minus, advérbio, de uma raiz indo-europeia *mei-, 'pequeno' (presente em muitas palavras latinas que chegaram até nós como menor, mínimo, minuto, miúdo, minúcia, diminuir, ministério etc.);
- muito → do latim multō, advérbio formado com base no adjetivo multus; ocorreu a vocalização da consoante [l], origem do i de muito; o radical latino se conserva em múltiplo, multidão, multicor, multiforme etc.
- não → do latim non, formado da partícula negativa ne- mais o radical indo-europeu *oinos, 'um' (de *oinos provém o latim unus, 'um').
- nunca → do latim numquam ou nunquam, formado da partícula negativa ne- e unquam, 'em algum momento'; unquam, por sua vez, é formado de cum + quam, com supressão do c- de cum.

- perto → advérbio exclusivo do português e do galego (com a forma preto), derivado do verbo (eu) aperto, com aférese do a-; o verbo *apertar*, por sua vez, deriva do latim vulgar appectorare, formado de pectu-, 'peito'. Apertar, portanto, é trazer junto ao peito.
- pouco → do latim paucu-, adjetivo, 'pouco'; gramaticalizou-se em português e nas demais línguas românicas como quantificador indefinido e como advérbio quantificador; a raiz pau- deriva do indo-europeu *pou- ('pequeno') que se encontra no latim paulus ('pequeno', origem do nome próprio Paulo e do adjetivo paulatino), pauper ('pobre'), parvus ('parvo'), puer ('menino'), puella ('menina'), pullus ('filhote', donde o francês *poulain*, 'potro', e *poulet*, 'frango', e o espanhol *pollo*, 'frango'), pullulare ('ter filhotes, parir'); é também daí que vem o nosso repolho, do espanhol re-pollo, 'rebento de qualquer planta' e, mais tarde, 'broto da couve'.
- quase → do latim quasi, formado de quam si, 'como se'; em latim clássico, quasi significava 'como', 'do mesmo modo que'.
- sempre → do latim semper, formado do elemento sem-, que significa 'um' e do sufixo -per, empregado para formar advérbios de tempo. O elemento sem- ('um') está presente em simplex ('simples'), semel ('uma vez'), similis ('semelhante', 'parecido').
- sim → do latim sic, 'assim, deste modo'; em latim não existia o advérbio afirmativo equivalente ao nosso sim: quando indagado sobre alguma coisa, o falante latino respondia: sic, ou seja, 'deste modo como você falou', 'assim como você disse'. Também em latim, era muito comum a resposta afirmativa dada com o verbo presente na pergunta, exatamente como fazemos em português, uma língua em que o sim é uma resposta muitíssimo menos frequente do que nas demais línguas conhecidas:
  — Você leu o livro?
  — Li.
  — Gostou?
  — Gostei.
  — Me empresta?
  — Empresto.

- tarde → em latim, era possível formar um advérbio a partir de um adjetivo acrescentando à sua raiz a terminação -ē: assim, do adjetivo tardu- ('lento'), se formou o advérbio tardē (algo como o nosso 'lentamente').

Esses importantes advérbios "propriamente ditos", ou seja, não formados por gramaticalizações já no português, se agrupam em sua maioria em pares que se opõem: *mais/menos, cedo/tarde, perto/longe, muito/pouco, sim/não, sempre/nunca, bem/mal, inclusive/exclusive, já/ainda.*

18.3 Invariáveis?

Os advérbios são tradicionalmente classificados como "palavras invariáveis", isto é, palavras que não sofrem modificação formal de gênero, número e grau. A grande maioria dos advérbios se comporta, de fato, assim. No entanto, por sua íntima relação com os adjetivos, alguns advérbios aceitam essas marcas formais.

É o caso de meio, que já vimos em [▸672], e que aparece no feminino meia e até no plural, meios, em obras literárias desde o século XVI pelo menos (em Camões, por exemplo). Esse uso está tão impregnado na tradição da língua que não há motivo nenhum para reprimi-lo.

O mesmo se dá com todo que, estranhamente, ninguém condena. É a conhecida incoerência da tradição normativa, que aplica dois pesos e duas medidas a um mesmo fenômeno, muitas vezes por mero gosto pessoal desse ou daquele gramático. Ora, o uso invariável de todo em função adverbial soaria estranho e mesmo errado para a maioria dos falantes de PB:

(8) ? Ana entrou em casa todo molhada
(9) ? O incêndio foi terrível, a casa queimou todo.
(10) ? Marília está todo emocionada com a ideia de ser avó.

Nossos dois maiores dicionários de referência, o *Aurélio* e o *Houaiss*, procedem de forma exatamente oposta com relação a esses dois adjetivos/advérbios: o *Aurélio* traz uma boa explicação do uso de meio no feminino e no plural, mas nada diz a respeito de todo; já o *Houaiss* explica o emprego flexionado de todo, mas silencia completamente quanto a meio. Repito: a coerência teórica e metodológica exige que se dê o mesmo tratamento a fenômenos idênticos.

No que diz respeito ao grau, é muito comum empregarmos advérbios no *diminutivo* para exprimir ênfase ou afetividade:

- agorinha
- cedinho
- de manhãzinha / de tardezinha / à noitinha / à tardinha
- depressinha
- devagarinho
- loguinho
- nunquinha
- todinho / todinha etc.

18.4 Escopo dos advérbios

Os advérbios são tradicionalmente classificados como palavras que "modificam" um verbo, um adjetivo ou outro advérbio. A ideia de "modificação" não é das mais ade-

quadas, porque não dá conta de todas as funções realmente exercidas pelos advérbios. Por isso, os linguistas contemporâneos preferem subdividir os advérbios em três grandes classes semânticas: (1) predicadores, (2) verificadores e (3) dêiticos.

Os predicadores são aqueles que atribuem qualidade aos elementos sobre os quais incidem. Por exemplo: "Ana trabalha incansavelmente" — o advérbio *incansavelmente* transfere para o verbo *trabalhar* suas próprias qualidades semânticas. Por isso é comum dizer que o advérbio é o "adjetivo do verbo".

Os verificadores, como o nome indica, não transferem seus traços semânticos para o elemento sobre os quais incidem, mas enunciam uma avaliação acerca deles. Um dos verificadores mais empregados é sem dúvida o não, com o qual negamos (a) o conteúdo do discurso ou (b) o próprio discurso.

Os dêiticos são os advérbios que nos remetem a situações no tempo e no espaço, apontando para elas: "Hoje está mais quente que ontem"; "Aqui não pode estacionar".

Além dessa distribuição semântica, é preciso também examinar o escopo dos advérbios. A palavra *escopo* provém do grego *skópos*, 'alvo, objetivo', e deriva de uma raiz que traz o sentido de 'ver' (ela está presente em palavras como *telescópio, microscópio, calidoscópio, estetoscópio* etc.). O radical grego *skop-* é o mesmo do latim *spec-*, que vimos em [▸281], com metátese das consoantes *k-p* em *p-k*.

Quando estudamos os advérbios, é sempre importante ter em mente o escopo de cada um, isto é, o elemento sobre o qual ele incide. Desse modo, podemos dizer que existem advérbios de constituinte, que tem como escopo um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio, e advérbios de sentença, cujo escopo é uma sentença inteira.

I. advérbios de constituinte

(11) seria muito importante para o Brasil que o Nordeste crescesse. (NURC/REC/005) → *escopo: adjetivo 'importante'*
(12) e tenho que me vestir...porque ambos são pequenos...então eles não aceitam muito a pajem né para éh::...aliás não é pajem é arrumadeira. (NURC/SP/360) → *escopo: verbo 'aceitam'*
(13) vou pagar muito mais do que paguei a primeira. (NURC/RJ/355) → *escopo: advérbio 'mais'*

II. advérbios de sentença

(14) falar com essa pessoa e agir com essa pessoa dentro da máxima ética...porque essa pessoa provavelmente será um cliente futuro...não é? (NURC/SP/360)
(15) ele disse que realmente na cidade todo mundo estava comentando o filme. (NURC/SP/234)
(16) normalmente é difícil você fazer o experimento de laboratório. (NURC/REC/337)

Uma diferença importante entre os advérbios de constituinte e os advérbios de sentença é a sua colocação, ou seja, sua sintaxe. Enquanto os advérbios de constituinte gravitam em torno do seu escopo (antes ou depois dele), os advérbios de sentença têm uma possibilidade muito mais ampla de movimento dentro da sintaxe:

- provavelmente essa pessoa será um cliente futuro
- essa pessoa provavelmente será um cliente futuro
- essa pessoa será provavelmente um cliente futuro
- essa pessoa será um cliente futuro provavelmente

18.5 Advérbios em *-mente*

A tradição gramatical classifica os advérbios terminados em *-mente* como "advérbios de modo". Essa classificação, no entanto, é questionada pelos linguistas que examinam os advérbios sob novas perspectivas. É o caso de Castilho (2010: 546):

> Não podemos acolher essa denominação ["advérbios de modo"], dada sua amplitude significacional. Vários linguistas destacaram a inadequação dessa etiqueta. *Modo* é um termo que remete habitualmente às circunstâncias e às modalidades, caso em que os advérbios de modo compreenderiam os modalizadores, remetendo também às qualidades específicas de um processo, caso em que eles compreenderiam os predicativos qualificadores.

Um teste muito simples nos permite comprovar a inadequação da terminologia advérbio "de modo". Quando alguém diz: "*Felizmente* parou de chover", não é possível parafrasear o advérbio por algo como: "**De modo feliz*, parou de chover". Na pedagogia tradicional de língua, no entanto, já se fixou a concepção (equivocada) de que todo advérbio em *-mente* pode ser a tradução de algum sintagma iniciado por "de modo X", "de maneira X" etc.

A produtividade dos advérbios em *-mente* é enorme. No *corpus* do NURC-Brasil, eles aparecem nada menos do que 670 vezes. Desses, os mais frequentes são:

- realmente: 131 ocorrências
- exatamente: 59 ocorrências
- normalmente: 51 ocorrências
- geralmente: 42 ocorrências
- principalmente: 27 ocorrências

A alta frequência desses advérbios em *-mente* deixa claro que eles desempenham um papel muito mais *discursivo-pragmático* do que propriamente *sintático-semântico*. Usamos, de fato, essas palavras, em nossas interações verbais, para organizar o discurso, responder de modo afirmativo ao nosso interlocutor ("exatamente") e fazer descrições genéricas dos estados de coisas (*normalmente, geralmente, realmente, principalmente*).

No inquérito NURC/SP/360, por exemplo, duas senhoras dialogam com os documentadores a respeito de filhos e da educação a dar a eles, numa conversa com 65 minutos de duração. Nesse diálogo, considerando apenas a fala das entrevistadas, temos o seguintes advérbios em *-mente*:

ADVÉRBIO	Nº
absolutamente	1
atualmente	1
automaticamente	1
brabamente	1
calmamente	1
diariamente	2
dificilmente	1
diretamente	2
especificamente	1
exatamente	12
exclusivamente	1
felizmente	2
fisicamente	1
futuramente	2
geralmente	3
humanamente	1
inteiramente	1
justamente	1
normalmente	11
oficialmente	1
particularmente	1
possivelmente	1
praticamente	1
precocemente	2
principalmente	5
propriamente	1
provavelmente	2
rapidamente	2
realmente	28
seriamente	1
simplesmente	1
somente	1
terminantemente	1
totalmente	1
TOTAL	95

[Tabela 18.1: advérbios em -mente no inquérito NURC/SP/360.]

Nosso realmente supera de longe todos os outros, com mais de um quarto das ocorrências. Seu emprego como organizador do fluxo discursivo é fácil de verificar nas muitas ocasiões em que ele não significa "de modo real", mas funciona como "cos-

tura" das ideias que a pessoa vai elaborando em voz alta (exemplos do inquérito NURC/SP/360):

(17) ah essa refeição...normalmente leva meia hora mais ou menos ou menos...porque eles comem bastante coisa realmente...quer dizer que então::é demorado...depois ainda tem que escovar dente para sair...

(18) é, precisa realmente estar convencido disso e ele é uma coisa que não vai ser fácil convencer então desistimos...eu pelo menos desisti não se toca mais no assunto...mas realmente então está encerrado mas gostaríamos demais de mais filhos...

(19) eles acordam cedo mesmo...e agora realmente ele não gosta muito e e e a gente cria um impasse para a gente (porque)...ele não eu pus em uma escola ele não gostou daquela...aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo...que eu gostaria (que) preenchesse então eu tirei...

(20) você não tem realmente mais responsabilidades agora eu percebo os homens os homens que estão lá...realmente...eles penam...penam bastante...é um tal de ter que trabalhar fo::ra porque não dá só o de lá...e aí a coisa realmente fica difícil, né? porque tem que manter um certo padrão::e::não dá...

(21) realmente deve ser uma delícia ter uma família gran/ bem grande com bastante gente... eu sou filha única...ah tenho um irmão de treze anos...mas gostaria deMAIS de ter tido... mais irmãos...

A origem dos advérbios em *-mente* é bastante conhecida. Trata-se de um fenômeno de gramaticalização muito interessante e que ocorreu em todas as línguas românicas, porque já ocorria no latim vulgar. A palavra mens, mentis, em latim, significava o que significa até hoje para nós, 'faculdade intelectual, raciocínio, espírito' etc. Assim, fazer alguma coisa bona mente era fazê-la "com mente boa", isto é, "com disposição positiva do espírito"; agir forte mente, agir "com mente forte", isto é, "com decisão e segurança". A forma mente é o ablativo da palavra, o caso instrumental, locativo etc. Como o substantivo *mens, mentis* em latim era feminino, o adjetivo concordava com ele, e é isso que explica por que, até hoje, quando formamos advérbios em *-mente*, o adjetivo do qual eles derivam vem na forma do feminino: sabidamente, calmamente, friamente, amargamente etc. Em textos arcaicos da língua, os dois elementos vinham escritos separados, mas a partir do século XVI ocorrem fundidos num só vocábulo, o que se mantém até hoje e prova a total gramaticalização do segundo elemento que, de substantivo pleno, se tornou mero sufixo. A partir do século XIX ocorrem formações em que o primeiro elemento é um substantivo — diabamente —, mas a forma no feminino denuncia a adjetivação prévia do substantivo. Além disso, tais formas são ilustres desconhecidas no PB contemporâneo, falado e escrito, de modo que podemos continuar a dizer que somente adjetivos aceitam o sufixo *-mente* na formação de advérbios.

18.6 As conjunções que são advérbios

A TGP classifica como conjunções algumas palavras que os pesquisadores contemporâneos preferem colocar na classe dos advérbios. Conforme escreve Neves (2001: 241), são

advérbios juntivos, de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior.

Esses advérbios juntivos podem indicar:

a. **contraste**:

(22) o profissional fica s/ com o curso técnico...pode trabalhar porém não tem o curso universitário, né? não tem a formação universitária. (NURC/SSA/231)

(23) então vocês sabem na palpação feita na glândula mamária...não notando nódulos que aparecem e desaparecem...a mama está::...vamos dizer assim...sadia...perfeita...entretanto se há persistência em qualquer dos pontos da glândula mamária...o nódulo...esse nódulo terá que ser...examinado... (NURC/SSA/049)

(24) a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e no entanto o homem está... sujeito e até certo ponto escravo da lei. (NURC/REC/131)

b. **conclusão**:

(25) o que nós conhecemos... historicamente... que abrange por volta de cinco mil antes de Cristo até hoje portanto... por volta de sete mil anos... certo? (NURC/SP/405)

(26) se nós não podemos afirmar... categoricamente que as coisas se passaram assim... a gente tem uma série de dados... levantados especialmente pela Arqueologia que ajjente interpreta... de um determinada forma... mas com... iMENsos... buracos em branco... então... não é uma história.ligadinha com todos os elos que ajjente possa dizer olha... se desenvolveu NESte sentido... (NURC/SP/405)

Entre os de contraste também se incluem contudo e todavia, pouco frequentes na língua falada espontânea. Essa família célebre, que muitas pessoas gostam de recitar — porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto — representam óbvias gramaticalizações, visíveis nos elementos que constituem as palavras (*com tudo, toda via, entre tanto, no em tanto*). O caso de porém é menos explícito: essa palavra é derivada do advérbio latino proinde que, no galego arcaico, se escrevia por ende, com o sentido, semelhante ao do latim, de "assim, igualmente, como, por isso, portanto". Por transformações semânticas, o que era "por isso" passou a significar "apesar disso", quase o oposto do sentido mais antigo. Nesse processo, porende perdeu sua sílaba final e se reduziu a porém. Curiosamente, também as palavras però, do italiano, e pero, do espanhol (e do português antigo) provêm do latim per hoc, "por isso", e hoje são usadas exclusivamente com valor contrastivo/adversativo.

Entre os de conclusão também se incluem por conseguinte e logo ("Penso, logo existo").

18.7 Advérbios e discursivização

Justamente por seu caráter multifuncional, os advérbios estão sujeitos aos fenômenos da discursivização:

um processo em que os elementos perdem a função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio na fala, funcionando como marcadores discursivos que ora

> marcam uma retomada da linha de raciocínio perdida (ou, de um modo geral, mudanças de estratégia comunicativa), reorganizando o discurso e ao mesmo tempo chamando a atenção do ouvinte para essa retomada; ora funcionam como artifício para o falante, sem perder a palavra, refletir sobre o que vai dizer, funcionando como *preenchedores de pausa* [...] (Martelotta, Nascimento e Costa, 1996: 261-262).

Na produção do fluxo verbal, recorremos o tempo todo a esses elementos organizadores do discurso, nos quais nos apoiamos enquanto elaboramos mentalmente o prosseguimento da fala. E os advérbios funcionam à perfeição nessas funções. Já vimos acima o uso de realmente e outros advérbios em *-mente* com essas funções discursivas. Agora, vamos examinar outros, empregados com frequência ainda maior:

18.7.1 Então

Sem dúvida, o preferido de todos. Seu sentido original de "naquele tempo" é de uso extremamente raro, quase que reservado a textos mais rebuscados. No dia a dia, esse sentido é expresso pela combinação *até então*. No *corpus* do NURC-Brasil, das 663 ocorrências de então, somente 1 tem o sentido de "naquele tempo", justamente na locução *até então*:

(27) nós sabemos por exemplo que o Brasil... recentemente adotou... o divórcio... que até então era inexistente nesse país mas que já vinha sendo aplicado em larga escala... nos países... mais desenvolvidos... (NURC/REC/131)

Em todas as demais ocorrências, então funciona como preenchedor de pausa, organizador do fluxo discursivo, sobretudo como retomada de um "fio" condutor deixado momentaneamente de lado para se fazer algum aparte:

(28) mas...eu tenho a impressão que o ensino vai...bem eu ensino na cadeira de...dermatologia que eu estou fazendo agora dermatologia infantil...então dou aula na::cadeira de... dermatologia...e graças a Deus no nosso curso...os estudantes eles...elogiam muito o curso de dermatologia...acham que...é um dos melhores estágios que eles têm dentro da faculdade porque eles já fazem o quinto ano de medicina...então é como se fosse um estágio... eles acham que é o melhor estágio que eles fazem...é um dos melhores estágios é a dermatologia...porque nós temos condições de mostrar pra ele MUito doente que é o importante porque medicina você sabe que é prática não é só teoria...então a aula prática é muito mais interessante do que a aula teórica...então eles têm condições realmente de verem muito doentes...viu?.. (NURC/SSA/231)

(29) porque eu tenho uma facilidade enorme pra engordar ((risos)) sabe ((risos))...então eu vivo assim quase (que) praticamente em constante regime...eu procuro equilibrar:-:alimentação...de modo a não acumular coisas que engordam...todas no mesmo dia...então normalmente...eu como muito é...verduras...e carne sabe? tanto pela manhã quanto pela noite...e assim durante a noite...quando eu como muita coisa que tenha engordado alimentos assim que engordam... bata::ta... macarrão:::pão:: quando eu por um acaso... tiver comido isso de manhã...à noite então eu faço um::um balanço...e procuro tirar as coisas as outras coisas que possam vir a engordar — feijão — então tudo aquilo — arroz — aí eu como só o legume realmente e a fruta...o que eu não posso realmente é deixar...de comer coisas salgadas à noite...eu/ eu sinto assim muita necessidade...de comer coisas salgadas à noite...então normalmente a minha alimentação constitui-se assim de verduras, né? (NURC/RJ/328)

18.7.2 Assim

Sem dúvida, uma palavra interessantíssima da gramática do PB. Classificada pela TGP como mero "advérbio de modo", com o sentido de "desse modo", assim é um elemento em plena ebulição na nossa língua. Ele pode ter uma função dêitica, anafórica ou catafórica, no sentido de (a) *apontar* para algo (abstrato ou concreto) presente na situação de interação (dêixis); (b) *retomar* algo mencionado anteriormente no discurso (anáfora); (c) *anunciar* algo que vai ser dito a seguir (catáfora). Em todas essas circunstâncias, portanto, assim funciona como uma *proforma*, um proadvérbio (vamos falar dele mais adiante). Alguns exemplos:

a. **dêitico**

(30) então ele queria... que eu competisse porque... tinha uns bração assim comPRIdo ele achava que eu ia... pela iDAde compreende? eu era desenvolvida. (NURC/POA/045)
→ *a informante mostra os braços*

b. **anafórico**

(31) o meu avô.., era desses brasileiros muito descanSAdos... foi buscar umas galinhas.., e::trouxe tudo dentro dum saco... encheu dois sacos de galinhas.., quando ele chegou em casa e começou a tirar aquelas galinhas era só galinha morta que saía... cada galinha que saía a minha:: minha avó gritava mais... velho maLUco... ((risos)) está caDUco... ((risos)) ela falava assim para ele né? (NURC/POA/045)

c. **catafórico**

(32) tem um grande amigo meu que vem aqui diz assim "você está ficando quadrada ehn? assistindo novela". (NURC/POA/045)

No entanto, das 347 ocorrências de assim no NURC-Brasil, em somente 42 o advérbio assim exerce essas funções. Nas demais 305 vezes, ele ocorre como um *modalizador*, quase sempre colocado no meio de um sintagma (nominal ou verbal), conferindo ao elemento seguinte um caráter de aproximação, dúvida, incerteza, probabilidade etc.:

(33) bom gente eu acho que::...pra::...começar eu teria que falar mais sobre...a parte assim de alimentação que diz respeito à minha pessoa né?...realmente MUito cuida::do com esse problema de alimentação...porque eu tenho uma facilidade enorme pra engordar ((risos)) sabe ((risos))...então eu vivo assim quase (que) praticamente em constante regime... eu procuro equilibrar::alimentação...de modo a não acumular coisas que engordam... todas no mesmo dia...então normalmente...eu como muito é...verduras...e carne, sabe? tanto pela manhã quanto pela noite...e assim durante a noite...quando eu como muita coisa que tenha engordado alimentos assim que engordam... bata::ta... macarrão:::pão:: quando eu por um acaso...tiver comido isso de manhã...à noite então eu faço um::um balanço...e procuro tirar as coisas as outras coisas que possam vir a engordar — feijão — então tudo aquilo — arroz — aí eu como só o legume realmente e a fruta...o que eu não posso realmente é deixar...de comer coisas salgadas à noite...eu/ eu sinto assim muita necessidade...de comer coisas salgadas à noite...então normalmente a minha alimentação constitui-se assim de verduras, né? (NURC/RJ/328)

Esse é o mesmo trecho que citamos mais acima para ilustrar o uso discursivo de então. Na verdade, ele serviria para ilustrar, de modo ainda mais eloquente, o emprego intenso de advérbios modalizadores e organizadores do discurso que fazemos

o tempo todo quando estamos falando. Nesse caso, a entrevistada está respondendo a primeira indagação dos pesquisadores ("sobre alimentação aí::o que que cê tem visto...pode dizer pra gente?") e, justamente para inaugurar sua participação na conversa, ela recorre intensamente aos organizadores do discurso:

(34) bom gente eu acho que::...pra::...começar eu teria que falar mais sobre...a parte assim de alimentação que diz respeito à minha pessoa, né?...realmente MUito cuida::do com esse problema de alimentação...porque eu tenho uma facilidade enorme pra engordar ((risos)) sabe ((risos))...então eu vivo assim quase (que) praticamente em constante regime...eu procuro equilibrar::alimentação...de modo a não acumular coisas que engordam...todas no mesmo dia...então normalmente...eu como muito é...verduras...e carne, sabe? tanto pela manhã quanto pela noite...e assim durante a noite...quando eu como muita coisa que tenha engordado alimentos assim que engordam... bata::ta... macarrão:::pão:: quando eu por um acaso...tiver comido isso de manhã...à noite então eu faço um::um balanço...e procuro tirar as coisas as outras coisas que possam vir a engordar — feijão — então tudo aquilo — arroz — aí eu como só o legume realmente e a fruta...o que eu não posso realmente é deixar...de comer coisas salgadas à noite...eu/ eu sinto assim muita necessidade...de comer coisas salgadas à noite...então normalmente a minha alimentação constitui-se assim de verduras, né? (NURC/RJ/328)

Ao contrário do que uma leitura purista poderia deduzir, não se trata nem de longe de algum "vício" de linguagem da entrevistada: a gravação da fala espontânea de qualquer pessoa revela o uso intenso desses elementos organizadores do discurso.

A inserção de assim no sintagma nominal ou verbal se apresenta nos seguintes exemplos:

(35) eu levo. uma vida assim muito sedentária (NURC/RJ/238)

(36) quer dizer eu tive pouco pouco tempo eu estudei acho que uns três anos balê três ou quatro...e não tive assim apresentação em teatros nem nada... (NURC/SP/234)

(37) porque nós paramos num colégio assim de padres, né? e:: eles arrumaram os quartos e tudo. (NURC/POA/045)

(38) eu diria que existe até mes:mo... um olhar assim um tanto voltado à realidade... (NURC/REC/337)

(39) você sente porque você não tem curvas assim muito fortes pra fazer. (NURC/SSA/098)

Em todos esses exemplos, o modalizador assim poderia ser dispensado sem prejuízo da gramaticalidade do texto: *vida muito sedentária; tive apresentação; colégio de padres, olhar um tanto voltado à realidade; curvas muito fortes*. No entanto, essa dispensa implicaria em reduzir o discurso a uma enunciação "seca", artificial, ao contrário da enunciação mais espontânea, que é rica de acessórios, aparentemente inúteis, mas na realidade fundamentais para a articulação da língua falada.

18.7.3 Tipo

Um processo de gramaticalização que vem se desenvolvendo diante de nossos olhos e ouvidos é o do substantivo tipo, empregado cada vez mais intensamente como advérbio,

em contextos idênticos aos que vimos acima com assim. Por ser característico de uma geração de falantes mais nova, nascida a partir de 1980, esse emprego de tipo é repelido e até condenado pelos falantes mais velhos que, no entanto, usam o assim (e também o aí e o então) com a mesma intensidade com que seus filhos e netos usam tipo.

No *corpus* do NURC-Brasil, coletado em meados dos anos 1970, podemos acompanhar claramente a gramaticalização de tipo. Das 137 ocorrências da palavra, 96 (70%) se dão com o sintagma tipo de. No entanto, entre as poucas que sobram, já percebemos a progressão do emprego adverbial de tipo. Um indício muito claro do parentesco entre tipo e assim é precisamente o emprego dos dois advérbios em sequência:

(40) eles comem MUltas coisas todos assim muito relacionados à coisas comidas pelos indígenas...principalmente no Amazonas...o Amazonas é impressionante o número de frutas e frutas assim tudo dura tipo assim cajá-manga. (NURC/RJ/328).

(41) eu acho que os colaboradores devem ser o os mesmos, né? que::...deve ser um tipo assim de trabalho mais ou menos o o pessoal de tel/ de de de te/ de televisão, né?... (NURC/SP/234)

(42) relações de produção do tipo feudal...tá?, tá claro?, aonde...é jornada(s) de trabalho de dez a doze horas...certo? quer dizer, dum tipo assim paternalista feudal. (NURC/RJ/374).

O uso de tipo tal como se faz hoje já comparece na fala coletada pelo NURC na década de 1970, embora ainda como característica individual, visto que as ocorrências se dão todas no discurso de falantes específicos:

(43) ahn::eles levam geralmente seus livros e sua pasta éh::classificadores...ahn::...é caderno de desenho não sei se hoje ainda tem...os desenhos tipo os desenho que eu fazia que tinha aqueles caderno de desenho...lápis de cor [...] a prova eram sempre descritiva tipo... redação não eram provas tipo teste como são agora, né? nossas provas nós usamos sempre teste...a prova era descritiva...eu acho a prova tipo teste melhor do que a descritiva... viu? sou mais a favor da prova tipo teste. (NURC/SSA/231)

(44) às vezes como biscoito geralmente biscoito assim...esses biscoitos tipo integral...é que eu como mais mesmo de manhã [...] um tipo almoço...aqui mas...é tipo merenda mesmo como a gente costuma chamar, né?... [...] aquele queijo tipo Reino...sabe? (NURC/RJ/328)

(45) porque é jantar esses tipo americano, né? [...] porque eu não gostava, né? essas músicas já MUlto... mexidas tipo dessas de agora. (NURC/POA/045)

(46) numa defesa aí em termos de indústria pesada em termos de outras indústrias...ainda, tá?, artesanais do tipo tecido [...] do que num num tipo de país tipo o Japão... (NURC/RJ/379)

No *corpus* do NURC-Brasil, podemos ver a gênese do uso adverbial de tipo e descrever sua gramaticalização. O último exemplo citado é bastante revelador:

num tipo de país tipo o Japão

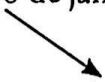
A evolução foi: tipo de > tipo, com apagamento da preposição:

num tipo de país {do} tipo {do} Japão

Dessa função claramente adjetival, o sintagma, já desprovido das preposições, ganhou valor adverbial — o que não exige grande esforço, uma vez que a fronteira entre adjetivo e advérbio é tão tênue que só mesmo por insistência teórica é que insistimos em traçá-la.

Já devidamente adverbializado, tipo se deslocou de suas posições anteriores para a posição característica dos modalizadores discursivos:

porque é esse tipo de jantar americano, né?



porque é jantar esses tipo americano, né?

18.7.4 Aí

A função inicial de aí é designar o lugar onde está *você*, ou seja, a 2ª pessoa do discurso, que está em posição oposta ao aqui, onde estou *eu*. No entanto, pelos processos de gramaticalização que já conhecemos bem, esse sentido inicial, concreto, de lugar, foi se desdobrando no ciclo metafórico clássico: *lugar → tempo → lugar no texto → organizador do discurso*.

Tal como assim, o advérbio aí também age como proforma, e vamos ver essas funções mais adiante. No entanto, mais uma vez, das 207 ocorrências de aí no NURC-Brasil, apenas 16 ilustram os usos dêiticos e anafóricos de aí, enquanto as outras 191 se apresentam como elementos tipicamente organizadores do discurso. Quando se trata de *narrativas*, todos sabemos que aí é nosso marcador preferido sobre todos para pontuar o andamento da história que narramos:

(47) eu pus em uma escola ele não gostou daquela...aí eu achei que realmente a escola não preenchia tudo...que eu gostaria (que) preenchesse então eu tirei...aí eu procurei bastante escolhi/ foi escolhida a que eles estão... (NURC/SP/360)

(48) principalmente com o::fato de ser mãe e aí a coisa complica muito...então tem carreiras que seriam brilhantíssimas para a mulher que seriam lindas...ma/ mas aí de um dos lados teria que sofrer...quer dizer ou a mulher se dedica...inteiramente à carreira e aí...co/ com prejuízo...dela como mãe como dona de casa...ou então ela se dedica exclusivamente...à dona de casa e à mãe e aí com prejuízo da carreira... (NURC/SP/360)

(49) então tira aquilo ali, limpa bem o camarão, passa uma água fervendo, não deixa cozinha(r) o camarão, só água fervendo no camarão, por isso que ele fica um pouco cor-de-rosa, não de todo, branquinho ainda, aí põe aquele refogado, mexe, apaga o fogo e põe, dois ovos, mas a gema dura, ovo duro, só a gema bem amassada, põe ali, salsa, enfim aí o tempero que a pessoa quer, aí está ao lado um pirex todo forrado com queijo fatias mais ou menos de um centímetro, põe aquele refogado ali dentro e tapa, vai ao forno. (NURC/POA/291)

18.8 Proadvérbios

Assim como temos visto com outras classes de palavras, os advérbios também podem exercer função anafórica, isto é, de retomada de algo que foi dito anteriormente: são os proadvérbios. Um dos mais empregados, sem dúvida, é assim que, numa interação frente a frente, pode ter caráter *dêitico*, em que o falante *aponta* para algo e se refere às qualidades desse algo ("quero o meu vestido exatamente assim", apontando

para outro vestido). Em outros contextos, porém, ele age como proadvérbio, retomando algo mencionado anteriormente e não necessariamente presente, de forma concreta, na situação:

(50) **A**: agora eles resolveram agrupar...mais botar clínica médica gastroenterologia... fazer um departam/ cardiologia TUDO num departamento de medicina então fizeram...quatro ou cinco departamentos de medicina...cirurgia...neuropsiquiatria...e se não me engano pediatria e puericultura...é um departamento à parte...então
B: é isso foi uma medicina geral, né...em todas as unidades?
A: é eu achei melhor assim...sabe? porque aí agrupou mais. (NURC/SSA/231)

(51) não deve ser esse tipo de professor como nós tínhamos antigamente que o professor não se relacionava com o estudante exatamente pro estudante ter medo ter pavor dele e respeitar...não é assim que a gente consegue o respeito. (NURC/SSA/231)

(52) o que eu noto é que os cinemas parece que não estão também...éh::como antigamente que eram cinemas BEM LIMpos poltronas em ordem hoje em dia você vai ao cinema não não...não tem mais acomodações assim... (NURC/SP/234)

Outros proadvérbios importantes são os que retomam circunstâncias de tempo e de lugar:

(53) vocês devem conhecer também tem a mesma coisa no União:: na Sogipa... esse jantar dançante de casa::dos... -e então cada qual quer fazer melhor que o outro arrumar mais BRINdes, né... quando o pessoal entra já:: cada um já vai recebendo uma saCOla cheia de coisas, né?...coisas que eles conSEguem e tem muito sorTEIo lá durante o jantar esse tem... sorteio ( ) e prêmios bons de viAgem às vezes tem...tem fogão... agora vai ter um dia trinta.., vai Ter um:: outro jantar mas nós não vamos porque meu marido se incomodou outra VEZ... porque é jantar esses tipo americano, né? se bem que lá é muito organizado não tem NAda de avanço. (NURC/POA/045)

(54) nós tamos até fazendo uma estrada agora próxima às grutas de Ituaçu...lá pro lado de Contendas ()...é um fim de mundo ali. (NURC/SSA/098)

(55) GERAIS - 07/06/2011 — Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região promete acabar com o último reduto legal do Jogo do Bicho no Brasil: a Paraíba. E em obediência a esta decisão, policiais civis e militares já começam a fechar as bancas no Estado. Segundo informações iniciais, 15 bancas já teriam sido fechadas apenas na região metropolitana de João Pessoa, mas estima-se que atualmente elas sejam mais de mil. O delegado responsável pelas ações na capital é Antônio Farias, que diz que até agora não houve resistência. [...] Ainda de acordo com a decisão, caberá à Loteria do Estado da Paraíba (Lotep) a localização de cada banca de jogo para assim ser fechada, já que a partir de então se tornam irregulares. O Jogo do Bicho é proibido em todo o Brasil e considerado contravenção penal, mas a Paraíba era até então o único estado brasileiro em que a atividade era legalizada.
(http://www.patosonline.com/interna.php?modulo=publicacao&codigo=19620, acesso 7 junho 2011)

(56) olha só sei jogar buRAco... ((risos)) só o que sei, sabe? jogamos muito uma vez quando fiquei na praia... choveu muito uma temporada quando a gente ia com o SESC... mas já faz anos... e então nós jogávamos também tinham mais dois casais... e então a gente... qualquer tempinho que a gente TInha.., eu não tinha as crianças ainda naquele tempo ainda.., e então nós:: ficávamos jogando... aí que eu aprendi a jogar buRAco... (NURC/POA/045)

18.9 Advérbios interrogativos

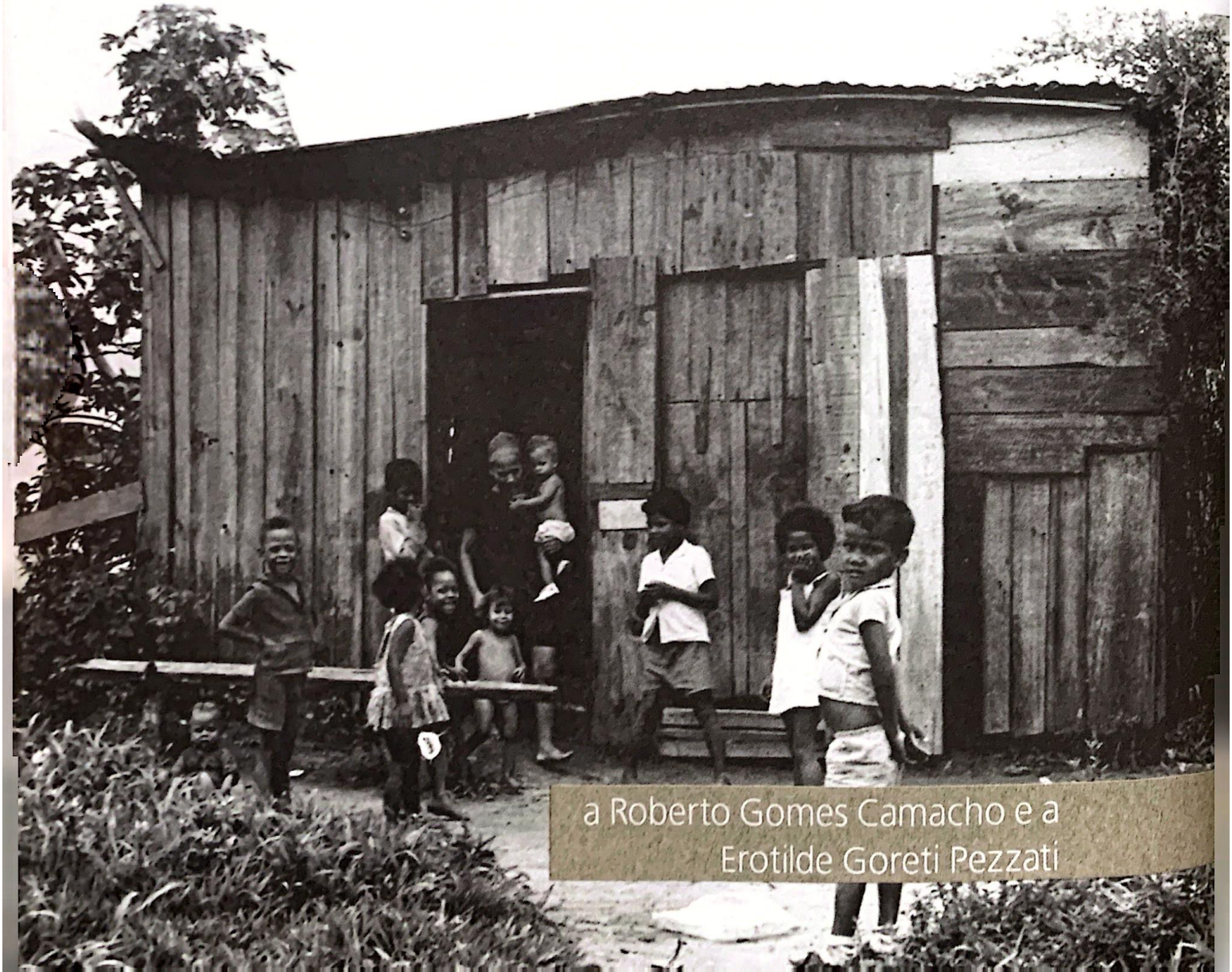
Por fim, convém lembrar a existência dos advérbios interrogativos, que pedem respostas adverbiais. São três:

- como? → esse advérbio interroga sobre o modo como se deu o estado de coisas relatado. Sua etimologia revela isso muito bem: *como* > *quomodo* > *quo modo*, 'de que modo?'.
- onde? → interroga sobre o lugar, a circunstância espacial do evento relatado. Provém do latim *unde*, formado de *ubi inde*: *ubi*, 'onde', e *inde* 'de lá'. O latim *unde* perguntava, portanto, 'de onde?', 'de que lugar?'. A pergunta simples 'onde?' se dizia em latim *ubi?* Dessa forma proveio o advérbio do galego e do português arcaico *u*, também escrito *hu*:

(56) e nõ choveu ata o quarto dia que el chegou hu queria. (Machado Filho, 2009: 58)

Essa forma se preserva até hoje no francês *où* ('onde?') e no italiano *ove*, mais tarde reforçado com *de*, donde *dove* ('onde?'). Na Península Ibérica, a forma *u, hu* desapareceu em favor de *unde*, que perdeu seu sentido de 'donde?' e, transformado em *onde*, passou a exercer as funções de advérbio e pronome relativo. Em castelhano, *onde* ganhou o reforço de *de*, resultando em *donde*: daí por que, para perguntar 'de onde?', se usa em espanhol a combinação aparentemente redundante *¿de dónde?* No português, desde as fases mais antigas da língua, convivem *onde* e *aonde*, sem que essa segunda forma represente necessariamente a junção da preposição *a* com *onde*. Sobre a indiferença de uso de *onde* e *aonde* ou, melhor, o uso de uma forma pela outra, ver [▶926].

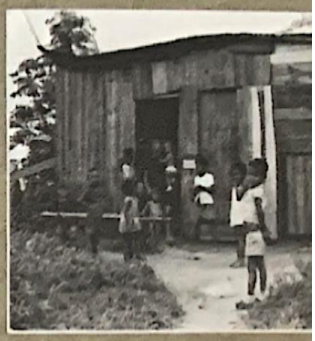
- quando? → provém diretamente do latim *quando* e interroga sobre o tempo de ocorrência do estado de coisas relatado.



a Roberto Gomes Camacho e a
Erotilde Goreti Pezzati

19

pequenas notáveis



as preposições

Tanto quanto os advérbios, as preposições têm sido alvo de muitos estudos linguísticos em tempos recentes. Sendo palavras tão importantes no funcionamento da língua, não é possível nos satisfazermos com o tratamento ao mesmo tempo pobre e minucioso oferecido a elas pela tradição gramatical.

Quando ampliamos nosso foco de interesse para o que acontece nas línguas do mundo, descobrimos que o termo preposição

se aplica principalmente às línguas da família indo-europeia. Em outras línguas, o que encontramos são posposições, partículas que se colocam *depois* dos nomes ou dos verbos regentes. Por isso, a literatura linguística atual prefere falar de aposições, distribuindo-as em pré- e pós-, conforme o caso:

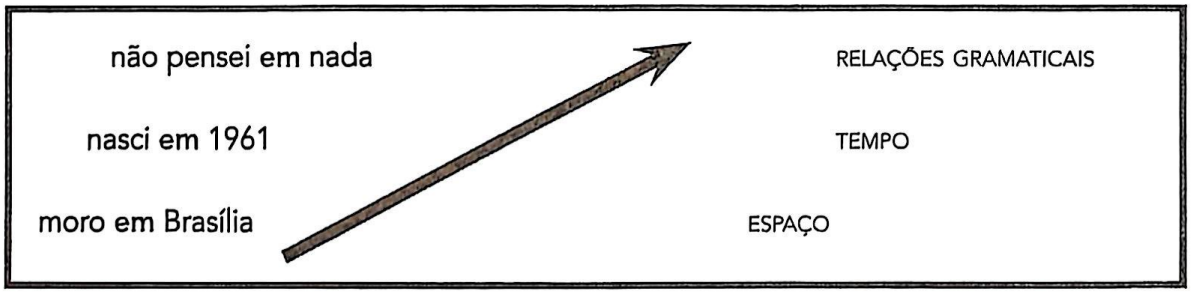
- **preposições**
  PB → *cheguei no Rio ontem*
  ING → *I live with my parents* ("Vivo com meus pais")
  LAT → *epistula ad Romanos* ("Epístola aos Romanos")

- **posposições**
  JAP → *Ano hito-wa, gitaa-ni tsuite nandemo wakaru.*
  essa pessoa-TÓPICO guitarra-PARA acerca de qualquer coisa sabe
  "Essa pessoa sabe tudo acerca de guitarra"

  HÍNDI → *itvar se*
  domingo desde → "Desde domingo"

  FR → *Dix ans durant* ("Durante dez anos")
  ING → *Something to live for* ("Algo por que viver")
  LAT → *Dominus tecum* ("o Senhor é contigo")
  PB → *A proposta do Alfredo eu votei contra.*

As aposições exercem diversas funções predicativas *concretas* como localização, instrumento, acompanhamento, beneficiário e causa. No entanto, pelos conhecidos processos de gramaticalização, essas funções predicativas concretas se expandem rumo a predicações *abstratas* como tempo, intenção, relações textuais, relações discursivas etc.



Do ponto de vista semântico, é comum distinguir entre *aposições gramaticais* (como em PB: *a, de, em*), que exprimem relações sintáticas muito abstratas, e *aposições concretas* (como em PB: *ante, após*), assim chamadas porque indicam sempre uma localização definida.

Do ponto de vista morfológico, podemos distinguir entre *aposições simples* (*a, de, em, com, por*) e *aposições complexas* (*a respeito de, embaixo de, na frente de*).

As aposições se destacam muito mais entre as línguas indo-europeias como o PB, o russo e o alemão do que em muitas outras línguas de outras partes do mundo, e

é isso o que explica a atribuição que os gramáticos têm feito a elas de uma classe gramatical própria.

Para expressar as relações que vêm codificadas pelas preposições nas línguas europeias, diversas línguas (principalmente na Ásia e na Austrália) têm sistemas de casos bem ricos. Por exemplo, o even (uma língua tungúsica da Sibéria oriental) tem casos não somente para as relações gramaticais (objeto direto, objeto indireto etc.), mas também para o ablativo (*jasal-duk*, "desde o olho"), o diretivo (*jasal-tiki*, "rumo ao olho"), o instrumental (*jasal-ac*, "com o olho"), o equativo (*jasal-gacin*, "como um olho") e vários outros (Haspelmath, 2003). Línguas com sistemas de caso mais limitados tendem a ter somente casos gramaticais (acusativo, ergativo, genitivo, dativo etc.) e, portanto, nenhuma aposição gramatical.

Lá onde as línguas europeias têm preposições concretas, diversas línguas têm *nomes relacionais* do tipo 'costas' (para 'atrás'), 'rosto' (para 'diante de'), 'topo' (para 'sobre') ou 'similaridade' (para 'como'). Eles se ligam ao complemento numa construção possessiva comum, e ao predicado por uma preposição simples ou um marcador de caso. Por exemplo, no hauçá (falado no Níger e na Nigéria), encontramos construções deste tipo (Haspelmath, 2003):

(1) *à kâ-n teebùr* → 'sobre a mesa' (literalmente: 'no topo-da mesa')
(2) *à bàaki-n hanyàa* → 'perto da estrada' (lit.: 'na ponta-da estrada')
(3) *à madàdi-n Audù* → 'em vez de Audu' (lit.: 'na representação-de Audu')

Semanticamente, esses nomes correspondem a preposições do PB, mas gramaticalmente não são de fato diferentes de um sintagma nominal comum precedido de uma preposição.

Assim, as línguas podem usar *casos* em lugar de aposições gramaticais, e nomes relacionais no lugar de aposições concretas. Por conseguinte, existem muitas línguas que carecem completamente de aposições (como parece ser o caso da maioria das línguas australianas). No entanto, quase sempre existe uma tendência para que os nomes relacionais desenvolvam peculiaridades formais correspondentes a seus sentidos especiais, transformando-se assim em verdadeiras aposições através dos processos de gramaticalização. Por exemplo, a maioria das preposições complexas do PB derivam de nomes relacionais, como fica claro também pelo fato de que sempre regem um sintagma com *de* como complemento: *a despeito de, diante de, no lugar de, por causa de, em cima de* etc.

Os nomes relacionais são as fontes históricas mais comuns para as novas aposições, mas elas também podem provir de advérbios: o grego moderno *píso apó to spiti*, 'atrás da casa', vem do grego clássico *opísoo* 'por trás, por detrás'. Essa é uma fonte típica para preposições nas línguas europeias — os advérbios —, por isso frequentemente as preposições competem com os advérbios nas mesmas funções (*embaixo, através de, acima, entre, desde* etc.).

As aposições também podem provir de verbos: no chinês e em outras línguas do Sudeste asiático (bem como em várias línguas oeste-africanas), os verbos funcionam

como aposições e parecem estar gradativamente se tornando aposições. Esses verbos são chamados *coverbos*. Exemplo do chinês:

(4) *wǒ bāng nǐ zhǎo tā*
eu ajudar tu achar ele
"Vou achá-lo para você"

O coverbo *bāng* ('ajudar') é empregado em junção com o verbo *zhǎo* ('achar'), mas de fato funciona exatamente como uma preposição do PB. Também nas línguas europeias encontramos a gramaticalização de verbos em função preposicional, como no PB (*durante, exceto, salvo, mediante*), no francês (*pendant* ['durante'; lit.: "pendente"], *maintenant* ['agora'; lit.: "mantendo"], *moyennant* ['mediante']).

A relação entre *morfologia de casos* e *preposições* já foi estudada por nós em [▶260], quando vimos de que modo as declinações latinas indicadas morfologicamente cederam lugar aos sintagmas preposicionados. O mesmo ocorreu em inglês, língua em que somente a morfologia do genitivo sobreviveu (*Peter's house*, 'casa de Pedro'). E mesmo em línguas onde ainda sobrevivem declinações, como o alemão contemporâneo, o sistema de casos é repleto de "buracos" deixados pelo desaparecimento gradativo de marcas morfológicas que, além disso, quando aparecem, só aparecem nos artigos e em outros determinantes. É o resultado da ação das forças sintagmáticas sobre as paradigmáticas [▶448], da economia linguística [▶147] e da análise contra a síntese [▶445].

19.1 A PARLENDA ANACRÔNICA

Na nossa tradição pedagógica se fixou, nocivamente, uma lista fechada de preposições que se tornou uma verdadeira parlenda, que muitas pessoas até hoje sabem recitar de cor:

A - ANTE - APÓS - ATÉ - COM - CONTRA - DE - DESDE - EM - ENTRE - PARA - PERANTE - POR - SEM - SOB - SOBRE - TRÁS

Essa lista é problemática porque (i) elenca preposições que não são mais usadas (*ante, trás*), (ii) traz como preposições simples itens que são, de fato, compostos (*a+pós, per+ante*), (iii) não contempla toda uma série de itens que também agem na língua como preposições.

Infelizmente, a força dessa parlenda no ensino permanece vigorosa e não são raras as professoras e professores que fazem suas alunas e alunos decorá-la. Como sempre, uma pedagogia que em nada contribui para a efetiva educação linguística dos aprendizes: decorar uma lista de itens e classificá-los não

leva rigorosamente a nada (talvez só ao desgosto pelas "aulas de gramática") — ainda mais se for uma lista repleta de problemas como essa.

19.2 Muito mais preposições

Consultando os dicionários *Aurélio* e *Houaiss*, em suas mais recentes versões eletrônicas (2010), é possível montar um quadro como o que segue. Nele vamos indicar também os itens que, segundo os dicionários, além de funcionarem como preposição também exercem outras funções gramaticais. Por fim, na tentativa de apresentar uma visão geral do emprego desses itens, informamos a presença ou não deles no *corpus* do NURC-Brasil:

PREPOSIÇÃO	+ CLASSIF.	A	H	NURC-BR
1. a		+	+	861
2. afora	ADV	+	+	0
3. ante	ADV	+	+	0
4. após	ADV	+	+	0
5. até	ADV	+	+	40
6. chega		+	–	0
7. com		+	+	477
8. conforme		–	+	4
9. consoante	CONJ	+	+	0
10. contra	ADV	+	+	4
11. de		+	+	4107
12. dentre		+	+	4
13. dês		+	+	0
14. desde		+	+	25
15. diante	ADV	+	+	2
16. durante		+	+	32
17. em		+	+	1879
18. embora	ADV, CONJ	+	–	0
19. entre		+	+	65
20. exceto		+	+	0
21. fora	ADV	+	+	10
22. inté		+	+	0
23. mais	ADV, CONJ, QI	+	+	0
24. malgrado		+	+	0
25. mediante		+	+	0
26. menos	ADV, QI	+	+	0

27. para		+	+	690
28. perante		+	+	1
29. por		+	+	593
30. que	REL, CONJ, ADV	+	–	0
31. salvante		+	+	0
32. salvo		+	+	0
33. segundo	CONJ	+	+	3
34. sem		+	+	53
35. senão	CONJ	+	+	0
36. sob		+	+	2
37. sobre		+	+	60
38. té		+	+	0
39. tirante		+	+	0
40. trás		+	+	0
41. via		+	–	0
42. visto		–	+	0
TOTAL				8912

[Tabela 19.1: Preposições registradas nos dicionários *Aurélio* e *Houaiss*.]

Esse quadro nos permite tirar uma série de conclusões:

1. são poucas as discordâncias entre os dois dicionários: o *Aurélio* não registra *conforme* e *visto*, enquanto o *Houaiss* não registra *chega*, *embora*, *que* e *via* como preposições;

2. as outras funções gramaticais que as preposições podem exercer se concentram no campo dos advérbios (11) e das conjunções (6), o que demonstra a interseção entre essas classes-funções, além da dificuldade de, muitas vezes, definir precisamente a que classe-função pertence determinado item em determinado contexto;

3. as preposições mais numerosas (acima de 400 ocorrências) e que não recebem outras classificações gramaticais são precisamente as mais "etimológicas", isto é, herdadas diretamente do latim: *a (> ad)*, *com (> cum)*, *de (> de)*, *em (> in)*, *por (>pro)*. A preposição *para* provém da arcaica *pera*, formada por sua vez de *per* + *ad*. Das preposições mais frequentes, é a única que representa uma gramaticalização ocorrida já na fase de formação da língua. Essas 6 preposições respondem por 96,57% das ocorrências (8607/8912);

4. a velha parlenda pedagógica das preposições se revela, portanto, um anacronismo, já que registra preposições que desapareceram completamente da língua contemporânea, como *ante* e *trás*, e omite formas muito mais frequentes como *durante*.

As demais preposições, aquelas que a TGP classifica de "acidentais" (em contraposição às "essenciais", que são as mais frequentes), resultam de evidentes processos de

gramaticalização, de recategorização de itens que prolongaram seu campo de ação para outras funções gramaticais:

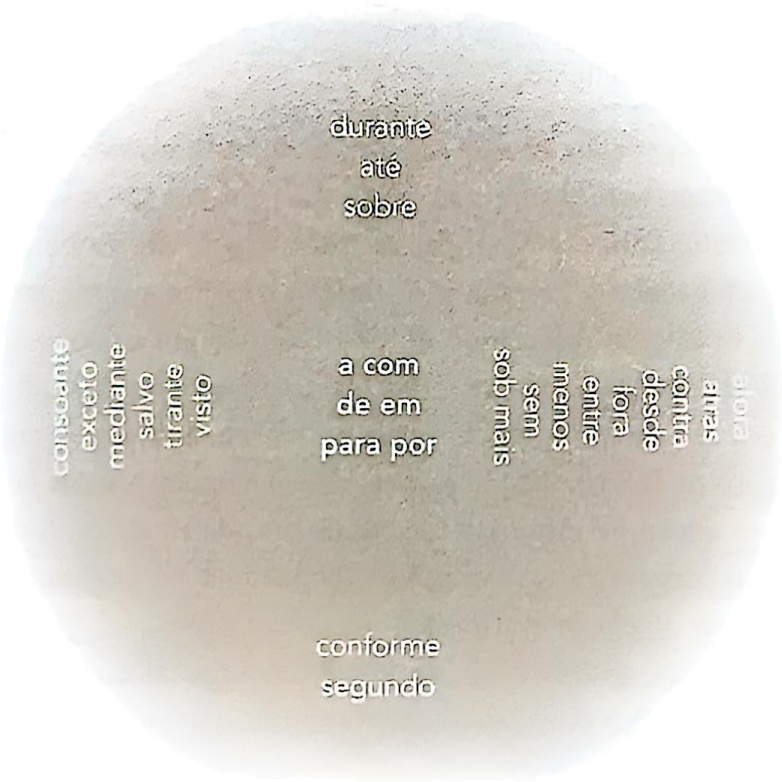
- verbo > preposição: *chega; consoante; durante; exceto; mediante; salvante, salvo, tirante, visto*. As formas terminadas em *-nte* são resquícios do particípio presente latino [▶724]. *Exceto, salvo* e *visto* são particípios passados. A forma *chega* só é registrada pelo *Aurélio* e ocorre em muitas variedades regionais brasileiras, sobretudo nordestinas (não por acaso: o filólogo Aurélio B. H. Ferreira era alagoano, o que explica a presença de muitos usos nordestinos em seu dicionário): "E a peia no lombo, que *chega* cantava de longe" (José Lins do Rego). Mas fica aqui a dúvida: é mesmo uma preposição? Não seria um advérbio? Afinal, o dicionário diz que *chega* equivale a *até, mesmo* — ora, o mesmo *Aurélio* classifica *até* como advérbio quando tem sentido equivalente ao *chega* empregado nesses contextos...
- substantivo > preposição: *via* (também registrado apenas pelo *Aurélio*, quando em usos como *"a presidenta instituiu o imposto* via *medida provisória"* ('mediante', 'por');
- adjetivo > preposição: *segundo; malgrado* (> *mal grado*); *conforme*
- sintagma nominal > preposição: *embora* (> *em boa hora*) — Lemos no *Aurélio:* "É censurado (e nenhum outro dicionário o registra) esse uso de *embora* como preposição, apesar de existirem várias ocorrências".

Outras preposições escondem, na verdade, seu caráter de *locução prepositiva*, por mero capricho ortográfico: *dentre* (> *de entre*), *perante* (> *per ante*). Da antiga preposição *pós* se formaram *após, depós* e *empós*, das quais somente *após* sobrevive na língua contemporânea. Por sua vez, *desde* se formou de *de* + *ex* + *de*. A antiga preposição *trás* (do latim *trans*) sobrevive hoje apenas em advérbios: *atrás, detrás, de trás, por trás*, e em *através* (> *ad trans versum*).

Somos levados, portanto, a concordar com Orlene Carvalho (2001: 14):

> A categoria das preposições, apesar de não ser tão aberta como a dos substantivos ou a dos verbos, oferece dificuldades quanto à delimitação de seus componentes. O caráter relacional que possuem faz com que elas compartilhem certas semelhanças com os advérbios e as conjunções, além de permitir que palavras de outras categorias e agrupamentos de palavras também possam exercer a função de uma preposição.

No lugar de fazer, conforme a tradição, uma distinção entre preposições "essenciais" e "acidentais", parece mais proveitoso observá-las sob a ótica da gramaticalização. Nessa perspectiva, o que vemos é que existem preposições totalmente gramaticalizadas e outras em processo de gramaticalização. Retomando o que dissemos em [▶724], o núcleo duro da classe das preposições é ocupado por um número bem restrito delas:



São, precisamente, as preposições usadas com maior frequência. Sua gramaticalização plena é comprovada por diversos aspectos.

Somente essas preposições nucleares estão sujeitas ao fenômeno da *regência verbal, nominal* e *adverbial*:

→ REGÊNCIA verbal
- chegar [a] [de] [em] [por] Salvador
- fazer alguma coisa [a] [com] [de] [em] [por] [para] algo/alguém
- falar alguma coisa [a] [com] [de] [em] [por] [para] algo/alguém

→ REGÊNCIA nominal
- horror [a] [de] [por] algo/alguém
- caminho [a] [de] [para] [por] algo
- contente [com] [de] [por] algo

→ REGÊNCIA adverbial
- relativamente [a] algo
- exatamente [por] algo
- coerentemente [com] algo

Essas preposições podem se contrair com outras palavras, formando amálgamas gramaticais:

	A	COM	DE	EM	PARA	POR
a(s)	à(s)	co'a(s), ca(s)	da(s)	na(s)	pra(s)	pela(s)
alguém	–	co'alguém	dalguém	–	pralguém	–
algum(s)	–	–	dalgum(s)	nalgum(s)	pralgum(s)	–
alguma(s)	–	–	dalguma(s)	nalguma(s)	pralguma(s)	–
aquela(s)	àquelas	co'aquela(s)	daquela(s)	naquela(s)	praquela(s)	–
aquele(s)	àquele(s)	co'aquele(s)	daquele(s)	naquele(s)	praquele(s)	–
aqui/ali/aí	–	–	daqui/dali/daí	–	praqui/prali/praí	pelaí
aquilo	àquilo	co'aquilo	daquilo	naquilo	praquilo	–
ela(s)	–	co'ela(s)	dela(s)	nela(s)	prela(s)	–
ele(s)	–	co'eles(s)	dele(s)	nele(s)	prele(s)	–
essa(s)	–	co'essa(s)	dessa(s)	nessa(s)	pressa(s)	–
esta(s)	–	co'esta(s)	destas(s)	nestas(s)	prestas(s)	–
esse(s)	–	co'esse(s)	desse(s)	nesses(s)	presse(s)	–
este(s)	–	co'este(s)	deste(s)	nestes(s)	preste(s)	–
isso	–	co'isso	disso	nisso	prisso	–
isto	–	co'isto	disto	nisto	pristo	
o(s)	ao(s)	co(s)	do(s)	no(s)	pro(s)	pelo(s)
ocê(s)	–	concê(s)	docê(s)	nocê(s)	procê(s)	–
onde	aonde	–	donde/daonde	–	pronde/praonde	–
outra(s)	–	–	doutra(s)	noutra(s)	proutra(s)	–
outro(s)	–	–	doutro(s)	noutro(s)	proutro(s)	–
um(s)	–	cum(s)	dum(s)	num(s)	prum(s)	–
uma(s)	–	cuma(s)	duma(s)	numa(s)	pruma(s)	–

[Tabela 19.2: Contrações das preposições nucleares.]

Não é preciso dizer que muitas dessas contrações não estão registradas nos compêndios gramaticais nem nos dicionários, embora sejam perfeitamente usuais na língua falada cotidiana. A contração *pelaí* pertence à gíria (uma rápida busca na internet revelou cerca de um milhão de ocorrências em 12 de junho de 2011).

Como é habitual com itens fortemente gramaticalizados, essas preposições nucleares contêm pouco material fonético, sendo em sua maioria monossilábicas e átonas: *a*, *com* [kũ], *de* [di / ʤi], *em* [ẽĩ], *para* [prɐ], *por* [puh]. A preposição *com* tende a perder sua nasalidade nas contrações, o que já é tradicionalmente registrado na poesia clássica metrificada: *co'as*, *co'aquelas* etc. A palavra *até*, que oscila entre os advérbios e as preposições, se reduz a *té*. A exceção aqui fica por conta de *sobre*, que vem se gramaticalizando cada vez mais e ampliando seu campo de ação para além de seu significado primitivo espacial, assumindo relações gramaticais mais abstratas (*pensar*

sobre alguma coisa; *fazer um trabalho sobre esse livro* etc.). É fácil apostar que, no futuro, ao concluir seu ciclo de gramaticalização, *sobre* também sofra erosão fonética.

As preposições mais gramaticalizadas têm um espectro semântico muito mais amplo e difuso que as outras, o que lhes permite funcionar de maneira mais versátil como elementos juntores, adjuntores e complementadores. Vimos isso em [▶489] ao comparar os verbetes dos dicionários de duas preposições diferentes, uma mais gramaticalizada e outra menos gramaticalizada.

Quanto a isso, é muito interessante, para a pesquisa cognitivista, ver o que acontece com dois pares de preposições que, tendo sentidos antagônicos, se encontram em etapas muito distintas de gramaticalização: com/sem e sobre/sob.

A preposição sem ainda guarda um espectro semântico muito restrito: não podemos usar *sem* a não ser com o sentido básico de "privação, afastamento, falta, ausência, exclusão" etc. Por isso, sua instrumentalidade sintática também é bastante restrita. Vamos comparar o que diz o dicionário *Houaiss* sobre cada um dos membros do par com/sem:

COM	SEM
■ preposição 1 relaciona por subordinação e expressa os sentidos: **1.1** companhia, acompanhamento, reunião; em companhia de Ex.: <vive c. a mãe> <anda c. o violão debaixo do braço> <café c. leite> **1.2** acordo ou desacordo; em conformidade (ou inconformidade) com Ex.: <concordaram c. o poeta: nada será como antes> <de acordo c. isso, as tarifas terão de baixar> <em desacordo c. sua família, divorciou-se> **1.3** relações interpessoais diversas (afeto, adversidade, aproximação, união, oposição etc.); no que se refere a Ex.: <ser dócil c. os filhos> <portar-se cruelmente c. a mulher> <conversar c. a vizinha> <identificar-se c. o pai> <estar em luta c. a própria consciência> <o conflito do Brasil c. o Paraguai> **1.4** meio ou instrumento; por meio de Ex.: segurou a brasa c. uma tenaz **1.5** comparação Ex.: muito parecido c. o pai **1.6** condição de vantagem ou desvantagem Ex.: <sair c. sorte de uma empreitada> <vender c. deságio um título> **1.7** matéria de um conteúdo ou de uma parte ou de um acessório Ex.: <um jarro c. vinho> <uma pasta c. documentos>	■ preposição 1 relaciona por subordinação e indica: **1.1** ausência, privação, falta Ex.: <viver s. alegria> <homem s. fé> <crianças s. pão> **1.2** concessão ou ausência de condição necessária Ex.: <viajar s. pagar> <agir s. pensar> **1.3** exceção Ex.: foi a turma toda, s. uma meia dúzia

1.8 adição ou adjunção; além de
Ex.: c. isso, pretendiam melhorar os seus conhecimentos de inglês
1.9 sensação ou padecimento
Ex.: <estar c. sono> <estar c. cãibras>
1.10 matéria
Ex.: <só cozinhamos c. azeite de primeira> <uma balaustrada construída c. madeira de lei>
1.11 modo de ser ou de agir
Ex.: <viver c. medo> <comentar c. prazer um bom livro>
1.12 estado de espírito
Ex.: estar c. ódio
1.13 processo, relação simultânea; concomitante com, perto de, junto de
Ex.: <levanta-se sempre c. a aurora> <a dor vai passar c. o tempo>
1.14 finalidade, objetivo, propósito
Ex.: apareceram aqui c. a pretensão de nos dominar
1.15 oposição, contraste ou restrição; malgrado, apesar de
Ex.: c. o respeito que devia ao juiz, refutou suas palavras
2 empr. com valor adverbial, pode ter o sintagma introduzido pelo com
2.1 equivalente a um gerúndio
Ex.: c. fazer tantas concessões, não haverá mais possibilidade de comando governamental (= fazendo)
2.2 equivalente a um advérbio em -mente
Ex.: atingiu-o com covardia (= covardemente)
3 empr. em exclamações
Ex.: <c. a breca!> <c. mil demônios!>

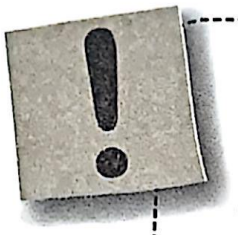
Essas diferenças também ficam evidentes no número de ocorrências de cada uma delas no *corpus* do NURC-Brasil: *com*, 443; *sem*, 53.

O mesmo se verifica com o par sobre (60 ocorrências) e sob (2). No caso dessas preposições, devido provavelmente à facilidade de confusão entre as duas, seus significados espaciais passaram a ser expressos por outros elementos linguísticos:

- sobre → em cima de
- sob → embaixo de

Com isso, o uso de sob praticamente desapareceu da língua falada em geral, mesmo da parte de falantes mais letrados (apenas duas ocorrências no NURC-Brasil). Essa preposição se conserva basicamente em sintagmas cristalizados como *sob nova direção*, *sob medida*, *sob suspeita*, *sob investigação* etc. Mesmo assim, essas formas congeladas são frequentemente empregadas de forma equivocada, com *sobre* no lugar de *sob*:

(5) FRANKVALDO LIMA AGORA *SOBRE NOVA DIREÇÃO* (http://noticiasdeitabuna.blogspot.com/2011/06/frankvaldo-lima-agora-sobre-nova.html, acesso 12 jun 2011)
(6) Cortinas, persianas, colchas em edredom, almofadas, tudo *sobre medida*. (http://www.netmultimidia.com.br/decoracao/cortinas-sobre-medida-visita-gratis/, acesso 12 jun 2011)
(7) O tamanho da fraude ainda está *sobre investigação*, porém a Carbon Planet divulgou recentemente que tem cerca de AU$ 100 milhões em projetos na Papua Nova Guiné. (http://www.redeambiental.org.br/amyra6.htm, acesso 12 junho 2011)



Esses equívocos deixam bem claro que sob já não pertence ao vernáculo geral brasileiro, o que exige, da parte dos professores, uma atenção especial para o ensino e os usos dessa preposição, ao menos em textos escritos mais monitorados.

Por sua vez, sobre cedeu seus sentidos locativos para *em cima de* e ampliou seus demais sentidos, transformando-se numa preposição capaz de expressar relações gramaticais diversas, metafóricas, abstratas: *refletir sobre um problema*; *falar sobre um tema*; *saber tudo sobre alguma coisa* etc.

19.3 Preposição ou advérbio?

As preposições menos gramaticalizadas, como vimos, são itens lexicais que também funcionam como *advérbios* e/ou *conjunções*. Essas classes/funções gramaticais compartilham muitos traços semânticos e/ou sintáticos, o que leva à dificuldade mencionada acima por O. Carvalho. A existência desses traços compartilhados, no entanto, segundo a mesma autora,

> não compromete, de modo algum, a delimitação das categorias. Trata-se apenas de um reflexo da dinâmica das línguas, pois sabemos que há sempre mudanças ocorrendo e, neste caso específico, devido à proximidade das categorias em questão [preposições, advérbios e conjunções], é possível que os vocábulos periféricos estejam a caminho de uma mudança de categoria (2001: 22).

Das diferenças entre preposições e conjunções vamos nos ocupar em [▶882]. Aqui, vamos aproveitar as propostas de Carvalho para a distinção de preposição e advérbio. Escreve a autora que o compartilhamento de algumas características semânticas e sintáticas aproxima as preposições dos advérbios. E prossegue citando o linguista alemão Hermann Paul:

> A fronteira entre os advérbios e as preposições não é rígida. Por conseguinte, a qualquer momento, os advérbios podem adquirir características das preposições, chegando a passar inteiramente para o outro lado da fronteira. (*in* Carvalho, 2001: 28)

Essa ultrapassagem de fronteiras é precisamente o resultado dos processos de gramaticalização. No entanto, ainda cabe perceber, no estado atual da língua, as diferenças entre as duas categorais gramaticais. Para iniciar essa diferenciação, Carvalho propõe os seguintes exemplos (p. 29):

(a) Vou fazer o dever *depois* do banho.
(b) Vou tomar banho, *depois* vou fazer o dever.
(c) Vou fazer o dever *depois*.

No exemplo (a), diz a autora, *depois* localiza temporalmente uma atividade com relação a outra (*tomar banho / fazer o dever*). Em (b), temos um caso de *elipse textual*: o termo situado (*banho*) já foi mencionado no texto e, por isso, não há necessidade de repeti-lo. Em (c), por fim, não existe possibilidade de identificar o complemento do enunciado, uma vez que ele toma como referência o momento da fala, exterior ao texto. Em todos os casos, estamos diante de um *advérbio*.

Um outro argumento para defender a distinção entre as duas categorias é a *transitividade*. Os advérbios transitivos regem preposições, o que não seria possível se não existissem propriedades específicas a cada uma das categorias: *relativamente a*, *independentemente de*, *perto de*, *antes de*, *coerentemente com* etc.

Carvalho também nos lembra que existe uma diferença na possibilidade de deslocamento dos complementos de advérbios e preposições: as preposições só podem ser deslocadas junto com o seu complemento:

(d) Para *quem* você emprestou seu carro?
(e) Você emprestou seu carro para *quem*?
(f) **Quem* você emprestou seu carro para? → PREPOSIÇÃO
(g) eu não tô muito assim por dentro *dos preços dos alimentos*. (NURC/RJ/328)
(h) *dos preços dos alimentos* eu não tô muito assim por dentro. → ADVÉRBIO

Por fim, a autora menciona a diferença que existe no uso de *intensificadores* quando se trata de advérbios e preposições. Quando usados com advérbios, os intensificadores atuam diretamente sobre eles, mas diante de preposições os intensificadores modalizam todo o sintagma preposicional, tendo por escopo o verbo e seus complementos e não somente a preposição:

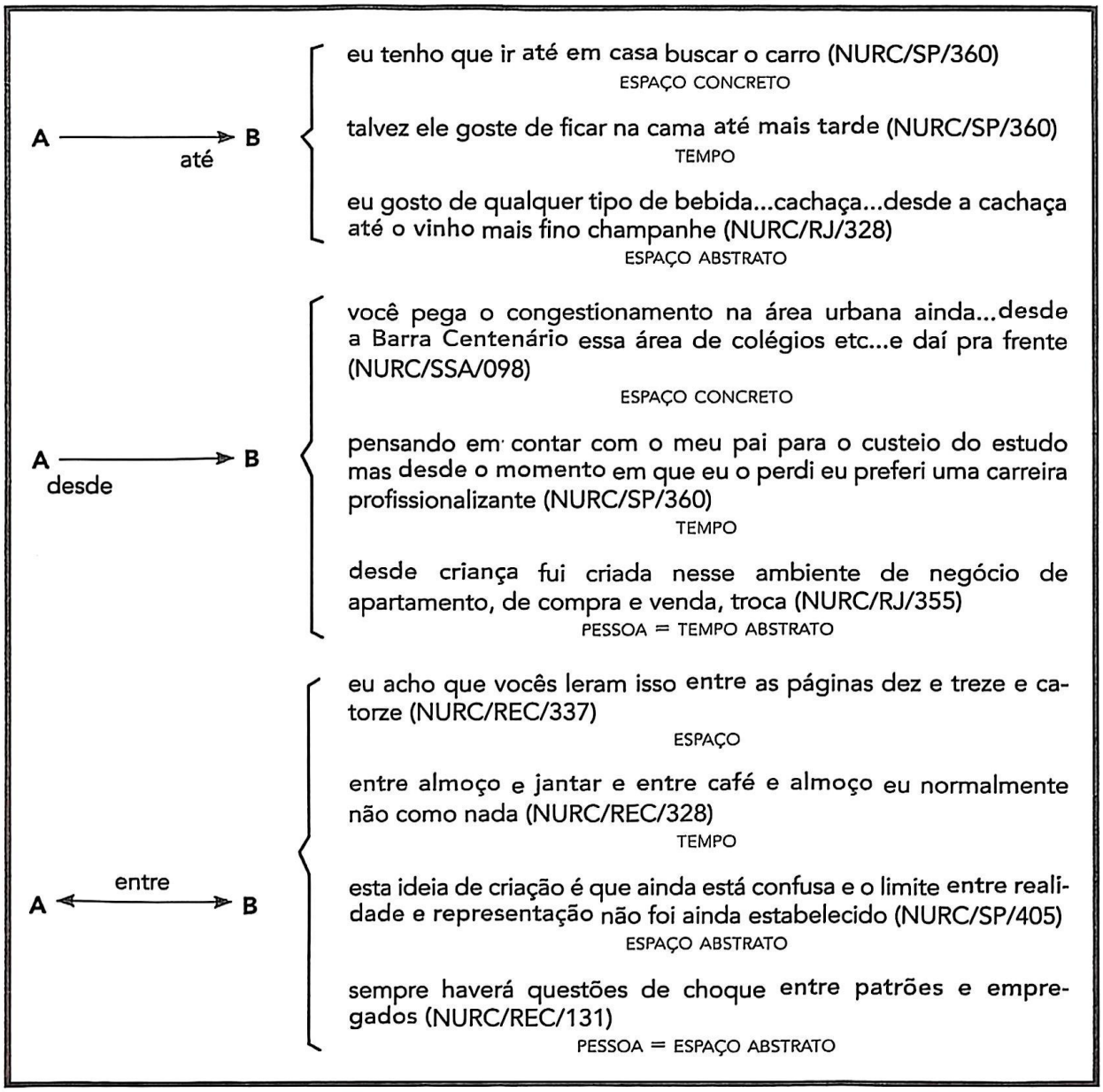
(8) a gente se sente muito *bem* comendo assim frutas de manhã, né? (NURC/RJ/238) → INTENSIFICA O ADVÉRBIO
(9) você geralmente viajando você...não se prende muito ao horário então normalmente você almoça horas bem mais *tarde*. (NURC/RJ/238) → INTENSIFICA O ADVÉRBIO
(10) vou pagar muito *mais* do que paguei a primeira. (NURC/RJ/355) → INTENSIFICA O ADVÉRBIO
(11) ele se *interessava* muito *por aquela figura*. (NURC/SP/360) → INTENSIFICA O VERBO E SEU COMPLEMENTO
(12) ele exige que se *fale* muito *com ele*. (NURC/SP/360) → INTENSIFICA O VERBO E SEU COMPLEMENTO
(13) eu *gosto* muito *de concertos* → INTENSIFICA O VERBO E SEU COMPLEMENTO

19.4 Preposições pouco gramaticalizadas

As demais preposições da lista tradicional ou já desapareceram do uso, como já dissemos (*ante*, *trás*) ou são de fato locuções (*após*, *perante*) ou ainda estão em vias de gramaticalização. Essas últimas ainda conservam com muita nitidez seu sentido

espacial concreto primitivo e se expandem, no máximo, para o campo do ESPAÇO virtual ou abstrato, para o campo da expressão do TEMPO e se detêm na expressão de PESSOA, tomada como lugar e/ou tempo metaforizado.

No caso de até, desde e entre, seus esquemas cognitivos bastante restritos talvez expliquem essa demora em sua gramaticalização total:



As restrições que esses esquemas cognitivos impõem são bem claras. Quando usamos até, sempre temos em mente um ponto de partida e um ponto de chegada: o de partida pode mesmo não ser enunciado, mas o de chegada tem de ser explicitado. O mesmo ocorre com desde: temos sempre em mente um ponto de partida e um de chegada, sendo que o de chegada pode não ser explicitado, mas o de partida é obrigatoriamente enunciado. Não por acaso essas duas preposições aparecem frequentemente combinadas:

(14) então diz desde o salário daquele que ganha mil e trezentos cruzeiros até aquele que ganha...acima de quarenta acima de cinquenta. (NURC/SP/360)
(15) o senhor presidente vai tomar pé das questões mais importantes desde as menores digamos assim até as mais relevantes. (NURC/REC/131)
(16) ali é diferente porque ele é facílimo ele é desde o início até o final ele é fácil. (NURC/REC/337)

O caso de entre reflete situação semelhante: só usamos entre quando enunciamos logo a seguir dois elementos — *entre* A *e* B –, uma entidade no plural — *entre nós; entre vocês; entre os ministros do governo* — ou um substantivo coletivo — *entre a gente, entre o povo, entre a multidão.*

Nesses esquemas cognitivos é que as preposições mais gramaticalizadas diferem das menos gramaticalizadas. A preposição de, por exemplo, tanto quanto desde, nos remete a um ponto de partida: *saiu de casa; de 1980 em diante;* de *você para mim* etc. No entanto, esse esquema cognitivo primitivo logo se dissipa, fazendo de de um elemento essencialmente funcional, muitas vezes empregado por mera servidão gramatical [▶518]: *gostar de chocolate* — do ponto de vista semântico, é perfeitamente possível dizer que *chocolate* é objeto direto, uma vez que o verbo *gostar* não existe sem a preposição, a ponto de podermos afirmar que só existe o verbo *gostar-de*. Do ponto de vista morfossintático, no entanto, consideramos "de chocolate" como um sintagma, razão pela qual é analisado como complemento oblíquo.

19.5 A: UMA PREPOSIÇÃO EM DECLÍNIO

No PB contemporâneo, assistimos o que Castilho denomina *desaparecimento de preposições* (2010: 590). No processo ininterrupto de mudança linguística, sabemos que duas formas variantes convivem durante um período para, vencida a concorrência, o item inovador se implantar definitivamente no uso majoritário dos falantes até vir a sofrer concorrência de um novo item.

Uma mudança desse tipo ocorre atualmente no PB, em que a preposição a sofre concorrência de para na maioria das variedades linguísticas do PB nas chamadas construções *dativas* (que acionam um *objeto indireto*) e nas construções que exprimem *movimento/direção* (que acionam um *adjunto adverbial*).

Convém lembrar que para é resultante de *pera*, forma arcaica (que ainda encontramos em textos literários do século XVI), que por sua vez é a gramaticalização de *per* + *ad*, duas preposições latinas. A preposição *ad* (origem da nossa a) expressava *situação espacial* ('junto de', 'nas proximidades de' etc.), *movimento espacial* ('em direção a') e *situação/movimento temporal* ('até', 'por volta de' etc.). De sua expressão do movimento no espaço decorre seu emprego, no latim tardio, no latim vulgar

e nas línguas românicas, como introdutora do *objeto indireto* — de fato, *dar alguma coisa a alguém* significa fazer essa coisa se movimentar (concreta e/ou abstramente) no espaço em direção ao beneficiário da dádiva. E uma vez que os falantes de todas as línguas do mundo sabem intuitivamente que *espaço e tempo* são uma coisa só (milênios antes de Einstein formular essa identidade em sua teoria da relatividade), a mesma preposição que indica movimento no espaço também passa a indicar movimento no tempo (*daqui a dois anos; chego às oito horas; viajo à tarde* etc.).

A preposição latina *per* faz parte de uma família de palavras latinas — *prae, pro, prior, primus* — que têm o sentido geral de 'para diante, à frente'. Usada como prevérbio [▶268], *per-* atribuía o sentido de 'totalmente', 'completamente, 'de um extremo ao outro'. Daí palavras como *perder* ('dar completamente'); *perceber* ('captar inteiramente, apropriar-se de'); *percorrer* ('correr de um ponto ao outro'); *perfeito* ('totalmente feito') etc.

A junção de *per* com *ad* reforçava, portanto, os valores semânticos de *ad*, de modo que *perad* > *pera* > *para* tem, originalmente, o sentido de 'totalmente voltado na direção de', 'destinado por completo a' etc. No entanto, como é frequente nos casos de gramaticalização, esse valor superlativo de *para* se atenuou, e a preposição passou a ter o sentido mais amplo e genérico de 'na direção de', 'voltado para' etc. O PB é a única língua românica em que a preposição a tem sido abandonada em prol de para, enfraquecida semanticamente (e também foneticamente: *pra*).

No caso das construções dativas, observamos uma diferença regional: enquanto no Nordeste ainda se emprega com bastante frequência, mesmo entre falantes com baixa escolarização, a preposição a, nas demais regiões é para que prevalece com verbos como *dar, mostrar, responder, perguntar, dizer, emprestar, pedir* etc. Além disso, em variedades nordestinas (como Alagoas, Pernambuco e Paraíba) a preposição a se emprega também com o verbo *comprar*: "Comprei esse carro a Jonas", quando de modo mais geral no PB se diz: "Comprei esse carro de/do Jonas". Essa substituição de *a* por *de* não surpreende, uma vez que *de* ativa primordialmente a noção de *ponto de origem*.

Também desaparece o a em construções do tipo *falar ao telefone, sentar-se à mesa, encostar-se ao tronco de uma árvore, escrever ao computador, ficar à janela* etc., devidamente substituído por em e combinações.

Nas construções com verbos de *movimento e direção*, a também perde espaço diante de para e de em: *ir, vir, chegar, dirigir-se, rumar* etc.

No período de constituição da norma-padrão clássica literária do português (século XVI), ocorreu uma tentativa de delimitar de forma mais restrita o uso das preposições a e em. Tentou se reservar a preposição a para indicar *movimento, direção, destino*, enquanto a preposição em ficaria reservada para indicar *repouso, situação, localização*. Falo de *tentativa* porque, mesmo em autores do período chamado *clássi-*

co (a partir do século XVI), ainda é comum a flutuação no uso das duas preposições. Vejamos, por exemplo, essa oscilação numa mesma obra do historiador João de Barros (1497-1570), a *Crônica do imperador Clarimundo*:

(17) ... era vindo *nesta* terra
(18) ... depois que Carfel, e Arquilo forão *na* pousada com todalas cousas...
(19) ... levarão-no todos aquelles Senhores *à* pousada.
(20) O Emperador mandou a hum Cavalleiro que fizesse levar o corpo de Forbotão *à* Igreja de Santa Sophia.

Também em *Os Lusíadas* (1572), de Camões, encontramos o uso de em com sentido de movimento:

(21) *Nalgum* porto seguro de verdade / *conduzir*-nos, já agora, determina (II, 32)
(22) Triste ventura e negro fado os *chama* / *neste* terreno meu [...] (V, 46)
(23) Os cabelos da barba e os que *descem* / da cabeça *nos* ombros [...] (VI, 17)

Além disso, como sabemos, a língua trazida para as colônias portuguesas não foi a norma literária relatinizada, que só uma ínfima parcela escolarizada da população conhecia e utilizava (os "barões doutos", segundo o próprio João de Barros), mas sim a língua falada pelo povo, em suas diferentes variedades, na qual as formas mais antigas não tinham sofrido alteração e continuavam a ser usadas. Assim se explica o fato de até hoje a imensa maioria da população brasileira usar a preposição em com os verbos *ir*, *chegar*, *vir* e outros que expressam movimento.

O caso do verbo ir é particularmente interessante porque, com sentido de direção, ele pode reger três preposições: em, a e para. O uso de em é censurado pela tradição gramatical normativa, que só admite a e para, cada uma delas com empregos bem delimitados. Como se sabe, a tradição gramatical diz que a preposição a deve ser usada com o verbo ir para indicar uma ida temporária, passageira, uma permanência breve em algum lugar. Já a preposição para deveria ser usada para indicar uma permanência maior ou até mesmo definitiva. Segundo essas regras tradicionais, portanto, existe muita diferença entre os dois enunciados abaixo:

(a) Amanhã vou a Maceió.
(b) Amanhã vou para Maceió.

Podemos representar essa (suposta) diferença dizendo que a preposição a indica [–permanência] e a preposição para indica [+permanência]. Diante disso, podemos montar uma matriz de regências do verbo IR, com base nas prescrições tradicionais:

	PREP	SEMÂNTICA
TRADIÇÃO NORMATIVA	a	–PERM
	para	+PERM
VERNÁCULO GERAL BRASILEIRO	a	–PERM
	para	–PERM +PERM
	em	–PERM +PERM

[Tabela 19.3: Matriz de regências /+padrão/ e /–padrão/ do verbo IR diretivo.]

Apliquei essa matriz ao *corpus* de língua falada que usei como material para a pesquisa publicada em Bagno (2001), dez inquéritos do NURC, dois de cada uma das cinco cidades que compõem o projeto. Os resultados que obtive foram:

	PREP.	SEMÂNTICA	Nº	%
+NORMATIVO	a	–PERM	24	57,1
	para	+PERM	15	42,9
		SUBTOTAL	39	35,4
-NORMATIVO	a	+PERM	4	5,6
	para	–PERM	44	38,9
	em	–PERM	23	20,3
		SUBTOTAL	71	64,5
		TOTAL	110	100,0

[Tabela 19.4: Ocorrências do verbo IR com sentido diretivo no *corpus* de Bagno (2001).]

Percebemos que os entrevistados do NURC, falantes das VUP, dão ampla preferência aos usos censurados pela tradição gramatical. Ao contrário do que prescreve essa tradição, eles empregam a preposição em com verbos de movimento (com uso restrito para indicar [–permanência]), como também usam para quando se trata de indicar [–permanência]. A tabela acima revela, portanto, que:

(a) na expressão de [–permanência] existe uma concorrência entre a, para e em, com marcada preferência pelo uso de para;
(b) na expressão de [+permanência] só se usa a preposição para.

Ao contrário também do que dizem as gramáticas normativas, é indiferente o uso das três preposições quando se trata de indicar [–permanência]. Aliás, é comum encontrarmos o emprego de mais de uma preposição numa mesma unidade discursiva ou em turnos sequenciados de um mesmo falante, como mostram os seguintes exemplos:

(24) eu fico encantada de ir a uma casa... de flores ou num... mercado... (NURC/REC/56)
(25) o programa pode começar com um simples cinema... um teatro... vai-se a uma boate ( ) não... faz-se algum tipo de programa qualquer... ou então vai pra um bar... (NURC/RJ/158)
(26) eu não vou no cinema para me divertir? então vou ao teatro para me divertir. (NURC/SP/234)
(27) todos os meses ele vai pra Caxias... [...]. sempre vou a Caxias. (NURC/POA/045)

Esse declínio do uso de a e sua reserva para as manifestações mais monitoradas fazem que a preposição seja considerada uma opção "elegante", gerando construções como *televisão a cores, entrega a domicílio, tv a cabo* e o famoso *a nível de*, tão estigmatizadas pelos puristas, que não percebem que já se trata, aqui, de frases feitas,

de locuções que, de tão amplamente usadas, muito dificilmente serão substituídas pelas formas tidas como "certas". Trata-se, evidentemente, de fenômenos de *hipercorreção*, como os que vamos estudar em [▸949].

19.6 O "A CRASEADO" E SEUS PROBLEMAS

Esse quase desaparecimento de a do nosso vernáculo mais geral pode explicar as dificuldades de muitos brasileiros alfabetizados no uso do acento indicador de crase (o "a craseado"). Uma hipótese para explicar esse uso cada vez menos frequente da preposição seria o fato de haver outros itens gramaticais na língua com a mesma realização fonética: o verbo há e o artigo feminino a (coincidência também ortográfica). Para eliminar as eventuais dificuldades causadas pela existência de três itens gramaticais com igual pronúncia, nós preservamos o artigo a (de altíssima frequência), substituímos o verbo há por tem (uso registrado também no português arcaico), e trocamos a preposição a por em ou para, conforme o verbo.

No caso da preposição, pode se considerar seu desuso também como um recurso para se esquivar do uso de à, em que a fonética brasileira não dispõe (como a portuguesa) de duas vogais centrais distintas, uma mais aberta (quando tônica ou resultante de crase, representada pelo símbolo fonético [a]) e outra mais fechada (quando átona, representada pelo símbolo fonético [ɐ]). De fato, os portugueses pronunciam de modo diferente *viajei* a *Coimbra* e *viajei* à *Galiza*, o que lhes permite distribuir mais facilmente a preposição simples e a preposição combinada com o artigo (o "a craseado").

Haveria, pois, na fala brasileira, risco de ambiguidade num enunciado como: *Recomendei a cozinheira à empresa*, que poderia ser interpretada como: *Recomendei à cozinheira a empresa*. Por isso, é muito maior a probabilidade de ocorrência de: *Recomendei a cozinheira para a empresa*, ou *Recomendei para a cozinheira a empresa*.

Acerca do uso do acento indicador de crase, o escritor Millôr Fernandes assim se pronunciou:

> Se todo mundo erra na crase é a regra da crase que está errada, como aliás está. Se você vai a Portugal, pode até encontrar uma reverberação que indica a crase. Não aqui. Aqui no Brasil a crase não existe[1].

De fato, uma explicação para nossa dificuldade no uso do acento indicador de crase está no campo da *fonética*, isto é, do estudo dos *sons da língua*. No português europeu, existem dois sons vogais bem diferentes representados na escrita pela mesma letra A. Um deles, que vamos representar aqui pelo símbolo [ɐ], é exclusivo do portu-

[1] revistalingua.uol.com.br/textos.asp?codigo=10877, acesso em 5/8/2009.

guês falado por lá e não faz parte dos sons do português brasileiro. É um "a" fechado, central e átono, ou seja, nunca ocupa a sílaba tônica. Na fala dos portugueses, esse som está presente na preposição a e no artigo feminino singular a, que são palavras átonas. No português brasileiro, o [a] tônico e o [ɐ] átono têm pronúncia praticamente idêntica. O que temos então é algo como:

Brasil → a palavra 'batata' acaba com 'a'[2]
Portugal → ɐ pɐlavrɐ 'bɐtatɐ' ɐcabɐ com 'ɐ'

Quando acontece a crase, aparece o segundo som vogal, que vamos representar como [a], que é o "a" aberto e tônico, que nós conhecemos bem e que aparece nas palavras *já, cá, lá, má, pá* etc.. Por isso, os portugueses têm menos dificuldades que nós em representar, na escrita, o fenômeno da crase. O "*a* craseado" tem, para eles, um som diferente do "*a* não craseado". Eles *ouvem* dois sons distintos, por isso sabem onde vão colocar o acento. Ora, isso não acontece entre nós, no Brasil, porque a nossa língua não tem esse outro "a" fechado tão diferente do "a" aberto:

Portugal → Conheço ɐ mãe do Pedro / Falei à mãe do Pedro
Brasil → Conheço a mãe do Pedro / Falei à mãe do Pedro

Nenhum brasileiro confunde, por exemplo, *poço* e *posso* nem *colher* (verbo) e *colher* (nome), porque nós temos essa alternância entre vogal fechada e vogal aberta no caso do "o" e do "e". Mas nosso ouvido não reconhece dois sons em "*a* mãe" e "*à* mãe". O acento grave pode ser útil para os portugueses porque avisa que aquele "a" deve ser pronunciado aberto — para nós, brasileiros, porém, mesmo que estivesse sem acento, a pronúncia não seria diferente.

Por isso é que Millôr Fernandes está certíssimo: *a crase* (como fenômeno acústico) *não existe no português brasileiro*, porque ela não resulta de uma soma de vogais átonas centrais como em português europeu:

Portugal → ɐ + ɐ = a
Brasil → a + a = a

O filólogo Antenor Nascentes, em texto introdutório à edição brasileira do célebre dicionário *Caldas Aulete*, dizia a respeito desse fenômeno que

> [...] aparecem frequentes erros na escrita por *não ter apoio acústico* esta crase do *a* da preposição com o do artigo e o do pronome, o que torna o problema *meramente visual.* (1964: p. xiii; grifos meus)

[2] Meus colegas especialistas em fonologia vão dizer, com razão, que estou simplificando os fenômenos, já que existe uma diferença entre o "a" tônico e o "a" átono também em português brasileiro. O nosso "a" átono, reduzido, no entanto, nem de longe se parece com o /ɐ/ dos portugueses e só pode ser captado por aparelhos sofisticados de análise fonética.

Realmente, para os brasileiros, "o problema é meramente visual", é simplesmente *gráfico*, é uma pura convenção da escrita, é desprovido de "apoio acústico", ou seja: não tem efeito sobre os nossos ouvidos.

Uma solução fácil para essa situação seria adotar a proposta do romancista José de Alencar que, num de seus textos mais conhecidos sobre questões linguísticas, o "Pós-escrito" à segunda edição de *Iracema* (1870), primeiro analisa a dificuldade que existe em se desfazer a ambiguidade acerca da classe gramatical do *a* no texto escrito — preposição ou artigo? — e em seguida afirma:

> Se nas pessoas esclarecidas essa operação intelectual se opera com extrema rapidez, fatiga não obstante. Quanto ao indivíduo de compreensão medíocre, pode-se bem imaginar o efeito que sobre ele exercerão semelhantes anfibologias[3]. Ora, não formam os filólogos e gramáticos a classe mais numerosa dos leitores, para que a eles se sacrifique a clareza do discurso, por mero capricho de pedagogia.

Depois desse piparote nos gramáticos e filólogos, ele enuncia suas opções ortográficas:

> É portanto minha regra acentuar a preposição *à* sempre que ela entra no discurso isolada de qualquer outra partícula: seja embora seguida de nome masculino, de verbo ou pronome pessoal. Só quando essa preposição adere a outra palavra, como por exemplo *ao*, torna-se inútil o sinal ortográfico. [...] Se o emprego constante do acento na preposição *à* conforma-se com a índole da língua, por outro lado a regra arbitrária estabelecida pelos gramáticos, além de uma aberração, não tem motivo sério que a justifique.

José de Alencar estava certo ao não encontrar "motivo sério" que justificasse a "aberração" prevista pela gramática normativa. No português brasileiro, a pronúncia do *a* sem acento e a do *à* acentuado não têm diferença audível — a não ser na pronúncia exagerada e artificial daquelas pessoas que, para enfatizar o uso do acento, dizem coisas como "Pedro chegou *àààààà* casa de Paulo *àààààààs* dez horas da noite". Essa pronúncia simplesmente *desfaz* o fenômeno fonético da crase, ao tentar separar os dois *a* que sofreram contração. É a mesma artificialidade que ainda leva algumas pessoas, incluindo docentes, a pronunciar "mãs" a conjunção *mas*, com uma nasalidade totalmente inventada, que a palavra nunca teve, só para evitar a confusão entre *mas* e *mais*, como se ela pudesse ser evitada na fala da grande maioria dos brasileiros[4].

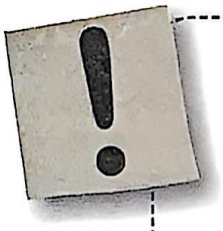
Infelizmente, porém, a aceitação da proposta de Alencar, bastante racional, significaria, entre outras coisas, retirar das mãos de uns poucos um símbolo de distinção, de *status* cultural, que serve como elemento diferenciador entre os que "sabem português" e os "ignorantes". É espantoso, mas um simples rabisco de menos de um decímetro de comprimento pode ser investido de um tremendo poder simbólico numa sociedade tão desigual e hierarquizada como a nossa.

---

[3] Anfibologia é o mesmo que "ambiguidade".

[4] No mesmo texto citado, Antenor Nascentes diz que a pronúncia "mãs" é "inaceitável de modo nenhum" (p. xiv).

Também significaria reconhecer a especificidade do PB no conjunto das línguas que compõem o grupo portugalego, um reconhecimento que também depende de embates políticos numa época em que se apregoa um conceito de *lusofonia* que tenta apagar as profundas diferenças linguísticas que existem entre as línguas que recebem o nome genérico de "português". E a recente unificação ortográfica do "português" — vantajosa sob diversos aspectos — é um entrave a mais para a adoção de normas ortográficas distintas, baseadas na fonologia específica de cada língua da família.



Por isso, ainda é preciso, no trabalho de educação linguística, ensinar os empregos da preposição a em textos mais monitorados, sem contudo reprimir os usos já consagrados de outras preposições com verbos do tipo *ir, vir, chegar, dirigir-se, dar* etc. E, também, ensinar a regra meramente ortográfica do uso do acento indicador de crase.

19.6.1 Sugestão para o ensino do "a craseado"

As explicações tradicionalmente oferecidas para o ensino do acento indicador de crase são confusas porque não se inspiram na realidade da língua falada pelos brasileiros, além de se basearem em teorias gramaticais ultrapassadas. Os exemplos são mal escolhidos porque não representam a nossa língua nem separam os textos segundo a variação estilística, confundindo fala mais espontânea com escrita mais monitorada: "Fui *à* casa de Marta" ou "Antônia vai *às* compras" são exemplos pouco felizes e pouco didáticos simplesmente porque quase ninguém no Brasil fala assim hoje em dia, sendo muitíssimo mais frequentes ocorrências como "Fui *na/para* a casa de Marta" e "Antônia foi fazer compras".

Podemos, como venho repetindo aqui, fazer um trabalho muito mais proveitoso empregando textos autênticos. Uma vez que se trata de uma questão meramente gráfica (ou "visual", como escreveu Antenor Nascentes), podemos nos valer de textos escritos que circulam na sala de aula como, por exemplo, os livros indicados para a leitura dos alunos ou, na falta desses, os textos literários e outros que aparecem nos livros didáticos utilizados.

Depois que os alunos já tiverem lido o livro e/ou o texto para a fruição da leitura e para o aprendizado sistemático da leitura, podemos empreender com eles um pequeno projeto de pesquisa em torno de diversas questões gramaticais como, no nosso caso aqui, o emprego do acento indicador de crase.

O exercício se valeria de uma diretriz muito simples:

→ Assinale ao longo do texto todas as ocorrências de à e às

Podemos pedir aos alunos que recolham todas as ocorrências numa folha de caderno (ou no computador, se dispuserem de um), por ordem de aparição no texto. É muito importante que recolham não só o "a craseado", mas também o *cotexto* em que ele aparece. Para isso, diremos aos alunos que copiem tudo o que estiver entre o ponto final imediatamente anterior e o ponto final imediante seguinte. Por exemplo, não copiar simplesmente:

- "*à janela*",
  mas sim
- "*Isabel apareceu à janela do palácio e dirigiu um belo sorriso à multidão*".
  Somente assim podemos levar os alunos a *deduzir* as regras de uso do acento indicador de crase: investigando o contexto sintático maior em que o acento vai aparecer.

Depois de coletadas todas as ocorrências, fazemos uma pergunta direcionadora da pesquisa:

→ Observem na lista todas as palavras que vêm logo depois de à/às.
O que elas têm em comum?

Deixamos que os alunos reflitam. Quando alguém disser: *"são todas palavras femininas"* ou coisa parecida, podemos confirmar e parabenizar a/o autor/a da descoberta. Vamos então ao quadro e escrevemos algo como:

→ REGRA BÁSICA DO USO DO ACENTO INDICADOR DE CRASE:
Só se usa à/às diante de palavras FEMININAS.

Essa regra simples resolve a maior parte dos problemas e das dúvidas quanto ao uso do acento indicador de crase.

Esse trabalho de pesquisa é a forma mais adequada de promover a educação linguística não só dos alunos mas também a nossa, de orientá-los (e orientar-nos) para a construção de seu próprio conhecimento do funcionamento da língua e de mostrar a eles que a gramática da língua é um objeto de pesquisa científica, tanto quanto qualquer outro objeto de qualquer outra ciência.

19.7 Preposição e caso oblíquo

Por serem disparadoras de *casos sintáticos*, as preposições obrigam os índices de pessoa a se *declinar* no chamado caso *oblíquo*. Essa obrigação é o que leva, como exa-

minamos em [▶729], a grande maioria dos brasileiros a usar a forma *mim* depois de *para* e antes de um infinitivo.

Quando se trata, porém, da preposição entre, existe uma tendência generalizada ao emprego dos índices pessoais eu e tu no caso *reto* e não no oblíquo. Esse fenômeno se verifica há muito e não somente na língua falada, mas também na tradição literária. Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 291-292), por exemplo, nos informam o seguinte:

> A tradição gramatical aconselha o emprego das formas oblíquas tônicas depois da preposição *entre*. [...] Na linguagem coloquial predomina, porém, a construção com as formas retas, construção que se vai insinuando na linguagem literária:
>
> **Entre eu e tu,**
> Tão profundo é o contrato
> Que não pode haver disputa
> (J. Régio, ED, 91.)
>
> **Entre eu e minha mãe** existe o mar.
> (Ribeiro Couto, PR, 365.)

O poeta português José Régio viveu entre 1901 e 1969; o escritor brasileiro Ribeiro Couto, de 1898 a 1963. Essas datas servem para mostrar que o fenômeno não é recente.

Em sua *Gramática de usos do português* (2000: 456), a linguista brasileira Maria Helena de Moura Neves, recorrendo a um vasto material de língua escrita, coletado e analisado com instrumental teórico contemporâneo, é ainda mais direta em sua exposição do fenômeno:

> Diz a tradição da gramática que as formas eu e tu não podem ser regidas por preposição (e só podem ser sujeito). Entretanto, não apenas na linguagem popular, como, ainda, na linguagem literária e na jornalística, esses pronomes ocorrem construídos com entre, estejam eles na segunda posição — caso que é mais tolerado pelos gramáticos — ou na primeira:
> [...]
> *Mas, reaparecendo, sentando-se entre eu e Jerônimo, Rosália não podia esconder o que havia muito sabíamos: crescia no seu ventre o filho do irmão.* [...]

O exemplo que transcrevi, dentre os vários oferecidos por M. H. M. Neves, é do romance *Memórias de Lázaro*, do escritor baiano Adonias Filho (1915-1990), reconhecido por sua linguagem requintada.

Evanildo Bechara, após dizer que a presença de preposição leva ao uso dos pronomes oblíquos, escreve (1999: 173):

> Casos há, entretanto, em que esta norma pode ser contrariada. Assim é que pode ocorrer a forma reta pela oblíqua:
> [...]
> e) em coordenações de pronomes ou com um substantivo introduzido pela preposição *entre*: entre *eu* e *tu* (por entre *mim* e *ti*); entre *eu* e o aluno, entre José e *eu*.

> Já há concessões de alguns gramáticos quando o pronome *eu* ou *tu* vem em segundo lugar: Entre *ele* e *eu*. Entre o José e *eu*. [...] Um exemplo como *Entre José e mim* dificilmente sairia hoje da pena de um escritor moderno.
> Este desvio da norma encontra paralelo em outras línguas românicas, como o espanhol e o italiano.

Essa última afirmação de Bechara pode ser comprovada no seguinte verbete de uma obra normativa escrita em espanhol:

> Cuando los sujetos que se enlazan con *entre* son pronombres personales, hoy empleamos éstos en nominativo, y decimos: *entre tú y yo, entre él y yo, entre tú y él*, y lo mismo en plural. [*Diccionario gramatical y de dudas del idioma*. Barcelona: Editorial Ramón Sopena, 1985]

Os exemplos abaixo são retirados do jornal *Folha de S.Paulo* e têm uma característica interessante: são *traduções* de matérias publicadas em jornais estrangeiros e que foram reproduzidas pela *Folha*. Não são declarações colhidas em entrevistas (transcrições da linguagem falada, supostamente menos "rigorosa" que a escrita) nem textos assinados por redatores brasileiros "distraídos" na hora de escrever. Os tradutores fizeram a opção consciente pelos pronomes retos porque são esses pronomes que, de fato, melhor *traduzem* o nosso uso real e autêntico da língua.

(28) Não é verdade que a relação entre eu e Woody era tão clara que não necessitasse explicações no set de filmagem. (11/5/1994)
(29) O que se estabelece é uma espécie de duelo entre eu e cada personagem, cujo estilo um pouco eu aceito e um pouco eu recuso. (10/10/1994)
(30) Jackie não suportou a intimidade que existia entre eu e Joanne durante as filmagens e acabou pedindo o divórcio. (19/3/1995)
(31) Há muitos outros que não podem, mas, para chegar a um acordo entre eu e um esquimó ou um argelino, provavelmente, se começarmos por nosso direito de usar o corpo, encontraremos alguns valores universais. (15/5/1995)
(32) Toda a questão da vida interior, seu turbilhão, multiplicação, a divisão-em-duas (consciência), o fato curioso de que só sou Uma com o outro, a importância ou não importância que esses dados têm para o processo de pensar, o "diálogo silencioso entre eu e eu mesma" etc. (18/6/1995)
(33) E é verdade que a dança para mim devia ser uma coisa lógica, pois como eu desenhava corpos, havia algo orgânico entre eu e a dança." (28/10/1997)

O mesmo vale, mais recentemente, para o seguinte trecho de uma reportagem de *O Estado de S. Paulo* sobre o então candidato à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama:

(34) O próprio candidato resumiu da seguinte forma a sua missão: "Eu acho que eu tenho que fazer duas coisas. Deixar a escolha entre eu e John McCain o mais clara possível. Não quero que as pessoas fiquem confusas". (http://g1.globo.com/Noticias/0,,MUL740565-15525,00-OBAMA+BUSCARA+JUNTAR+PAIXAO+E+CONTEUDO+EM+DISCURSO.html, acesso 14 jun 2011)

Fica claro, portanto, que depois da preposição entre é indiferente o uso de eu e mim e de tu e ti. Não há motivo algum para insistir numa regra única que não é seguida pela maioria das pessoas, inclusive pelos escritores, e há muito tempo.

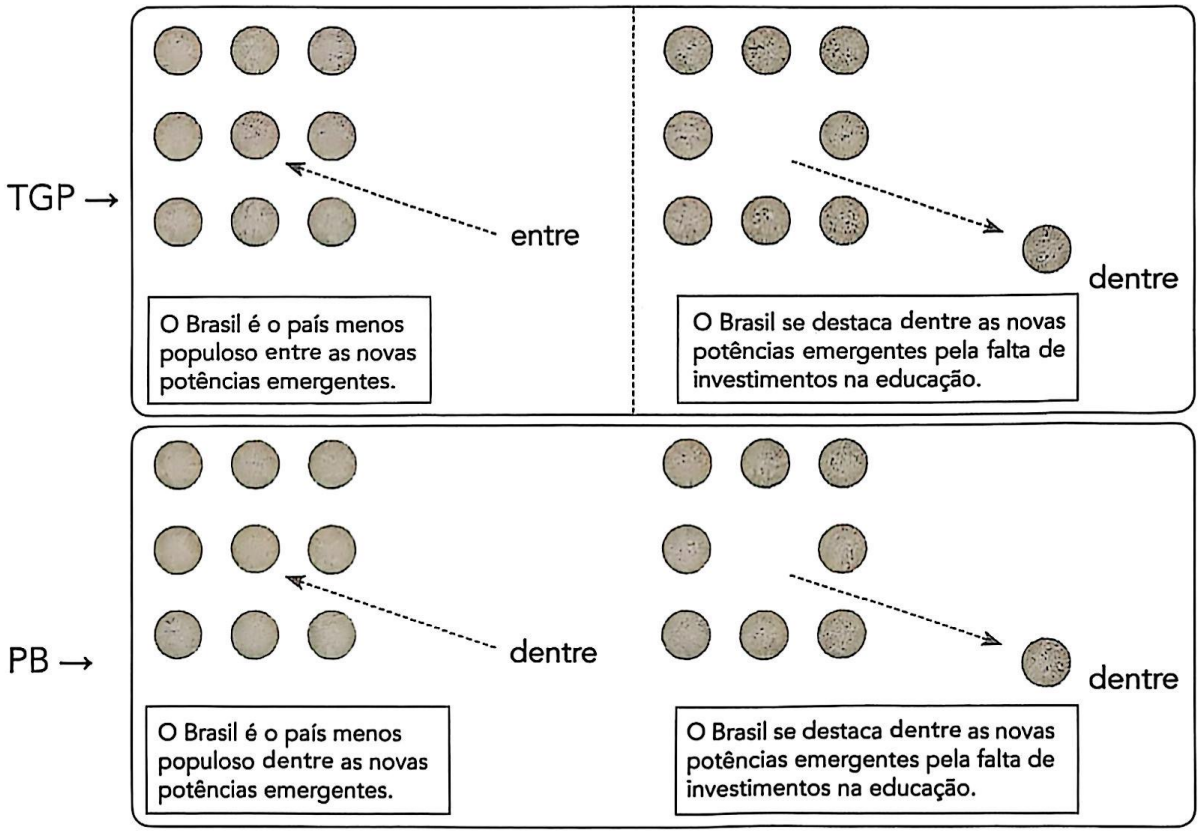
19.7.1 O caso de dentre

A presença do *de* em dentre (de + entre) indica que, originalmente, essa palavra era usada em situações em que o verbo exigia a preposição *de*, e a TGP afirma que *dentre* é equivalente a 'do meio de'. Por exemplo:

(35a) Isabel foi eleita a mais bonita dentre as alunas da turma
alguém de fora tirou Isabel do meio da turma e elegeu ela como a mais bonita
(35b) Isabel foi eleita a mais bonita entre as alunas da turma
as próprias alunas, numa decisão interna, elegeram Isabel a mais bonita da turma

Com isso, estatisticamente, os usos de *dentre* seriam muito menos numerosos que os de *entre*, uma preposição que se emprega com muita frequência. No entanto, os falantes de PB decidiram descartar aquela antiga diferença — demasiado sutil — para estabelecer uma nova, talvez mais precisa e fácil de identificar: empregar dentre sempre que se fizer referência a uma *multiplicidade de opções*, e entre em todos os demais casos.

Como vimos acima, a preposição entre ativa um esquema cognitivo já bem implantado no nosso processamento da língua: *entre* A *e* B. Quando essa situação não se apresenta, optamos então por dentre, tanto para indicar 'em meio a' quanto 'do meio de':



Veja que ninguém diz **O rio São Francisco serve de divisa dentre Alagoas e Pernambuco*, **Não existe mais amor dentre João e José*, **Apareça aqui em casa dentre as 7 e 8 da noite* etc. Ninguém comete esses erros. Mas todo mundo diz — e escreve —

"dentre todas as casas do bairro, esta é a mais antiga", "dentre os muitos candidatos a prefeito, só um é negro" etc. É o que vemos nos exemplos abaixo:

(36) A província de Basra é crucial para a economia do Iraque, já que 80% das exportações de petróleo — a maior parte das receitas do governo — passam por lá para serem enviadas ao exterior. Apesar de ser considerada uma das províncias mais seguras do Iraque, ainda ocorrem ataques no local, dentre eles um carro-bomba que matou dez pessoas e feriu 30 em 8 de novembro do ano passado. (http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,atentado-com-carro-bomba-mata-quatro-no-sul-do-iraque,731781,0.htm, acesso 14 jun 2011)

(37) A emenda, prevendo recursos ou ações, continuará a ferir os direitos e as garantias individuais, que constituem cláusula pétrea, constante do artigo 5.° da Constituição, dentre as quais, além da presunção de inocência, há os princípios do devido processo legal e da ampla defesa. (http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110611/not_imp730841,0.php, acesso 14 jun 2011)

(38) Nos últimos 12 meses, de junho de 2010 a maio deste ano, Fortaleza (17,38%) apresentou a maior variação para o conjunto dos produtos, seguida por Goiânia (13,34%), Rio de Janeiro (8,17%) e Florianópolis (8,15%). Ao longo deste período, dentre as quatro cidades com variações negativas, as com maiores quedas foram Salvador (-6,37%) e Recife (-4,24%). (http://economia.estadao.com.br/noticias/not_69931.htm, acesso 14 jun 2011)

(39) Dentre os animais encontrados na Esec em destaque está um pequeno lagarto, com apenas quatro dedos nas patas (o usual são cinco), antes apenas conhecido do Amapá. [...] Dentre o conjunto de plantas encontradas na Esec Grão-Pará, os botânicos registraram também mais sete espécies consideradas em risco pela IUCN (2008) num contexto mundial. [...] A partir desse levantamento, foi feito um plano de manejo para subsidiar a gestão desses territórios. "Já existem projetos de exploração sustentável da região", afirma Patrícia. Dentre elas, a diretora do programa Amazônia apontou o potencial madeireiro; a extração da castanha e um estudo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) para mercados de carbono. [...] O resultado do relatório com o inventariado da Esec Grão-Pará causou polêmicas e tem sido contestado por alguns ambientalistas. Dentre as principais críticas está a de que o levantamento é fraco e não apresentou realmente toda a região. (http://www.uai.com.br/htmls/app/noticia173/2010/07/30/noticia_tecnologia,i=171448/index.shtml, acesso 14 jun 2011)

Não existe mais, portanto, diferença nos usos de entre ('em meio a') e dentre ('do meio de') no português brasileiro, havendo uma inegável preferência para o uso de dentre com os dois sentidos.

20

os nós e os nexos

as conjunções e companhia ilimitada

As conjunções são palavras que, tal como os advérbios e as preposições, constituem o que os linguistas vêm chamando de *classe heterogênea*, isto é, uma classe formada por indivíduos muito diferentes entre si na forma e na função. Na verdade, essas três classes parecem ser desdobramentos de alguma "sopa gramatical primitiva" e guardam tantas características comuns que resulta difícil separá-las completamente e incluí-las só numa das três categorias. É por isso também que, a cada nova

investigação, os estudiosos retiram itens de uma categoria e os levam para outra, devolvem a uma categoria itens que tinham sido retirados dela para compor outra e assim por diante.

No capítulo dos advérbios, vimos as propostas de Orlene Carvalho para separá-los das preposições. Recorrendo a essa mesma autora, vamos ver em que medida é possível também traçar uma fronteira mínima entre as conjunções e as preposições. Segundo Carvalho (2001: 22),

> as preposições compartilham com as conjunções o traço semântico "relacional", a diferença estando no tipo de relação e na natureza do complemento. A relação de subordinação estabelecida, ao mesmo tempo que aproxima as preposições das conjunções subordinadas, pode ser usada como critério para separar as preposições das conjunções coordenadas, pois estas estabelecem uma relação entre níveis iguais, na qual os dois elementos são colocados em posições paralelas. Quanto ao complemento, enquanto as preposições exigem um elemento nominal, as conjunções subordinadas requerem um elemento verbal e as coordenadas aceitam ambos.

Assim, prossegue a autora, as conjunções coordenativas se diferenciam das preposições em dois pontos:

(a) exprimem uma relação equivalente e
(b) podem ter elementos nominais ou verbais como complemento.

No que diz respeito à *semântica*, as duas categorias se diferenciam, pois as conjunções coordenativas não *situam* e sim *qualificam*. E ao contrário das preposições, que só reservam um lugar fixo — o de seu complemento —, a relação de coordenação traz as duas posições equidistantes, de modo que nenhuma delas pode sofrer deslocamento:

PREPOSIÇÃO	CONJ. COORDENATIVA
Por aqui a gente passou ontem.	Independência ou morte!
A gente passou por aqui ontem.	*Ou independência morte!
Ontem a gente passou por aqui.	*Independência morte ou!

Quando chegamos às conjunções *subordinativas*, porém, diz Carvalho, "o vínculo é mais complexo". Conforme a autora, os complementos de preposições e de conjunções subordinativas estão subordinados a elas: a diferença fica por conta do caráter *verbal* exigido pelas conjunções e do caráter nominal exigido pelas preposições. Assim, bastaria identificar a natureza do complemento para saber se se trata de preposição ou conjunção. No entanto, existem preposições no PB que ocorrem tanto com um complemento de caráter nominal quanto com um complemento de caráter verbal. São as preposições menos gramaticalizadas, que ficam na periferia da classe gramatical.

Para melhor compreender a distinção entre preposições (PREP) e conjunções subordinativas (CSUB), Carvalho propõe um exame mais atento das PREP, distribuindo-as em três grupos (2001: 23):

(A) PREP que só ocorrem diante de elementos de caráter nominal: *a, ante, após, contra, em, entre, perante, sob, sobre, durante*;
(B) PREP que, além de ocorrerem diante de elementos nominais, podem introduzir sentenças ao se juntarem à partícula *que*: *até, com, de, desde, para, por, sem.*
(C) PREP que, além de ocorrerem com elementos nominais, podem introduzir uma sentença, sem necessidade da partícula *que*: *segundo, conforme, consoante* etc.

No grupo (A) estão basicamente as PREP nucleares que vimos no capítulo 19. No grupo (B) estão palavras que, para introduzir sentenças, requerem a partícula *que*, uma partícula que Carvalho rotula de *nominalizadora*, pois vai transformar as sentenças que ela introduz de elementos verbais em elementos nominais:

(a) Vou dormir até *o pouso do avião.*
(b) Vou dormir até *que o avião pouse.*

Em (a) temos um complemento nominal (*o pouso do avião*), enquanto em (b) a sentença *o avião pouse* é nominalizada pela partícula *que.*

Isso leva a autora a postular que nos dois enunciados acima não temos, como quer a tradição gramatical, uma PREP (*até*) e uma "locução conjuntiva" (*até que*), mas simplesmente uma PREP com complemento de caráter nominal. Com isso, chamar de PREP as palavras que introduzem sentenças com a partícula nominalizadora *que*

> possibilita não somente uma melhor delimitação das preposições, como também auxilia numa análise mais homogênea das conjunções, na medida em que separa as verdadeiras conjunções das chamadas "locuções conjuntivas". Se aplicarmos o mesmo critério às locuções conjuntivas formadas com advérbios [...] (*depois que, antes que...*), como fizemos para as locuções conjuntivas formadas com preposições, é provável que também nesses casos não tenhamos uma mesma palavra que seja advérbio e conjunção, mas sim apenas um advérbio. Logo, a questão que permanece em aberto é se há verdadeiras conjunções subordinadas, uma vez que grande parte do que se denomina "conjunções subordinadas" é composta de locuções com *que*. (p. 25)

Por fim, no grupo (C) estão palavras que, essas sim, se integram tanto à classe das PREP quanto à das CSUB. Essas palavras têm um mesmo sentido básico: 'de acordo com', e sua classificação como PREP ou como CSUB depende, segundo Carvalho, da ausência ou presença de um verbo *dicendi* (*dizer, declarar, afirmar, negar* etc.). Se o verbo está presente, temos uma conjunção; se está ausente, temos uma preposição:

(a) Segundo a reportagem, o rio está 8 metros acima do normal.
PREP COMPL.: NOME
(b) Segundo informou a reportagem, o rio está 8 metros acima do normal.
CSUB COMPL.: VERBO

20.1 Coordenação e subordinação

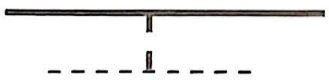
As conjunções são tradicionalmente divididas em duas grandes subclasses: as *coordenativas* e as *subordinativas*. Mas o que é mesmo coordenação e subordinação?

As palavras *coordenação* e *subordinação* representam as traduções latinas dos termos gregos *parataxe* e *hipotaxe*. Nessas palavras gregas está presente o mesmo *-taxe* que encontramos em *sintaxe*, *taxonomia* etc. Essa palavra grega, *táksis*, significa 'ordem, classe, ordenamento, organização sistemática'. A *sintaxe*, portanto, é a maneira como as palavras se *organizam* (*táksis*) umas *com* (*syn-*) as outras na sentença. Os agrupamentos que as palavras formam entre si são os *sintagmas*, palavra que têm o mesmo prefixo (*syn-*) e o mesmo radical (*tag-*) de *sintaxe*. A melhor tradução latina para o grego *syntáksis* é *collocatio* (no acusativo: *collocationem*), formada de *co-* ('com') e *loc-* ('local, lugar'), origem da nossa palavra *colocação*. A sintaxe, portanto, é o modo como as palavras se *co-locam* na sentença.

Essa colocação, no entanto, pode se dar de duas maneiras principais: a *parataxe* e a *hipotaxe*. O prefixo grego *para-* significa 'ao lado de' (como em *paralelo*, por exemplo). Assim, a *parataxe* é o processo sintático em que as palavras e os sintagmas se colocam uns ao lado dos outros, sem hierarquização:

PARATAXE (COORDENAÇÃO)

Já o prefixo grego *hypo-*, presente em *hipotaxe*, equivale ao latino *sub-*, 'embaixo de, sob', origem da nossa preposição *sob*. No processo hipotático (ou de subordinação), os sintagmas estão hierarquizados em níveis, havendo uma desigualdade de importância entre eles, como é típico das hierarquias:



HIPOTAXE (SUBORDINAÇÃO)

É por isso que, quando falamos de períodos compostos por subordinação, nos referimos a orações principais (ou sentenças matrizes) e a orações subordinadas.

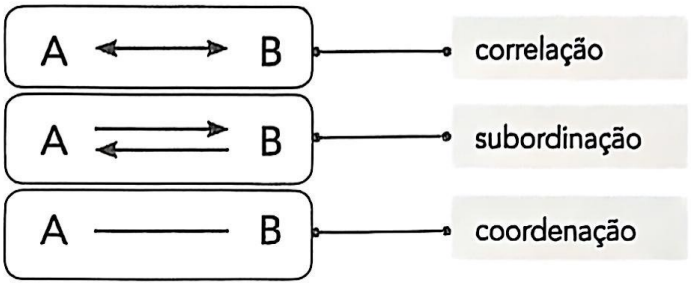
Para realizar essas operações de *coordenação* e de *subordinação* entre os sintagmas, dispomos de elementos gramaticais chamados em grego de *syndesmos*, palavra devidamente traduzida em latim por *coniunctio* (acusativo: *coniunctionem*), origem da nossa *conjunção*, ou seja, palavras que *juntam* uma coisa *com* outra.

É preciso lembrar, no entanto, que *coordenação* e *subordinação* são propriedades *semânticas* dos enunciados, de modo que é perfeitamente possível construir um período subordinado com o emprego de uma conjunção prototipicamente coordenativa:

Faça isso de novo *e* eu te encho de porrada! (= *Se* você fizer isso de novo, eu te encho de porrada!)

Além da coordenação e da subordinação, processos que vêm sendo tratados pelos estudos gramaticais desde a Antiguidade, pesquisadores contemporâneos propõem um tipo

intermediário de processo sintático ao qual dão o nome de correlação. Segundo Módolo (2008: 1092), é possível representar da seguinte forma os três processos sintáticos:



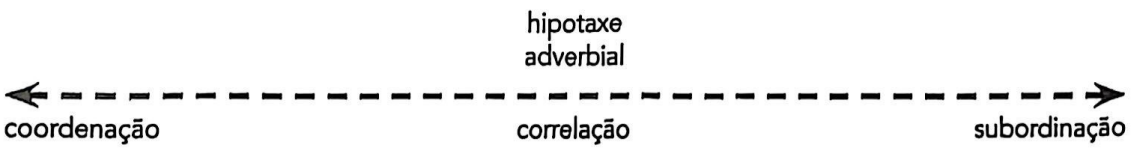
Avançando ainda mais no campo dessas investigações, encontramos autores que preferem retirar as tradicionais "subordinadas adverbiais" do campo da subordinação e criar para elas uma categoria sintática especial: a hipotaxe adverbial. É o que fazem Neves, Braga e Dall'Aglio-Hattnher (2008: 937-938) ao afirmar:

> O melhor critério para analisar as subordinadas adverbiais considera, por um lado, o grau de interdependência com a sentença nuclear a que se vinculam e, por outro, o tipo de relação lógico-semântica que expressam, constituindo um tipo distinto tanto das subordinadas propriamente ditas (as tradicionalmente chamadas *completivas* e *adjetivas restritivas*), que se caracterizam pelos traços [+encaixamento] e [–dependência], quanto das coordenadas, que se caracterizam pelos traços [–encaixamento] e [–dependência]. Elas se deixam identificar pelos traços [–encaixamento] e [+dependência] e serão rotuladas de *hipotáticas*, neste capítulo.

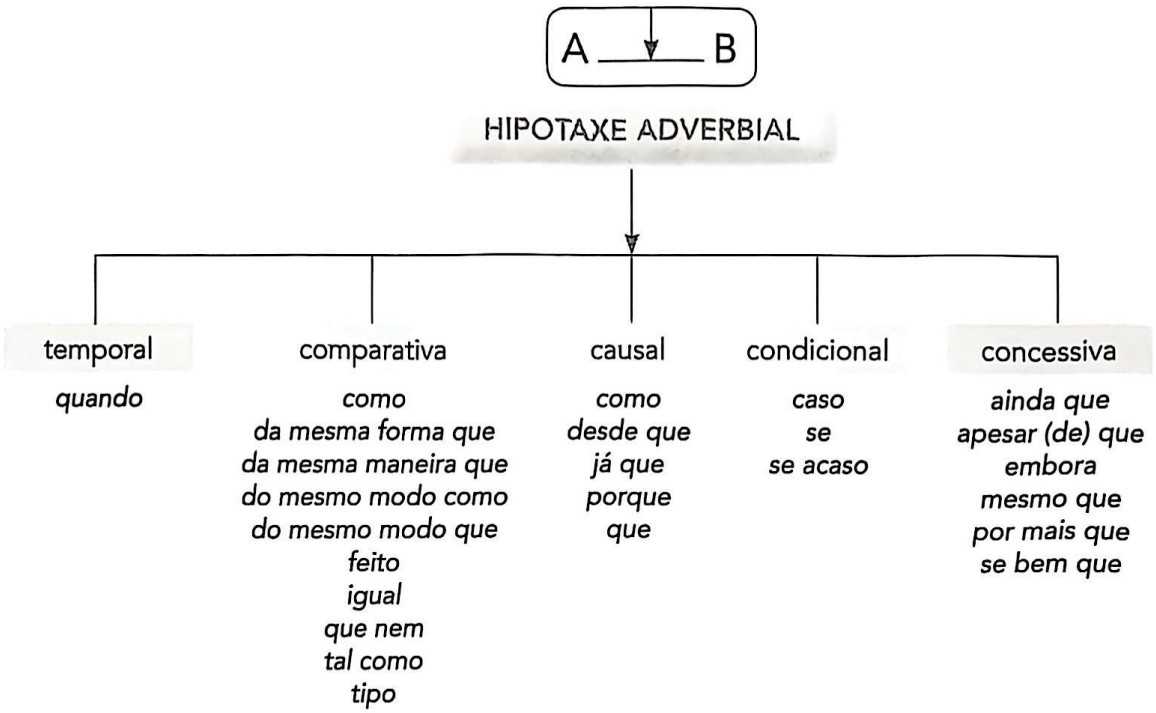
Essa redistribuição das sentenças adverbiais talvez nos permita responder a pergunta feita mais acima por Carvalho: "Se há verdadeiras conjunções subordinadas". Parece que só temos verdadeiras conjunções subordinativas integrantes — *que* e *se* —, introdutoras das sentenças substantivas. No caso das hipotáticas adverbiais, os elementos que as introduzem são sempre trazidos de outras classes gramaticais, sobretudo (é claro) da classe dos advérbios, mas também das preposições e, como já demonstrou Carvalho, quase sempre agregados ao elemento *que*, o mais importante transpositor da nossa língua.

Por *transpositor* se entende o elemento linguístico que faz outro elemento *transpor* sua categoria gramatical primária e ingressar em outra. É o caso, por exemplo, do artigo que transforma toda e qualquer palavra determinada por ele em substantivo: *o olhar, o belo, o sim e o não, o porém, o sempre* etc. O transpositor *que*, na hipotaxe, transforma toda uma sentença em substantivo, adjetivo ou advérbio.

Levando em conta essas quatro possibilidades de organização sintática, Castilho (2010: 390) propõe desdobrá-las sobre um *continuum* de propriedades que elimina a visão dicotômica da TGP em coordenação e subordinação e oferece um panorama mais dinâmico das combinações de sentenças:



20.2 A HIPOTAXE ADVERBIAL

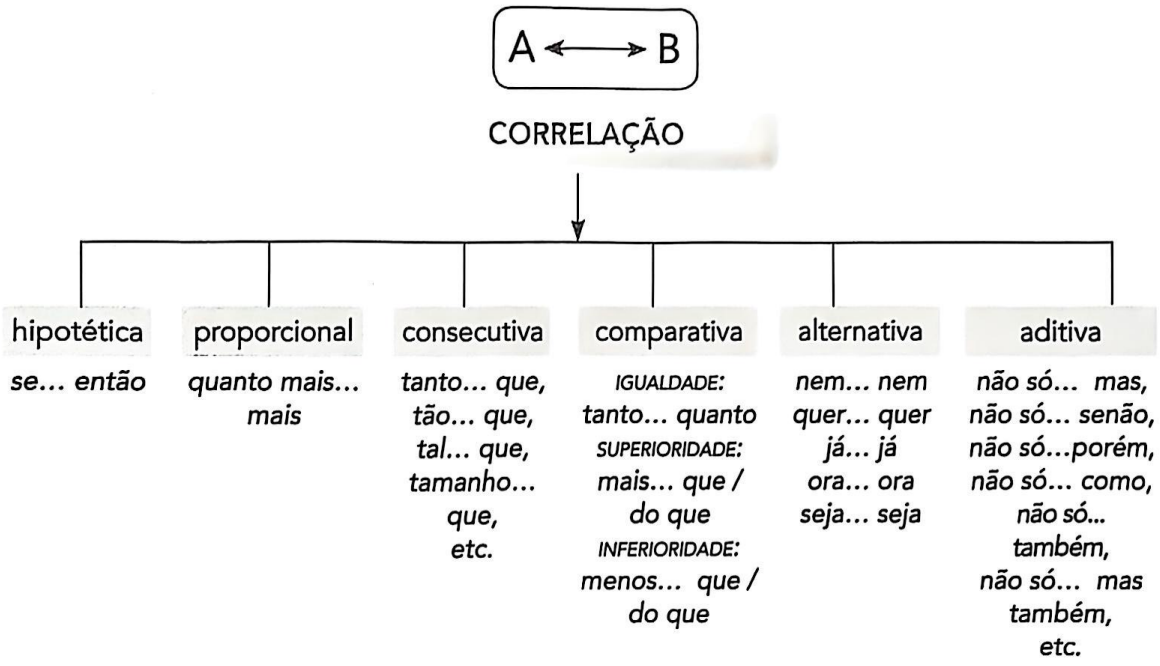


Quando observamos o esquema acima, percebemos que nenhuma das conjunções ou locuções conjuntivas que estabelecem a hipotaxe adverbial são palavras exclusivamente classificáveis entre as conjunções. De fato, se aceitarmos a proposta de Carvalho, reconheceremos que a maior parte delas se forma de preposição + QUE ou de advérbio + QUE, ou seja, são sintagmas que se gramaticalizaram para exercer a *função* hipotática adverbial. O mesmo vale para as formas simples: *quando* (advérbio), *como* (advérbio), *feito* (particípio passado), *igual* (adjetivo), *tipo* (substantivo), *caso* (substantivo)... Fora dos processos de gramaticalização evidentes e ocorridos na história da própria língua, somente a forma se pode ser qualificada de verdadeira conjunção, herdada diretamente do latim *si*, com igual valor semântico e sintático.

Desse modo, a hipotaxe adverbial é um processo sintático que, para se concretizar, forçou a gramaticalização (ressemanticização e recategorização) de palavras das mais variadas classes gramaticais.

20.3 A CORRELAÇÃO

As conjunções correlativas ocorrem sempre em dupla, precisamente porque introduzem sentenças que estão em *interdependência*, a meio caminho entre a coordenação e a subordinação. Podem introduzir elementos de caráter nominal tanto quanto de caráter verbal, como vamos ver mais adiante na exemplificação.



Conforme escreve Módolo (2008: 1092-1093),

> a segmentação binária das sentenças em coordenação/subordinação mostra-se insuficiente, pois é possível apurar tipos sentenciais diversificados agregados sob o mesmo rótulo [...]. Dentro do princípio do contínuo de propriedades, a correlação conjuncional está em uma posição intermediária, que se dispõe no intervalo de duas categorias tidas como prototípicas, ou seja, a coordenação e a subordinação. Assim, a correlação possui traços tanto da coordenação quanto da subordinação.

O mesmo autor nos informa que as sentenças correlatas são pouco frequentes na língua falada e comparecem sobretudo em textos "apologéticos e enfáticos", ou seja, aqueles em que as opiniões expressas são destacadas, os pontos de vista são defendidos com vigor. Assim, elas caracterizam bem mais os textos escritos monitorados, aparecendo raramente, por exemplo, no *corpus* do NURC-Brasil.

Vejamos agora alguns exemplos desse tipo de construção sintática:

- correlação aditiva:
  (1) porque eu estou habituada... a ler sentenças de juízes colocam... uma interpretação... nas suas sentenças... fundamentando-se em conhecimentos... não somente da psicologi:a... mas também... da sociologi:a da economi:a não é? (NURC/REC/337)

- correlação alternativa:
  (2) Nós só viemos a ver o fim da escassez disso, escassez, ora escassez de um produto, ora escassez de outro produto agora, há pouco tempo, depois que terminou o fim do segundo período, da segunda ditadura que houve e terminado o governo do Sarney. (NURC/RJ/028)

- correlação comparativa:
  (a) de igualdade:
  (3) E depois também, o ensino particular não era tão caro quanto é hoje e também a situação do meu pai permitia que ele se desse ao luxo, na época. (NURC/RJ/018)

  (b) de superioridade:
  (4) fazer parecer que conhecem efetivamente mais do que conhecem. (NURC/REC/005)

(c) de inferioridade:

(5) que no verão as rosas ficam mais bonitas... eu sei e:... no no inverno elas ficam mais tristes... dão muito menos... do que no verão... (NURC/REC/156)

- correlação consecutiva:

(6) a planta tem muito isso... você bota num vaso... e às vezes ela se desenvolve tanto... não é? na raiz... que o vaso fica pequeno e: elas vão perdendo as folhas. (NURC/REC/156)

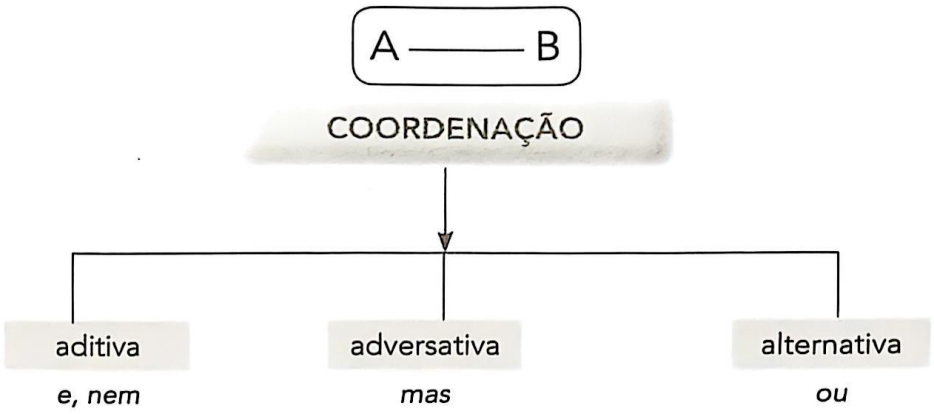
- correlação proporcional:

(7) quanto mais o porco engorda mais o dono gosta... porque:... vende mais ca:ro... e:... lucra mais... (NURC/REC/150)

- correlação hipotética:

(8) Se o sexo não é bom, então nada é bom. (http://www.conselheiroamoroso.com/se-o-sexo-nao-e-bom-entao-nada-e-bom/, acesso 16 jun 2011)

20.4 A COORDENAÇÃO



Essas conjunções são chamadas por alguns autores de conectores porque exercem primordialmente a função de ligar termos entre si. Esses termos podem ser tanto de caráter verbal quanto nominal.

A conjunção e provém diretamente do latim *et* e, como vocábulo átono que é, se pronuncia na maioria das variedades do PB como [i]. O étimo é o mesmo do italiano *e* (que pode se transformar em *ed* diante de palavra iniciada por vogal: *Piero ed Isabella*), do romanche *e* (*ed* diante de vogal), do francês *et* (pronunciado sempre [e]), do catalão *i*, e do espanhol *y* (que se torna *e* diante de palavra iniciada por vogal: *Pedro e Isabel*). No *corpus* do NURC-Brasil, ela ocorre nada menos do que 1.445 vezes, o que demonstra seu papel fundamental na língua.

A conjunção aditiva nem procede da conjunção latina *nec*, com apócope do *-c* final e nasalização provocada pelo *n-* inicial: *nec* > *ne* > *nẽ* > *nem* [nẽĩ]. É a partir de *nem* que se constituíram as formas *nenhum*, *nenhuma*, resultantes da gramaticalização de *nem um*, *nem uma* etc. Do latim *nec quem* ('nem' + 'alguém') se formou *ninguém*.

Podemos dizer que nem é a "forma negativa" da aditiva e, uma vez que é empregada quase sempre depois de uma primeira negação: não ... . nem ... . Por seu valor aditivo, nem pode vir usada em encadeamentos sintáticos: *Você* não *fez o que eu pedi,* nem *se explicou,* nem *pediu desculpas...* , quando configura uma conjunção correlativa, tal como vimos acima.

No *corpus* do NURC-Brasil, a palavra nem ocorre 73 vezes. No entanto, apenas 24 dessas funcionam como conjunção. Nos demais casos, nem funciona como *advérbio*:

(9) a coisa mais bonita de Olinda é a vista do Recife não tem nem dúvida. (NURC/REC/005).
(10) não sei se cês já rodaram mas quando você cruza a faixa não é que você sente um tombo... mas você sente que a película tem altura... nas outras você passa por cima e nem sente ela é rasa... quer dizer aquela tinta é uma tinta especial... (NURC/SSA/098)
(11) é feito com uma farinha assim... não sei nem que tipo de farinha é aquela (NURC/RJ/328)

Esse advérbio nem ocorre muitas vezes associado ao também advérbio sequer, resultante da gramaticalização de *se* (conjunção) + *quer* (verbo). Originalmente, sequer significava 'ao menos', 'pelo menos': *Eu sequer sei do que estou falando* (= *pelo menos sei do que estou falando*). No entanto, *sequer* passou a entrar em construções essencialmente negativas: *Você não quer considerar sequer (= ao menos) a possibilidade de ouvir o que Ana tem a dizer?* Para expressar o sentido de 'nem ao menos', surgiu a locução nem sequer: *Ana não deixa ninguém fumar na sua casa, nem sequer no quintal.* Pelo processo de metonímia, o valor negativo de *nem* se transferiu para *sequer*, de modo que hoje em dia muitas pessoas empregam apenas sequer para expressar o sentido de 'nem ao menos': *Você sequer sabe do que se trata? (= você nem ao menos sabe do que se trata?*).

A adversativa mas tem uma bela história de gramaticalização. Sua origem é o advérbio latino *magis,* de onde também provém o nosso advérbio mais. Aliás, em galego até hoje se escreve *mais* tanto para a conjunção quanto para o advérbio, assim como ocorria no português medieval (ou seja, no galego arcaico):

(12) E tanto é aquel pam que nõ avonda solamente os daquela terra, mais os abades fazem del carregar naves e enviam-nas a terra d'Alexandria e a outros logares e pera os presos e pera os outros que o ham mester. (Machado Filho, 2009: 50-51)
(13) Senhor nõ des as almas que te maenfestam aas bestas, mais mostra-nos a olho ta saude. (*ibid.*, 52)
(14) Grandes graças devemos dar a nostro senhor que nom quer que os pecadores se percam, mais que se tornem a ele e que façam peendença. (*ibid.*, 61)

Na verdade, nessa fase mais antiga da língua, o advérbio que se usava no lugar do atual *mais* era chus, derivado do latim *plus* (italiano: *più*; francês: *plus*), com a mudança regular do grupo *pl-* em *ch-* [▶298]:

(15) Ca saãem todos, em tempo do pã colher, a segar ou a servir por el, em algũa guysa, assy que o que chus pouco gaanha tres ou quatro cafizes som. (*ibid.*, 50)
(16) E ela, quando esto ouvyo, nõ se moveu chus. (*ibid.*, 75)
(17) Visti chus algũa cousa? (*ibid.*, 79)

Decerto, com o desaparecimento de *chus* e o emprego de *mais* como advérbio, surgiu a forma escrita *mas*, para marcar a diferença entre as duas classes gramaticais. Essa diferença gráfica, no entanto, como bem sabemos, não corresponde à pronúncia de *mas* na grande maioria das variedades do PB, onde o que se ouve é mesmo [mais] ou [maiʃ], com um [i] que pode ser uma epêntese [▶153] ou, quem sabe, uma sobrevivência do [i] que já existia na língua antiga.

Como foi que uma palavra que significava 'maior quantidade', 'acréscimo', 'aumento', passou a significar também 'contraposição', 'adversidade', 'oposição' etc.? Muito simples: usado inicialmente em construções *comparativas* de superioridade, mais passou a significar não só superioridade de *quantidade*, mas também de *qualidade*: se X é *mais* do que Y, então existe *diferença* entre X e Y e, por conseguinte, existe *oposição* entre X e Y. Vamos retomar um dos exemplos medievais citados acima (adaptado ao PB contemporâneo):

(18) Grandes graças devemos dar a nosso senhor que não quer que os pecadores se percam, mais que se voltem para ele e que façam penitência.

Podemos interpretar esse enunciado da seguinte forma: Deus (= nosso senhor) quer duas coisas:

A = que os pecadores não se percam
B = que os pecadores se voltem para ele e façam penitência

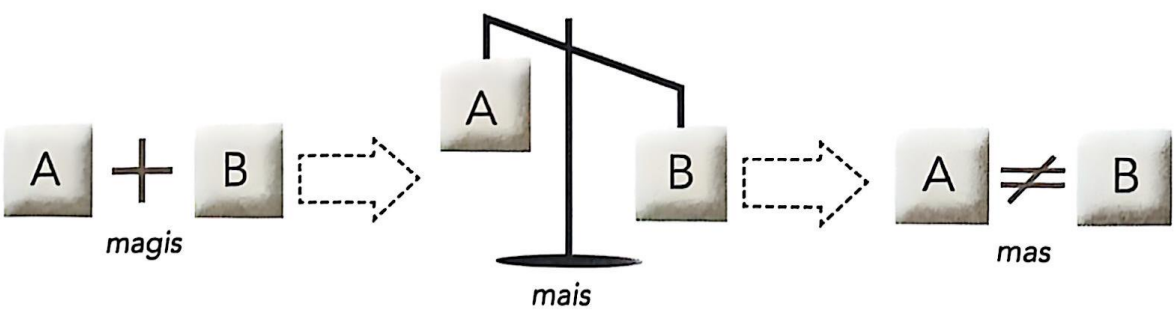
O sentido mais remoto das construções adversativas, ou seja, a expressão comparativa, poderia ser traduzido assim:

(18a) Mais do que querer que os pecadores não se percam, Deus quer que eles se voltem para ele e façam penitência.

Temos portanto uma ideia A e uma ideia B, sendo que B é mais importante do que A: uma comparação de superioridade. No entanto, como já dissemos, se uma coisa é superior a outra é porque existe uma diferença, uma oposição entre elas, daí:

(18b) Deus não só quer que os pecadores não se percam, mas que eles se voltem para ele e façam penitência.

Assim, o que antes era um simples sinal de adição e, portanto, de inclusão, passou a designar dois pesos que faziam a balança pender mais para um lado do que para o outro; na etapa seguinte da gramaticalização, o que temos é uma oposição entre dois termos:



No que diz respeito à grafia de *mas* e de *mais*, é sempre importante lembrar que a pronúncia, artificialíssima e em nada justificada pela etimologia, da conjunção como [mãs], com uma vogal nasal, é mais uma dessas invenções da escola tradicional que não tem razão de ser na história da língua. Novamente, é pelo estudo de textos autênticos e pela análise cuidadosa das diferenças entre a conjunção e o advérbio que será possível levar os estudantes a se conscientizar das diferenças ortográficas.

Embora a TGP continue a dizer que entre as conjunções adversativas se incluem as formas *porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto*, os estudos contemporâneos rejeitam essa classificação e incluem esses itens, como fizemos, na classe dos advérbios. Assim procedem, por exemplo, Perini (1996: 45), Bechara (1999: 322), Neves (2001: 241), Azeredo (2008: 306) e Castilho (2010: 354). Ao contrário de mas, esses itens, por serem advérbios, admitem uma ampla mobilidade no interior da sentença:

(19) eu conheço Bernadete, é uma excelente professora, tem muito conhecimento da teoria geral do estado, mas eu sei que a Bernadete defendeu a dissertação dela de mestrado dentro dessa linha bem fechada do direito, essa perspectiva que nós chamamos a perspectiva lógico-normativa lógico-formal... (NURC/REC/337)

(19a) *eu conheço Bernadete, é uma excelente professora, tem muito conhecimento da teoria geral do estado, eu sei mas que a Bernadete defendeu a dissertação dela de mestrado dentro dessa linha bem fechada do direito, essa perspectiva que nós chamamos a perspectiva lógico-normativa lógico-formal...

(19b) *eu conheço Bernadete, é uma excelente professora, tem muito conhecimento da teoria geral do estado, eu sei que a Bernadete mas defendeu a dissertação dela de mestrado dentro dessa linha bem fechada do direito, essa perspectiva que nós chamamos a perspectiva lógico-normativa lógico-formal...

(20) a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e no entanto o homem está... sujeito e até certo ponto escravo da lei... (NURC/REC/337)

(20a) *a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e o homem no entanto está... sujeito e até certo ponto escravo da lei...

(20b) *a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e o homem está no entanto... sujeito e até certo ponto escravo da lei...

(20c) *a lei é feita para o homem... para proteger o ho:mem... e o homem está... sujeito no entanto e até certo ponto escravo da lei

Outra característica dos advérbios, além da mobilidade dentro da sentença, é poderem vir antecedidos da conjunção aditiva e, como no exemplo acima — *e no entanto o homem está sujeito* —, o que é impossível para a conjunção adversativa: *e *mas eu sei que a Bernadete...*

A verdadeira conjunção adversativa é mas, que ocorre nada menos do que 523 vezes no *corpus* do NURC-Brasil. Os advérbios que implicam contraste estão praticamente restritos à fala formal e/ou à escrita mais monitorada. No *corpus*, porém ocorre apenas 5 vezes; *entretanto, todavia* e *contudo* simplesmente não ocorrem, ao passo que no entanto é empregado 6 vezes, 4 das quais por um mesmo falante em situação formal (aula universitária), o que mostra tratar-se de um hábito linguístico individual.

É inadmissível, portanto, a prática que ainda se perpetua entre muitos docentes de aconselhar seus alunos a "evitar a repetição de *mas*" e substituir mecanicamente a conjunção adversativa por seus supostos "equivalentes" *porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto*... Não existe equivalência alguma, até porque são palavras de classes gramaticais diferentes. A conjunção *mas* é um instrumento textual-discursivo indispensável. A produção de textos bem construídos não se limita a evitar repetições nem muito menos a substituir mecanicamente determinadas palavras por outras.

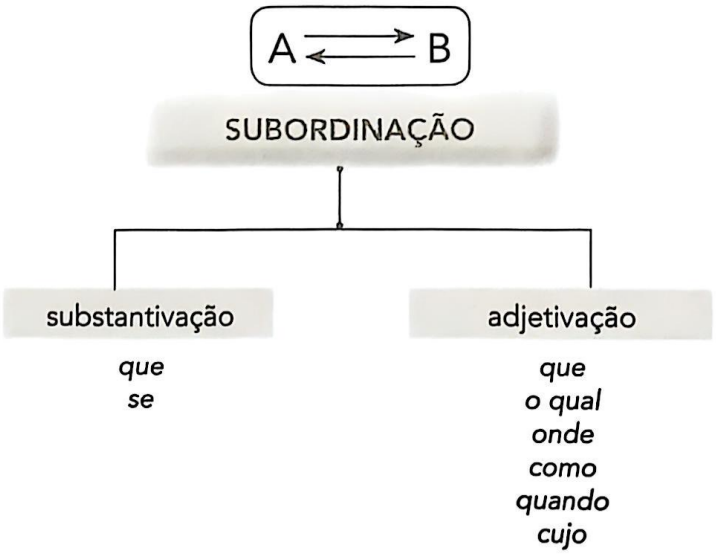
A conjunção coordenativa alternativa ou provém do latim *aut*, com perda do *-t* final e assimilação parcial do *a-* pela semivogal *-u* (como em *paucu-* > *pouco*). Em latim existiam duas conjunções alternativas: *aut* e *vel*. A primeira se interpunha entre duas coisas que se excluíam mutuamente; a segunda, entre duas opções possíveis, não excludentes. As línguas românicas dispensaram essa distinção e passaram a empregar *aut* com os dois sentidos:

- A bolsa ou a vida! → uma opção exclui a outra
- Açúcar ou adoçante? → duas opções igualmente possíveis

Uma forma encontrada para distinguir o valor excludente de ou de seu valor alternativo é a repetição da conjunção:

- Ou a bolsa ou a vida → *exclusão mútua*
- *Ou açúcar ou adoçante?

20.5 A SUBORDINAÇÃO



A retirada das sentenças hipotáticas adverbiais do domínio das subordinadas propriamente ditas reduz bastante o quadro das possibilidades de subordinação. Aqui temos dois processos de nominalização de sentenças, nos quais uma sentença dependente pode ser transposta para a categoria de substantivo ou para a categoria de adjetivo.

20.5.1 Subordinadas substantivas

Na qualidade de *substantiva*, a sentença pode exercer funções sintáticas reservadas aos substantivos: *sujeito, objeto direto, complemento oblíquo*. Os transpositores responsáveis por essa operação recebem o nome de conjunções integrantes, um grupo que inclui os itens que e se.

A conjunção integrante que provém do latim *quid*. Sua origem como conjunção se vincula, de fato, a uma gramaticalização do pronome relativo que. O processo de mudança pode ter sido o seguinte:

(a) Eu penso o seguinte: que não devíamos viajar amanhã.

(b) Eu penso que não devíamos viajar amanhã.

Em (a) temos o pronome relativo que retomando o objeto direto *o seguinte* da primeira sentença, que funciona como seu antecedente. Em (b), o objeto direto *o seguinte* sofreu elipse, foi apagado. Desprovido de antecedente, o que perde sua função de pronome e é reanalisado como conjunção que integra a segunda sentença à primeira, promovendo a transposição da sentença adjetiva em sentença substantiva objetiva direta.

Observe que transformação semelhante aconteceu em inglês, língua em que a conjunção integrante that tem a mesma forma do pronome demonstrativo that, que também é pronome relativo. Etimologicamente, that é um demonstrativo: as demais funções vieram depois. O processo de reanálise deve ter sido esse aqui:

(a) I think that: | we should not travel tomorrow. → DEMONST

(Eu penso isto: não devíamos viajar amanhã.)

(a') I think | that we should not travel tomorrow. → CONJ INTEGR

(Eu penso que não devíamos viajar amanhã.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS Biblioteca Comunitária

(b) London is a big city: I love | that big city. → DEMONST

(Londres é uma cidade grande: eu amo essa cidade grande)

(b') London is a big city: | that ø I love. → DEMONST

(Londres é uma cidade grande: essa [*cidade grande*] eu amo)

(b") London is a big city | that I love. → PRON RELATIVO

(Londres é uma cidade grande que eu amo)

Com isso, fica claro que a conjunção integrante que, no PB, é simplesmente um pronome relativo reanalisado.

Por seu turno, a conjunção integrante se é a mesma conjunção condicional se — derivada da conjunção latina *si*. Ela é empregada como subordinativa integrante em períodos com sentido *interrogativo*, expresso por uma interrogação direta ou indireta:

(a) Eu sei que o Museu fecha às segundas-feiras.
(b) Você sabe se o Museu fecha às segundas-feiras?
(c) Ele perguntou se o Museu fecha às segundas-feiras.

Também é empregada quando na sentença matriz temos uma formulação negativa:

(a) Eu *não* sei se o Museu fecha às segundas-feiras.

O uso da condicional se nessas situações é assim explicado por Castilho (2010: 357):

> Provavelmente, quando fazemos uma pergunta indireta, pressupomos diferentes respostas como hipóteses, o que teria levado a escolher o mesmo vocábulo conectivo em ambas as sintaxes.

As sentenças subordinadas substantivas também podem dispensar as conjunções quando empregamos verbinominais, mais especificamente os *infinitivos*.

(a) O governo acredita | que *impedirá* a votação dessa lei no Congresso.

(b) O governo acredita | impedir a votação dessa lei no Congresso.

É o que a tradição gramatical classifica de *oração subordinada substantiva objetiva direta reduzida de infinitivo*.

O que caracteriza as sentenças substantivas é a presença, na sentença matriz, de um item lexical que ative um complemento de natureza nominal. Esses itens disparadores são:

- verbos impessoais e estruturas formadas por *ser* + adjetivo:

(21) *acontece* | que é uma Universidade que apoiou um curso universitário que foi apoiado nos nossos nomes. (NURC/RJ/355)
→ sentença substantiva subjetiva (funciona como sujeito de *acontece*)

(22) *é preciso* | que o indivíduo compreenda o todo. (NURC/POA/278)
→ sentença substantiva subjetiva (funciona como sujeito de *é preciso*)

- verbos declarativos: dizer, declarar, informar, fazer saber, comentar
- verbos evidenciais: pensar, raciocinar, supor, achar, presumir
- verbos volitivos: querer, desejar
- verbos causativos: mandar, fazer, deixar, conseguir, permitir
- verbos sensitivos: ouvir, ver, perceber, enxergar
- verbos inquiritivos: perguntar, indagar + se
- verbos avaliativos: lamentar, adorar, amar, deplorar

Todos esses verbos, sendo transitivos diretos, vão ter como complemento uma senteça *substantiva objetiva direta*:

(23) ele *disse* | que vai ser necessário... um aborto. (NURC/SP/234)

(24) eu *acho* | que me realizaria mais... como orientadora do que como professora. (NURC/SP/234)

(25) até o professor naquele tempo *queria* | que eu competisse. (NURC/POA/045)

- verbos transitivos oblíquos: *gostar de*

(26) então eu gostaria ø | que a presença fosse mais compacta (NURC/REC/337)

→ em construções subordinadas com o verbo *gostar*, é quase categórico o apagamento da preposição *de*, que constitui de fato uma mera *servidão gramatical* [▶518]. Com isso, a sentença subordinada funciona na verdade (semanticamente) como um objeto direto, e não como um complemento oblíquo.

- substantivos e adjetivos transitivos oblíquos: necessidade, preocupação, impressão; ciente, consciente; acostumado, habituado, apto, capaz; fato, assunto, negócio, conceito; finalidade; forçado, manipulado, impelido, obrigado etc.

Nesses casos, a sentença substantiva funciona como *complemento nominal*. Também nesses casos é frequente o apagamento da preposição, num fenômeno chamado de *queísmo*. Preservada geralmente em textos escritos mais monitorados, a preposição é frequentemente apagada na fala espontânea, embora também apareça esporadicamente:

(27) aqui no Rio Grande eu tenho *impressão ø* | que se come peixe, exclusivamente na Semana Santa. (NURC/POA/291)

(28) eu tenho::... *certeza de* | que ele... ao entrar no colegial... [...] vai se esquecer da outra profissão que ele pretende ter. (NURC/SP/360)

(29) Eu não sei se é porquê, eu tenho *certeza* ø | que não posso reverter ao passado ou se é porque eu não tenho mesmo vontade. (NURC/RJ/233)

(30) Gramado é uma cidade, você tem a *impressão* ø | que tá numa aldeia alemã, muito limpa, muito arrumada, quer dizer e é agradável, porque uma coisa voltada exclusivamente para o turismo. (NURC/RJ/347)

(31) pedi demissão do meu serviço mas *consciente* **de** | que aquilo era o melhor... para aquela família que se iniciava. (NURC/SP/360)

(32) por fotografias... televisão e tudo quando aparece eu tenho a *impressão* ø | que o trigo deve ser muito bonito. (NURC/REC/156)

O chamado *queísmo*, apagamento da preposição diante da conjunção integrante que, é registrado na língua há muitos séculos, inclusive na literatura mais consagrada. Não deve ser considerado como erro nem precisa ser corrigido. O emprego da preposição é facultativo.

Dequeísmo. Na verdade, historicamente, o emprego da preposição de antes da conjunção integrante representa um caso de *hipercorreção* [▶949] que, por força do uso, acabou sendo codificado na tradição normativa. É o que vou chamar aqui de *primeiro dequeísmo*, em oposição ao *segundo dequeísmo*, de surgimento mais recente no PB. Acerca desse fenômeno, assim se manifesta o dicionário *Houaiss*, no verbete *dequeísmo*:

> Tendência inovatória da língua que ocorreu historicamente no português e configurou as subordinadas objetivas indiretas e completivas nominais e que vem novamente ocorrendo no Brasil, porém em outros contextos.

De fato, as principais línguas românicas se separam nesse aspecto: enquanto em italiano e francês a preposição de jamais ocorre em orações subordinadas introduzidas pela integrante que, seu emprego nesse contexto é considerado obrigatório em espanhol e português, apesar de se tratar de uma prescrição hipercorretiva que, justamente por isso, é frequentemente desrespeitada pelos falantes, uma vez que contraria sua gramática intuitiva. Compare:

(33) Les pressions de son père pour se trouver un travail aboutissaient toujours à des violentes altercations, mais malgré cela, il cherchait un emploi sans vraiment chercher parce que les entretiens se passaient toujours mal. *Il avait l'impression ø que* sa timidité l'empêchait d'avancer. Il avait raté plusieurs fois les concours pour rentrer à la RATP parce que la situation d'examen inhibait toutes ses capacités intellectuelles. Malgré le fait *qu'il avait l'impression de ne pas avancer*, son frère, sa sœur et son beau frère, impressionnés par sa métamorphose et ayant appris sa démarche, ont aussi décidé de commencer une hypnothérapie chez Metamorph. (http://hypnose-therapies.com/vaincre_la_timidite_avec_hypnose.html, acesso em 17 jun 2011)
[As pressões de seu pai para ele encontrar um trabalho desembocavam sempre em violentas altercações, mas, apesar disso, ele procurava um emprego sem realmente procu-

rar, porque as entrevistas sempre eram ruins. *Ele tinha a impressão* [de] que sua timidez o impedia de avançar. Tinha perdido várias vezes os concursos para entrar na RATP (empresa de transporte público de Paris) porque a situação de prova inibia todas as suas capacidades intelectuais. Apesar do fato de ter *a impressão* de *não avançar*, seu irmão, sua irmã e seu cunhado, impressionados por sua metamorfose e tendo sabido de sua providência, também decidiram começar uma hipnoterapia na Metamorph.]

(34) Si trovò improvvisamente in uno spazio nero, aveva *l'impressione* che fosse chiuso, anche se non ne percepiva i confini. (http://www.corriere.it/ioscrivo/racconti/racconto-290270.shtml, acesso 17 jun 2011)
[Se encontrou de repente num espaço negro, tinha a *impressão* que era fechado, embora não percebesse seus limites.]

O espanhol levou o dequeísmo ainda mais longe, empregando a preposição de depois de advérbios, um uso praticamente inexistente em português:

(35) La administración Obama también se movió a toda prisa esta semana para entregar el control de la misión a los comandantes de la OTAN, *antes de que* regrese el Congreso el 29 de marzo. (http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/03/27/siendo-candidato-obama-defendio-energicamente-alertar-antes-de-emprender-acciones-militares/, acesso 17 jun 2011).

(36) Al-Qaeda seleccionó al segundo en la línea de mando para suceder a Osama bin Laden *después de que* el mes pasado un comando de soldados de elite estadounidenses entraron por la fuerza al complejo donde vivía y asesinaron al líder de la red terrorista, según afirma un comunicado publicado este jueves en un portal de Internet afiliado a la organización. (http://temasinternacionais.wordpress.com/, acesso 17 jun 2011).

Em espanhol também se emprega a preposição antes da conjunção integrante com verbos que, em PB, já a dispensam:

(37) "En relación con el dinero del narco, no nos hagamos tontos, el narco no *necesita de que* se aprueben candidaturas ciudadanas para impulsar o apoyar económicamente a un candidato, es lamentable, pero es cierto. Hemos visto numerosos casos, incluso de perredistas, involucrados en el financiamiento de campañas por el narco", expresó. (http://www.yucatanalminuto.com/?p=26322, acesso 17 jun 2011).

Quando a preposição de ocorre por mera servidão gramatical, costumamos apagá-la na formulação de sentenças subordinadas. É o caso de *gostar de*, *necessitar de*, *precisar de*, por exemplo. Quando o complemento do verbo é um verbinominal infinitivo, também costumamos apagar a preposição depois de *necessitar* e *precisar*:

(38) Eu *gosto* ø | que o comércio esteja perto, mas não *gosto* do comércio na rua em que eu moro. (NURC/RJ/140)

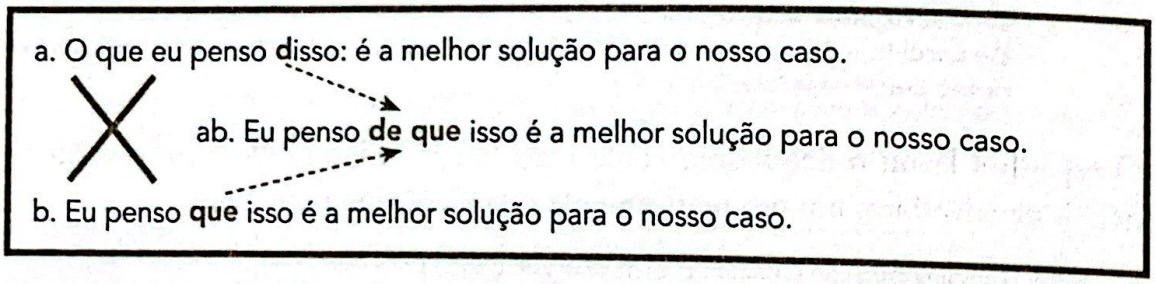
(39) À adversária Dilma, restaram as críticas costumeiras. "Eu não *preciso* ø | que tentem me vender como se eu fosse um sabonete ou um iogurte. Não preciso de marqueteiro para mudar a minha cara, o meu pensamento e a minha trajetória de vida". (http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4655824-EI15315,00-Serra+ataca+Dilma+e+relembra+quebra+de+sigilo+de+Francenildo.html, acesso 17 jun 2011)

(40) A medida cautelar para ter cabimento *necessita* ø | que concorram os requisitos de um dano potencial (periculum in mora) e plausibilidade do direito (fumus boni iuris). (http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16300721/recurso-ordinario-trabalhista-ro-319004619975040009-rs-0031900-4619975040009-trt-4, acesso 17 jun 2011).

A mesma hipercorreção que ocorreu no 1º dequeísmo histórico reaparece agora, no PB, no português europeu e moçambicano (Mira Mateus *et al.*, 1989: 617-620)

e também no espanhol de vários países americanos, sob a forma do que chamo de 2º dequeísmo. O fenômeno se processa com verbos declarativos — *dizer, declarar, afirmar* etc. — ou evidenciais — *pensar, achar* etc.

Podemos aventar a hipótese de uma braquilogia [▶730], resultante de um cruzamento sintático:



Há também um fator de ordem pragmática: essas construções dequeístas aparecem preponderantemente em situações de alto monitoramento estilístico, sobretudo em declarações públicas, em que a tensão do contexto leva o falante a se hipercorrigir. Pressionado pela regência do verbo, o indivíduo emite a preposição de enquanto processa seu enunciado na forma de uma sentença subordinada.

Investigando o espanhol argentino falado na cidade de Buenos Aires, Fontanella de Weinberg (2004: 59) nos informa:

> Entre los encabezadores de subordinadas suele haber una amplia vacilación en cuanto a la presencia o ausencia de preposiciones que es muy notoria en el caso de *que* y *de que*. Esta alternancia es especialmente frecuente en las subordinadas dependientes de un sustantivo o adjetivo, que de acuerdo con los criterios normativos deben ir introducidas por *de que*, encabezador que en el español bonaerense varía con *que*. La ausencia de *de* en estos casos — denominada *queísmo* — afecta a todos los niveles sociolingüísticos y estilos, incluida la lengua escrita.

A autora prossegue oferecendo exemplos extraídos do jornalismo escrito de seu país. Como se vê, o *queísmo* nessa variedade de espanhol argentino não sofre estigma e, tanto quanto no PB, ocorre ao longo de todo e espectro de variação estilística. Quanto ao *dequeísmo*, lemos o seguinte (p. 60):

> A la inversa, con frecuencia en la lengua oral se inserta *de* ante *que*, en construcciones que normalmente no lo llevarían, fenómeno denominado *dequeísmo*. Sin embargo, por ser un uso estigmatizado que constituye un estereotipo negativo, su empleo en la lengua escrita es mucho menos frecuente, aunque a veces se deslizan estos usos:
> *Procure de que* sus pretensiones no alcance matices irrazonables. (*La Nueva Provincia*, 12 de mayo de 1985)

Pesquisas realizadas por outros membros da equipe da autora revelam o dequeísmo também presente em outras variedades regionais do espanhol argentino. Também no espanhol europeu e no galego o fenômeno do dequeísmo é recorrente.

Em todas as línguas em que ocorre, o 2º dequeísmo é alvo de perseguição normativa, o que é comum quando se trata de qualquer inovação linguística não codificada pela tradição normativa dos diferentes idiomas. Sua sobrevivência ou não é algo que só o tempo dirá.

Por ora, decerto, é preciso alertar as pessoas de que o emprego da preposição de antes da conjunção integrante **que** com verbos transitivos diretos constitui um estereótipo do "falar errado", estereótipo que sem dúvida não queremos aplicado aos nossos alunos.

Palavras que *não* são conjunções. Já sabemos que advérbios, conjunções e preposições vivem migrando de uma classe para outra, juntando-se uns aos outros para formar locuções etc. Talvez por isso nossa tradição gramatical costuma elencar no capítulo das conjunções diversas palavras e locuções que não merecem estar ali.

É preciso, então, devolver à casa dos advérbios os seguintes itens:

- porém
- contudo
- todavia
- entretanto
- no entanto
- pois
- não obstante
- logo
- então
- portanto
- assim
- por conseguinte

ADVÉRBIOS

Uma demonstração simples de que tais palavras não são conjunções é o fato de poderem vir associadas às verdadeiras conjunções:

(41) não havendo a luz... não pode haver a refração diferente aí dos raios luminosos e portanto não existe a cor. (NURC/SP/405).

A função do e, como conjunção, é reunir num mesmo período duas sentenças independentes. Já portanto, como advérbio, equivale a algo como 'dessa maneira', 'desse modo', ou seja, modaliza o que foi dito antes.

20.5.2 As subordinadas adjetivas

Quando entramos no terreno das sentenças subordinadas adjetivas, todo cuidado é pouco — estamos numa área pantanosa, num solo instável e movediço. Nesse pântano estão afundando, talvez para sempre, várias regras gramaticais da nossa língua.

As sentenças adjetivas são aquelas que contêm um pronome relativo. E é aqui que surge a pergunta fatídica: ainda existem pronomes relativos no português brasileiro?

A resposta tem de ser dada com cuidado. Ao que parece, os pronomes relativos se reduziram no PB falado a um simples conector — que —, sem nenhuma propriedade pronominal (ou seja, sem propriedade anafórica), denominado pelos estudiosos de relativo universal. A sobrevivência dos pronomes relativos parece cada vez mais restrita aos gêneros escritos mais monitorados. No entanto, mesmo aí já encontramos indícios que anunciam a provável extinção futura desses pronomes.

As sentenças adjetivas (também chamadas *relativas* nos estudos linguísticos) representam uma estratégia de encaixamento sintático:

(a) Meu tio John é americano.
(b) Meu tio John não fala português.

Meu tio John [que é americano] não fala português.

Por representar uma estrutura de encaixamento, a sentença adjetiva também é uma estratégia de síntese numa língua predominantemente analítica [▶445]. Nessa síntese, a palavra que desempenha dois papéis: (i) retoma anaforicamente o sujeito da sentença matriz e (ii) serve de transpositor, recategorizando a sentença encaixada como um adjetivo.

Ora, as sentenças adjetivas — em diversas línguas românicas, línguas analíticas por excelência — têm sofrido um processo de desmonte: a palavra que se despronominalizou, perdeu sua função anafórica, e se transformou em mero conector entre duas sentenças independentes. A função anafórica passa a ser exercida por pronomes de não-pessoa:

(42) eu tenho um conhecido, aliás, um amigo comum nosso que ele é especialista em comida internacional. (NURC/POA/291)

O surgimento do pronome *ele* depois do que revela a despronominalização total dessa palavra, que se aliviou da carga anafórica e, na qualidade de conjunção, deixou de ser um transpositor para se tornar mero conector entre duas orações.

Essa despronominalização do que não atingiu somente a função de sujeito, mas todas as demais funções sintáticas que, quando pronome, ele retomava: objeto direto, objeto indireto, complemento oblíquo...

Quando temos um pronome de não-pessoa exercendo, na segunda sentença, as funções que deveriam ter sido exercidas pelo pronome relativo, dizemos que a segunda sentença é uma relativa copiadora, uma vez que nela ocorre uma cópia do termo que deveria ter sido retomado pelo pronome relativo. Um exemplo de relativa copiadora em que o pronome retoma um complemento oblíquo do verbo *gostar*:

(43) Eu quero que vocês saibam que tem um menino que eu *gosto* muito *dele*, mesmo sem conhecê-lo pessoalmente, porque ele é um anjinho. (blog-br.com/francielimarques/74189/, acesso 15 ago 2008)
→ a construção normativa seria: ... *um menino de quem eu gosto muito.*

Além da estratégia copiadora, também encontramos — e até com muito maior frequência — a relativa cortadora, empregada com *verbos transitivos oblíquos*. Essa estratégia de relativização tem esse nome porque a preposição que é regida pelo verbo e que deveria comparecer na sentença adjetiva é cortada, apagada. Com o verbo *gostar* essa foi a estratégia exclusiva empregada pelos falantes no *corpus* do NURC-Brasil:

(44) eles apenas assistem aulas... tanto teórica como prática... alguns fazem pesquisas ø que gostam... então eles entram mais na área da pesquisa... outros apenas... ficam somente na parte clínica... do tratamento pro doente, né? (NURC/SSA/231)
(45) eu procuro comer coisas ø que eu gosto mas que... realmente não me engordam... o café da manhã geralmente eu tomo só café com leite... não como pão nem como biscoito nada disso que é pra evitar... justamente pra eu poder comer outras coisas ø que eu gosto mais durante o dia... (NURC/RJ/328)
(46) então essa é uma citação de Carbonier ø que eu gosto muito. (NURC/REC/337)

Temos, desse modo, três estratégias de relativização:
(1) relativa padrão
(2) relativa copiadora
(3) relativa cortadora

Examinando o *corpus* do NURC-Brasil, encontramos os seguintes números no que diz respeito a complementos indiretos ou oblíquos:

ESTRATÉGIA	Nº	%
padrão	17	34
copiadora	1	2
cortadora	32	64
TOTAL	50	100

Somando-se os dois tipos de estratégia não padrão, temos 66% das ocorrências. Das 17 estratégias padrão, 11 delas (64,7%) ocorreram em *elocuções formais*, em aulas de curso superior, em que o falante monitora um pouco mais a sua fala. Ainda assim, dessas 11 ocorrências, 6 (54,5%) foram produzidas por uma única falante (de São Paulo) e 4 (36,3%) pela informante de Porto Alegre. A professora do Recife recorreu a uma única estratégia padrão, enquanto a carioca e a soteropolitana não usaram nenhuma.

No que diz respeito às preposições apagadas, temos o seguinte quadro:

PREP	Nº	%
a	4	12,5
com	2	6,2
de	18	56,2
em	8	25,0
TOTAL	32	100,0

A preposição mais apagada foi de: desses apagamentos, 10 (55,5%) ocorreram com o verbo *gostar*.

Por sua vez, os pronomes relativos acompanhados de preposição nas ocorrências de estratégia padrão configuram o seguinte quadro:

PREP + REL	Nº	%
a que	2	11,7
com que	2	11,7
como	1	5,8
da qual	1	5,8
de que	2	11,7
em que	5	29,4
na qual	1	5,8
pelo qual	3	17,6
TOTAL	17	100,0

[O pronome relativo como aparece no quadro por corresponder a um uso normatizado (*a maneira como*).]

A palavra onde em função de pronome relativo ocorreu 17 vezes no *corpus*, das quais 13 em usos de acordo com o padrão e 4 em desacordo com o padrão, como se verifica abaixo:

(47) o governo por exemplo paga aos seus funcionários normalmente um reajuste salarial... no mês de março... onde ele estabelece critérios... onde ele estabelece índices salariais... (NURC/REC/131)

(48) evidentemente numa sociedade... do tipo... dis-tributiva... ou numa sociedade... co-letivista como são... as sociedades... socialistas... essa questão... toma uma outra dimensão... porque DESAPARECE... por assim dizer... a chamada relação... patrão... e empregado... onde o estado... assume... evidentemente todos os encargos... para com os seus... concidadãos... (NURC/REC/131)
→ empregos de *onde* como organizador do discurso [▸845], e não como pronome relativo propriamente dito.

(49) como o Japão conseguiu... é sobreviver a uma Segunda Grande Guerra onde toda sua todo seu material bélico foi arrasado? (NURC/RJ/379)
→ *onde* aqui retoma uma expressão de tempo (Segunda Grande Guerra), emprego condenado pelas instâncias normativas.

O pronome relativo cujo só ocorre uma vez no *corpus* e, mesmo assim, num emprego não normativo:

(50) esta camada ela... tá presa a um tecido conjuntivo... ela sai presa a esse tecido conjuntivo... cujo tecido se prende a borda anterior da clavícula... constituindo por isso mesmo... o que se chama de irrigamento suspensor da mama... (NURC/SSA/049)

Trata-se de um uso bastante popular no PB, em que o falante enfatiza o termo expresso anteriormente: *esse* tecido *conjuntivo*... ***cujo*** tecido. Equivale a uso semelhante que se faz dos demonstrativos: tecido *conjuntivo*... tecido esse.

Como pronome relativo, cujo está definitivamente extinto no vernáculo brasileiro, se é que alguma vez foi realmente empregado na língua espontânea. Em seu lugar, empregamos duas estratégias: a copiadora e a cortadora. Da cortadora temos estes dois exemplos no *corpus*:

(51) tem essa amiga também que agora o:: o marido foi de muda para Passo Fundo. (NURC/POA/045)
→ tem essa amiga também cujo marido agora foi de muda para Passo Fundo

(52) um negro americano que eu não me recordo o nome agora... mas foi um dos ø que mais gostei. (NURC/POA/045)
→ um negro americano cujo nome não me recordo agora

Exemplos de copiadora são os seguintes:

(53) tem uma [planta] feito um coqueiro que eu não sei o nome dela é ver:de não não dá flores... (NURC/REC/156)

(54) Essa é uma história de contos de fadas de uma menina que o pai dela morreu, e ela ficou com a sua madrasta que tinha duas filhas. (http://lendonociep.blogspot.com/2009/07/cinderela.html, acesso 17 jun 2011)

Como esses poucos exemplos mostram, existem duas estratégias para se indicar posse sem usar *cujo*:

1. copiadora

POSSUIDOR +	*QUE* +	POSSUÍDO +	*DELE*	
menina	que	o pai	dela	morreu

2. cortadora

POSSUIDOR +	*QUE* +	POSSUÍDO +	Ø	
amiga	que	o marido	ø	foi de muda para Passo Fundo

O desaparecimento do *cujo* na língua corrente não se restringe ao PB: é um fenômeno amplamente documentado também em espanhol e em francês. O linguista espanhol Emilio Lorenzo (1994: 232) cita os seguintes exemplos, colhidos por ele no espanhol falado e escrito em Madri, que também demonstram o desaparecimento do *cuyo*:

(55) El padre que su hijo vino ayer
["O pai que o filho veio ontem"].

(56) En una casa que su amo es médico
["Numa casa que seu dono é médico"].

(57) El gran cantante que su llegada las admiradoras de España tanto han esperado
["O grande cantor que sua chegada as fãs da Espanha tanto esperaram"].

A substituição de *cuyo* por *que su* recebe o nome de *quesuísmo* nos estudos linguísticos do espanhol.

O linguista francês Pierre Guiraud, em sua obra *Le français populaire* (*O francês popular*), mostra que o pronome *dont*, equivalente ao *cujo* do português, também passa por igual transformação na França. O mesmo ocorre no francês falado no Canadá. Guiraud (1975: 46) termina seu exame dos pronomes relativos com as seguintes palavras:

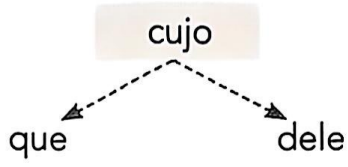
> [...] o pronome relativo, em francês, constitui um conjunto inorgânico, mal estruturado e artificialmente fixado numa fase de transição no curso da qual ele estava em vias de se decantar e de se organizar segundo as três grandes tendências que modelam a evolução do francês: redução das declinações, desacumulação das formas sintéticas, sintaxe sequencial.

Essa análise feita para o francês por Guiraud se aplica integralmente ao português e demais línguas românicas.

Podemos dizer que o estado atual do *cujo* representa os últimos estertores de um longo processo de obsolescência desse pronome. Em fases antigas da língua, ele exercia outras funções, que foram desaparecendo com o tempo.

Ele servia de pronome interrogativo, como neste exemplo do Padre Antônio Vieira (século XVII): "*Cuja* é esta caveira?" (= "De quem é esta caveira?"). Também podia ser empregado em construções sem antecedente expresso como: "Dar o seu a *cujo* é" (= "Dar a alguém o que é seu"). Existia até um ditado medieval que dizia: "Bem sabe o gato a *cujas* barbas lambe", isto é, "Bem sabe o gato *de quem* lambe as barbas", no sentido de que alguém só acaricia ou só adula uma pessoa bem conhecida, de quem se pode esperar que retribua o carinho ou a adulação. Um exemplo de sabor arcaico num autor da fase moderna da língua, José de Alencar: "Ele recebeu com o batismo o nome do santo, *cujo* era o dia". Mais estranho ainda, para o falante moderno, é o uso do *cujo* sem um consequente expresso, como neste exemplo de Gil Vicente (século XVI): "A dama *cujo* nasci" (= "de quem nasci").

Todas essas perdas de função do *cujo* são bons exemplos do processo ininterrupto de *análise substituindo síntese*, mencionado por Guiraud, que detectamos não só no português, mas nas línguas românicas em geral, e que explicam a ausência do *cujo* na língua falada no Brasil. Esse caráter marcadamente *analítico* do PB faz das construções com pronome relativo (como *cujo*) um "corpo estranho" na língua, um resquício do sistema sintético do latim, aquilo que Pierre Guiraud chama de "conjunto inorgânico, mal estruturado". Para eliminar essa estranheza, os falantes recorrem a um processo de análise. A palavra de origem grega *análise* significa "quebra", e é exatamente isso que acontece nessas construções: a palavra *cujo* é "quebrada", dividida em funções. O *cujo* se divide em que, conector usado para ligar as duas sentenças, e em dele/dela/deles/delas, para estabelecer a relação de posse:



A construção cortadora se explica porque, em português, o uso do artigo definido já é uma indicação de posse. Quando se diz: "Ana não pôde levar o filho naquela viagem", o uso do artigo o em "o filho" já indica que se trata do filho de Ana. Outras línguas, como o inglês e o francês, usam com muito mais intensidade os possessivos

do que o PB. Se digo: "Você está com cara de sono, vá passar uma água no rosto", é claro que só pode ser o rosto da pessoa com quem estou falando. Se digo: "Arnaldo foi levar o carro para consertar", está implícito que o carro pertence a Arnaldo.

Quando uma forma linguística desaparece, ela não some de uma vez por todas. O processo é longo e gradual. Na verdade, o sumiço tem sempre como causa o surgimento de formas novas, e é isso que caracteriza o fenômeno da mudança linguística. O uso das formas novas começa nas manifestações faladas mais espontâneas, informais, vai avançando pelas outras modalidades de língua falada, penetra na língua escrita e vai se estabelecendo pouco a pouco ali. Quando as formas inovadoras conquistam os gêneros textuais escritos mais monitorados (e a fala mais formal, por conseguinte), é porque a forma antiga já foi definitivamente abandonada, o processo de mudança se completou e não tem jeito de voltar atrás.

Abaixo alguns exemplos de não uso de *cujo*, em textos escritos mais monitorados, onde poderíamos esperar encontrá-lo:

(58) Estes são alguns dos equipamentos que a reserva de mercado não permitia a entrada no país sem a autorização do DEPIN. (*Folha de S.Paulo*, 18/10/1992)

(59) Outro dia, alguém que acabei não anotando o nome sugeriu que as Nações Unidas fossem dotadas de uma força de intervenção rápida permanente, capaz de atuar em casos agudos (como o de Honduras) ou que já se tornaram crônicos (Darfur, por exemplo). [Clóvis Rossi, *Folha de S.Paulo*, 26/7/2009)

(60) Não somos um país autônomo, não somos um país que tenha um mercado de trabalho interno fortalecido, não somos *um país que o governo* tenha uma autonomia econômico-financeira, não somos um país que tenha condições de suportar um quadro recessivo internacional, se ele vier numa dimensão mais profunda. (http://www.corecon-rj.org.br/entrev_det.asp?Id_ent=33, acesso 17 jun 2011)

(61) Cito, dentre outras, 3 comissões de inestimável valor para a ordem atual e o futuro do clube. A comissão de orçamento, que o nome já diz tudo, a "comissão de investigação sobre a retenção e não recolhimento de impostos trabalhistas (FGTS e INSS)" e a "comissão da Traffic". (http://oglobo.globo.com/blogs/flamengo/posts/2009/05/06/pilulas-rubronegras-x-183635.asp, acesso 17 jun 2011)

A baixíssima estatística de emprego do *cujo* e sua ocorrência limitada quase exclusivamente a gêneros textuais mais monitorados **tornam obrigatório o ensino das construções com esse pronome**, uma vez que sua utilização não pode ser aprendida naturalmente, no convívio com a família e com outros membros da comunidade, como acontece com a grande maioria das regras gramaticais que cada indivíduo aprende na infância, ouvindo as outras pessoas falarem. Aprender a usar o pronome *cujo* é aprender, na prática, uma regra "estrangeira", que não pertence ao vernáculo, e quem vai ensinar precisa ter sempre isso na consciência.

20.5.3 Sugestão para o ensino de cujo

20.5.3.1 Exame da tradição normativa

Para iniciar o trabalho, seria interessante ver como as gramáticas normativas e outros materiais didáticos abordam o fenômeno que está sendo estudado. Isso já garante um espaço para a perspectiva tradicional na sala de aula, desde que ela seja vista como uma das explicações possíveis para o fenômeno, e não como a única maneira "certa" de entendê-lo.

A pesquisa com as gramáticas normativas e os livros didáticos deve mostrar que, embora compartilhando uma doutrina comum, os bons gramáticos também apresentam em seus trabalhos algumas divergências entre si, pois eles costumam reconhecer as falhas das conceituações tradicionais e oferecem alternativas para as explicações consagradas. Para reconhecer essas divergências, é interessante que a pesquisa nas gramáticas normativas não se prenda a um único autor, mas busque a análise apresentada por pelo menos três compêndios. Com base nessa pesquisa, será possível formular uma síntese das explicações oferecidas pela tradição normativa.

20.5.3.2 Constituição de um corpus

As gramáticas normativas, em geral, oferecem suas explicações sem especificar que as regras que elas descrevem/prescrevem não se aplicam a todos os usos possíveis da língua. No entanto, por causa de seu caráter normativo-prescritivo, elas deixam transparecer a ideia de que só existe uma única regra "certa" para a atividade linguística de todos os falantes em qualquer situação de interação verbal, e que todos os demais usos são "erros" a serem evitados.

Para desfazer esse sentimento de que só existe uma forma "certa" de falar e de escrever, a professora pode, depois da síntese da explicação tradicional, lançar o seguinte desafio aos seus alunos:

- Vamos ver se é assim mesmo que as coisas acontecem no dia a dia da língua? Será que as explicações das gramáticas normativas correspondem ao uso real da língua pelos brasileiros?

Para empreender esse confronto entre o *padrão ideal* e o *uso real*, é necessário constituir um *corpus*, isto é, um acervo de língua falada e escrita de onde possam ser extraídos os dados que responderão à pergunta lançada pelo professor. Para a constituição desse *corpus*, os pesquisadores poderão recorrer às seguintes manifestações de uso da língua:

- telenovelas
- telejornais

- mesas-redondas sobre futebol na televisão
- programas de entrevista na televisão
- programas de rádio em geral
- noticiário do rádio
- entrevistas gravadas pelos próprios alunos
- histórias em quadrinhos
- reportagens de jornais e revistas
- editoriais
- matérias de capa de revistas semanais
- artigos de revistas de divulgação científica
- letras de canções da música popular
- textos recolhidos em salas de bate-papo da internet
- textos recolhidos em páginas da internet
- pronunciamentos oficiais de autoridades
- etc.

20.5.3.3 Coleta dos dados

Depois de constituído o acervo de uso autêntico da língua, passa-se à etapa seguinte: a coleta dos dados. As pessoas envolvidas na pesquisa vão recolher todas as ocorrências de *cujo/cuja/cujos/cujas* encontradas no *corpus* selecionado. Essas ocorrências deverão ser tabeladas:

GÊNERO TEXTUAL	OCORRÊNCIAS
telenovelas	000
telejornais	000
histórias em quadrinhos	000
reportagens de jornal	000
[...]	[...]
TOTAL	000

De posse desses dados, será possível responder a seguinte pergunta:

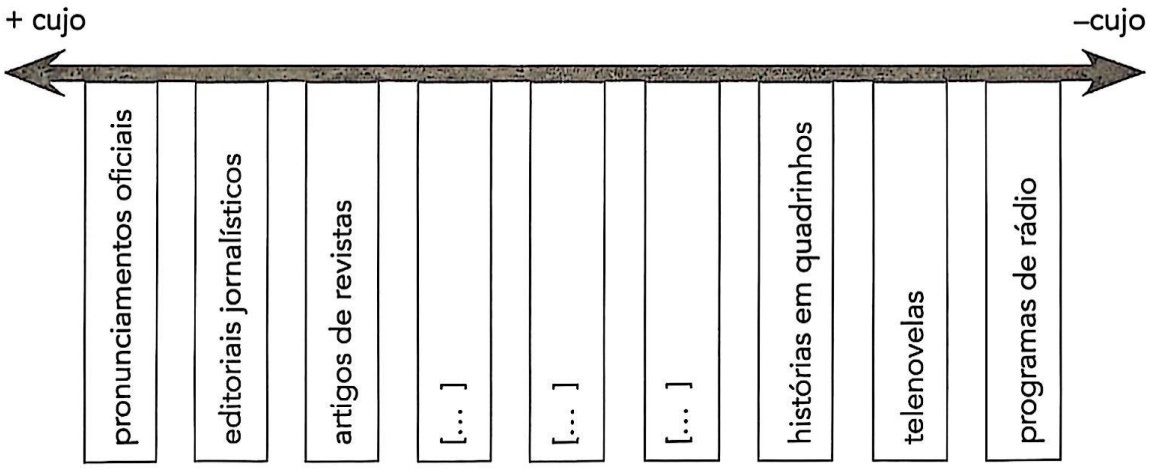
> Que gêneros textuais apresentam as maiores ocorrências do pronome *cujo*?

Os resultados de muitas pesquisas sociolinguísticas permitem prever que o pronome *cujo* tem muito maior probabilidade de ocorrer nos gêneros textuais *escritos mais monitorados* e, também, nos *falados mais formais* que, em geral, se baseiam na oralização de algum texto previamente escrito. Isso deixa claro, logo de saída, que o fator determinante do uso mais frequente ou menos frequente do *cujo* não é a diferença entre fala e escrita, mas sim o *grau de monitoramento estilístico do gênero textual (falado ou escrito)* em questão. Com isso, podemos evitar o velho preconceito de

atribuir toda sorte de "erro" à língua falada (como se ela só se manifestasse num único gênero discursivo) e de supervalorizar a língua escrita (como se ela também só se manifestasse sob a forma de "alta literatura") [▶345].

Assim, as matérias de jornal e de revista e os pronunciamentos oficiais de autoridades decerto serão as manifestações de uso da língua em que mais ocorrerá o uso do pronome *cujo*. Logo a seguir, mas com frequência certamente bem menor, devem aparecer os programas de entrevista na televisão e no rádio, se o entrevistado e/ou o entrevistador forem pessoas com alto grau de escolarização e utilizarem um discurso que denota mais cuidado na construção dos enunciados e maior formalidade na interação. Nos telejornais, embora sejam oralizações de textos previamente escritos, a ocorrência costuma ser muito baixa. Nos demais gêneros, é quase nula a possibilidade de ocorrência do pronome *cujo*.

Com essas conclusões, é possível até traçar uma linha contínua em que os gêneros textuais se distribuem de acordo com a maior ou menor probabilidade de ocorrência do pronome:



20.5.3.4 Variantes mais frequentes no português brasileiro

Depois de verificar que o pronome *cujo* ocorre quase exclusivamente em interações verbais, faladas e escritas, com alto grau de formalidade, o professor pode levar a pesquisa adiante e perguntar:

> Que outras formas existem no português brasileiro para substituir os usos do pronome *cujo*?

As gramáticas normativas explicam que o CUJO é um pronome relativo que "indica posse". De que forma essa indicação de posse é expressa nos gêneros textuais em que o pronome *cujo* não é empregado?

Voltando de novo aos dados coletados, é bem provável que apareçam construções como as seguintes:

(a)... aquela moça que o pai dela é médico...
(b)... é um escritor que os livros dele me deixam muito emocionada...
(c)... um cantor que a voz dele é muito agradável ...
(d)... essa revista que as páginas estão rasgadas ...
(e)... uma casa que as janelas têm uma cortina preta ...
(f) Qual é o time que a bandeira tem um leão desenhado?

Todas essas construções, muito comuns no português brasileiro contemporâneo, nos permitem ver uma mudança que já se concretizou na língua falada e que, pouco a pouco, vai se instalando também na língua escrita: o desaparecimento do cujo e sua substituição por duas outras formas de expressão de posse, a cortadora e a copiadora, que apresentamos acima.

Diante dessas descobertas, a professora pode indagar aos seus alunos:

> Qual destas três formas vocês usam mais habitualmente?
> [1] a moça cujo pai é médico
> [2] a moça que o pai dela é médico
> [3] a moça que o pai é médico

Sem dúvida, os alunos reconhecerão nas formas [2] e [3] um uso muito mais habitual, muito mais normal para eles do que o uso da forma [1], com o pronome *cujo*.

Recorrendo aos dados obtidos na pesquisa, será possível fazer a estatística de uso de cada uma das três formas (que chamamos, na sociolinguística, de *variantes*):

Variante	Ocorrências	%
[1] cujo	000	0
[2] que + dele	000	0
[3] que + Ø	000	0
TOTAL	000	100

A professora deve, então, se valer dos exemplos colhidos na pesquisa e mostrar como se usa adequadamente o *cujo*, fazendo ele concordar em gênero e número com o elemento consequente (a coisa possuída) e chamando a atenção dos alunos para usos mais complexos do pronome, como em construções com verbos que exigem um complemento indireto:

- Argentina e Brasil são países de cujas exportações *depende* a economia paraguaia.
- Estes são elementos com cuja ajuda *podemos contar* em nosso trabalho.

- Agradecemos à Secretaria de Ensino, sob cujos auspícios o projeto pôde ser desenvolvido.

Pesquisas têm demonstrado que essas são construções que exigem muito processamento sintático por parte dos falantes e costumam ser adquiridas muito tarde no percurso escolar, quando são adquiridas. Por isso, a professora deve dedicar especial atenção a seu ensino, recorrendo sempre a textos autênticos.

Por fim, é preciso alertar os alunos para o emprego impróprio de artigo definido depois do pronome *cujo*, como é frequente ocorrer em textos escritos: "A escola cuja a diretora se chama Marli" — quando o correto é "A escola cuja diretora se chama Marli".

20.5.4 Sobre o ensino dos demais pronomes relativos

O que se propôs para o ensino de *cujo* também poderia ser feito com os outros pronomes relativos. No entanto, a situação aqui é um pouco mais complexa. As estratégias de relativização copiadora e, principalmente, a cortadora já se tornaram regras da gramática do PB, o que significa que é impossível fazê-las desaparecer. A grande maioria dos falantes do PB, incluídos aí os mais letrados e até mesmo os professores de língua materna, não detecta nada de "errado" nas construções relativas não normatizadas:

(62) Se isso lhe serve de consolo, Ana Lúcia, seu filho não vai passar pela situação ø que você está passando agora. *Época*, n. 412, 10/4/2006, p. 67, autor: Max Gehringer

(63) Uma sociedade que tem medo de tais momentos, que não é mais capaz de compreendê-los, é uma sociedade que procura reduzir a política a um mero acordo referente às leis que temos e aos meios ø que dispomos para mudá-los [...] (Vladimir Safatle, *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo, Três Estrelas, 2012, p. 48).

(64) Quer dizer que o blogueiro se decepcionou ao ser visto em Buenos Aires na torcida do Atlético? Que pena! Será que declarar o time ø que torce é algo que tira a credibilidade da opinião? Já havia declarado há um bom tempo e confesso ter ficado perplexo com a falta de amplitude na visão. É uma pena! Quer dizer que não posso criticar a empresa que trabalho e elogiar a que não trabalho?
(http://www.blogdomarra.com/hipocrisia-futebol-clube/ acesso em 17 fev 2014)

(65) No exame ø que *O Estado* teve acesso, a prova de linguagens e códigos, que seria aplicada no domingo, tinha na questão número 1 uma tira da personagem de história em quadrinhos Mafalda.
(http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,enem-vaza-e-ministerio-anuncia-cancelamento-do-exame,443835,0.htm, acesso 1o out 2009)

(66) No texto Carta, devido à linguagem e à pessoa ø que o texto se dirige, no caso o rei de Portugal. (*Lingua Brasilis*, Maria Fernandes, 2009, p. 32, vol. 6)

(67) Se isso lhe serve de consolo, Ana Lúcia, seu filho não vai passar pela situação ø que você está passando agora. (Max Gehringer, *Época*, n. 412, 10/4/2006, p. 67)

(68) A cantora Marina de la Riva adora fazer programas culturais com o filho [...]. Outro lugar ø que Marina costuma levar o filho é a Pinacoteca do Estado. (*Revista de bordo da Gol*, nº 76, p. 32, julho de 2008)

(69) Essa regra pode ser mais claramente compreendida assim: os políticos são leais aos partidos que, por sua vez, devem lealdade aos governos ø que se aliam em troca da participação nas administrações. (Maurício Dias, *Carta Capital*, 18 maio 2011, p. 16)

(70) Gislene Soares é comerciante em São Paulo (tem uma loja de peças, acessórios e motos). Como outros negociantes, convive com mendigos, bêbados e moradores de rua (gente ø que a vida levou tudo, o equilíbrio psíquico também). (*IstoÉ*, nº 1566, 6/10/1999, p. 21)

(71) Até agora, o templo cristão mais antigo ø que se tinha notícia ficava também na Jordânia, perto do Golfo de Aqaba, e datava do ano 300 d.C. (*Galileu*, março de 2001, p. 14).

Conforme se verifica, em nossa língua *não existem mais pronomes relativos preposicionados* ou, se existem, estão em acelerado processo de extinção. O que temos, repito, é um conector que liga sentenças independentes entre si. A regra normativa de emprego dos pronomes relativos pertence ao que poderíamos chamar de "gramática invisível": um conjunto de regras prescritas pela tradição, mas que não fazem mais nenhum sentido para o processamento intuitivo da língua por parte dos falantes.

Na última década, com a rápida inclusão social na classe média de milhões de brasileiros provenientes das camadas C, D e E, um expressivo contingente populacional falante de variedades linguísticas bastante distantes das VUP coletadas nos anos 1970 pelo Projeto NURC — contingente do qual provém a maioria das professoras e dos professores que se formam hoje em dia —, as regras normatizadas em torno dos pronomes relativos tendem a se extinguir ainda mais rapidamente. Já vimos que não faltam exemplos disso em textos escritos mais monitorados.

Diante disso, o tratamento das sentenças adjetivas em sala de aula representa um grande desafio para a educação linguística. No caso específico de *cujo*, a existência de uma forma lexical própria torna mais fácil (mas nem por isso mais exitoso) o ensino de seu uso. Quando se trata, porém, dos demais pronomes relativos, as formas que eles podem assumir em combinação com as preposições são muito numerosas:

PREPOSIÇÃO	COMBINAÇÕES COM PRONOMES RELATIVOS
1. a	a que, a quem, ao qual, aos quais, à qual, às quais, aonde, a cujo, a cujos, a cuja, a cujas
2. ante	ante quem, ante o qual, ante os quais, ante a qual, ante as quais, ante cujo, ante cujos, ante cuja, ante cujas
3. após	após o qual, após os quais, após a qual, após as quais, após cujo, após cujos, após cuja, após cujas
4. até	até quem, até o qual, até os quais, até a qual, até as quais, até onde, até cujo, até cujos, até cuja, até cujas
5. com	com que, com quem, com o qual, com os quais, com a qual, com as quais, com cujo, com cujos, com cuja, com cujas
6. conforme	conforme o qual, conforme os quais, conforme a qual, conforme os quais, conforme cujo, conforme cujos, conforme cuja, conforme cujas
7. contra	contra quem, contra o qual, contra os quais, contra a qual, contra as quais, contra cujo, contra cujos, contra cuja, contra cujas
8. de	de que, de quem, do qual, dos quais, da qual, das quais, de onde, de cujo, de cujos, de cuja, de cujas

9. dentre	dentre os quais, dentre as quais, dentre cujos, dentre cujas
10. desde	desde o qual, desde os quais, desde a qual, desde as quais, desde onde, desde cujo, desde cujos, desde cuja, desde cujas
11. diante	diante de quem, diante do qual, diante dos quais, diante da qual, diante das quais, diante de cujo, diante de cujos, diante de cuja, diante de cujas
12. durante	durante o qual, durante os quais, durante a qual, durante as quais, durante cujo, durante cujos, durante cuja, durante cujas
13. em	em que, em quem, no qual, nos quais, na qual, nas quais, em cujo, em cujos, em cuja, em cujas
14. entre	entre os quais, entre as quais, entre cujos, entre cujas
15. mediante	mediante o qual, mediante os quais, mediante a qual, mediante as quais, mediante cujo, mediante cujos, mediante cuja, mediante cujas
16. para	para quem, para o qual, para os quais, para a qual, para as quais, para onde, para cujo, para cujos, para cuja, para cujas
17. perante	perante quem, perante o qual, perante os quais, perante a qual, perante as quais, perante cujo, perante cujos, perante cuja, perante cujas
18. por	por que, por quem, pelo qual, pelos quais, pela qual, pelas quais, por onde, por cujo, por cujos, por cuja, por cujas
19. segundo	segundo o qual, segundo quem, segundo os quais, segundo a qual, segundo as quais, segundo cujo, segundo cujos, segundo cuja, segundo cujas
20. sem	sem o qual, sem os quais, sem a qual, sem as quais, sem cujo, sem cujos, sem cuja, sem cujas
21. sob	sob o quem, sob o qual, sob a qual, sob os quais, sob cujo, sob cujos, sob cuja, sob cujas
22. sobre	sobre quem, sobre o qual, sobre a qual, sobre os quais, sobre cujo, sobre cujos, sobre cuja, sobre cujas

São ao todo, salvo algum lapso, 197 combinações possíveis de PREP + PRON RELAT, numa ordem estranha, que contraria a organização básica, fundamental, da sintaxe do PB. Por que uma ordem estranha? As preposições ocupam lugares bem delimitados na sintaxe da nossa língua: como o próprio nome indica, elas se *posicionam* sempre *antes* (pré-) de seu complemento. Nas relativas padrão, no entanto, as preposições são *deslocadas* para um lugar que elas normalmente não ocupam na imensa maioria das suas demais ocorrências na língua. Vejamos:

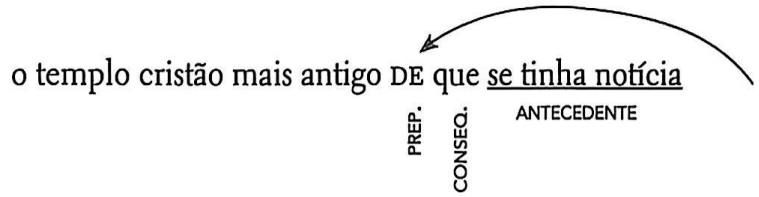
- o templo cristão mais antigo DE que <u>se tinha notícia</u>

Consultando a gramática de Cunha & Cintra (1985: 542), encontramos a seguinte explicação:

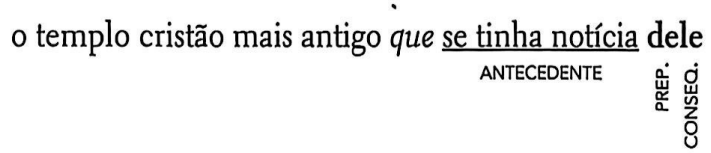
Chamam-se PREPOSIÇÕES as palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro (ANTECEDENTE) é explicado ou completado pelo segundo (CONSEQUENTE). Assim:

ANTECEDENTE	PREPOSIÇÃO	CONSEQUENTE
Vou	a	Roma
Chegaram	a	tempo
Todos saíram	de	casa
Chorava	de	dor
Estive	com	Pedro
Concordo	com	você

O que acontece com as orações relativas padrão, portanto, é uma drástica alteração dessa ordem ANTEC–PREP–CONSEQ. Vamos identificar esses termos no nosso exemplo (a seta indica o *deslocamento* sofrido pela preposição).



Assim, a ordem ANTEC–PREP–CONSEQ se torna PREP–CONSEQ–ANTEC. Diante dessa violenta alteração da sintaxe habitual de sua língua, o falante, respeitando a tendência analítica do idioma, trata de recolocar as coisas em seus lugares mais naturais, e o resultado é:



Nas línguas românicas em geral, uma preposição não pode vir desacompanhada de um consequente[1], por isso uma construção como **o templo cristão mais antigo que se tinha notícia* **de** seria agramatical, inaceitável para um falante nativo dessas línguas. Para resolver isso, no caso do PB, a função do consequente é preenchida por um pronome-cópia, no caso ele, que recupera *o templo cristão mais antigo* da primeira sentença. Novamente, o que perde sua função sintática de complemento oblíquo, conservando apenas seu papel de elemento conector entre as duas sentenças.

É esse fenômeno que explica a seguinte construção:

(72) Gal atualiza 23 clássicos tirados com primor de uma produção de cerca de duas centenas e meia de canções em interpretações irretocáveis, mas que — como sempre — alguns exergam nelas exibições de virtuosismo. (*IstoÉ*, 13 de setembro de 1999)

[1] Em inglês, por exemplo, é possível deixar uma preposição sozinha, sem um consequente, o que permite até terminar uma frase com uma preposição, coisa que em português não podemos fazer. Por exemplo: "Esta é a casa *em que* eu morei" pode ser traduzido em inglês por "This is the house I lived *in*".

Pelas regras da norma-padrão, o autor deveria ter usado "mas em que/nas quais alguns enxergam exibições de virtuosismo". Deixando se levar, porém, pela sua intuição de falante nativo, ele preferiu recorrer a uma estrutura analítica, seguindo à risca uma regra perfeitamente explicável, uma opção sintática legítima que está à sua disposição no repertório de regras gramaticais de sua língua.

O reposicionamento dos constituintes em seus lugares habituais na sintaxe da língua explica a gênese das relativas copiadoras. Quanto às cortadoras, os estudos empreendidos por Fernando Tarallo (1983) revelaram que essa estratégia de relativização representa uma opção dos falantes das VUP para se esquivar de dois problemas: (1) parecer "pernóstico" ou "pedante" demais ao usar a relativa padrão, e (2) parecer "ignorante" ou "pouco instruído" ao usar a relativa copiadora.

Estão em jogo aqui, portanto, questões de *atitudes* dos falantes em relação a regras específicas da língua. Para os falantes urbanos mais letrados, a relativa padrão é pouco aceita porque parece ser "certa demais", ao passo que a relativa copiadora, identificada (sem razão, porém) com os falantes menos instruídos, é menos aceita porque parece "errada demais". Assim, para manter uma posição equidistante entre esses dois extremos, o brasileiro culto opta por empregar a relativa cortadora. Isso explica por que ela apareceu em 64% das construções relativas do *corpus* do NURC-Brasil (e em 79,5% do *corpus* pesquisado por Bagno, 2001).

Voltando à questão do ensino, somos obrigados a reconhecer alguns fatos inegáveis. Um deles é que, quando se trata do verbo gostar (e também de precisar), é impossível empregar a relativa padrão, simplesmente porque, se aplicada à risca, ela produz enunciados absolutamente inaceitáveis, por causa exatamente das prescrições da TGP.

Uma frase banal como *cada um faz o que gosta*, se "corrigida" para se adequar à norma-padrão, teria de ficar assim: *cada um faz o **de que** gosta*. Por mais estranho que pareça, se é preciso, pelas prescrições tradicionais, conservar a preposição regida pelo verbo e colocá-la antes do pronome relativo, essa é a forma "correta". Ora, nada mais antiPB do que uma frase como essa.

Por isso, embora seja razoável propor a manutenção do ensino da relativa padrão na escola — sobretudo em textos escritos mais monitorados —, pelo menos com os verbos *gostar* e *precisar*, frequentíssimos, já podemos dispensar sem mais remorsos a preposição antes do pronome relativo.

O ensino da estratégia relativizadora padrão, repito, é um grande desafio pedagógico — e de êxito mais do que duvidoso. Nos resultados de uma extensa pesquisa empreendida sobre o tema, Vilma Reche Corrêa (1998: 82) escreveu:

> Se uma das finalidades do ensino institucional é veicular a língua culta, podemos, com estes dados, concluir que isso não vem ocorrendo com as relativas. Tanto nos dados orais como nos escritos, os informantes não escolarizados e os alunos da 1ª à 8ª série produzem quase que exclusivamente relativas cortadoras, com exceção de 2 casos de relativa padrão na 6ª série.

Depois de empreender a pesquisa com estudantes do ensino fundamental, a autora se dirigiu ao ensino médio. Seus resultados a levaram a escrever:

> O uso da relativa padrão passou de 7% na série inicial para 44% na final, enquanto a estratégia vernacular [cortadora] decresceu de 93% para 56%, um resultado que confirma a importância do ensino de 2° grau para a aquisição da relativa preposicionada. (p. 90)

Mesmo com as diferenças observadas entre os resultados obtidos com os alunos do 1° ano do ensino médio e com os do 3° ano, a estratégia copiadora ainda é responsável por mais de metade das ocorrências (56%). Levando a pesquisa ainda mais adiante, Corrêa apresentou a 27 professores de ensino médio os seguintes enunciados:

(1) Este é um trabalho que me dediquei de corpo e alma.
(2) É aquela a moça que o garçom deixou a carteira (= bolsa) em cima da mesa que ela sentou.
(3) No momento que ele chegou os policiais já tinham ido embora.
(4) O centro de lazer que sempre vamos fica lotado aos domingos.
(5) É um caso que todos estão interessados.
(6) Esses professores que a gente vai entrar em contato com eles são novos.
(7) Uma boa causa é aquela que você faz parte dela.
(8) Xadrez é um jogo que nunca pude aprender suas regras.
(9) Língua extinta é aquela que não possuímos prova de sua existência.
(10) Como é que fazem um banheiro que as portas não fecham?

Todas essas sentenças configuram estratégias de relativização não normatizadas: cortadoras em (1), (2), (3), (4), (5) e (8); copiadoras em (6) e (7); cortadoras em (9) e (10), com valor genitivo, isto é, onde se esperaria o emprego do pronome *cujo*.

Indagados se consideravam tais enunciados aceitáveis na escrita culta, os professores pesquisados responderam:

	Aceitáveis na escrita culta?	
ENUNC.	SIM	NÃO
1	5	22
2	–	27
3	3	24
4	4	23
5	7	20
6	–	27
7	5	22
8	9	18
9	12	15
10	3	24

Diante disso, a autora concluiu (1998: 101):

> Se o conceito de língua culta dos professores coincidisse com o da gramática prescritiva estrita, a resposta a essa pergunta deveria ser sempre não, porque nenhum desses enunciados está rigorosamente dentro dos padrões da escrita culta.

Além disso, apesar da maioria dos professores ter considerado grande parte dos enunciados como inaceitável,

> a resposta negativa não garantiu a versão padrão da relativa. Para vários professores bastou trocar "que" por "o qual". Tampouco foi garantia de que a preposição apareceria com o pronome relativo. Neste ponto, os professores usaram as mesmas estratégias de esquiva dos alunos do ensino fundamental: usaram "Quando" em vez de "No momento em que", "onde" em vez de "em que", trocaram o período todo por uma oração absoluta, como em "Nunca pude aprender as regras do xadrez", trocaram o verbo *ir* pelo verbo *frequentar* ou preferiram a regência com *em*, como já ocorre na fala. (p. 102)

Apliquei um teste semelhante numa turma de formandos em letras da Universidade de Brasília em 2008. Apresentei a eles o seguinte trecho extraído de uma notícia de jornal:

> FOFÃO PAROU. E eu peço licença para a nossa competentíssima Cida Santos para falar dela, a Fofão. [...] Fofão é dessas atletas que você não nota de cara. Que você aprende a admirar. Que você passa a respeitar até pelo que ouve dos especialistas em vôlei, coisa que Cida é e eu não. E mais do que admirar e respeitar, Fofão é daquelas pessoas que você passa a gostar. [Juca Kfouri, *Folha de S.Paulo*, 8/9/2008]

Abaixo desse trecho, fiz a seguinte pergunta:

> No texto sobre Fofão, Juca Kfouri não segue uma prescrição sintática da gramática normativa. Que prescrição é essa e como ficaria o texto se ela tivesse sido aplicada?

Dos 50 estudantes que participaram do teste, apenas 11 responderam de acordo com as prescrições da norma-padrão e souberam reescrever a sentença. Os demais tentaram respostas completamente desvinculadas da questão, apontando problemas (inexistentes) de concordância, regência, colocação pronominal etc.

Resultados como esses só comprovam que a gramática do PB já é outra há bastante tempo, mas que nosso ensino continua apegado a uma tradição gramatical que se inspira nos usos *literários, antigos e portugueses*.

Ensinar ou não ensinar a estratégia padrão? Como ela há de aparecer em muitos dos textos que serão lidos e estudados ao longo da escolarização, é preciso ao menos familiarizar os estudantes com ela, mostrar o processamento sintático envol-

vido, os deslocamentos sofridos pela preposição etc. É principalmente por meio da *reflexão sobre o uso* que será possível conscientizar as pessoas de que existem determinadas regras que, embora contrariando a intuição linguística dos falantes nativos, ainda contam com alguns focos de resistência, como os gêneros textuais mais monitorados.

No entanto, como os testes mencionados comprovam, não se pode alimentar uma esperança exagerada quanto à apropriação da regra padronizada por parte da maioria das pessoas. Esse fenômeno só comprova que a educação linguística que tentamos promover está sempre sob a pressão de dois tipos completamente distintos de coerção: (i) a coerção sociocognitiva dos falantes do PB, que não têm essa estratégia à sua disposição na gramática de sua língua e só podem estranhá-la quando apresentados a ela, e (ii) a pressão político-ideológica de uma cultura linguística altamente elitizada e tradicionalmente autoritária, surda e cega aos desenvolvimentos da língua portuguesa em solo brasileiro nos últimos 500 anos, mas que não é muda no momento de censurar a língua que é a dos 200 milhões de seres humanos que vivem nesse país.

Os pronomes relativos, em seu emprego padronizado, estão em processo de extinção e coube à nossa geração presenciar esse desaparecimento. Tudo indica que, em breve, eles vão se juntar ao acervo de relíquias gramaticais que os falantes da língua vêm depositando ao longo dos séculos no arquivo morto da língua:

- o índice de pessoa *vós* e seus possessivos
- a distinção entre *mui* e *muito*
- a distinção entre *quão* e *quanto*
- os possessivos femininos *ma, ta, sa*
- os pronomes adverbiais *hi* e *ende*
- a concordância do particípio passado com o objeto direto
- os advérbios de lugar *acó* e *aló*
- os demonstrativos *aquesto, aqueste, aquesta*
- o pronome de não-pessoa indeterminada *home*
- o uso interrogativo do pronome *cujo*
- o uso da preposição *de* para introduzir o agente da passiva
- diversas regências verbais
- os advérbios *chus, u, porende, suso, toste, asinha, samicas, tamalavez*
- o sentido do verbo *estar* como 'estar de pé'
- etc.

Nenhum falante contemporâneo sente falta desses elementos que já foram intensamente empregados ao longo da história da língua. Se tantos já não sentem falta da preposição antes do pronome relativo, é porque falta ela não faz.

20.5.5 Pronomes relativos e pronomes de não-pessoa

O linguista brasileiro Fernando Tarallo (1952-1992) empreendeu a pesquisa mais aprofundada feita até hoje sobre as estratégias de relativização no português brasileiro. Nesse trabalho (sua tese de doutoramento defendida em 1983), ele demonstrou uma estreita correlação entre as estratégias de relativização e o emprego dos pronomes de não-pessoa (que poderíamos chamar de *estratégias de pronominalização*).

Assim como existem três estratégias de relativização (padrão, copiadora e cortadora), também existem três estratégias de pronominalização (clítico, *ele*-acusativo e objeto nulo), que examinamos em [▸470]. E assim como se passa com a relativa padrão — a única admitida pela TGP —, também o emprego do clítico de não-pessoa — o único contemplado pel TGP — é uma raridade no português brasileiro contemporâneo.

Numa pesquisa que empreendi em dez inquéritos do NURC (dois de cada cidade), diferentes dos que compõem o *corpus* compartilhado, comparei o emprego das três estratégias de relativização e das três de pronominalização. Os resultados que obtive foram os seguintes:

PRONOMINAL.	Nº	%
CLÍTICO	3	0,6
ELE ACUSATIVO	18	3,6
OBJETO NULO	479	95,8
TOTAL	500	100,0

RELATIVIZ.	Nº	%
PADRÃO	26	20,4
COPIADORA	6	4,7
CORTADORA	95	74,8
TOTAL	127	100,0

Resultados semelhantes têm sido encontrados por diversos outros pesquisadores e comprovam que as mudanças que ocorrem na língua não se processam de modo aleatório, mas sim que mantêm uma forte interdependência, na medida em que uma mudança num dado nível (fonológico, morfossintático, semântico, pragmático) desencadeia mudanças em outros níveis ou em outros campos do mesmo nível. Aqui, temos um exemplo de como as regras de elipse (apagamento) dos objetos diretos são solidárias da elipse da preposição nas relativas cortadoras.

Essa solidariedade fica ainda mais evidente nas pesquisas empreendidas por Mary Kato (citada por Castilho, 2010: 368):

> Ela mostrou que há uma harmonia no tratamento dos clíticos e dos pronomes relativos, pois ambos compartilham a propriedade da foricidade. Assim, o falante que usar os clíticos em anáfora, como em

(86) *Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.*
utilizará a adjetiva padrão:
(86a) *Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu.*
O falante que substitui o clítico pelo pronome acusativo *ele*, como em
(86b) *Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.*
selecionará a adjetiva copiadora:
(86c) *Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu elas.*
Finalmente, o falante que anaforiza através da elipse, como em
(86d) *Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu Ø.*
selecionará a adjetiva cortadora, como em
(86e) *Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu Ø.*
semelhante na aparência a (86a).
O rápido desaparecimento dos clíticos no PB vem favorecendo o uso das adjetivas copiadoras e cortadoras.

No entanto, mais uma vez, o que temos aqui é uma difusão mais ampla de uma regra gramatical que já despontava em épocas passadas:

(73) A Natureza, negando-lhe a ordinária ração de outros gostos, sente-o, e amua-se como menino, **que** lhe tiram a merenda. (Pe. Manuel Bernardes [1644-1710], *Vários tratados*, II, 354).
→ como menino a quem tiram a merenda (forma semelhante à cortadora)

Recuando ainda mais no tempo, Ilari (1999: 113) nos informa que, no tocante às orações adjetivas,

> as diferenças entre latim clássico e latim vulgar não são grandes; mas a perda quase total da declinação dos pronomes relativos fez com que aparecesse (já então) o tipo de construção que é hoje o mais comum do português falado no Brasil, e que consiste em retomar o relativo por meio de um pronome pessoal, antepondo a ele, e não ao relativo, a preposição exigida pelo verbo da subordinada:
> *o menino que falei com ele.*

20.6 Topicalização e relativização

Conforme vimos em [▸472], a topicalização consiste em avançar para o início do enunciado um elemento ao qual se quer dar destaque. Também vimos que existem línguas, como o japonês e o chinês, entre muitas outras, em que o tópico é uma regra gramatical, o que faz os linguistas dividirem as línguas do mundo entre línguas de tópico e línguas de sujeito.

O PB é uma língua em que as estruturas de tópico-comentário ganham cada vez mais espaço, avançando sobre o terreno das estruturas sujeito-predicado. Isso ainda não nos autoriza a classificar o PB como uma língua inteiramente de tópico. Mesmo assim, os efeitos da topicalização são facilmente perceptíveis sobre outras áreas da gramática.

Existe um forte parentesco entre as estratégias de relativização copiadora e cortadora e as construções de tópico no PB. Colocando elas lado a lado, já conseguimos vislumbrar esses laços de família:

A	
TOPICALIZAÇÃO	RELATIVIZAÇÃO
1. a psicologia do direito ela faz uso de métodos e técnicas de pesquisa. (NURC/REC/337) 2. então o Japão... ele, desde o seu início... ele contava como força fundamental (das suas colônias) os dois fatores. (NURC/RJ/379) 3. então essas glândulas... elas não se desenvolvem. (NURC/SSA/049) 4. porque a sociologia do direito por exem:plo ela não estuda somente a lei... (NURC/REC/337) 5. agora merenda escolar eu tenho pouca::... pouco contato com isso. (NURC/RJ/ 328)	1. eu tenho um conhecido, aliás, um amigo comum nosso que ele é especialista em comida internacional. (NURC/POA/291) 2. e a Itália, que também a gente vai dar um pouco mais de atenção a ela. (NURC/RJ/379) 3. na exposição de animais é o lugar que eu... RAramente passo por lá. (NURC/REC/150)
B	
TOPICALIZAÇÃO	RELATIVIZAÇÃO
6. ø que fase que ele começou isso? (NURC/SP/360) 7. o cantor... Beniamino Gigli... ø aquele eu não fui meu pai é que gostava. (NURC/POA poa 045 8. ø esse tipo de filme também eu gosto mas é é é danado, viu? (NURC/SP/234) 9. ø isso eu tenho... realmente muito cuidado. (NURC/RJ/328) [isso = *não comer gordura em excesso*] 10. não ø drama já basta a vida. (NURC/SP/234) 11. aquelas comidas assim muito típicas lá da... da Bahia então eu achei gostosa... Recife também... ø Recife nós comemos coisas assim MUIto gostosas... também... (NURC/RJ/328) 12. a única coisa que a gente não tem por hábito é o coração... a gente não come coração... mas come miolo... miolo ø eu gosto muito refogado... sabe? (NURC/RJ/328) 13. ø merenda escolar eu tenho pouca noção. (NURC/RJ/328) 14. ø a última [*peça de teatro*] eu não lembro o nome... (NURC/SP/234)	4. outro filme ø QUE eu fiquei também chocada e gostei muito foi *O destino do Poseidon*. (NURC/SP/234) 5. é uma farinha tirada de uma folha de árvore uma coisa assim ø QUE eles depois fazem uma farinha... (NURC/RJ/328) 6. são as escolas técnicas ø QUE tem uma série aí agora, né?... (NURC/SSA/231) 7. uma coisa ø QUE eu não me arrependi foi ter botado ela [*na escola*] com um ano e quatro meses... (NURC/SSA/231) 8. [*Belo Horizonte*] é uma cidade ø QUE eu pelo menos não gosto. (NURC/SSA/098) 9. foi um negro americano ø QUE eu não me recordo o nome agora... (NURC/SP/234)

Os enunciados do grupo A apresentam estratégias copiadoras: um conteúdo é apresentado e logo a seguir retomado anaforicamente por um pronome. Nas topicalizações de 1 a 4, o elemento anunciado é em seguida retomado na função de sujeito da sentença, enquanto na sentença 5 o pronome demonstrativo (*isso*) retoma um complemento nominal (*merenda escolar*, complemento de *contato*).

No grupo B, temos estratégias cortadoras: um conteúdo é anunciado, mas não é retomado anaforicamente por nenhum pronome; ao ser trazido para o início do enunciado, ele perde sua marcação de caso sintático, ou seja, ele aparece como um *absolutivo* [▶621], e a preposição regida pelo verbo não é enunciada.

É interessante notar o emprego das duas estratégias em enunciados bastante semelhantes:

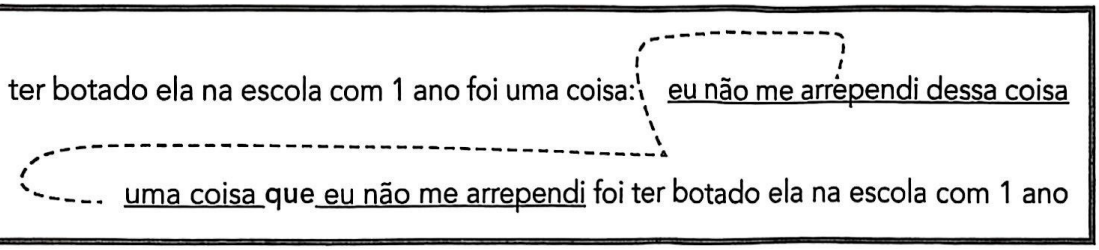
A5. agora merenda escolar eu tenho pouca::... pouco contato com isso
TOPIC. COPIADORA
A13. ø merenda escolar eu tenho pouca noção
TOPIC. CORTADORA
A14. ø a última [*peça de teatro*] eu não lembro o nome...
TOPIC. CORTADORA
B9. foi um negro americano ø QUE eu não me recordo o nome agora...
RELAT. CORTADORA

O que difere sintaticamente as topicalizações das relativizações da tabela acima é que nas topicalizações existe apenas uma sentença, enquanto nas relativizações temos sempre mais de uma sentença:

VERBO
8A. ø esse tipo de filme também eu gosto → TOPICALIZAÇÃO

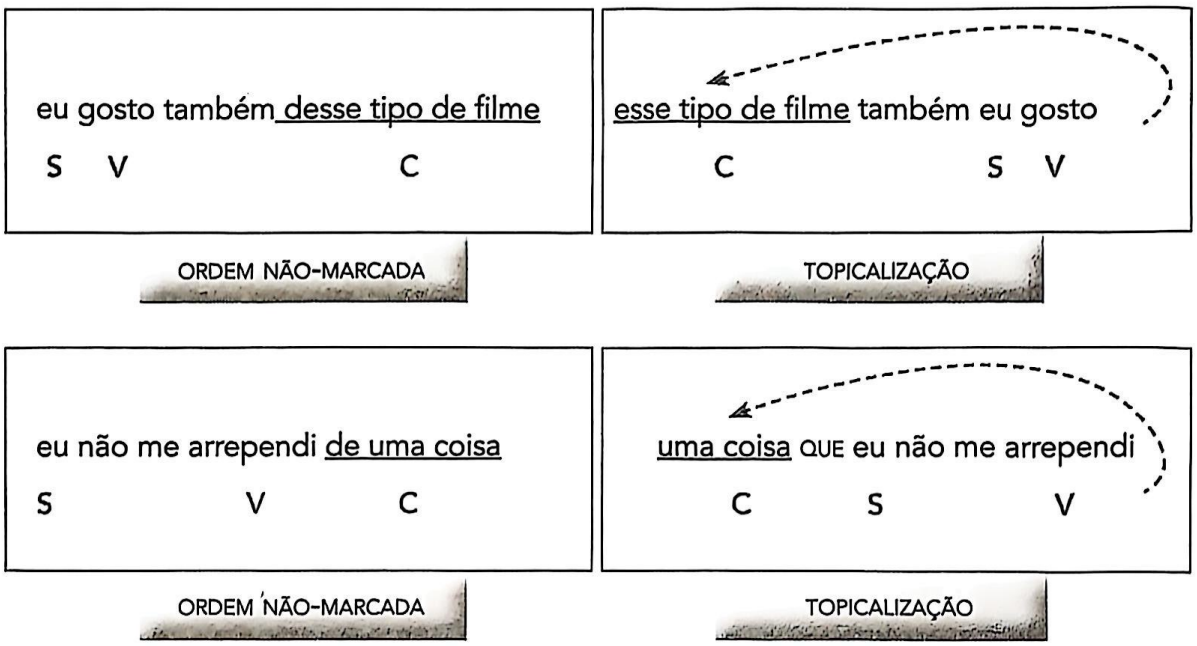
$VERBO^1$ V^2 $VERBO^3$
4B. uma coisa QUE eu não me arrependi foi ter botado ela na escola com 1 ano → RELATIVIZAÇÃO

Com isso, o conector que se torna necessário para coordenar as diversas sentenças que constituem o ato de fala quando sobre elas incide o efeito da topicalização (representada pela seta no diagrama abaixo):



Assim, podemos dizer que "relativização" é um termo que perde seu sentido, uma vez que a partícula que não exerce mais função de pronome e se torna mero conector entre dois enunciados independentes — o termo pode ser conservado se com ele entendermos que a palavra que estabelece uma *relação* entre os enunciados. Essa relação, no entanto, não se caracteriza mais como uma *subordinação*.

O que identifica a topicalização é a ruptura da ordem SVC, característica do PB:



Tanto na topicalização simples quanto na topicalização com relativização, o complemento deslocado perde seu caso sintático enquanto a preposição, por não poder figurar sozinha no final da sentença, é apagada. De fato, a topicalização se caracteriza, segundo diversos autores, por colocar um elemento em destaque *antes da sintaxe*, isto é, anuncia-se o tópico e somente depois dele se inicia a sintaxe:

(74) então o Japão... ele, desde o seu início... ele contava como força fundamental (das suas colônias). (NURC/RJ/379)
→ anuncia-se o tópico: o Japão, e só depois desse anúncio é que se inicia a sintaxe propriamente dita, o que explica o aparecimento do pronome-sujeito *ele*, uma vez que *o Japão* não exerce função sintática nenhuma.

É o mesmo fenômeno que verificamos nas estratégias não normatizadas de relativização:

(75) e a Itália, QUE também a gente vai dar um pouco mais de atenção a ela (NURC/RJ/379)
→ anuncia-se o tópico: *a Itália*, e para relacioná-la à sentença que se inicia em seguida se emprega o conector que, enquanto o objeto indireto é preenchido pelo sintagma *a ela*.

Vimos que, historicamente, a conjunção integrante que provém do pronome relativo que. Na atual fase da gramática do PB, o processo volta a se repetir: o pronome relativo se despronominaliza e reduz suas funções à de mero conector. É importante ressaltar, porém, que na primeira gramaticalização o que adquiriu um estatuto de *transpositor*, tipicamente subordinador, enquanto agora ele é apenas *conector*, sem desempenhar nenhuma função estrutural, a não ser a de nexo entre sentenças.

As estruturas de tópico-comentário vêm sofrendo uma injusta campanha de perseguição da parte das pessoas que não compreendem o fenômeno e o consideram uma invenção recente dos brasileiros que "falam mal" a língua. Ora, o exame da história da língua, mais uma vez, desmente essas opiniões desinformadas, já que as estruturas de tópico-comentário estão documentadas em textos antigos, como nesses exemplos citados por Castilho (2010: 283-284) de pesquisas empreendidas por outros autores:

(76) E destas riquezas estos regnos graças a nosso senhor som ricos
→ topicalização do complemento *destas riquezas*, trazido para antes do substantivo *ricos* ('ricos destas riquezas')

(77) Ca Deus en ssi meesmo, ele mingua non á, / nen fame nem sede nen frio nunca ja
→ topicalização com retomada do tópico pelo pronome-sujeito *ele*

(78) E esta dona Violante Sanches casou com ela o conde dom Martim Gil de Portugal
→ topicalização com retomada do tópico pelo pronome-complemento *ela*

Castilho conclui que as pesquisas por ele apresentadas "demonstram que as construções de tópico do PB são continuações de estruturas do português arcaico, documentáveis em suas duas fases históricas" (p. 285).

20.7 Interrogativos

Os pronomes relativos, em muitas línguas, também desempenham a função de pronomes interrogativos. Já falamos dos advérbios interrogativos (*Quando? Onde? Como?*) em [▶851] — mas essas três palavras também podem ser classificadas entre os pronomes relativos. Também entre os quantificadores indefinidos encontramos itens que servem para a interrogação (*Quanto? Quem?*) — mas convém lembrar que *quanto* e *quem* também são tradicionalmente classificados entre os pronomes relativos, em construções como:

(79) Eu quero levar tudo quanto couber na minha mala!
→ o pronome relativo *quanto* sempre tem como antecedente o quantificador indefinido *tudo*.

(80) Sônia é uma pessoa com quem é sempre proveitoso conversar
→ o pronome relativo *quem* sempre tem como antecedente um sintagma nominal com traço semântico [+humano], embora haja uma forte tendência no PB atual a substituí-lo por o *qual/a qual* etc.

Assim, podemos fazer as seguintes correlações:

RELATIVO	INTERROGATIVO
◗ COMO se essas características estão explícitas da mesma maneira como eu as coloquei isso é conhecimento. (NURC/POA/278)	◗ COMO como é que se transporta um... um caminhão desse tipo de um lugar para o outro? (NURC/SSA/098)
◗ CUJO então a sociedade come:ça a olhar para aquela criança... criando muitas vezes um trauma... cuja consequência é mar/ a marginalização daquela criança... (NURC/REC/145)	◗ CUJO *(arcaico)* Cuja é esta caveira? (Pe. Antônio Vieira)
◗ O QUAL qual seria... o motivo pelo qual... eles::... começaram... a pintar ou a esculpir... estas formas... ? (NURC/SP/405)	◗ QUAL qual seria... o motivo pelo qual... eles::... começaram... a pintar ou a esculpir... estas formas... ? (NURC/SP/405)

ONDE nós passamos uma tarde nu::m lugar onde eles serviram uma refeição e depois então era só frutas... (NURC/RJ/328)	ONDE vocês sabem que esses grandes vasos... aorta e a artéria pulmonar... elas têm origem... onde?... na base do coração... (NURC/SSA/049)
QUANDO No fim das contas, há sempre o desejo impregnante de voltar para um tempo quando a vida era mais simples e relaxada.	QUANDO quando é que o aluno utiliza ou trabalha naquela categoria conhecimento? (NURC/POA/278)
QUANTO um jardim com planta com passarinho com tudo quanto é bicho que pode existir. (NURC/REC/005)	QUANTO sabe quanto é que está saindo o meu financiamento mensal? (NURC/RJ/355)
QUE mas aquilo de que tu te ressentiste para poder fazer uma extrapolação. (NURC/POA/278)	QUE que é que tem uma coisa a ver com a outra? (NURC/REC/005)
QUEM mas tem quem diga que não que sociologia do direito é estudada por quem faz ciência social... sociologia jurídica: quem estuda são os jurídicos quer dizer... eu fico com::... com quem diz que:... é igual... (NURC/REC/337)	QUEM com quem foi *Casa de Bonecas*? (NURC/SP/234)

Em inglês ocorre o mesmo fenômeno, como aliás em várias outras línguas — os pronomes relativos são empregados também como interrogativos: *what, who, whom, when, where, which, how, whose*... Essas palavras são chamadas em inglês de WH-*-words* e em português de palavras-QU. A semelhança entre wh- e qu- não é fortuita: são heranças diretas dos interrogativos e relativos do indo-europeu que deviam começar por *$k^{w}o$-. A grafia do inglês é enganadora, pois na verdade a pronúncia mais antiga era *hw-*, com uma aspiração seguida da semivogal (o inglês atual *what* se escrevia mesmo *hwæt* no inglês arcaico). A passagem de um [k] inicial indo-europeu para uma aspirada [h] nas línguas germânicas é bastante regular:

latim: *cord-* ('coração')	inglês: *heart* ('coração')
latim: *cursus* ('corrida')	inglês: *horse* ('cavalo')
grego: *kyon-* ('cão')	inglês: *hound* ('cão de caça')
latim: *caput-* ('cabeça')	inglês: *head* ('cabeça') < *heafod* (anglo-saxão)
latim: *calidu-* ('quente')	inglês: *hot* ('quente) < *hat* (anglo-saxão)

Os relativos/interrogativos *como* e *cujo* também provêm de palavras-QU latinas que sofreram mutações:

- *como* > *quomodo* > *quo modo*? ('de que modo?')
- *cujo* > *cuius* > caso genitivo de *qui* e *quis* ('que, o qual, quem')

O latim clássico dispunha de uma impressionante coleção de palavras-QU, das quais muito poucas sobreviveram nas línguas românicas:

1. *qua* ('por onde, pelo lugar em que')
2. *quacumque* ('por onde quer que')
3. *quadamtenus* ('até certo ponto')
4. *qualibet* ('por qualquer lugar')
5. *qualis* ('qual, de que espécie')
6. *quam* ('quanto, quão, como')
7. *quamdiu* ('há quanto tempo')
8. *quamdudum* ('há quanto tempo?')
9. *quamlibet* ('quando aprouver')
10. *quamobrem* ('por que razão')
11. *quamplures* ('muitíssimo; a maior parte')
12. *quamplurimi* ('o maior número possível de')
13. *quamprimum* ('o mais cedo possível')
14. *quamvis* ('tanto quanto tu queres')
15. *quanam* ('por onde; por que lado')
16. *quando* ('quando')
17. *quandocumque* ('todas as vezes que')
18. *quandoque* ('um dia; algum dia; visto que; pois que')
19. *quandoquidem* ('um dia, algum dia; visto que, pois que')
20. *quanquam* ('todavia, conquanto, contudo')
21. *quanti* ('por que preço, por quanto')
22. *quanto* ('quanto; tanto mais quanto')
23. *quantopere* ('quanto, até que ponto')
24. *quantulum* ('que pequena quantidade?')
25. *quantulus* ('quão pouco?')
26. *quantuluscumque* ('por pequenino que')
27. *quantum* ('que grande quantidade?')
28. *quantumvis* ('tanto quanto se quiser; ainda que; por mais que')
29. *quantus* ('quão grande; tão grande quanto')
30. *quantuscumque* ('por grande que seja')
31. *quantumlibet* ('por grande que seja, o mais possível; no último grau')
32. *quantusquantus* (o mesmo que *quantucumque*)
33. *quantusvis* ('por grande que seja; o maior possível')
34. *quapropter* ('por que; por que razão; por isso; por isso é que')
35. *quaqua* ('por onde quer que')
36. *quaquam* ('de qualquer modo')
37. *quaquaversus* ('para todos os lados)
38. *quare* ('pelo que; pela qual razão; por isso')
39. *quasi* ('como; do mesmo modo que; como se')
40. *quatenus* ('até o ponto em que; até que ponto')
41. *quemadmodum* ('como, de que maneira; por que meio')
42. *qui, quae, quod* ('que, o qual, a qual; tal que; que?; quem?')
43. *qui* (ablativo de *quis*) ('em que, com que, de que')
44. *quia* ('porque')
45. *quianam* ('por quê?')
46. *quiane* ('é por isso que?')
47. *quicumque* ('todo aquele que; qualquer que; qualquer coisa que')
48. *quicumvis* ('com qualquer que seja')
49. *quid* ('que?')
50. *quidam* ('um certo; algum')
51. *quidem* ('na verdade; decerto')
52. *quidni* ('por que não?')
53. *quidquid* ('tudo aquilo que')
54. *quidum* ('então por quê?')
55. *quidvis* ('seja o que for')
56. *quin* ('por que não?'; 'como não?')
57. *quinam* ('quem?', 'qual?')
58. *quipiam* ('de que maneira?')
59. *quippe* ('pois, com efeito')
60. *quippini* ('por que não?', 'sim, certamente')
61. *quis, quae, qua, quid, quod* ('quem?', 'qual?', 'algum', 'alguém', 'algo')
62. *quisnam, quaenam, quodnam* ('quem?', 'o quê?')
63. *quispiam* ('alguém, alguma coisa')
64. *quisquam* ('alguém, algo, algum')
65. *quisque* ('cada um; cada')
66. *quisquis* ('quem quer que seja')
67. *quivis* ('qualquer')
68. *quiviscumque* (o mesmo que *quivis*)
69. *quo* ('pelo que; é por isso que; a fim de que')
70. *quo* ('para onde')
71. *quo* ('e por isso; e portanto')
72. *quoad* ('até onde; até quando')
73. *quoadusque* ('até que')
74. *quocirca* ('pelo que; por isso; por conseguinte')
75. *quocumque* ('para qualquer parte')
76. *quod* ('que; o que')
77. *quod* ('quanto a este fato; o fato de')
78. *quodammodo* ('de certo modo')
79. *quominus* ('que não')
80. *quomodo* ('como')
81. *quomodocumque* ('de qualquer modo que')
82. *quomodolibet* ('de qualquer maneira que')
83. *quomodonam* ('como assim?')
84. *quonam* ('para onde, pois?', 'aonde?', 'a que fim?')
85. *quondam* ('outrora; um dia no futuro')
86. *quoniam* ('desde o momento que; desde que')
87. *quopiam* ('para qualquer parte')

88. *quoquam* ('para qualquer lugar')
89. *quoque* ('também, igualmente, do mesmo modo')
90. *quoquo* ('para qualquer lugar que')
91. *quoquomodo* ('de qualquer maneira que')
92. *quoquoversus* ('para todos os lados')
93. *quersum, quorsus* ('para que lugar; para que lado')
94. *quot* ('quantos')
95. *quotannis* ('todos os anos')
96. *quotcalendis* ('em todas as calendas')
97. *quotcumque* ('tantos quantos; qualquer que seja o número de')
98. *quotdiebus* ('todos os dias; cada dia')
99. *quoteni* ('quantos; em que número')
100. *quotennis* ('de quantos anos')
101. *quotidie* ('todos os dias; cotidianamente')
102. *quotiens* ('quantas vezes')
103. *quotiescumque* ('todas as vezes que')
104. *quotquot* ('quantos; quaisquer que; todos quantos')
105. *quotusquisque* ('quão poucos; em quão pequeno número')
106. *quousque* ('até quando; até onde')
107. *quovis* ('para onde quer que')
108. *quum, quom, cum* ('no momento em que; desde que, logo que')
109. *quumcumque* (o mesmo que *quandocumque*)
110. *quumaxime* ('quando principalmente; sobretudo quando')
111. *quumplurimum* ('as mais das vezes')

20.8 ONDE OU AONDE? TANTO FAZ!

Embora alguns defensores mais acirrados da tradição normativa insistam em cobrar uma diferença entre onde e aonde, o PB há muito já abandonou essa diferença. Na verdade, essa indiferença é antiga, e mesmo entre grandes escritores brasileiros e portugueses do passado, os chamados clássicos da língua, ela pode ser verificada. É o que explicam, por exemplo, Cunha & Cintra em sua gramática (1985: 342-343):

> Embora a ponderável razão de maior clareza idiomática justifique o contraste que a disciplina gramatical procura estabelecer, na língua culta contemporânea, entre ONDE (= o lugar em que) e AONDE (= o lugar a que), cumpre ressaltar que esta distinção, praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos.

Em seguida, citam exemplos de escritores brasileiros e portugueses.

Como poderíamos explicar esse descaso dos falantes em geral (cultos inclusive, escritores clássicos inclusive) por aquilo que os gramáticos citados chamam de "ponderável razão de maior clareza idiomática"? Além do declínio, já examinado, do uso da preposição a [▶867], podemos lançar a hipótese de que o verbo ir tem uma carga semântica de [+movimento-direção] tão forte que nas interrogações e nas sentenças relativas a preposição pode muito bem ser dispensada.

A hipótese se comprova, novamente, por meio da comparação com outras línguas da família românica. De fato, o francês e o italiano não apresentam um par correspondente a ONDE/AONDE e exprimem tanto a direção quanto a localização com uma única palavra:

- FRANCÊS: Où tu vas? Où tu es?
- ITALIANO: Dove vai? Dove sei?
- PB: Onde/aonde você vai? Onde/aonde você está?

No que diz respeito ao espanhol, o *Diccionario gramatical y de dudas del idioma* (1985: 239) explica que, quando se trata de movimento ou de repouso também é indiferente o uso, como interrogativo, de DÓNDE e de ADÓNDE:

> Así, preguntamos indistintamente: "*¿Dónde* vas?" y "*¿Adónde* vas?"; "*¿dónde* estás?" y "*¿adónde* estás?".

Fora do contexto românico, podemos citar o caso do inglês, em que where é usado indistintamente para direção ou localização, conforme explica o *Random House Webster's Unabridged Dictionary* (versão 2.0 em CD-ROM, 1996):

> where *adv.*
> 1. in or at what place?: *Where is he? Where do you live?*
> 2. in what position or circumstances?: *Where do you stand on this question?*
> [...]
> 4. to what place, point, or end? whither?: *Where are you going?*
>
> [onde/aonde *adv.*
> 1. em que lugar?: *Onde/aonde está ele? Onde/aonde você mora?*
> 2. em que posição ou circunstâncias?: *Onde/aonde você se coloca nessa questão?*
> [...]
> 4. Para que lugar, ponto ou fim? Para onde?: *Onde/aonde você está indo?*]

Curiosamente, o mesmo dicionário explica que o uso de preposições para diferenciar localização (at) e direção (to) é desnecessário:

> — Usage. WHERE ... AT (*Where was he at?*) and WHERE ... TO (*Where is this leading to?*) are often criticized as redundant because neither AT nor TO adds anything to the meaning of WHERE, and sentences like the preceding ones are perfectly clear and standard without the final AT or TO. This criticism does not apply to WHERE ... FROM, which is fully standard: *Where does the money come from?* The constructions WHERE ... AT and WHERE ... TO occur in the speech of educated people but are rare in formal speech and edited writing.
>
> [Uso. WHERE ... AT (*Where was he at? "Onde ele estava?"*) e WHERE ... TO (*Where is this leading to? "Aonde isto está levando?"*) são frequentemente criticados como redundantes porque nem AT nem TO acrescentam nada ao significado de WHERE, e frases como as acima são perfeitamente claras e padrão sem o AT ou TO finais. Esta crítica não se aplica a WHERE ... FROM, que é perfeitamente padrão: *Where does the money come from? "De onde vem o dinheiro?"*. As construções WHERE ... AT e WHERE ... TO ocorrem na fala de pessoas cultas, mas são raras na fala formal e na escrita monitorada.]

Como se vê, a "ponderável razão de maior clareza idiomática" que justificaria a distinção entre ONDE e AONDE não tem abrigo em inglês, língua em que, exatamente ao contrário, se acredita que o uso de uma preposição distintiva "não acrescenta nada ao significado" do advérbio, uma vez que o significado do advérbio está condicionado ao significado do verbo. É o mesmo que ocorre no português brasileiro.

Por outro lado, em português e nas demais línguas românicas (tal como em inglês, conforme salienta o citado dicionário), o emprego de uma preposição para indicar a *origem* do movimento é uma necessidade sentida por todos os falantes. De fato, se

um falante brasileiro, de qualquer variedade linguística, omitisse a preposição de em enunciados como *De onde você está vindo?*, seu interlocutor perceberia de imediato a agramaticalidade da construção (**Onde você está vindo?*). O verbo chegar, que pode indicar tanto o *destino* quanto a *origem* do movimento, é um claro exemplo de necessidade de distinção:

- (a)onde você quer chegar com isso? → DESTINO: +prep *ou* –prep
- de onde você está chegando? → ORIGEM: +prep

Se houvesse, de fato, uma necessidade de maior clareza idiomática no uso de onde/aonde, os falantes da língua, que são os primeiros e maiores interessados em se fazer entender com clareza, praticariam essa distinção. Assim, o a de aonde é interpretado, de fato, como uma simples prótese, do mesmo tipo presente nas variantes lexicais *avoar*, *assoprar*, *assentar*, *abaixar*, *alembrar*, *alevantar*, *apois*, *aquando* etc. O emprego de aonde na poesia e nas composições musicais pode se prender às necessidades de métrica. Na fala espontânea, aonde, com sua vogal aberta, tem muitas vezes emprego afetivo, sobretudo enfático.

O uso indiferente de ONDE por AONDE e vice-versa pode ser documentado em muitos séculos de história literária. O dicionário *Aurélio*, no verbete aonde, dá uma excelente síntese desse fenômeno:

> O uso dos melhores autores [...] desde um Azurara, da fase arcaica da língua, até um José Régio ou um Miguel Torga, dos nossos dias, não distingue ONDE de AONDE. Clássico dos mais reputados, Rebelo da Silva usa AONDE por ONDE cerca de 40 vezes nos seus *Contos e lendas*; uma delas (só para exemplificar), na p. 20: "O cemitério aonde dormem os que nos amaram". Por vezes ocorre o emprego simultâneo de um e outro advérbio com a mesma significação: "Nise? Nise? onde estás? aonde? aonde?" (Cláudio Manuel da Costa, *Obras poéticas*, I, p. 109); "Mas aonde te vais agora, / Onde vais, esposo meu?" (Machado de Assis, *Poesias completas*, p. 207). Note-se, na abonação machadiana, que a métrica não se oporia à repetição do AONDE.

A língua escrita culta que escolhemos investigar aqui, a dos textos jornalísticos, também dá mostras da absoluta indiferença do falante brasileiro em distinguir onde de aonde. Consultando os arquivos do jornal *Folha de S.Paulo* entre os anos de 1995 e 1999, procurei ver o número de ocorrências de cada uma dessas palavras. Obtive o seguinte resultado:

onde	85.915
aonde	672

A diferença é gigantesca. Ora, sabendo que os verbos com sentido de movimento (*ir*, *vir*, *chegar*, *levar*, *trazer*...) estão entre os mais empregados na língua, podemos levantar a hipótese de que esses verbos ocorrem muito mais associados a onde do que a aonde.

Para comprovar essa hipótese, pesquisei no mesmo *corpus* do jornal todas as ocorrências de "onde chegou"[1] e de "aonde chegou" em cinco anos de edições diárias (1.825 edições). O resultado foi o seguinte:

onde chegou	178	85,1%
aonde chegou	31	14,8%
TOTAL	**209**	**100,0%**

Vejamos exemplos de onde associado ao verbo *chegar*, para o qual a TGP exige a preposição a:

(81) Para *chegar onde chegou*, Starr avançou a passos lentos. (*FSP*, 14/12/1998, p. 8A12).
(82) a marca é o mais antigo produto do gênero a ser industrializado no país, *onde chegou* em 1938. (*FSP*, 1/12/1998, p. Especial-8)
(83) Ele embarcou terça-feira à noite para Madri, *onde chegou* no início da tarde do dia seguinte. (*FSP*, 9/10/1998, p. 1-4)

Também não foi difícil encontrar exemplos de aonde com sentido de localização-situação (e não de movimento-direção, conforme a TGP):

(84) Sim, mas *aonde encontrar* esse adversário ideal? Na cidade vizinha! (*FSP*, 20/8/1994, p. 4-6)
(85) É inadmissível que se fale em concorrência *aonde existe* monopólio natural. (*FSP*, 30/4/1995, p. 2-4)
(86) *Aonde está* a Embratur que qualifica estas empresas? (*FSP*, 8/1/1996, p. 3-2)

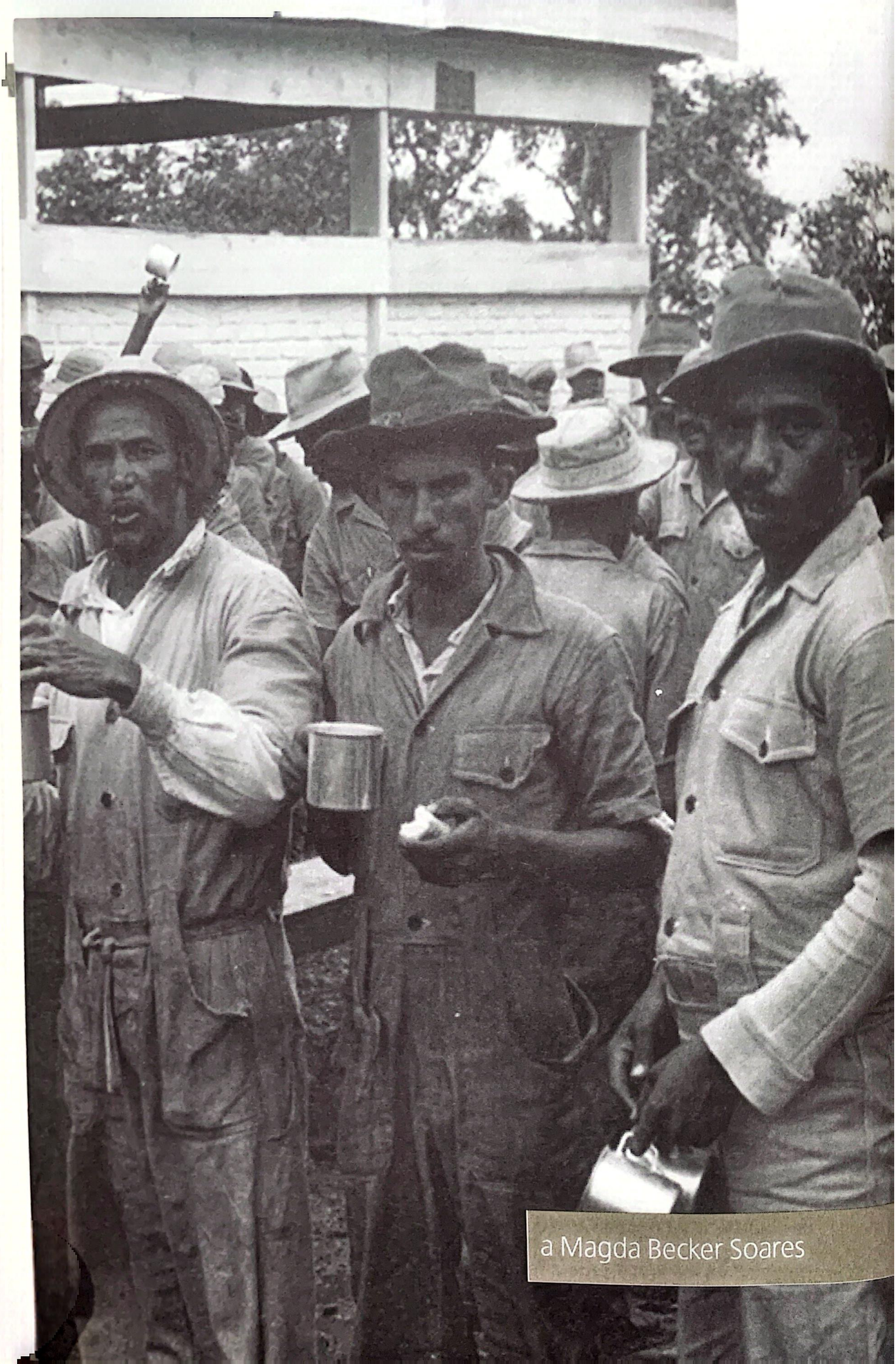
No *corpus* do NURC, encontramos também essa indistinção:

(87) na minha época de professora primária... costumavam dar macarrão... eles davam muito arroz com dobradinha... sei que em outras escolas mais afastadas eles serviam comidas... é::coisas com mais salgado, né? e em escolas assim mais próximas aonde o meio é melhor eles procuram servir coisas mais... (NURC/RJ/328)
(88) é uma ilha, um arquipélago aonde a escassez dos recursos dentro da área *era* suprida por quê? pelas célebres excursões fora da área japonesa. (NURC/RJ/379)
(89) quando chegou a noite eu não tinha onde dormir fui dormir na popa... do navio... aonde *ficavam* os camarotes da oficialidade... então ele me levou para o próprio camarote dele aonde *tinha* duas camas. (NURC/REC/099)
(90) locais em que as pessoas possam ter uma vila uma cidadezinha... pelo meio do caminho aonde *parem*... aonde *façam* um núcleo aí... de trabalho de família... (NURC/REC/265)
(91) uma moça bem vestida me perguntou aonde *ficava* a rua. (NURC/RJ/018)

Portanto, podemos afirmar sem medo que não existe distinção semântica entre onde e aonde em português. Nem no Brasil, nem em Portugal. Nem na língua escrita, nem na língua falada. Por isso, não tem argumento filológico nenhum o professor que cobrar de seu aluno uma suposta regra que nunca foi seguida nem mesmo pelos maiores clássicos da língua.

[1] Eliminei as ocorrências em que depois do verbo *chegou* aparecia a preposição A seguida de um infinitivo, como em: "João morou numa aldeia indígena, onde chegou a comer carne de cobra e de tatu". São construções em que a ideia de movimento não existe.

LIVRO V DIDÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO



a Magda Becker Soares

21

errei, sim

a hipercorreção e suas consequências

Uma certeza que se pode ter depois de um estudo aprofundado da história das relações entre língua(s) e sociedade(s) é que a separação entre essas duas entidades é simplesmente impossível. Vimos no capítulo 1 de que forma as primeiras escolas linguísticas com pretensões científicas tentaram transformar a língua num sistema autossuficiente, autônomo, regulado por suas próprias leis internas, sem levar em consideração os falantes. Essa tentativa quase exasperada de fazer da linguística uma ciência "pura" e rigorosa só podia estar fadada ao fracasso — como de fato fracassou. A retomada dessa tentativa por parte de Chomsky e sua gramática gerativa só fez transferir para dentro do cérebro ou, mais especificamente,

para o próprio DNA da espécie humana, esse sistema que é tão abstrato que acreditar nele é quase um ato de fé.

O debate entre a visão "científica" de língua e as concepções vigentes no senso comum a respeito de língua(s) e linguagem tem sido muito mal empreendido nos últimos tempos, principalmente da parte dos linguistas profissionais. Sustentados por suas descobertas acerca do funcionamento da(s) língua(s), conscientes de que nenhuma língua humana é uma entidade fixa e imutável, mas sim sujeita à ininterrupta variação e à ininterrupta mudança, boa parte desses profissionais assumem uma postura inflexível diante do senso comum: o erro não existe, é apenas um construto ideológico facilmente desmontável pela ciência. Ao fazerem isso, eles batem de frente com a opinião da ampla maioria da população, incluindo intelectuais de outras áreas e pessoas de quem se esperaria uma visão mais esclarecida do fenômeno da linguagem.

Outros linguistas, de tão convencidos de suas certezas, nem se dão ao trabalho de contestar o senso comum, a ideologia linguística ou o imaginário linguístico que toda sociedade humana inevitavelmente cria e sustenta. Fingem que não é com eles e prosseguem em seu trabalho de investigação, cujos frutos, na maioria dos casos, não ultrapassam o limiar de suas salas nas universidades. Essa indiferença é mais prejudicial do que a luta que usa como arma exclusivamente a certeza científica.

A linguista inglesa Deborah Cameron, que há bom tempo vem criticando essa postura dos linguistas profissionais, insiste: "Os seres humanos não só usam a língua, eles comentam sobre a língua que usam" (1995: 1). E prossegue: "Todas as atitudes frente à língua e à mudança linguística são fundamentalmente ideológicas, e o parentesco entre ideologias populares e eruditas, embora complexo e conflitante, é mais íntimo do que se poderia pensar" (p. 4). Em sua análise crítica do discurso dos linguistas profissionais, Cameron deixa muito claro o papel fundamental do *falar sobre a língua que se fala* na constituição da dinâmica social:

> Eu nunca conheci ninguém que não aderisse, de um modo ou de outro, à crença de que a lingua(gem) pode estar "certa" ou "errada", pode ser "boa" ou "ruim", mais ou menos "elegante" ou "efetiva" ou "adequada". É claro que existe um desacordo profundo sobre que valores adotar e como defini-los. Mas, seja como for que as pessoas decidem e escolhem, é raro encontrar alguém que rejeite inteiramente a ideia de que existe *alguma* autoridade legítima na língua. Todos nós somos prescritivistas enrustidos — ou, como prefiro dizer, higienistas verbais. (1995: 9)

De fato, ainda persiste em boa parte da atividade dos linguistas (e mesmo dos sociolinguistas) uma tendência a um "distanciamento crítico" que não é permitido, pelo simples fato de serem falantes da língua que estudam. Um geólogo pode fazer uma análise distanciada das rochas e dos minerais, assim como um astrônomo de seu objeto de estudo. Com a língua, porém, é muito diferente:

> Se quisermos entender o caráter invasivo e efetivo da higiene verbal, é fundamental reconhecer que as convenções linguísticas são rotineiramente sentidas como de uma ordem diferente

> das várias outras regras e normas sociais. A autoridade delas não é somente uma imposição externa, mas é sentida como algo vindo profundamente de dentro.
>
> Isso levanta a questão de como as normas "penetram" nos usuários da língua ou de como são "assumidas" por eles: processos pouco estudados na sociolinguística, embora seus resultados — a visível sensibilidade das pessoas para com as normas linguísticas, sua afinada consciência do prestígio e do estigma — sejam considerados evidentes pelos sociolinguistas. O problema é como passamos de desenvolvimentos históricos de larga escala como a padronização, de um lado, ao comportamento real de falantes individuais, do outro. (*ibid.*, 14)

21.1 A DUPLA FACE DO ERRO

A impossibilidade de separar língua e sociedade nos obriga a contemplar a noção de erro como um objeto de duas faces: a face visível, a que se mostra à sociedade mais ampla, uma face construída ao longo dos séculos pelas forças centrípetas que estudamos em [▶125]; e a face oculta, construída pelos estudiosos que, ao longo dos séculos, vêm investigando o fenômeno da linguagem e as línguas em particular e tornando cada vez mais conhecidos os processos sociocognitivos que fazem as línguas humanas serem o que são.

No entanto, essa divisão não é rígida e nítida: afinal, os cientistas de qualquer área, por mais que tentem se mostrar "neutros" e voltados exclusivamente para seu "objeto" de pesquisa, são seres humanos como outros quaisquer, envolvidos na dinâmica social, sujeitos às influências das ideologias de seu tempo e de seu lugar históricos, representantes de interesses de classes sociais específicos etc. Não admira, portanto, encontrar linguistas profissionais, conhecedores dos fenômenos de variação e mudança, que apresentam comunicações em congressos sobre o tema, mas que exigem que os professores das escolas de seus filhos só ensinem a "norma culta". E também não admira encontrar pessoas sem formação específica em linguística que, por causa de uma sensibilidade mais aguda aos fenômenos linguísticos e/ou por uma posição político-ideológica assumida, reconheçam a importância do tratamento da variação e da mudança em sala de aula...

Por isso, entre a face visível e a face oculta, existe toda uma zona intermediária, onde as noções se fundem, se confundem, se difundem. E a noção de *erro* é o melhor exemplo dessa dinâmica social complexa: para o linguista profissional, o erro não existe, pois toda e qualquer manifestação linguística segue regras gramaticais facilmente demonstráveis; para a maioria das pessoas, no entanto, o erro existe e é preciso combatê-lo até mesmo por causa de uma boa intenção da parte de seus detratores: ensinar a língua "certa" a quem fala "errado" é um modo de garantir a inserção da pessoa na cultura letrada.

FACE VISÍVEL DO 'ERRO': o erro existe, é fruto da ignorância e deve ser combatido a fim de se promover a 'ascensão social' de quem o 'comete'

FACE OCULTA DO 'ERRO': o erro não existe, é fruto de fenômenos sociais de dominação e prescrição; tem explicação racional da parte das teorias científicas

ZONA INTERMEDIÁRIA: fusão, confusão e difusão das ideias prevalentes de cada um dos lados; complicação do fenômeno

Qualquer análise que desconsidere um desses pontos de vista — o "científico" e o do "senso comum" — será, fatalmente, incompleta e não favorecerá uma reflexão que permita analisar a realidade linguístico-social, nem ajudará na elaboração de políticas que auxiliem na constituição de um ensino verdadeiramente democrático e formador de cidadãos.

21.2 O LUGAR DA ESCOLA NO PLANETA ERRO

As forças sociais responsáveis pela educação não podem desconsiderar um fato incontornável: os comportamentos sociais não são ditados pelo conhecimento científico, mas por outra ordem de discursos e saberes — representações, ideologias, preconceitos, mitos, superstições, crenças tradicionais, folclore etc. Essa outra ordem de discursos e saberes pode até sofrer influência dos avanços científicos, mas quase sempre essa influência se faz de forma parcial, redutora e distorcida. Querer fazer ciência a todo custo na escola sem levar em conta a dinâmica social, com suas demandas e seus conflitos, é uma luta fadada ao fracasso.

A sociologia da linguagem nos ensina que onde tem variação (linguística) sempre tem avaliação (social). Nossa sociedade é profundamente hierarquizada e, em consequência disso, todos os valores culturais e bens simbólicos que nela circulam também estão dispostos em escalas hierárquicas que vão do "bom" ao "ruim", do "certo" ao "errado", do "feio" ao "bonito" etc. E entre esses valores culturais e bens simbólicos

está a língua, certamente o mais importante deles. Não por acaso o sociólogo francês Pierre Bourdieu formulou toda uma teoria sobre "a economia das trocas linguísticas".

Por mais que nós, linguistas, rejeitemos a norma-padrão tradicional, por não corresponder às realidades de uso da língua, não podemos desprezar o fato de que, como bem simbólico, existe uma demanda social por essa "língua certa", identificada como um instrumento que permite acesso ao círculo dos poderosos, dos que gozam de prestígio na sociedade. Curiosamente, os trabalhos acadêmicos que contestam a validade da tradição normativa vêm escritos, quase todos, numa norma por vezes até obsoleta com relação aos usos contemporâneos das camadas letradas (basta ver o gosto dos acadêmicos pelas mesóclises e pelas passivas sintéticas, que eles mesmos dizem não existir!).

A linguista holandesa Renate Bartsch (1987: 227), que estuda a problemática da norma, afirma com muita clareza:

> [...] no tocante à preocupação com a correção, essa é uma atitude necessária, carregada de valor positivo e coerente com um traço característico e comum do estilo de vida dos humanos: o desejo de controlar suas ações e produtos e de procurar os meios necessários para garantir que os instrumentos linguísticos de comunicação e interação sejam amplamente reconhecíveis e interpretáveis.

Também o sociolinguista britânico James Milroy (2001: 530-555) é enfático ao tratar desses temas:

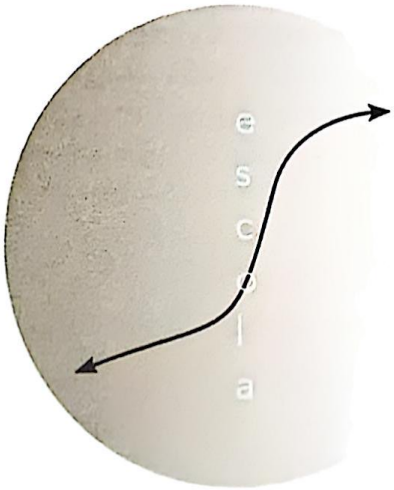
> A forma canônica da língua é uma herança preciosa que tem sido construída ao longo das gerações, não pelos milhões de falantes nativos, mas por uns poucos escolhidos que consagraram amoroso cuidado à tarefa, polindo, refinando e enriquecendo a língua, até ela se tornar um sutil instrumento de expressão [...]. Essa é uma opinião sustentada por pessoas em diversos campos de atuação, incluindo encanadores, políticos e professores de literatura. Acredita-se que se a variedade canônica não for universalmente defendida e protegida, a língua inevitavelmente vai declinar e decair. [...] Alguns linguistas vêm tentando se engajar em debates sobre essas questões, em geral denunciando que tais opiniões são errôneas, e parece que eles nem sempre têm entendido plenamente o poder das ideologias da língua que dirigem a opinião pública sobre esses temas. Um componente básico do raciocínio, aqui, deriva da crença de que a língua é um bem *cultural*, análogo à religião e aos sistemas legais, mais do que parte das faculdades mentais ou cognitivas do ser humano. [...]. No entanto, na medida em que a língua realmente *é* um objeto cultural, dificilmente se pode dizer que aquelas opiniões são inteiramente extraviadas, e neste sentido tampouco são irracionais. Assim, por tal qualidade, elas têm de ser respeitadas e levadas a sério. Opiniões públicas são profunda e sinceramente sustentadas e amplamente difundidas na sociedade, por mais que os linguistas possam considerá-las infundadas.

Mas não se deve tirar dessas citações uma conclusão apressada. Nem Bartsch nem Milroy nem eu aqui estamos dizendo que, já que é assim mesmo, então vamos deixar as coisas como estão, vamos deixar de lado o discurso científico sobre a língua e continuar apegados à visão tradicional, ao senso comum. Como bem nos lembra Pierre Bourdieu (2003: 34),

> [...] construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais [...] O pré-construído está em toda parte.

A construção de um objeto científico-pedagógico não é tarefa exclusiva do cientista — no nosso caso, do linguista —, mas também é uma atribuição da escola, como instituição mantida e/ou controlada pelo Estado, instituição em que o cidadão e a cidadã recebem sua formação intelectual, junto com uma formação ética e política.

Uma educação linguística bem fundamentada tem de reconhecer que o lugar da escola no planeta Erro é a zona intermediária, onde circulam as concepções científicas e as noções do senso comum. Permitir um diálogo frutífero entre essas duas ordens de discurso e apontar o que há nelas de perigoso e/ou de proveitoso é, sem dúvida, uma das funções primordiais da instituição escolar: não só no que diz respeito à língua, mas a todas as áreas de conhecimento.



21.3 Estudo de caso da higiene verbal: a reação a um livro didático

O quadro descrito no capítulo 5 [▸252] em torno da autoeleição da mídia, ou de parcelas importantes dela, como principal "baluarte de defesa da língua" se revelou em todos os seus pormenores ideológicos numa falsa polêmica suscitada exatamente por esses grandes meios de comunicação — desde sempre, como sabemos, estreitamente vinculados e dependentes de grandes grupos econômicos dominados pela nossa reduzida oligarquia. O comportamento desses grandes grupos durante as eleições presidenciais de 2010, acintosamente comprometido com as forças mais conservadoras do espectro ideológico da sociedade brasileira, demonstrou em sua plenitude esse vínculo orgânico entre a chamada grande mídia e a oligarquia. Não por acaso, esses meios de comunicação vêm sendo rotulados de PIG (Partido da Im-

prensa Golpista) pelos cidadãos inconformados com o antijornalismo praticado tão impunemente por esses meios de comunicação.

Em maio de 2011, como se se tratasse de um meteoro recém-caído do céu, chegou ao conhecimento dessa mídia o fato de que uma coleção de livros didáticos destinada à educação de jovens e adultos (EJA) trazia "erros de português" e, pior, que autorizaria o uso dessas formas supostamente erradas. A coleção tinha sido adquirida pelo Ministério da Educação e distribuída para mais de meio milhão de alunos no país todo. Foi o suficiente para que se deflagrasse uma onda de protestos, levantada principalmente pelos setores mais retrógrados dos nossos meios de comunicação. O que ficou explicitado nesse caso foi a absoluta ignorância (mesclada a uma desonestidade intelectual escancarada) que reina nesses meios no que diz respeito ao que é uma língua e ao que significa ensiná-la nos dias de hoje. A essa ignorância logo se juntou a ideologia política assumidamente conservadora já descrita.

Logo de início, ficou patente que a ampla maioria dos comentários se produziu sem que seus autores tivessem se dado ao trabalho mínimo de ler o capítulo do livro em questão. Abaixo reproduzimos o trecho que gerou essa reação enfurecida:

> ESCREVER É DIFERENTE DE FALAR
> É importante saber o seguinte: as duas variantes [norma culta e popular] são eficientes como meios de comunicação. A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros.
> "Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado." Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro?'". Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente diz o que se deve e o que não se deve falar e escrever, tomando as regras estabelecidas para a norma culta como padrão de correção de todas as formas linguísticas. O falante, portanto, tem de ser capaz de usar a variante adequada da língua para cada ocasião.
> Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:
> **Nós pega o peixe.**
> nós - 1ª pessoa, plural
> pega - 3ª pessoa, singular
> **Os menino pega o peixe.**
> menino - 3ª pessoa, ideia de plural (por causa do "os")
> pega - 3ª pessoa, singular
> Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.
> É comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. Esse preconceito não é de razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação cotidiana. A norma culta existe tanto na linguagem escrita como na linguagem oral, ou seja, quando escrevemos um bilhete a um amigo, podemos ser informais, porém, quando escrevemos um requerimento, por exemplo, devemos ser formais, utilizando a norma culta. Algo semelhante

> ocorre quando falamos: conversar com uma autoridade exige uma fala formal, enquanto é natural conversarmos com as pessoas de nossa família de maneira espontânea, informal. (*Por uma vida melhor*, Heloísa C. Ramos. São Paulo: Ação Educativa/Global, 2011)

Qualquer pessoa vinculada à educação linguística no Brasil nos últimos vinte anos (pelo menos), sabe que não existe problema algum no trecho acima. Muito pelo contrário, os especialistas consultados consideraram absolutamente normal, até mesmo banal, a abordagem. Além disso, não houve inovação alguma da parte dos responsáveis pelo livro *Por uma vida melhor* no tratamento da variação linguística: praticamente *todos* os livros didáticos de ensino de português disponíveis no mercado brasileiro hoje trazem um capítulo, uma unidade, um módulo dedicado à abordagem do fenômeno. Embora nem sempre essa abordagem seja satisfatória (ver críticas que faço a ela em Bagno, 2010), também existem exemplos de um tratamento bem adequado da variação, como podemos ver abaixo:

> O MITO DA ORIGEM
> Muitas pessoas pensam que, quanto mais parecido ou próximo do português de Portugal for o nosso modo de falar, mais "correto", "nobre" ou "puro" ele seria. Esse é um grande engano.
> Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o português é derivado do **latim vulgar**, isto é, do latim falado *pelo povo*, pelos soldados romanos que dominaram a Península Ibérica, onde fica Portugal.
> Em segundo lugar, é muito difícil determinar o que é certo e o que é errado em uma língua, especialmente quando se trata de fala. Veja por quê: há certas palavras — como *fruita*, por exemplo — que são usadas pelos falantes de classe social baixa, pelos que não puderam estudar ou em regiões do interior do Brasil. Quem a considera "errada" por esse motivo, alegando que o "certo" é *fruta*, provavelmente não sabe que a forma *fruita* existia no português arcaico, de Portugal, como apareceu no texto de Gandavo. Para quem acha que, quanto mais antiga a palavra, mais correta, a forma *fruita* deveria ser considerada "mais correta" que *fruta*.
> Em outras palavras, nem sempre é possível saber se a variação da língua é **histórica** (isto é, determinada pelo tempo) ou **social** (determinada pela classe social e/ou escolaridade do locutor) ou ainda **regional** (determinada pela região em que se vive). O verdadeiro problema em torno dessa questão é que muitas pessoas nem pensam no assunto e sempre consideram "errado" um modo de falar diferente do seu próprio. Nesse sentido, parecem-se com o europeu que condenava o modo de vida dos indígenas porque era diferente do seu. (Garcia e Amoroso, 2008, vol. 8: 44)

> A sua experiência de falante de um idioma e as discussões sobre a língua propostas em vários momentos neste livro lhe ajudam a observar que variedades regionais e sotaques são avaliados de forma distinta na nossa sociedade. Uma explicação para isso é o fato de a linguagem estar fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade. Por exemplo, a língua padrão representa mais *status* e prestígio social do que qualquer outra variante falada no Brasil. Embora o padrão seja muito importante (pois ajuda a manter certa "uniformidade" linguística), não existe nenhum aspecto próprio das variantes não-padrão que as torne piores ou inferiores. As atitudes de desrespeito, de deboche contra dialetos não-padrão, são atitudes que refletem a estrutura da sociedade.
> A partir do momento em que percebemos que a variante linguística falada por nós (tanto quanto a roupa que vestimos, por exemplo) tem, para esta sociedade, um significado, fica mais fácil entender que a língua pode constituir uma forma de manifestação de poder. (Albergaria, Fernandes e Espechit, 2008, vol. 8: 252)

- Você agora é um(a) advogado(a) de defesa, e seu cliente é o "a gente **somos**". Argumente a favor de seu uso: que razões você poderia apresentar para provar que esta seria uma forma mais lógica de falar do que "a gente **é**"? (*ibid.*, vol. 5: 121)

- Você notou como os meninos do poema pronunciam a palavra **carvoeiro**? Eles dizem "**carvoero**". Esse fenômeno **da fala** é mais comum do que você pode imaginar e não constitui (**na fala**!) um problema. O problema acontece no momento de escrever. Por isso, é importante entendermos que A ESCRITA APENAS REPRESENTA A FALA.
A escrita **não é a reprodução idêntica** da fala. Se fosse, não teríamos uma escrita única, e sim várias. Você já reparou como a mesma palavra pode ser pronunciada de várias maneiras? Um gaúcho, por exemplo, não pronuncia **leite** da mesma forma que um mineiro. Mas ambos — gaúcho e mineiro — escrevem **leite** da mesma maneira. [...] Agora você vai ser um aprendiz de linguista (este é o nome dado às pessoas que estudam uma língua ou idioma) e fazer o trabalho proposto a seguir:
1. Liste palavras do português que tenham o ditongo "ei" e que, **quando faladas**, ficam como a palavra **carvoeiro** do poema (ou como o nome do autor, Bandeira!).
2. Liste substantivos que tenham o ditongo "ou", que passa pelo mesmo processo estudado aqui. Veja dois exemplos: **trouxa** (pronuncia-se "troxa"), **tesouro** ("tesoro").
3. Liste verbos terminados em "ou". Para isso, eles terão que estar na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito. Veja dois exemplos: **falou**, **cantou**.
4. Liste substantivos que tenham o ditongo "ai", que também passa pelo mesmo processo. Veja dois exemplos: **caixa** (som de "caxa"), **faixa** ("faxa"). (Albergaria et al., 2008, vol. 5: 166) [...]

- 4. Algumas palavras arcaicas, como **entonces**, **adonde**, **embigo** e **barrer**, ainda são usadas na língua popular. Formule uma hipótese para explicar por que isso acontece. (*ibid.*, vol. 8: 244) [...]

- 3. Procure explicar, valendo-se das regras de funcionamento da língua, por que algumas pessoas falam "Há menas alunas que alunos na sala". (*ibid.*, vol. 8: 251)
No texto, Seu Ico conta seus causos em uma linguagem que reproduz o jeito de falar próprio de certas regiões do estado de São Paulo: o falar caipira. Esse falar não é reproduzido na escrita exatamente da mesma maneira como o povo o emprega, pois **um texto escrito não consegue reproduzir o jeito como as pessoas falam, apenas representá-lo.**
Será que todas as expressões usadas por Seu Ico são empregadas apenas pelo caipira? Leia as frases a seguir:
- Não pode caçá neste lugar.
- Qué sabê?
- Pois vô sem medo.
- Disparô o alarme do carro!

a) Você identificou se alguma dessas palavras faz parte do seu jeito de falar?
(C. Silva, E. Silva, Araújo e Oliveira, 2008, vol. 5: 178)

6. Vejamos as diferenças entre o vocabulário do Chico Bento e o das pessoas escolarizadas que vivem nos grandes centros:
- bas tarde: boa tarde
- perciso: ...;
- inté: ...;
- ladrio: ... .
- drento: ...;

Agora vejamos algumas semelhanças entre a fala do Chico Bento e do tio Alípio e a das pessoas escolarizadas das cidades:
- bunita: ...;
- banhero: ...;
- otra: ...;
- treis: ...;

- fechá: ...;
- primera: ...;
- aparecê: ...;
- isqueça: ... .

Você reparou que houve mais semelhanças do que diferenças?
(Gusso e Finau, 2008, 5: 41)

Ora, examinando os exemplos acima, podemos até dizer que o tratamento dado à variação linguística no livro *Por uma vida melhor* é conservador, a começar pelo título, "Escrever é diferente de falar", que faz uma separação entre escrita e fala que não tem mais cabimento nos dias de hoje, diante das pesquisas intensas feitas no campo do letramento e diante do desenvolvimento das tecnologias de informação, que transformaram fala e escrita praticamente numa coisa só (ver Corrêa, 2004).

O escândalo da mídia, portanto, é fruto de sua profunda ignorância a respeito do que significa ensinar língua hoje no Brasil e em várias partes do mundo. Essa ignorância se aliou à arrogância dos que se acham imunes a toda crítica e dotados do poder de criticar ampla e irrestritamente — tudo isso contra o pano de fundo ideológico conservador, quando não francamente retrógrado. Essa ignorância-arrogância também veio temperada, em muitos casos, de óbvia má-fé.

Ficou evidente que a maior parte dos comentários foi feita "de ouvido", sem a preocupação mínima com a leitura da obra — o que é prova incontornável do caráter essencialmente político-ideológico da pseudopolêmica, um caráter que podemos qualificar, sem susto, de fascista ou, no mínimo, fascistoide. É a reação de quem não entende nada do assunto, mas se acha suficientemente habilitado para discutir o tema com base exclusivamente em sua visão de mundo reacionária.

Por outro lado, para deixar ainda mais a nu a ignorância generalizada dos meios de comunicação, todas as entidades representativas dos linguistas e educadores brasileiros se manifestaram favoráveis à coleção e protestaram contra a deturpação que a mídia promoveu do conteúdo da obra[1]: Associação Brasileira de Linguística (Abralin), Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), além de muitos intelectuais que emprestaram sua voz ao protesto contra a distorção dos atos. É claro que a Academia Brasileira de Letras, para surpresa de ninguém, se manifestou con-

[1] A ONG Ação Educativa, que assessorou a produção desses livros didáticos, preparou um dossiê em que apresenta a falsa polêmica e reproduz textos produzidos por especialistas em defesa da obra. Ver em www.acaoeducativa.org.

tra o livro didático (ver depoimentos abaixo de Marcos Villaça e Evanildo Bechara, além do de Merval Pereira, eleito para a ABL durante a polêmica).

A tentativa de desinformar a população se fez, nessa ocasião, por meio de uma mentira repetida incessante e inescrupulosamente na mídia: a de que o livro "ensina a falar errado". A simples leitura do trecho que citamos deixa evidente essa tentativa de deformar a opinião pública. Mas não foram poucas as pessoas que comprometeram seu nome na divulgação dessa mentira e na crítica irracional de algo que o livro em questão jamais fez (os grifos abaixo são meus):

> CLÓVIS ROSSI - Inguinorança
> **SÃO PAULO** - Não, leitor, o título acima não está errado, segundo os padrões educacionais agora adotados pelo mal chamado Ministério de Educação. Você deve ter visto que o MEC deu aval a um livro que se diz didático no qual se ensina que falar "os livro" pode.
> Não pode, não, está errado, é ignorância, pura ignorância, má formação educacional, preguiça do educador em corrigir erros. Afinal, é muito mais difícil ensinar o certo do que aceitar o errado com o qual o aluno chega à escola. [...] (*Folha de S.Paulo*, 15 mai 2011)

> Achei um despautério essa proposta que está contida nesse livro, e acho que a melhor coisa que o MEC faria seria recolher os livros e voltar com outro caminho. Esse caminho não dá, está equivocado!... É isso que eu acho e a Academia Brasileira de Letras pensa igual, pela unanimidade dos seus membros.
> (Marcos Villaça, presidente da Academia Brasileira de Letras)
> (http://www.brasiliaemdia.com.br/2011/5/20/marcos-vilaca---dois-e-dois-sao-cinco-8460.htm, acesso em 28 jun 2011)

> Há um aspecto perverso nessa crise do livro didático de português, que o MEC insiste em manter em circulação, que ultrapassa qualquer medida do bom-senso de um governo, qualquer governo. A pretexto de defender a fala popular como alternativa válida à norma culta do português, o Ministério da Educação está estimulando os alunos brasileiros a cultivarem seus erros, que terão efeito direto na sua vida na sociedade e nos resultados de exames, nacionais e internacionais, que avaliam a situação de aprendizado dos alunos, debilitando mais ainda a competitividade do país. [...]
> (Merval Pereira, *O Globo*, 17 mai 2011)

> Perguntinha básica para o MEC, mais uma vez centro dessa polêmica que revela o rebaixamento de seus quadros, em sua maioria ali chegados por indicação partidária, e não por mérito: se os alunos podem continuar a falar e a escrever "os livro", "nós vai" etc., o que é que eles e os professores estão fazendo na escola? [...]
> Deveríamos todos ter sido alunos dessa professora, autora do livro *Por uma vida melhor*, que integra uma coleção chamada "Viver, Aprender", e foi adotado pelo Ministério da Educação? Ou temos que respeitar quem pensa diferentemente dela, ao lado de professores como Sérgio Nogueira, Cláudio Moreno e Evanildo Bechara, entre outros?

[...] E ainda não tínhamos chegado ao Armagedon de *Os Sertões*, quando até os primeiros da classe se achariam analfabetos completos diante do estilo e das palavras do autor que tinha sido morto pelo amante da própria mulher.
Um dos nossos foi ainda mais catastrófico: "Já pensou se ele sobrevivesse? Morreu aos 43 anos e já escrevia assim! Aos sessenta, usaria todo o dicionário e mais um pouco. Bom, dele só sei que nasceu em Cantagalo e morreu no Rio".
Coitado daquele colega. Não gostava de literatura nem de mulher. E não pôde esperar o voto do STF consagrando o que ele mais praticava, a homoafetividade que naqueles tempos tinha sua designação resumida ao nome de um animalzinho muito querido, o Bambi, que ainda não saltitava nas savanas do Discovery, apenas nos quadrinhos de Walt Disney. [...]
Pois é. Os tempos e os costumes brasileiros nos levaram a esses descalabros, mas convém olhar todo o panorama. A polêmica, conquanto incendiária, dá conta de apenas um aspecto de nosso fracasso educacional. Muitos outros temas e problemas continuam encobertos e é por isso que é estratégico dar um jeito de controlar a mídia, do contrário vamos acabar sabendo de tudo! E ficaremos ainda mais espantados! (Deonísio da Silva, *Observatório da Imprensa*, nº 542, 17 mai 2011)

O livro *Por uma Vida Melhor* é um equívoco. Estão confundindo um problema de ordem pedagógica com uma discussão sociolinguística que valoriza o linguajar popular. Ninguém discorda que a expressão popular tem validade como forma de comunicação, entretanto, ela não apresenta vocabulário nem tampouco estatura gramatical que permitam desenvolver ideias de maior complexidade, tão essencial a uma sociedade que deseja evoluir. Por isso acho que não cabe às escolas ensiná-las.
– *Como o domínio da língua culta pode contribuir para o futuro do país?*
Forjando cidadãos para preencher vagas que demandem alta qualificação, algo crucial para a economia. Ao questionar a necessidade do estudo da gramática em escolas do país, linguistas como Marcos Bagno e tantos outros estão nivelando por baixo o ensino do português. Com isso, acabam reduzindo as chances de milhões de brasileiros aprenderem a se expressar com correção e clareza. Para ocupar um bom lugar no mercado de trabalho é pré-requisito principal que as pessoas não saiam por ai dizendo NÓS PEGA O PEIXE, versão ensinada no livro distribuído pelo MEC. (Evanildo Bechara, "Em defesa da gramática", *Veja*, 29 mai 2011)

Se um livro didático, selecionado para o ensino, confunde variação com padrão gera polêmica, porque há uma grande diferença entre falar uma língua e ensinar a falar e a escrever essa língua. O livro didático de português não é um livro para o ensino da língua oral; o foco é principalmente o português por escrito, objetivo de quem está na escola, no caso, de professores que ensinam e de alunos que aprendem. Como é sabido, ascende socialmente quem sabe escrever — eis o que solicitam os concursos públicos, tão usados como parâmetros de conhecimento no Brasil. Assim sendo, expor num livro didático usos de falta de concordância como 'adequados' é inserir num lugar errado o que o social não quer nem ouvir, nem ver por escrito, pois a própria escola, com papel social, político, educacional e pe-

dagógico, reprova o erro. Mediante essa constatação, a discussão em torno do livro adotado pelo Ministério da Educação para o EJA deixa à vista que um conteúdo inadequado foi registrado num lugar errado, no livro didático. Ali não é o lugar para dizer que está correto o que provoca estigma — a falta de concordância de número — que é uma das formas mais marcadas como erro diante da norma-padrão da Língua Portuguesa.
(Enilde Faulstich, "Para que serve um livro didático de Língua Portuguesa?" http://www.unb.br/noticias/unbagencia/artigo.php?id=393, acesso em 18 mai 2011)

O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que "ensina" a língua portuguesa com erros de português. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio àquela ode ao desacerto ao resolver que a questão não lhe diz respeito.
Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes.
Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer "nós pega o peixe" ou "nós pegamos o peixe" dá no mesmo. "Os menino" ou "o menino", na avaliação do MEC, são duas formas "adequadas" de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora.
A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de "preconceito linguístico".
[...] Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira.
Corrigi-los ou cobrar o uso correto da língua pelo primeiro mandatário da nação viraram ato de preconceito.
Eis o resultado da celebração da ignorância, que, junto com a banalização do malfeito, vai se confirmando como uma das piores heranças do modo PT de governar.
(Dora Kramer, *O Estado de S. Paulo*, 17 mai 2011)

No texto assinado por Enilde Leite de Jesus Faulstich, professora da Universidade de Brasília, fica óbvio que a autora está totalmente desvinculada dos processos de avaliação e aquisição de livros didáticos pelo Ministério da Educação, ignora o que ocorre nesses processos e, como todos os demais citados, opinou sobre o livro sem tê-lo lido. Falar dos "concursos públicos" como argumento em favor da não apresentação da variação linguística num material didático é, no melhor dos casos, espantoso para alguém que se diz linguista e que, como tal, deveria recorrer a argumentos minimamente científicos para embasar suas opiniões. Mas Deborah Cameron já nos mostrou de que modo mesmo os profissionais da linguagem se deixam arrastar pelas ideologias conservadoras. Afinal, alegar que "o livro didático de português não é um livro para o ensino da língua oral" é confessar seu desconhecimento do que se passa atualmente

na pedagogia de língua materna e opinar na contramão dessa pedagogia. Ora, no *Guia dos Livros Didáticos* (*PNLD 2011* p. 22), encontramos a seguinte seção:

> **3. [Critérios] Relativos ao trabalho com a oralidade**
> A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação professor-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem. Será com o apoio dessa experiência prévia que o aprendiz não só desvendará o funcionamento da língua escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos, inclusive no que diz respeito a situações escolares como as exposições orais e os seminários. Assim, caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:
> - recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos;
> - valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, situando nesse contexto sociolinguístico o ensino das normas urbanas de prestígio;
> - propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas relacionadas aos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

Podemos dizer, com base até em nossa participação pessoal em processos de avaliação de livros didáticos (ver Bagno, 2010), que praticamente todos os livros didáticos de português disponíveis hoje no mercado tratam do ensino da língua oral, até mesmo por exigência do Ministério da Educação. Com respeito a esse ensino, no mesmo Guia (p. 31) podemos ler:

> Ao contrário do que ocorria até muito recentemente, todas as coleções tomam a oralidade como objeto de ensino-aprendizagem, em lugar de se restringir a diferentes formas de mobilizá-la no trabalho com outros conteúdos. A articulação com a leitura está fortemente presente, em atividades como encenação, declamação, oralização de texto escrito etc. Mas há, por um lado, orientações específicas para esses usos da linguagem oral; e, por outro lado, nenhuma das coleções se restringe a esse tipo de abordagem. Assim, gêneros orais públicos e/ou tipicamente escolares, como o debate, a entrevista, a exposição oral etc. vêm abordados em atividades que já se organizam em sequências didáticas destinadas a explorar mais ou menos sistematicamente diferentes aspectos da produção oral. [grifos meus]

Enilde Leite de Jesus Faulstich demonstra desconhecer que, nos programas de avaliação do Ministério da Educação, o ensino de língua materna se organiza em torno de quatro eixos didáticos: (1) a leitura, (2) a produção escrita, (3) a oralidade e (4) os conhecimentos linguísticos. Falar de "conteúdo inadequado", como ela fala, é não saber o que se passa à sua volta no campo da educação linguística hoje no Brasil, o que é no mínimo imperdoável para alguém que, na época do artigo, era chefe de um departamento de linguística de uma universidade pública.

No texto de Dora Kramer, a má-fé da jornalista, de tão explícita, chega a ser obscena: enquanto o livro didático diz que a falta de concordância é que pode levar ao preconceito linguístico contra quem a pratica, Kramer escreve que "a opção pelo correto passa a ser considerada preconceito linguístico". A abertura do texto já é absurda: "O Ministério da Educação *decidiu não tomar conhecimento da adoção* em escolas

públicas do livro *Por uma Vida Melhor*" — como assim, se foi o próprio Ministério que mandou avaliar, comprar e distribuir o livro? O total desconhecimento de causa de Dora Kramer também se evidencia em atribuir a suposta "deformação" à chegada de Lula ao poder — ora, o tratamento da variação linguística nos livros didáticos se tornou item obrigatório no ensino de língua a partir da publicação em 1997 dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, na primeira gestão de Paulo Renato Souza como ministro da Educação do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso — governo que instituiu o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A postura francamente reacionária dessa jornalista, porém, é bastante conhecida. Aliás, ela mesma comete "erros de concordância" ao assumir tal postura, como deixei claro na análise que fiz de alguns textos seus em meu livro *A norma oculta* (Bagno, 2003).

Comentários infundados ou, melhor, fundados na mesma mentira, também foram expressos em jornais, revistas, no rádio e na televisão por pessoas como Jô Soares, Arnaldo Jabor, Carlos Alberto Sardenberg, William Waack, Ruy Castro, Alberto Dines, Carlos Monforte, Elio Gaspari entre outras (decerto mais numerosas do que podemos mencionar aqui).

O auge da insanidade ocorreu — de novo para surpresa de ninguém — nas páginas da revista *Veja* e nos blogues associados a ela. Numa reportagem intitulada "As lições do livro que desensina" (*Veja*, 20 de maio 2011), Nathalia Goulart faz uma retrospectiva deturpada do surgimento da sociolinguística nos Estados Unidos, citando o nome de William Labov e dizendo que "a teoria sociolinguística começou a *se infiltrar* no sistema educacional brasileiro" na década de 1980, como se fosse alguma espécie de doença contagiosa. Em seguida, diz que essa teoria foi misturada com um "blá-blá-blá ideológico" sobre preconceito e classes dominantes, culminando em livros como *Por uma vida melhor*. Outros termos empregados pela autora são "instrumento de desensino" e "aulas para desaprender".

Levando ainda mais ao extremo (como se fosse possível) essa reação típica do conservadorismo empedernido, a reportagem "Os adversários do bom português" (*Veja*, 23 de maio de 2011), assinada por Renata Betti e Roberta de Abreu e Lima emprega as seguintes expressões para se referir à linguística, à sociolinguística e ao moderno ensino de língua nas escolas: "tese absurda", "falsos intelectuais", "desserviço aos jovens", "motor ideológico dos obscurantistas", "desvarios dos talibãs acadêmicos", "lixo acadêmico travestido de vanguarda intelectual".

Algumas dessas pessoas (como Deonísio da Silva e Evanildo Bechara) alegaram em outros textos que a escola não é lugar para tratar de sociolinguística, que o estudo da variação linguística deve ficar restrito às discussões acadêmicas:

> Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social. (Evanildo Bechara) (http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2011/05/18/mec-descarta-regra-do-quotjeito-certoquot-de-falar-desde-1997.jhtm, acesso em 8 de agosto de 2011).

Se é assim, por que não impedir também que em todas as demais disciplinas escolares se proíba a apresentação dos avanços das outras ciências? Teremos de voltar a ensinar química, física, biologia, geografia, história como se fazia no século XIX? Se a educação se vale dos avanços das ciências em todas as disciplinas do currículo, por que só nas aulas de língua não podemos aplicar os conhecimentos adquiridos nos últimos duzentos anos pelas ciências da linguagem? Por que esse obscurantismo anticientífico somente quando o assunto é língua? Se os astrônomos decidiram excluir Plutão da lista dos planetas, e se essa informação vem estampada agora em todos os livros didáticos de ciências, por que não podemos apresentar aos alunos as noções de *variação linguística*, de *norma linguística*, de *estigma e prestígio* etc.? Somente porque essa abordagem implica uma discussão das estruturas sociais e das hierarquias de poder? É essa discussão que a reportagem, ela sim, obscurantista chama de "lixo acadêmico travestido de vanguarda intelectual"? Toda a vasta produção mundial de estudos sociolinguísticos, na qual o Brasil se destaca como um dos centros mais importantes? Só pode ser...

O grande disparador da fúria conservadora foi, decerto, o verbo *poder*, empregado no texto do livro didático:

> "Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado". Você pode estar se perguntando: "Mas eu posso falar 'os livro?'." Claro que pode.

Conferir poder aos falantes das variedades estigmatizadas é a grande ameaça, o fantasma que paira no inconsciente de muitos dos defensores dos interesses da pequena oligarquia e, sem dúvida, no consciente daqueles que fazem essa defesa do modo mais autoritário — e, como se viu, ignorante — possível. Nada surpreendente para quem já leu, por exemplo, *A ordem do discurso*, de Michel Foucault (1971: 52):

> Tudo se passa como se interditos, barragens, patamares e limites tivessem sido dispostos de maneira que seja controlada, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso, de maneira que sua riqueza seja aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam o mais incontrolável; tudo se passa como se se tivesse querido apagar até as marcas de sua irrupção nos jogos do pensamento e da língua. Existe decerto em nossa sociedade ... uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo contra esses acontecimentos, contra essa massa de coisas ditas, contra o surgimento de todos esses enunciados, contra tudo o que pode haver neles de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem também e de perigoso, contra esse grande burburinho incessante e desordenado do discurso.

Portanto, quando se lança um mínimo de luz sobre a face oculta do erro, a reação dos *higienistas verbais* é imediata e irracional, movida pelo pânico da ascensão social dos que "falam errado" e pela promoção desse "erro" ao *status* de poder-falar.

O já citado James Milroy escreveu (1998: 64-65):

> Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua.

Instituir, consagrar, sancionar, abençoar uma "norma culta" — mítica e jamais descrita a contento — é ato simultâneo, portanto, ao de destituir, execrar (*ex-sacrare*), excomungar (*ex-communicare*), anatematizar todas as reais variedades, majoritárias, que são lançadas — e seus usuários com elas — no purgatório do não-poder-dizer que, quando contemplado mais de perto, se revela, na verdade, o *inferno do não-poder-ser*.

21.4 A HIPERCORREÇÃO: O QUE É E DE ONDE VEM?

A hipercorreção também se enquadra nas práticas de *higiene verbal*. Trata-se do interessante fenômeno sociolinguístico que se observa quando um(a) falante ou uma comunidade de falantes, ao tentar se aproximar de um padrão ideal imaginário de língua "boa", acaba "acertando demais" e se desviando tanto da gramática intuitiva da língua quanto da gramática normativa. Por isso é uma hiper- (do grego *hyper*, correspondente ao latim *super-*, isto é, "sobre; acima de; demais; para além de; excessivo" etc.) -correção, uma correção excessiva, exagerada que acaba resvalando, a contragosto, no "erro".

Os estudos sociolinguísticos têm demonstrado, desde os trabalhos pioneiros de W. Labov nos Estados Unidos, na década de 1960-1970, que a hipercorreção é filha da insegurança linguística. Pressionados pelas forças centrípetas — sobretudo pela instituição escolar, mas não só por ela — e desconhecendo as formas realmente codificadas na tradição normativa de sua língua, muitos falantes acabam extrapolando certas regras e aplicando-as indevidamente. Não admira que a insegurança linguística e, por conseguinte, a hipercorreção se mostrem com muito mais força nas classes médias baixas, ansiosas por reconhecimento social e por ocupar um lugar entre as classes de maior prestígio, na fala das mulheres — sempre oprimidas e, por isso, mais zelosas do "falar bem" do que os homens, que se dão o direito de falar como querem —, das etnias discriminadas (negros, no caso brasileiro e norte-americano) etc.

Já se tornou clássico o gráfico de Labov em que ele mostra o salto de frequência que ocorre na classe média baixa quando se trata de produzir formas linguísticas consideradas de maior prestígio social. Em sua pesquisa sobre o emprego do [r] no inglês dos nova-iorquinos em travamento silábico (ou seja, em final de sílaba e, consequentemente, em final de palavra como em *car, cart, door, fourth* etc.), ele gravou a fala de pessoas de diferentes classes sociais e em diferentes estilos (do discurso mais espontâneo até a leitura de uma lista de pares mínimos[2]). Como a pronúncia do [r] nesses contextos fonéticos é considerada de maior prestígio do que o apagamento do

[2] Um par mínimo, nos estudos fonológicos, é uma dupla de palavras que se diferenciam por um único som: *pato / gato; mote / morte; volta / vota etc.* No caso de Labov, os pares mínimos eram compostos por palavras com [r] e por palavras sem [r], como *guard / God.*

[r] (apagamento muito comum entre os nova-iorquinos), os falantes de classe média baixa tenderam a pronunciar o [r] com muito maior frequência do que os falantes de outras classes sociais. Além disso, quanto mais monitorado o estilo de fala, maior a presença do [r]. É o que se vê no gráfico, em que a linha referente às classes médias baixas dá um pulo e supera de longe as demais classes sociais (Labov, 2006: 143):

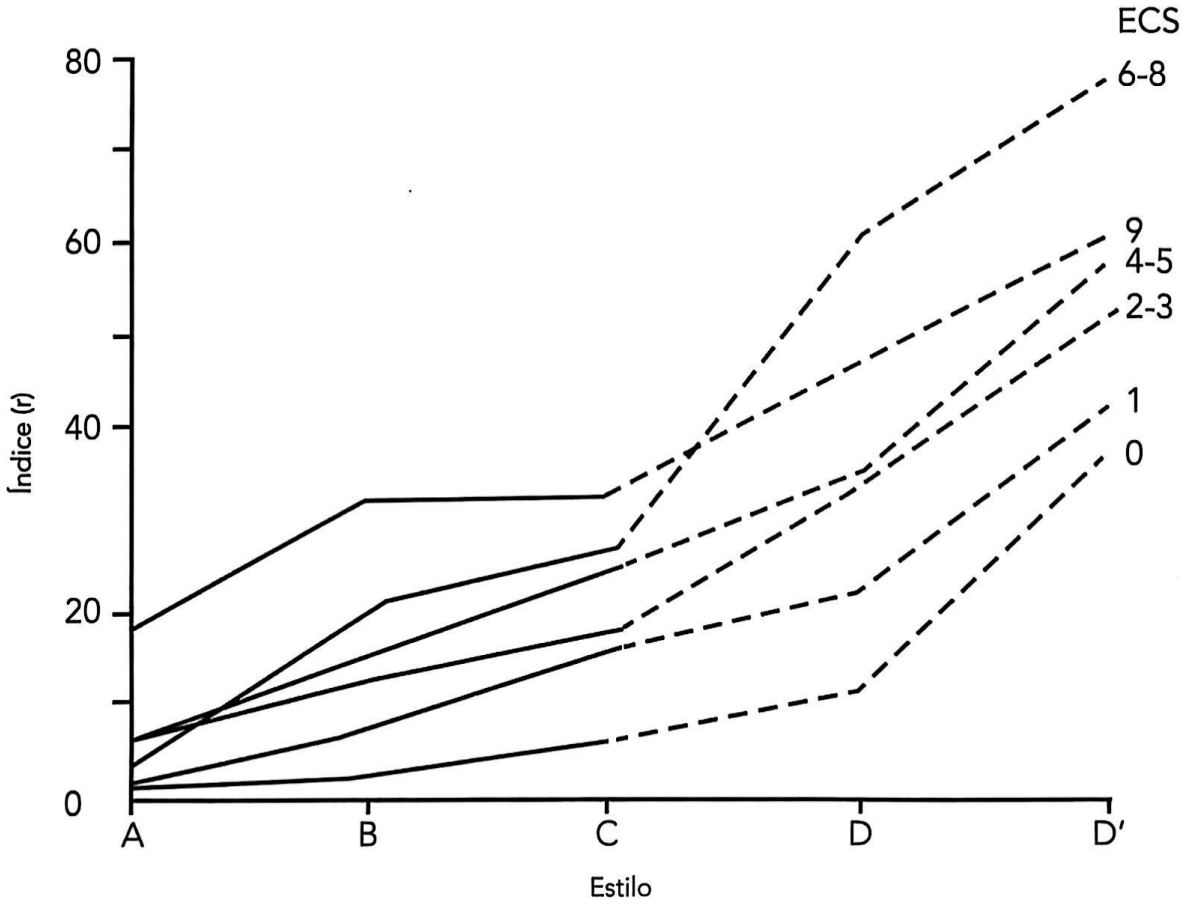


FIGURA 4.2 Estratificação de classe de uma variável linguística em processo de mudança: (r) em *guard* ("guarda"), *car* ("carro"), *beer* ("cerveja"), *beard* ("barba"), *board* ("quadro"), etc. ECS = escala de classe socioeconômica: 0-1, classe baixa; 2-4, classe operária; 5-6, 7-8, classe média baixa; 9, classe média alta. A, fala casual; B, fala monitorada; C, estilo de leitura; D, listas de palavras; D', pares mínimos.

O mesmo Labov confirmou em seus estudos empíricos que a *mudança linguística* também é impulsionada principalmente por essas classes médias baixas. São elas as responsáveis, na dinâmica social, por levar "para o alto" as inovações que surgem na língua [▶108]. Por isso, o autor afirma que a hipercorreção desempenha um papel importante na mudança linguística. Se uma determinada forma inovadora se instala nas variedades urbanas das classes mais favorecidas, ela aos poucos deixa de ser vista como erro e se consolida como forma correta.

Um exemplo é o da palavra pântano. Ela nos vem de empréstimo do italiano, língua em que a acentuação é paroxítona: pantáno, mesma acentuação que apresenta o espanhol. No entanto, por hipercorreção, o acento foi recuado para a antepenúltima sílaba, tornando a palavra proparoxítona — uma acentuação contrária à tendência normal do português, língua em que as palavras paroxítonas são muitíssimo mais numerosas que as proparoxítonas.

O mesmo recuo de acentuação se verifica em bênção. Pelas mudanças regulares da língua, o latim *benedictione-* seguiria o seguinte percurso: *beẽiçom* > *bençom* > *benção*, com acento tônico em *-ção*, como todos os substantivos abstratos com essa terminação.

Do latim civile- temos civil. No entanto, dessa mesma forma latina temos outro derivado: cível. Ao se tornar um termo específico da área jurídico-administrativa, ele foi considerado, por analogia e hipercorreção, do mesmo tipo de *cabível, comível, sofrível* etc.

Diversos casos de analogia podem ser explicados como oriundos de uma hipercorreção da parte dos falantes. É o caso do verbo pedir. Seu étimo é o latim vulgar *petire, com a 1ª pessoa do singular do presente petio > *petsio > peço. O verbo impedir, por seu turno, vem de impedire, formado do prevérbio negativo in- e de ped-, radical presente em pede-, origem do nosso pé — ou seja, impedir uma pessoa é não deixar que ela mova os pés. No entanto, por hipercorreção, o verbo *impedir*, que deveria se conjugar *eu impido*, foi hipercorrigido em impeço, e assim está até hoje.

Diversos casos de hipercorreção ocorrem hoje em dia:

- troca de [u] por [o], por se considerar que a pronúncia [u] é decorrente de fechamento indevido da vogal: *orina, enxorrada, comprimento*;
- deslocamento do acento tônico para a penúltima sílaba, criando proparoxítonas que, por serem mais incomuns na língua, soam como mais "certas" ou talvez "sofisticadas": *rúbrica, clítoris, misântropo, ávaro, cíclope, filântropo, íbero, púdico* etc. Também ocorre recuo do acento em palavras oficialmente oxítonas: *réfem, récem, sútil, uréter* etc. Uma curiosidade: a palavra que designa a pronúncia correta de uma palavra é *ortoepia* ou *ortoépia*...
- nasalização da sílaba inicial i-, por influência do prefixo in-: *indiota, indentidade, inzame (exame)* etc. Convém lembrar, no entanto, que algumas palavras que começam com enx- em português derivam de étimos latinos sem a nasal: *enxame* < *examine-*; *enxaguar* < **exaquare*; *enxada* < **asciata* etc.
- acréscimo de [r] ao final de formas conjugadas dos verbos, sentidas como infinitivos; como o apagamento do [r] final dos infinitivos é muito comum no PB, alguns falantes, por hipercorreção, pronunciam (e até escrevem) *como estar você? ele não me dar atenção!*
- pronúncia de uma semivogal [i] em supostos ditongos: *caranguei*jo, *bandei*ja, *prazei*roso etc. Como a semivogal [i] sofre assimilação quando, em ditongo, é seguida de uma consoante palatal ou vibrante simples, algumas pessoas, por hipercorreção, pronunciam um ditongo não previsto na palavra.

21.5 Quando é que o erro existe?

A resposta para essa pergunta é muito simples: é considerado erro tudo aquilo que não pertence às variedades urbanas de prestígio. Infelizmente, não podemos

deixar de reconhecer que, numa sociedade muito hierarquizada como a brasileira e extremamente desigual no tocante à distribuição dos bens materiais, culturais e sociais, são as elites urbanas mais letradas que ditam o que é certo ou errado, não só em termos de língua, mas em todos os comportamentos, crenças, gostos etc.

Se hoje a mulher já desfruta de maior liberdade do que há cinquenta anos, se as relações homoafetivas começam a ser consideradas de modo menos obscuro do que antigamente, se a dissolução do casamento não choca mais ninguém, se a gravidez sem casamento não é mais motivo de escândalo... é simplesmente porque as elites dominantes cederam às pressões sociais e, sobretudo, às pressões vindas de seu próprio interior, e por conseguinte deixaram de considerar tais coisas como pecados, desvios, taras, perversões etc.

José de Alencar nos oferece um exemplo perfeito de tudo isso. A língua que nosso mais importante escritor do período romântico defende é, no fim das contas, tão "brasileira" quanto o "índio" que ele retrata em seus romances — um índio idealizado, de espírito nobre e puro, o protótipo do "bom selvagem" — e já devidamente exterminado em sua grande maioria. Por outro lado, o elemento negro, extremamente perturbador para ele, não é alvo de nenhuma idealização. Pelo contrário, Alencar é autor de *Cartas em favor da escravidão*, recentemente publicadas. Não estranha, portanto, que ele tenha escrito que *"não se pretende que toda inovação seja boa: defende-se a ideia do progresso da língua, não o abuso que a acompanha"*. Então, pela terminologia que estou tentando sugerir neste livro, o que Alencar defendia não era uma "língua brasileira", mas, sim, o uso, na literatura, dos traços linguísticos que já caracterizavam as variedades prestigiadas, usadas por ele e pelas pessoas de sua classe social. O "abuso" que ele rejeita, evidentemente, são as características linguísticas das variedades estigmatizadas.

Desse modo, enquanto uma forma inovadora não percorrer todo o caminho ascendente rumo ao topo da pirâmide das classes socioeconômicas e, sobretudo, ainda não estiver chancelada pelas "autoridades" da língua (gramáticos, dicionaristas, Academia Brasileira de Letras), ela será vista como erro, tratada como erro e repudiada como erro.

21.6 Erro é o dos outros

Um bom exemplo desse mecanismo social (bastante perverso) se mostrou precisamente na falsa polêmica levantada pela grande imprensa brasileira em torno do livro didático que examinamos acima. Num telejornal apresentado num canal de televisão por assinatura, o jornalista Carlos Monforte, depois de dizer que se tratava de uma "polêmica monstruosa", perguntou à professora Maria Alice Setúbal, que estava sendo entrevistada por ele[3]:

[3] O vídeo da entrevista está disponível em http://g1.globo.com/videos/globo-news/jornal-das-dez/v/livro-distribuido-pelo-mec-relativiza-regras-de-concordancia-do-portugues/1509025/#/Todos%20os%20v%C3%ADdeos/20110513/page/1, acesso em 13 de maio de 2011.

— Onde fica as leis de concordância e de regência?

O exemplo é muito bom porque apresenta um importante fenômeno de variação linguística numa discussão (mal fundamentada) em torno precisamente da variação linguística e seu tratamento na escola. Ao fazer a pergunta indignada à entrevistada, o jornalista empregou um verbo inacusativo [▶634], ficar, invertendo a ordem sujeito-verbo em verbo-sujeito. Ora, no PB contemporâneo, inclusive em suas variedades urbanas de prestígio, sabemos que em tais contextos sintáticos o verbo inacusativo é reanalisado como verbo impessoal, o que nos leva a não fazer a concordância. Certamente, se o jornalista tivesse perguntado algo como: "E as leis de concordância e regência, onde é que ficam?", seria alta a probabilidade de empregar as marcas de concordância.

Como se vê, existem erros mais errados do que outros. O exemplo que o livro didático em questão oferece — *Nós pega os peixe* — é visto como "monstruoso" pelo jornalista. No entanto, *onde fica as leis* não recebe a mesma avaliação.

A conclusão é que, quando o "erro" já se tornou uma *regra* na língua falada pelos cidadãos mais letrados, ele passa despercebido e já não provoca arrepios nem dores de ouvido — muito embora contrarie as regras da gramática normativa, aquelas que, teoricamente, deveriam ser seguidas pelas pessoas "cultas", sobretudo quando se acham em situação de alto monitoramento estilístico, como num programa jornalístico ao vivo na televisão.

Existe uma escala de "monstruosidade" nos erros, sob a ótica dos falantes que ocupam o topo da pirâmide sociocultural e socioeconômica. Quanto maior o prestígio do falante, menor é o erro; quanto menor o prestígio social do falante, mais erros, e erros mais monstruosos, os cidadãos mais letrados percebem na fala dele.

21.7 O PRINCÍPIO SOCIOCOGNITIVO DA HIPERCORREÇÃO

A hipercorreção, como vimos, é filha da insegurança linguística. Reconhecendo em seus próprios hábitos linguísticos formas que sofrem estigmatização por parte dos mais letrados e, para reagir a essa estigmatização, se apoderando de formas linguísticas que não pertencem à sua variedade específica, os falantes das camadas médias baixas passam a empregar essas formas "importadas" com maior frequência até que os falantes das camadas médias altas e altas. E, nesse aumento de frequência de uso, aplicam a regra recém-adquirida em contextos onde ela não se aplicaria, segundo a gramática normativa e/ou a gramática da variedade de maior prestígio.

Um primeiro princípio motor parece governar essa extrapolação dos usos:

1º PRINCÍPIO DA HIPERCORREÇÃO — Entre uma forma A, habitual e espontânea, e uma forma B, estranha à variedade linguística da pessoa, ela opta pela forma B em contextos que lhe parecem exigir um estilo mais monitorado.

É esse princípio que vamos ver em ação nos principais casos de hipercorreção que observamos hoje no PB, principalmente na produção de textos escritos mais monitorados. Esse princípio age, portanto, de forma ainda mais intensa na relação imaginária entre *língua falada* e *língua escrita* em que a escrita é tomada como um universo homogêneo, sempre sinônima de maior monitoramento [▶343].

Convém alertar também que essas formas hipercorretas são empregadas não só pelos falantes de camadas médias baixas ou com letramento insuficiente e escasso domínio dos gêneros escritos mais monitorados: os falantes mais letrados também optam com muita frequência pelas formas mais distantes do VGB e usam exclusivamente aquelas menos espontâneas, mais conservadoras. Um bom exemplo é a alta frequência de emprego dos demonstrativos este/esta/estes/estas, quando não seu uso exclusivo, embora já saibamos que esses demonstrativos estão praticamente extintos da gramática do PB, de mesóclises e pseudopassivas sintéticas etc. Trata-se do fenômeno de "preservação da imagem", que consiste em evitar atrair para si o estigma da sociedade, fenômeno muito bem estudado pelo sociólogo Erwin Goffman (1988, 2006, 2010 etc.). Assim, podemos também enunciar um **2º princípio da hipercorreção**, presente na atividade linguística de falantes mais letrados (incluindo os linguistas que defendem o PB, mas enunciam essa defesa numa norma-padrão anacrônica):

2º PRINCÍPIO DA HIPERCORREÇÃO

Entre uma forma X, já incorporada à gramática do PB, e uma forma Y, presente no padrão normativo, a pessoa opta pela forma Y para não sofrer estigma de seus pares e, assim, preservar sua imagem.

21.8 Algumas hipercorreções contemporâneas e seu lugar na escala social

A partir de agora, vamos examinar alguns fenômenos de hipercorreção muito frequentes na atividade linguística de muitas pessoas que, pelo 1º princípio enunciado acima, usam determinadas palavras e construções com frequência exagerada, na suposição enganosa de que estão falando, mas sobretudo escrevendo, de maneira "correta", "sofisticada", "menos coloquial" etc.

Uma vez que a tarefa da educação linguística consiste não só em ensinar o que as pessoas não sabem mas, também, em alertá-las quanto aos usos que ainda sofrem discriminação por parte dos falantes urbanos mais letrados, não se deve ter medo de apresentar como erros esses usos (e por vezes abusos) de palavras e construções hipercorretas.

Esse trabalho, necessário, tem de ser feito sempre com a consciência de que, provavelmente, passadas uma ou duas gerações, esses mesmos erros de hoje podem ter se tornado tão comuns e aceitos pelas camadas superiores da sociedade que deixaram de ser percebidos como... erros.

Essa visão perspectiva e retrospectiva é muito importante para a boa formação do docente. Já vimos, por exemplo, a mudança de avaliação social, por parte dos mais letrados, do uso do particípio passado pego [▶722]: cinquenta anos atrás, era considerado como coisa de pessoas ignorantes; hoje é perfeitamente aceito e mesmo registrado nos dicionários e nas gramáticas.

As hipercorreções que vamos examinar são as seguintes:

(1) uso indiscriminado do verbo possuir
(2) uso indiscriminado do verbo encontrar-se
(3) uso indiscriminado de onde
(4) concordância indevida com os verbos ter e haver
(5) concordância indevida com trata-se de
(6) formações irregulares de particípios passados

(7) uso do pronome o mesmo
(8) análise equivocada dos clíticos o/a/os/as como sujeito
(9) emprego do possessivo vosso
(10) emprego do relativo o qual
(11) emprego inconsistente do aspecto verbal durativo
(12) evitação das contrações num/numa/nuns/numas
(13) evitação de "duplas negativas"
(14) emprego indevido de artigo depois de cujo
(15) emprego incorreto da locução devido a
(16) emprego incorreto da preposição mediante

21.9 *Possuir*

O verbo ter, em qualquer língua do mundo, figura no topo da lista dos mais empregados. Junto com ser, ver, dar, fazer, ir, vir, pôr, querer, poder, dizer, ouvir, pegar, saber, levar, trazer etc., é um desses verbos imprescindíveis para a interação social por meio da linguagem em qualquer comunidade humana. Não por acaso, são sempre esses os primeiros verbos que nos ensinam quando aprendemos línguas estrangeiras. Com esses e uns poucos outros é possível dizer praticamente qualquer coisa em qualquer língua.

A importância do verbo ter em nossa língua é fácil de verificar quando consultamos o verbete correspondente a ele num bom dicionário. No *Houaiss*, por exemplo, as acepções passam de 50, fora as subacepções, e as locuções e expressões idiomáticas também são muitas.

Também conhecemos bem a versatilidade de ter:
1. verbo pleno: *Ana tem um relógio de ouro.*
2. verbo suporte: *tenho medo, tenho sede, tenho horror disso, tenho dó* etc.
3. verbo apresentacional: *tem muita gente nessa sala; hoje tem feijoada* etc.
4. verbo auxiliar: *tenho cantado, tinha falado, tínhamos viajado* etc.

Essa alta frequência de emprego do verbo ter acabou agindo contra ele mesmo. Muitas pessoas, movidas pela visão tradicional de que a escrita é sempre monitorada e de que a fala é sempre "descontraída", se puseram a evitar o verbo ter, empregando em seu lugar um suposto sinônimo mais "sofisticado", o verbo possuir.

O vínculo de *possuir* com uma suposta formalidade se comprova no *corpus* do NURC-Brasil. As 9 ocorrências de *possuir* se apresentam nas elocuções formais, ou seja, aulas de cursos superiores (8) e na fala de um entrevistado que, conforme vamos ver mais adiante, se esforça o tempo todo por falar "difícil", incorrendo em diversas hipercorreções.

O problema não está no verbo em si, é claro, mas na inadequação de alguns de seus empregos:

Possuir seguido de complementos pouco adequados à semântica do verbo (na maioria das vezes, substantivos abstratos):

(1) Você possui resiliência? [...] Ser resiliente significa ter disposição e coragem para lutar, possuir desenvoltura para se superar e ter atitude para solucionar problemas, e não aumentá-los. (http://www.rh.com.br/Portal/Mudanca/Artigo/7100/voce-possui-resiliencia.html, acesso 19 maio 2011)

(2) Entre os jogadores de games para plataformas móveis (tablets e smartphones), a pesquisa aponta que o país possui 24 milhões de jogadores. (http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/brasil-possui-35-milhoes-de-gamers-02052011-28.shl, acesso 19 maio 2011)

(3) O ministro da Fazenda, Guido Mantega, avisou que possui outras medidas na manga para agir contra a valorização do real. (www.valoronline.com.br/.../mantega-diz-que-possui-outras-medidas-na- manga-para-conter-o-cambio - acesso 19 maio 2011)

(4) Você possui ciclo menstrual saudável? Veja alguns distúrbios menstruais. (http://www.anitamulher.com.br/anita/veja-se-voce-possui-ciclo-menstrual-saudavel/, acesso 19 maio 2011)

(5) O Ar possui Peso? (http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=fef&cod=_oar-possuipeso_1, acesso 19 maio 2011)

(6) Ultimamente, as empresas têm sido surpreendidas por suas funcionárias, que após voltar de licença maternidade cujo prazo é de 120 dias, requerem mais 15 dias de licença baseados em atestado fornecido por médicos obstetras sob a denominação de "atestado para amamentação". Porém, o atestado de amamentação fornecido pelos médicos obstetras não possui nenhum respaldo na esfera trabalhista ou previdenciária. (http://www.portalcallcenter.com.br/seu-espaco/variedades/atestado-de-201camamentacao201d-nao-possui-respaldo-juridico, acesso 19 maio 2011).

Possuir empregado como verbo-coringa, em construções onde outro verbo poderia conferir mais precisão semântica ao enunciado:

(7) Tata Nano já possui 500 mil pedidos de compra na Índia! (http://www.noticiasautomotivas.com.br/tata-nano-ja-possui-500-mil-pedidos-de-compra-na-india/, acesso 19 maio 2011).
→ trata-se de um modelo de automóvel. Ora, um modelo de automóvel não pode "possuir pedidos"; mais adequado aqui seria empregar recebeu, por exemplo.

(8) O Consulado Geral de Portugal, ao pedir o HC em favor de Raul Teixeira, sustentou que pelo fato de o português viver em união estável com brasileira há mais de cinco anos e possuir três filhos e neta, também brasileiros ele não poderia ter sido expulso do território nacional. (http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2492754/plenario-nao-permite-retorno-de-portugues-expulso-do-brasil, acesso 19 maio 2011).
→ o verbo *possuir*, quando tem como objeto [+pessoa] tem o significado de "possuir sexualmente, manter relações sexuais", o que torna a construção *possuir três filhos e neta* muito inadequada no texto. Observe-se que aqui estamos no campo jurídico, onde a hipercorreção domina amplamente, devido ao mito de que a linguagem jurídica tem de ser sempre rebuscada e, de preferência, hermética.

(9) Muitas modelos, atrizes, cantoras e apresentadoras que conhecemos e são consideradas ícones de beleza e objeto de desejo para muitos, possuem pais tão ou mais famosos que elas. (http://diversao.terra.com.br/gente/noticias/0,,OI5135020-EI13419,00-Belas+filhas+veja+as+beldades+que+possuem+pais+famosos.html, acesso 20 maio 2011)
→ mesma situação: dizer que as filhas "possuem" os pais é muito inadequado.

(10) Embora as mulheres superem os homens com sua presença no Ensino Superior, a participação delas, mesmo que significativa, ainda é consideravelmente menor em relação aos homens nos clubes esportivos, nas áreas de lazer, na presença em estádios e ginásios como espectadoras. E quando ousam adentrar em um campo de tradição masculina, como atletas profissionais, se encontram diante de vários preconceitos e estereótipos que ainda cercam a prática das mulheres. Elas, ainda, possuem salários menores, con-

dições de treinos desiguais e travam uma luta, muito mais individual do que coletiva e representativa, a favor das mulheres atletas. (http://www.polemica.uerj.br/ojs/index.php/polemica/article/view/24/50, acesso 20 maio 2011)
→ *salário* não é algo que alguém "possua": as pessoas *recebem* salários.

(11) Cerca de 87% dos internautas de 5 a 18 anos não possuem restrições ao uso da *internet* e 63% dos pais não impõem regras para o uso que seus filhos fazem da rede. (http://correiodobrasil.com.br/cerca-de-87-dos-jovens-e-criancas-nao-possuem-restricoes-para-acesso-a-internet/142401/, acesso 20 maio 2011)
→ aqui o verbo *possuir* ocupa indevidamente o lugar de *sofrer*: os internautas não *sofrem* restrições dos pais.

(12) Advogados possuem desconto na compra de scanner. (http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2656276/advogados-possuem-descontos-na-compra-de-scanner, acesso 20 maio 2011).
→ de novo, uma incompatibilidade semântica entre *possuir* e seu objeto, *desconto*. Aqui um verbo mais adequado seria *recebem, têm direito a, podem ter* etc.

(13) Vegetarianos possuem menor risco de doenças crônicas. (http://dicasdanutricionista.com.br/2011/04/14/vegetarianos-possuem-menor-risco-de-doencas-cronicas/, acesso 20 maio 2011)
→ nova incompatibilidade entre verbo e objeto: os vegetarianos *apresentam* menor risco de doenças crônicas.

(14) Homens têm mais cartões de crédito e possuem fatura mais salgada que mulheres. (http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/homens-tem-mais-cartoes-de-credito-e-possuem-fatura-mais-salgada-que-mulheres/13117/, acesso 20 mai 2011).
→ a fatura não é algo que alguém "possua"; aqui o verbo é dispensável, podendo ser substituído por um possessivo: "e sua fatura é mais salgada".

Possuir usado com muita frequência num mesmo texto, sintoma da falta de segurança no bom domínio dos gêneros escritos monitorados por parte do redator:

(15) Dia das Mães possui pacotes especiais na Rede Mabu de Hotéis & Resorts [...] O Mabu Parque Resort está situado em uma belíssima área verde, localizado a 20 minutos do centro de Curitiba e próximo às grandes empresas da cidade. O hotel possui 36 mil metros quadrados de paisagismo planejado, com amplo estacionamento, piscinas, saunas, quadras poliesportivas, restaurante com uma bela vista, além de um amplo centro de congressos.
A diária no fim de semana do Dia das Mães possui o valor de R$158,00, além das taxas, para o apartamento single, e de R$ 178,00 mais taxas para o apartamento duplo. [...] O resort possui uma completa estrutura de lazer que possibilita revitalização junto à natureza, prática de esportes, descanso do corpo e da mente e diversas atrações para todas as idades como tirolesa, parede de escalada, paintball, arco e flecha, pesca esportiva, torneio de futebol, hidroginástica e caminhadas, tudo organizado pela equipe de recreação.
(http://www.paranashop.com.br/colunas/colunas_n.php?op=turismo&id=31451, acesso 19 maio 2011)

(16) A PRO TESTE (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor) realizou uma pesquisa com refrigerantes — nas versões tradicionais, *light* e zero, que apontaram resultados preocupantes com relação às substâncias presentes nos mesmos que podem fazer mal à saúde [(ver *Revista Pro-Teste* nº 80]. Algumas dessas marcas possuem substâncias potencialmente cancerígenas (benzeno) e contém corantes que podem estimular alergia e hiperatividade em crianças.
A pesquisa foi realizada com 24 refrigerantes, sendo que sete desses possui benzeno (substância cancerígena). O benzeno é proveniente da reação do ácido benzoico com a vitamina C. O critério para considerar a quantidade "ideal" desse composto foi tomar a água potável como referência que possui o limite de 5 microgramas por litro. (http://www.mulherdigital.com/refrigerantes-possuem-substancias-que-fazem-mal/, acesso 20 maio 2011).
→ observe-se aqui o pouco domínio da escrita de textos mais monitorados, o que sempre leva a hipercorreções ou a incorreções: além do uso de possuir como coringa, temos o uso de "os mesmos" como pronome e a falta de concordância em "contém corantes" e "sete desses possui benzeno".

Como outros elementos típicos da hipercorreção e indicadores de manejo pouco habilidoso da escrita mais monitorada, o verbo possuir assim empregado pode, na ampla maioria das vezes, ser substituído por ter e, nos demais casos, por verbos que confiram maior precisão semântica ao enunciado. Cabe, portanto, à educação linguística na escola permitir um trabalho de produção textual escrita desvinculado do fantasma tradicional do "escrever difícil" e de que é preciso evitar as palavras "comuns". Um texto bem escrito, agradável de ler, é quase sempre um texto simples. A simplicidade elegante de estilo não é fácil de alcançar e depende, muitas vezes, de um longo aprendizado. E não existe lugar melhor para esse aprendizado, evidentemente, do que a sala de aula.

21.10 *Encontrar-se*

Assim como possuir vem sendo tratado como o equivalente "sofisticado" de ter, também o verbo encontrar-se foi eleito como substituto "menos comum" de estar, um dos verbos mais empregados na língua. A única ocorrência, no *corpus* do NURC-Brasil de encontrar-se como equivalente a estar é a seguinte:

(17) a taxionomia que foi elaborada, que **se encontra** nesta revista da SEC, que muitos de vocês já trabalharam, manusearam. (NURC/POA/278)

Observe-se, porém, que aqui, além de equivalente a "está", podemos interpretar o "se encontra" como "a gente encontra", ou seja, o se como pronome-sujeito semanticamente indeterminado. E, mais uma vez, a ocorrência se dá numa elocução formal, numa aula de curso superior.

O mais conhecido exemplo do uso hipercorreto de encontrar-se, junto com outros indícios de hipercorreção (o pronome o mesmo), está no aviso aposto em todos os elevadores do país:

(18) Antes de entrar no elevador, verifique se **o mesmo encontra-se** parado no andar. Lei nº 9.502/97

Escrito em perfeito *juridiquês*, ou seja, na linguagem rebuscada dos textos legais, linguagem que (já vimos) muito frequentemente prima pela hipercorreção, o anúncio mais complica do que alerta. Bastaria escrever: "Antes de entrar, verifique se o elevador **está** parado no andar".

O sintoma mais claro da hipercorreção nesse caso é o uso da forma enclítica **encontra-se**, como se fosse uma palavra só, com o clítico sempre depois do verbo, independentemente do contexto sintático em que ocorra. Nos aeroportos, por exemplo, é muito comum escutarmos: "Informamos que a aeronave que efetuará esse voo **já**

encontra-se no solo...", onde as prescrições normativas preveem uma próclise devida à suposta "atração" exercida pelo advérbio *já*.

Exemplos do uso hipercorreto de encontrar-se:

(19) Gostaria de uma informação de algum especialista quanto a etapa em que encontra-se meu processo trabalhista referente a Horas Extras.
O meu advogado solicitou a liberação dos depósitos recursais e o juiz deliberou a secretaria judiciária para que a mesma proceda com a execução. (http://forum.jus.uol.com.br/234984/informacao-sobre-em-que-etapa-encontrase-meu-processo-trabalhista/, acesso 23 maio 2011)

(20) Umidade encontra-se em torno de 20%, com tendência a queda; foram 40 dias sem chuvas significativas. (http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-tempo/umidadeencontra-se-em-torno-de-20-com-tendencia-a-queda-foram-40-dias-sem-chuvas-significativas,662548ff-e1b2-4fc7-a6e4-5cb91fa2049e, acesso 23 mai 2011)

(21) O meia Marco Aurélio Barbosa encontra-se desaparecido desde sábado 23/04/2011. (http://www.sportclubsaopaulors.com.br/2011/04/o-jogador-mauco-aurelio-barbosa.html, acesso 23 maio 2011)

(22) Acervo Virgílio Távora encontra-se disponível para pesquisas no Arquivo Público do Estado do Ceará. (http://www.secult.ce.gov.br/noticias/acervo-virgilio-tavora-encontra-se-disponivel-para, acesso 23 maio 2011)

(23) Local onde nasceu Tamandaré encontra-se abandonado. (http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=3377, acesso 23 maio 2011)

Na busca da clareza e da simplicidade de expressão, vamos tentar reservar o verbo encontrar-se para as seguintes situações:

- quando o se for um pronome-sujeito indefinido: "Aqui se encontra os melhores bolinhos de bacalhau da cidade" → "Aqui [a gente] [você] encontra os melhores bolinhos de bacalhau da cidade".
- quando se for um pronome reflexivo: "Presidenta Dilma encontra-se com o primeiro-ministro chinês".

Nas demais situações, vamos evitar "falar difícil" e empregar o bom e velho estar, que é um dos privilégios da nossa língua, que diferencia ser de estar, enquanto tantas outras têm um único verbo.

21.11 ONDE

A palavra onde, no PB, vem passando por um processo chamado discursivização,

> um processo em que os elementos perdem a função lexical e gramatical para ficar a serviço da organização da linha de raciocínio na fala, funcionando como marcadores discursivos que ora marcam uma retomada da linha de raciocínio perdida (ou, de um modo geral, mudanças de estratégia comunicativa), reorganizando o discurso e ao mesmo tempo chamando a atenção do ouvinte para essa retomada; ora funcionam como artifício para o falante, sem perder a palavra, refletir sobre o que vai dizer, funcionando como *preenchedores de pausa* [...] (Martelotta, Nascimento e Costa, 1996: 261-262).

Quando observamos alguns usos frequentes de onde, verificamos o processo descrito pelos autores citados. Num *corpus* formado exclusivamente de língua escrita por professores em formação ou já na ativa, encontramos diversos exemplos desses usos[4]:

(24) Muitos profissionais se recusam a enxergar a língua falada e escrita como meio para comunicação e expressão entre os falantes, onde esses, ao fazerem uso dessa língua, não vão sequer lembrar das terríveis aulas de decoreba. (TP 401)

(25) E tempo de novas práticas pedagógicas, de professores que venham enxergar um novo horizonte, onde temos de que mostrarmos a verdadeira importância de falar, aplicar e valorizar a nossa língua materna como ela é, um tesouro de cada um, independente de onde veio ou da família a quem pertence, que cada indivíduo tem sua parcela de contribuição para superarmos os desafios e dificuldades que a educação da nossa língua materna precisa vencer. (TPGO 317)

(26) Corbeil faz menção de uma regulação como prática "consciente e inconsciente", que se refere à posição de se ter por consideração os usos das variações desprivilegiadas. Assim como este autor, Rosa Virgínia em seu livro: *Contradições do português brasileiro*, também defende um ensino da língua materna voltado para as línguas tidas por "erradas", onde estas se pautem nos usos reais de seus falantes. (EL 320)

(27) Em uma sociedade que não houvesse normas, o caos já teria tomado conta da situação. A regulação quer seja social ou linguística é feita através de inúmeros fatores, quer sejam "ascendentes ou descendentes" que objetivam centrar a realidade linguística ou social em um padrão aceitável, onde a cidadania e a comunicação possam chegar ao objetivo. (EL 312)

(28) A unificação a que se referem diz respeito a geração de uma dupla tendência linguística: a língua que é falada e a língua que é escrita, tendo a primeira dentro dos grupos sociais variações linguísticas diversas; e a segunda, como uma norma-prescritiva padrão para a língua, onde ambas tem convivência pacífica que como diz Corbeil "se faz por uma prática "consciente' e inconsciente". (EL 301)

A palavra onde, nesses exemplos, tenta organizar um discurso escrito dificilmente organizável, na medida em que revela um domínio deficiente das convenções dos gêneros textuais escritos mais monitorados. Na tentativa de elaborações teóricas, os textos produzidos não esclarecem o que de fato pensam os autores acerca das questões tratadas. O emprego de onde em tais textos é sintoma de pouca familiaridade com a escrita monitorada.

O mesmo sintoma, desta vez na língua falada, a gente encontra no seguinte trecho do *corpus* do NURC-Brasil, extraído de uma entrevista caracterizada pela hipercorreção:

(29) sabemos que a inflação... reduz o poder... aquisitivo do nosso povo... então anualmente o governo... estabelece... os chamados... reajustes... salariais o governo por exemplo paga aos seus funcionários normalmente um reajuste salarial... no mês de março... onde ele estabelece critérios... onde ele estabelece índices salariais... baseados em cálculos que são feitos... se não me engano pela Fundação Getúlio Vargas... [...] evidentemente numa sociedade...do tipo... dis-tributiva... ou numa sociedade... co-letivista como são... as sociedades... socialistas... essa questão... toma uma outra dimensão... porque DESAPARECE... por assim dizer... a chamada relação... patrão...e empregado... onde o estado... assume... evidentemente todos os encargos... para com os seus... concidadãos... (NURC/REC/131)

---

[4] Trata-se do *corpus* IVEM (Impacto do Vernáculo sobre a Escrita Monitorada), coletado por Marcos Bagno e equipe entre estudantes de Letras, professores de português da rede pública e particular do Distrito Federal e de Goiás. Esse *corpus* serviu de base para a dissertação de Sóstenes Cezar de Lima, *Impacto do vernáculo sobre os usos de "onde" na escrita monitorada*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2006, mimeo., que merece ser lida.

Aliás, nesse inquérito, aparece a palavra onde nada menos do que sete vezes, em combinação com outras formas de hipercorreção.

> Revelando-se como um indício de domínio insuficiente da fala e da escrita mais monitoradas, a palavra onde deve ser reservada, nesses estilos, para a função de pronome/advérbio de lugar. Assim, quando, na produção escrita de nossos alunos, aparecerem casos de onde sem essa função, devemos propor a eles reformulações de seu texto, de modo a deixá-lo mais claro e compreensível.

Evidentemente, não se trata de promover uma "caça ao *onde*" para extirpá-lo de toda e qualquer manifestação verbal. Já vimos que esse emprego generalizado de onde resulta de um processo de discursivização, que nenhuma força centrípeta é capaz de reprimir ou interromper. Aliás, como vimos no capítulo 18, o próprio uso, hoje normatizado, de onde se deve a um processo semelhante de discursivização e de posterior *gramatização* — ou seja, de codificação em gramáticas normativas.

Só estamos propondo que, em GTM, sejamos capazes de orientar nossos alunos a uma boa produção escrita e/ou falada em contextos mais formais de interação, nos quais se espera uma enunciação bem exposta — o que nem de longe significa, como infelizmente muita gente pensa, "falar difícil" ou "escrever rebuscado".

21.12 Concordância de *ter/haver* apresentacionais

Ao tratarmos dos verbos apresentacionais em [▶620], já abordamos a hipercorreção presente na tentativa de fazer tais verbos concordarem com o sintagma nominal que nem de longe é o seu sujeito. Embora a TGP classifique esse sintagma como "objeto direto", não aceitamos essa lição e preferimos, com Castilho, analisá-lo como um *absolutivo*, um não-predicado.

Na língua falada espontânea, onde o verbo haver praticamente deixou de existir, é o verbo ter que desempenha quase categoricamente a função apresentacional. E em muitas ocasiões podemos ouvir a concordância indevida, como nos exemplos abaixo:

(30) eu noto que antigamente ti/ tinham filmes mais assim::...com maior conteúdo. (NURC/SP/360)

(31) e então nós jogávamos também tinham mais dois casais... (NURC/POA/045)

Também em textos escritos mais monitorados é possível encontrar a concordância hipercorrigida:

(32) Afinadíssimo com as mais recentes pesquisas arqueológicas e antropológicas, passa longe dos preconceitos de que não podem haver ideias dignas desse nome na mente dos 'primitivos' [...]". (Elias Thomé Saliba, historiador, professor da USP, *O Estado de S. Paulo*, domingo, 19/12/2004, caderno 2, p. D4.)

(33) Tenho há anos um Livre portátil (antigo Vésper), que era cadastrado em um determinado endereço. Porém mudei-me para um endereço bem próximo à antiga residência. Como é um aparelho portátil, não houveram problemas com sinal e o utilizei por cerca de 2 anos sem maiores problemas. (http://www.reclameaqui.com.br/1290749/embratel-empresa-brasileira-de-telecomunicacoes-s-a/embratel-uma-vergonha/, acesso 23 maio 2011).

(34) Mas informações da área de saúde pública dão conta de que no mês de julho e nos primeiros dias de agosto não houveram casos de dengue em Iporá. A aposta é de que o medicamento homeopático China officinalis CH30 deu resultado. (http://www.oeste-goiano.com.br/site/index.php/component/content/article/4-de-baixo/3212-uso-inedito-da-homeopatia-ajuda-a-reduzir-casos-de-dengue-em-ipora, acesso 23 maio 2011)

O curioso nesse caso é que, como já vimos em [▶655], quando ocorre a inversão da ordem SV (sujeito-verbo) em VS (verbo-sujeito), o elemento posposto ao verbo deixa de ser analisado como sujeito e é reanalisado como complemento, o que dispensa a concordância verbal. No entanto, com os verbos ter/haver, esse princípio não se aplica ou, melhor dizendo, é sobrepujado pelo princípio da hipercorreção, em que se faz uma concordância que não cabe.

É necessário, portanto, no trabalho de educação linguística, chamar a atenção para esses verbos, enfatizando que:

- como apresentacionais (ou "existenciais"), eles se mantêm sempre no singular: *tinha muitas pessoas no evento; houve problemas; havia questões para resolver* etc.
- como verbos auxiliares, concordam com o sujeito do verbo principal: *eu tenho viajado; nós tínhamos saído; elas haviam telefonado; se vocês houvessem chegado antes* etc.
- como verbo pleno, ter, obviamente, concorda com o sujeito: *nós tínhamos uma casa de praia; eles tiveram problemas com o carro* etc.

21.13 TRATA-SE DE

A locução trata-se de é uma fórmula fixa, gramaticalizada portanto. Ela é impessoal ou, se preferirmos, traz seu sujeito devidamente cristalizado: se ("a gente trata de"). O importante é que ela só é empregada no singular. A concordância com sintagmas no plural representa uma regra inexistente nas línguas românicas: a concordância do verbo com seu complemento!

O receio de "errar" na concordância leva muitas pessoas, inclusive indivíduos altamente letrados, a atingir o efeito contrário: erram no momento em que flexionam o verbo no plural:

(35) Tratam-se de espécies de rostro fino, tão ou mais longo que o corpo, fortemente recurvado do meio para o ápice; fêmures armados de robusto dente em baixo. (http://www.acervodigital.ufrrj.br/insetos/insetos_do_brasil/conteudo/tomo_10/32_anthonominae.pdf, acesso 24 maio 2011)

(36) Tratam-se de recursos interposto contra sentenças prolatada no Juizado Especial Federal Cível desta Seção Judiciária, que declarando a prescrição quinquenal, julgou parcialmente procedente o pedido de pagamento de diferenças decorrentes do salário-maternidade requerido fora do termo legal pela segurada especial (rurícola), com correção monetária pela tabela do Conselho da Justiça Federal desde a data do parto, tomando-se como base de cálculo o salário mínimo daquela época, além do acréscimo de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a citação. (http://www.ba.trf1.gov.br/TurmaRecursal/Sessoes/Sessao_96/Ss96Pb/DSM%209.pdf, acesso 24 maio 2011)
→ observe-se aqui o típico linguajar jurídico que, muitas vezes, de tão empolado, incorre em hipercorreções: no caso, o plural de "trata-se de" e, logo a seguir, a não concordância de "recursos" com "interposto" e de "sentenças" com o adjetivo "prolatada".

(37) Tratam-se de regras básicas sobre o fundamento e a forma de atuação do Ministério Público. (http://www.jurisway.org.br/v2/cursoonline.asp?id_curso=545&id_titulo=6942&pagina=8, acesso 24 maio 2011)

(38) Entre os pontos que foram pouco ou mal cobertos pela *Folha*, alguns até ignorados por ela nesse episódio, destacam-se os que se seguem. Em primeiro lugar, a motivação dos fraudadores, até agora não é satisfatoriamente inteligível. Ou se tratavam de uns completos trapalhões ou alguma coisa ainda precisa ser revelada sobre as razões que os levaram a cometer ato tão desastrado. (Carlos Eduardo Lins da Silva, *Folha de S.Paulo*, 18 out 2009, p. 5)

(39) Agora empregue a vírgula antes do *que* nos casos necessários por se tratarem de frases explicativas. (Gusso e Finau, 2005, 8: 159).

Outro equívoco é tentar atribuir um sujeito à locução tratar-se de:

(40) Mas por essa matéria já ter sido colocada e retirada várias vezes do ensino, muitas pessoas nem sabem do que se trata a sociologia, e é por não saberem que eles acabam menosprezando essa matéria tão interessante, e algumas pessoas até questionam os formados em sociologia. (http://guiagratisblog.com/porque-estudar-sociologia, acesso 24 maio 2011)

(41) CEE x MEC — Afinal, do que se trata essa briga? (http://www.asemanaagora.com.br/lernoticia.php?nt=21, acesso 24 maio 2011)

(42) Este livro trata-se de uma introdução às RI. A preocupação do autor foi exclusivamente com o leitor que inicia-se na nova formação ou está interessado em compreender as facetas do mundo atual. (http://www.seitenfus.com.br/livros.asp, acesso 24 maio 2011)

Em síntese, é preciso saber que tratar-se de

- é uma locução impessoal, ou seja, não tem sujeito;
- é um sintagma que introduz complementos oblíquos, ou seja, seu verbo não tem por que concordar com esses complementos;
- em sentenças interrogativas (diretas ou indiretas), a fórmula correta é:
  → Sociologia: do que se trata?
  → O diretor te chamou com urgência, mas não me pergunte do que se trata, porque eu não sei.

Por ser um sintagma *apresentacional*, tratar-se de com muita frequência significa simplesmente ser. Assim, sempre em busca de um estilo mais claro e menos afetado, podemos sugerir que, quando existir essa equivalência, se prefira sempre o bom e seguro verbo ser:

- **Do que se trata a sociologia?*
  → O que *é* a sociologia?
- **Este livro trata-se de uma obra de referência*
  → Este livro *é* uma obra de referência.
- **Afinal, do que se trata essa briga?*
  → Afinal, que briga *é* essa?

21.14 Particípios passados irregulares

Por impulso da economia linguística [▶147], os falantes tendem a regularizar os paradigmas linguísticos, eliminando as formas irregulares e reconduzindo-as às formas analógicas. Vimos em [▶718] os muitos particípios irregulares do latim que se transformaram em particípios regulares em português.

No entanto, uma das principais características da hipercorreção é precisamente exagerar na formação irregular de elementos linguísticos, movimento que vai na contramão da tendência, mais natural, de regularização. As formas irregulares que resistem aos processos analogizantes são precisamente as mais empregadas.

Assim como, no passado recente, surgiu o particípio passado irregular pego para o verbo pegar, hoje em dia é comum ouvirmos as formas trago e chego como particípios irregulares dos verbos trazer e chegar. Se tais formas vencerão a barreira social e se instalarão nas variedades urbanas de prestígio — tal como aconteceu com pego — é algo que só o tempo dirá. Por ora, os falantes dessas variedades parecem rejeitar esses particípios irregulares, e num sítio da internet encontrei a seguinte pérola[5]: "Isso é uma asneira que é ouvida por aí entre alguns beócios".

Por isso, é importante enfatizar, na escola, a não aceitação (ao menos por agora) desses particípios irregulares, e frisar para os alunos que as formas padronizadas são apenas trazido e chegado, formas perfeitamente regulares.

[5] http://www.professorquaresma.com/2009/06/tinha-trago-ou-tinha-trazido.html, acesso em 23 mai 2011.

21.15 O *MESMO*

Poucos fenômenos de hipercorreção caracterizam tão bem a insegurança linguística e o domínio insuficiente dos gêneros mais monitorados quanto o pronome o mesmo (e flexões). Em 111% dos casos em que aparece, é possível não empregar pronome algum ou empregar o pronome da não-pessoa ele (e flexões).

No *corpus* do NURC-Brasil, mais uma vez, esse pronome aparece apenas na fala hipercorrigida (e, portanto, repleta de equívocos) de um falante que se vê, por algum motivo (sem dúvida, insegurança linguística), na obrigação de "falar difícil". E o uso que ele faz de o mesmo só leva à confusão do que pretende dizer:

(43) muitas vezes um associado... é despedido... do emprego... e não tem a quem... recorrer exatamente por falta de condições financeiras... para contratar um bom cauSldico a fim de que o mesmo possa prestar ao mesmo... uma assistência... adequada... que se impõe... principalmente em casos em que o associado não tem realmente... condições... (NURC/REC/131)

Justamente por nunca ocorrer espontaneamente na língua falada é que o mesmo se tornou (junto com o qual, que vamos ver adiante) esse sintoma tão eloquente da hipercorreção e da insegurança linguística. E, como sempre, por ter essa origem é que seu uso ocorre em textos truncados, francamente mal escritos, confusos. Observe:

(44) O vereador Luiz Martins de Lima (Lula das Molas - PV) disse na tarde do último sábado (21/05), durante entrevista que concedeu ao 'Tribuna Livre' da rádio Cultura AM de Guarabira, apresentado por Rudiney Araújo e Martins Jr., que a sua relação com ex-deputado Zenóbio Toscano (PSDB) é a melhor possível, desmentindo boatos de que o vereador estaria descontente com o tucano devido à imaginável desprestígio político da parte de ZT. [...] Sobre a sua amizade com o vereador Zé do Empenho, que mesmo se recuperando de uma cirurgia, se fez presente à entrevista do colega — perguntado se Lula votaria em Zé para prefeito de Guarabira com o apoio da Prefeita Fátima Paulino (PMDB) — Ele foi enfático no drible, se acostando à adágios populares: "Eu não posso dizer que dessa água não beberei, porque na política até boi voa". Porém volta a dizer que torce veementemente para que Zé seja o vice de ZT. Segundo o mesmo, o que contraria até alguns aliados de Toscano. [...] Perguntado sobre prováveis comentários surgidos por parte de pessoas ligadas a imprensa, de que o vereador iria comemorar a celebração da aprovação do empréstimo da prefeita Fátima — ele disse que: o empréstimo para a compra de carros compactadores, patrol, e outros é necessário. Segundo o mesmo se a gestora atual não o fizer, o próximo administrador fará. Ele ilustrou que iria dar um 'lanche' aos amigos que foram prestigiar ao vivo a sua entrevista, segundo o mesmo, coisa que a maioria dos que foram entrevistados naquele programa fizeram — para estes supostos comentários o vereador mandou o seguinte recado: 'quem disso usa, disso cuida'. [...] Lula das Molas ainda responde acerca de provável insatisfação com o seu grupo sobre a indicação de cargos no governo RC — se ele estaria aborrecido com o ex-vereador Cleonaldo Freire, que ora gerencia a 2ª região de saúde do estado, que está o mesmo com cacife de empregar mais gente no atual governo do que o próprio vereador. Ele disse que nada tem contra o Cleonaldo. De acordo com Lula, o gerente da saúde estaria de verdade com esta responsabilidade de empregar o povo, tão somente porque tem o aval do casal (ex-deputado Zenóbio e a deputada Léa Toscano). Ele diz que está insatisfeito sim, mas que o motivo disto é tão somente porque, segundo o mesmo, 'dói na alma' em ver pessoas que não são aliadas sendo indicadas, e trabalhando, uma vez que, cujo mesmo, pessoas que 'levantaram a bandeira' estão de fora do governo. (http://www.portalindependente.com/2011/noticias/politica/1740.html, acesso 24 maio 2011).

O texto, literalmente, fala por si e dispensa comentários.

Se uma das tarefas primordiais da educação linguística é ensinar a escrever bem, é preciso sempre alertar os aprendizes de que escrever bem não é escrever complicado, porque sob essa complicação o que se esconde quase sempre é a imperícia na produção textual. Por isso, cada vez que encontramos o mesmo nos textos que nos forem dados como exercícios de escrita, vamos sugerir aos nossos alunos que simplesmente eliminem esse pronome e o substituam por ele, pela anáfora-zero [▸459] ou por outra construção sintática melhor. Vamos mostrar para nossos alunos que o mesmo praticamente nunca ocorre nos textos dos nossos melhores escritores, tradutores, jornalistas, ensaístas etc.

21.16 Equívoco de análise de o/a/os/as

Se existe alguma coisa que é possível afirmar sobre o português brasileiro sem medo de cometer engano é que, nessa língua, os pronomes oblíquos o/a/os/as não fazem parte da gramática intuitiva dos falantes. O emprego desses pronomes, raro, é fruto exclusivo da escolarização. Assim, os gêneros escritos mais monitorados (e os gêneros falados que se inspiram neles) são o último reduto de emprego dos oblíquos o/a/os/as. Não resta dúvida de que cabe, sim, à escola continuar ensinando esse emprego, uma vez que esses pronomes contribuem para a manutenção da coesão textual e dão ritmo mais fluente ao texto.

É preciso ter cuidado, porém, com esses pronomes: justamente por não pertencerem à nossa intuição linguística, é comum ocorrerem análises sintáticas equivocadas, em que o/a/os/as, que desempenham única e exclusivamente a função de objeto direto, são interpretados como sujeito do verbo que os acompanha:

(45) Quem anda em pecado é escravo, pois teme todo o tempo que alguém o descubra. Eles ficam tensos, e se você, por acaso, dizer-lhes que os viram em algum lugar, gaguejando, ou ficando ruborizados, inventam logo uma justificativa. (http://igrejabatistasoldajustica.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=188:100511-por-que-a-raiva&catid=35:boletins&Itemid=53, acesso 24 maio 2011)
→ o sujeito é você, portanto, o correto seria "se você, por acaso, lhes disser que os viu...".

(46) Professor universitário e escritor maranhense MENDES DUTRA, poeta e cientista - Presidente Fundador da ALB/Mararão, diplomado em solenidade oficial ocorrida em Alfredo Wagner/SC em 30 de julho, é acometido de infarto irreversível. Seu falecimento deixa profunda tristesa no meio literário brasileiro, sobretudo no estado de Santa Catarina, onde, por ocasião do lançamento de mais um de seus livros durante o Encontro Catarinense de Escritores, ocasião em que fundou-se a ALB/Alfredo Wagner nos dias 29 e 30 de julho, conquistou "DUTRA MENDES" a "a alma e o coração" de todos que os conheceram. Mário Carabajal e Miguel Simão, em nome da Academia de Letras do Brasil, cumprimentam os familiares, amigos, alunos e leitores do escritor Imortal MENDES DUTRA. (http://www.academialetrasbrasil.org.br/falecimentos.html, acesso 24 maio 2011)
→ o pronome deveria estar no singular: "conquistou a alma e o coração de todos que o conheceram".

(47) Vamos ajudar o Zac Efron a beijar a sua namorada para disfarçar e se esconder do paparazzo que os perseguem. (http://www.sitedejogosonline.com/jogos-online-gratis/jogos_de_namorados.htm, acesso 24 maio 2011)
→ o sujeito é *paparazzo*, singular, portanto o verbo também deve estar no singular: "o paparazzo que os *persegue*".

(48) Obviamente que estas fantasias, que inclusive já começaram a ser reproduzidas, não serão da mesma forma que seriam anteriormente ao incêndio que as destruíram, pois é humanamente impossível refazer um trabalho de quase um ano em menos de trinta dias. (http://www.academicosdogranderio.com.br/site/noticias/fogo-destroi-barracao-mas-nao-acaba-com-a-forca-da-grande-rio/, acesso 24 maio 2011)
→ sujeito: *incêndio*, portanto: "ao incêndio que as *destruiu*".

(49) Muitas destas pessoas nem dão continuidade num centro de prática séria, e vão embora depois de uma, duas - algumas - visitas. Outras pessoas, depois de algumas sessões de meditação, sentindo algum alívio do problema imediato que as trouxeram até o zazen, já relaxam os seus questionamentos. (http://www.saindodamatrix.com.br/archives/2009/02/a_noite_escura.html, acesso 24 maio 2011).
→ sujeito: *problema imediato*; portanto: "problema imediato que *as trouxe*".

Em todos os exemplos acima, com exceção do primeiro, os oblíquos o/a/os/as aparecem depois de pronomes relativos. Já vimos em [▶917] que o processamento sintático que envolve os relativos é bastante complexo e tende a se simplificar cada vez mais no PB. Se a essa complexidade se junta a tentativa de empregar pronomes já extintos na gramática da língua, a situação se torna ainda mais difícil. Parece que até Machado de Assis enfrentou essa dificuldade [▶654].

É preciso ter consciência, portanto, da dificuldade que as pessoas em geral apresentam no momento de usar os pronomes oblíquos o/a/os/as. Não se pode esperar que elas, automaticamente, passem a usá-los de forma adequada. É preciso sempre chamar a atenção para a função de complemento que eles exercem para a concordância verbal.

21.17 *Vosso*

Sabemos que o índice de pessoa vós não existe mais em nenhum lugar do mundo onde se fala português, seja na Europa, na América, na África ou na Ásia. Junto com o sujeito vós, também se extinguiram o clítico vos, o complemento oblíquo convosco e o possessivo vosso (e flexões). Essas formas extintas só estão preservadas em textos petrificados como orações tradicionais, hinos religiosos ou cívicos, traduções clássicas da Bíblia etc.

Não há motivo nenhum, portanto, para que as pessoas usem o possessivo vosso hoje, no Brasil, em pleno século XXI. Mesmo quando alguém — por pura afetação ou por rigidez de protocolo — emprega as formas de tratamento do tipo *Vossa Excelência, Vossa Eminência, Vossa Senhoria* etc., o possessivo referente a tais formas é seu (e flexões): "Vossa Excelência pode ocupar o seu lugar à mesa, por favor".

Quando se trata de você(s) ou o senhor/a senhora (e plurais), também o possessivo adequado é seu/sua/seus/suas e não vosso etc.

Em Portugal, é comum o uso de vos e de vosso quando o tratamento empregado é vocês, no plural. Mas esse é um uso dos portugueses, que falam outra língua, e não há por que imitarmos eles, principalmente nas hipercorreções!

21.18 O *QUAL*

Ao lado do pronome o mesmo, um dos mais nítidos índices de insegurança linguística e, por conseguinte, sintoma de hipercorreção, é o emprego do pronome relativo o qual (e flexões).

Existe, na nossa pedagogia de língua, uma série de prescrições que se cristalizaram sem nenhum motivo que as sustente. Uma dessas é a mania que muitos docentes têm de dizer a seus alunos que é preciso evitar a palavra que, sem, no entanto, oferecer alternativas adequadas para evitar o que. A única coisa que se costuma dizer é que, no lugar do que, é possível usar o qual. O resultado disso é que, junto com as demais marcas de hipercorreção, esse pronome relativo aparece repetidas vezes num mesmo texto e, quase sempre, de modo errado.

No *corpus* do NURC-Brasil só encontramos 4 ocorrências do relativo o qual, todas elas em elocuções formais, aulas de curso superior, e todas elas empregadas em combinações com preposição: pelo qual (2), na qual (1) e da qual (1). Como se vê facilmente, é uma forma linguística que não ocorre na fala espontânea, nem mesmo quando a pessoa tem à sua frente um grande gravador de fita de rolo (como era na época da coleta das entrevistas do NURC) e um microfone pouco discreto.

O pronome o qual pode ser empregado quando o verbo da oração adjetiva é transitivo indireto e seu complemento é recuperado pelo pronome relativo, combinado com a preposição regida pelo verbo:

(50) A China é um país com o qual o Brasil mantém um intenso comércio.
(51) A ponte pela qual passamos ontem foi levada pela enxurrada.
(52) O telefone celular hoje em dia é um apetrecho sem o qual muita gente não consegue viver.
(53) O avião no qual viajamos era novo em folha.

Em diversos casos, também é possível empregar o relativo que:

(50a) A China é um país com que o Brasil mantém um intenso comércio.
(51a) A ponte por que passamos ontem foi levada pela enxurrada.
(53a) O avião em que viajamos era novo em folha.

Esse emprego de prep + que, no entanto, é característico de um estilo mais caprichado, sobretudo literário.

Sabemos que o emprego dos relativos como pronomes é um conjunto de regras que só se adquire com muito exercício, já que não fazem parte do nosso vernáculo mais geral. No entanto, e por isso mesmo, é preciso fazer um ensino consciente e explícito dessas regras, dada a importância das construções relativas nos gêneros textuais mais monitorados, falados e escritos.

Por isso, é preciso abandonar a prescrição incompleta de "evitar o que" e apresentar aos alunos opções realmente válidas para a construção de seus textos. A ideia de substituir todo e qualquer que por o qual só gera resultados como os seguintes:

(54) É estranho sentir saudade de algo o qual mal vivi ou evitava viver. (http://fransuel.interbarney.com/2011/02/25/enciclopedia-de-memes-brasileiros-parte-1/, acesso 1° jun de 2011).

(55) Eu aluguei um imóvel o qual fui morar com meus pais já idosos, 62 e 60 anos. (http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110514192707AAIYFU0, acesso 1°jun 2011)

(56) COBRANÇA DE SERVIÇO O QUAL FOI DITO QUE NÃO SERIA COBRADO. (http://www.reclameaqui.com.br/495537/cpfl/cobrancade-servico-o-qual-foi-dito-que-nao-seria-cobrado/, acesso 1° jun 2011)

(57) Enfarto: O lado o qual muitos desconhecem ou fingem não existir consigo. (http://www.gostodeler.com.br/materia/1112/enfarto_o_lado_o_qual_muitos_desconhecem_ou_fingem_nao_existir_consigo.html, acesso 1° jun 2011)

(58) Kleberson retorna ao Atlético-PR, clube o qual o revelou para o futebol. (http://kigol.com.br/blog/view/post/kleberson-retorna-ao-atletico-pr-clube-o-qual-o-revelou-para-o-futebol, acesso 1° jun 2011)

(59) Chegamos a um ponto o qual eu nunca imaginei chegar. (http://levo-comigo.tumblr.com/post/771977482/chegamos-a-um-ponto-o-qual-eu-nunca-imaginei, acesso 1° jun 2011)

(60) Um fato o qual não posso deixar de registrar! (http://www.r2cpress.com.br/v1/2011/03/10/um-fato-o-qual-nao-posso-deixar-de-registrar/, acesso 1° jun 2011)

(61) Caso que chocou o País, o qual uma criança foi arremessada pela janela de seu quarto, aparentemente pelos pais, e morreu ao atingir o solo. (http://www.wikicrimes.org/verCrime.html;jsessionid=847093666DE60080C4511E81E63538BD?idCrime=8BB0E3FEBCFFADD2E2DF535EE2B7D223, acesso 1° jun 2011)

(62) A empresa o qual você está conhece bem o mercado e as estratégias dos concorrentes? (http://www.linkedin.com/groups/empresa-qual-você-esta-conhece-3801475.S.53065885?qid=c2b85f11-7b32-4bfa-b658-00730dc46997&goback=.gmp_3801475, acesso 1° jun 2011)

(63) verdadeiro motivo o qual Dilma cresce nas pesquisas !!! (http://www.facebook.com/topic.php?uid=312339663982&topic=16089, acesso 1° jun 2011)

(64) O trabalho se fez necessário, pois sem o qual não havia como chegar até a escola. (http://www.marejada.com.br/artigos/artigosVer.php?artigoID=2402&capa_canalID=59, acesso 2 jun 2011)

(65) Pariquera é uma cidade o qual muitos admiram porém poucos fazem por ela. (http://www.rodrigomendes.net/, acesso 2 jun 2011)

(66) Olá Tive meu nome inscrito no serasa indevidamente em uma cidade o qual nunca estive. (http://forum.jus.uol.com.br/181806/, acesso 2 jun 2011)

(67) Jornalista critica TV para o qual trabalha e se demite ao vivo. (http://www.arianefonseca.com/index.php/liberdade-de-imprensa/jornalista-critica-tv-para-o-qual-trabalha-no-ar-e-se-demite-ao-vivo, acesso 2 jun 2011).

Em todo os exemplos acima, o pronome o qual está empregado de forma completamente equivocada. O que mais surpreende é a falta de percepção das pessoas de que o qual é variável em gênero e em número: muitos empregam a forma masculina singular para qualquer referente:

- *a empresa *o qual* você está
  → a empresa *na qual* você está

- *uma cidade *o qual* muitos admiram
  → uma cidade *que* muitos admiram

- *uma cidade *o qual* nunca estive
  → uma cidade *na qual* nunca estive

- *TV para *o qual* trabalha
  → TV para *a qual* trabalha

Outro emprego também equivocado é o de o qual como sujeito, quando não há nenhuma ambiguidade presente:

- *Kleberson retorna ao Atlético-PR, clube *o qual* o revelou
  → clube *que* o revelou

De igual modo, o emprego desnecessário de o qual como objeto direto:

- *saudade de algo *o qual* mal vivi
  → saudade de algo *que* mal vivi

- *Enfarto: O lado *o qual* muitos desconhecem
  → o lado *que* muitos desconhecem

- *Um fato *o qual* não posso deixar de registrar
  → um fato *que* não posso deixar de registrar

E, por fim, os casos mais frequentes: o emprego de o qual sem a preposição regida pelo verbo ou pelo nome que o relativo retoma:

- *aluguei um imóvel *o qual* fui morar
  → aluguei um imóvel *no qual* fui morar

- * Chegamos a um ponto *o qual* eu nunca imaginei chegar
  → um ponto *ao qual* nunca imaginei chegar

- * O verdadeiro motivo *o qual* Dilma cresce nas pesquisas
  → motivo *pelo qual* Dilma cresce nas pesquisas

- *Caso que chocou o País, *o qual* uma criança foi arremessada pela janela de seu quarto
  → caso *no qual/em que* uma criança foi arremessada

Ocorrem também situações em que o emprego de o qual se faz do mesmo modo que vimos acima com onde, ou seja, como um reorganizador do discurso, um marcador conversacional, e não como um pronome de fato:

- *cobrança de serviço o *qual* foi dito que não seria cobrado
  → cobrança de serviço *que* disseram que não seria cobrado
- *O trabalho se fez necessário, pois sem o *qual* não havia como chegar até a escola
  → pois sem *ele* não havia como chegar até a escola.

Há algumas décadas, os linguistas brasileiros vêm se dedicando ao estudo dos pronomes relativos no PB, pronomes que, como vimos, já perderam sua função pronominal e se transformaram em meros conectivos. Por isso, repetimos, é muito importante dedicar atenção especial às construções relativas, pois elas representam um "corpo estranho" na nossa língua: são um mecanismo sintético numa língua predominantemente analítica [▸445].

Não custa insistir: a maneira mais adequada para abordar esse fenômeno em sala é o recurso a textos autênticos, bem escritos, em que ocorra o pronome relativo devidamente empregado, como abaixo:

Limpeza é item com o qual consumidor mais se importa

→ que termo da sentença o qual retoma?
R.: *Item*.
→ por que se empregou o qual no masculino nessa sentença?
R.: Porque ele retoma *item*, que é masculino singular.
→ por que antes do pronome aparece com?
R.: por causa do verbo *importar-se*: quem se importa, se importa *com* alguma coisa.
→ se no lugar de *item* tivéssemos *coisa*, como ficaria a sentença?
R.: Limpeza é coisa com a qual consumidor mais se importa.

Reflexões simples como essas, sem recurso a nomenclatura gramatical, aplicadas a muitos casos diferentes, é que permitem uma boa conscientização do fenômeno. Uma vez bem apreendido, é possível inclusive apresentar usos inadequados do pronome e levar os aprendizes a identificar a inadequação.

21.19 O ASPECTO VERBAL DURATIVO

Como já examinamos em [▸146], de alguns anos para cá, tem sido empregada no PB uma perífrase verbal que, por absoluta ignorância dos fenômenos linguísticos, tem sido chamada pelos puristas de "gerundismo". Sem instrumentos afinados para uma boa análise gramatical (uma vez que se baseiam exclusivamente na TGP ou, pior,

em achismos pessoais), essas pessoas atribuem ao gerúndio uma (suposta) inovação sintática que, de fato, opera com os verbos auxiliares. Em outras palavras: não é o gerúndio que está sendo cada vez mais usado, mas sim os verbos auxiliares que se acumulam diante do gerúndio.

Nessas construções de auxiliares múltiplos, o gerúndio está onde sempre esteve na língua. O que de fato causa estranheza ou até repúdio da parte dos puristas é o emprego de diversos auxiliares:

estou	assistindo TV
vou estar	assistindo TV
posso estar	assistindo TV
vou poder estar	assistindo TV

Como se vê, o nome "gerundismo" não se aplica de modo algum ao fenômeno. A reação negativa de alguns falantes se deve principalmente ao emprego dessas perífrases onde a expressão do aspecto *durativo* própria do gerúndio parece inadequada quando se trata de *ações pontuais* ou *ações perfectivas* (com início e fim), que não implicam períodos de tempo indeterminados — nesses casos, o uso do infinitivo lhes pareceria o mais adequado:

(68a) ? O senhor pode estar experimentando o casaco, se quiser.
(68b) O senhor pode experimentar o caso, se quiser.
(69a) ? A Berenice já já vai estar atendendo a senhora.
(69b) A Berenice já já vai atender a senhora.
(70a) ? Em caso de dúvida, você vai poder estar telefonando para 4004-8008.
(70b) Em caso de dúvida, você pode telefonar para 4004-8008.

Quando o aspecto a ser expresso é o *imperfectivo*, a reação negativa parece menor ou nula:

(71) Leve o guarda-chuva: quando você voltar pode estar chovendo.
(72) Deixe tudo pronto porque o senador deve estar chegando a qualquer momento.
(73) Me liga antes das 8, porque antes disso eu posso estar dormindo.

O que está em jogo aqui, portanto, é o *aspecto* e não propriamente a forma verbal empregada.

O que deixa muitas pessoas irritadas é o uso insistente dessas construções numa única conversa, principalmente quando o contexto de interação é o comercial, em que um vendedor nos atende e, tentando ser polido, emprega todos os verbos no aspecto durativo:

(74) O sr. *pode estar provando* a roupa ali... enquanto isso eu *vou estar procurando* a calça que o sr. me pediu, e *vou estar trazendo* ela para o sr. experimentar, qualquer coisa o sr. *pode estar me chamando*...

Quando não está em jogo o aspecto durativo, o que realmente torna o texto mais elegante e sóbrio é o emprego do infinitivo:

(75) Microsoft *pode estar comprando* Skype por U$ 7,5 bilhões. (http://mundoconectado.net/?p=2537, acesso 2 junho 2011)
→ Microsoft *pode comprar* Skype por U$ 7,5 bilhões.

(76) Sou educadora social na área de informática e cidadania. Penso com esté blog *poder estar experimentando* e *aprendendo* várias possibilidades no uso do blog para fins educacionais, e desta forma *poder estar compartilhando* estas experiências com quem precisar delas. (http://lmvirtual.blogspot.com/2011_06_01_archive.html, acesso 2 jun 2011)
→ **Penso com este blog *poder experimentar e aprender* ... e desta forma *poder compartilhar*...**

(77) O curso teve início hoje (30), onde de 43 inscritos, apenas 29 pessoas serão selecionadas para *poder estar preenchendo* as vagas da Brigada Ambiental do Prevfogo. (http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=543%22, acesso 2 jun 2011)
→ **29 pessoas serão selecionadas para *preencher* as vagas da Brigada Ambiental.**

(78) Mas se o Barão acabar (toc, toc, toc) o rock brasileiro *vai estar perdendo* uma de suas melhores e mais honestas bandas. (http://www2.uol.com.br/borage/rbi31/brgr31_dicas.htm, acesso 2 jun 2011)
→**o rock brasileiro *vai perder* uma de suas melhores e mais honestas bandas.**

O que está em jogo aqui, portanto, é a *semântica* do verbo. Um verbo como enviar, por exemplo, denota uma ação que se faz de uma vez só: não se pode "estar enviando um *e-mail*" para alguém, porque basta um clique do *mouse* para que isso seja feito.

Por conseguinte, no nosso trabalho de educação linguística, vamos chamar a atenção de nossos alunos para os contextos em que o emprego de AUX + AUX + -ndo soa pouco adequado, devido à semântica do verbo, ao que ele significa.

21.20 NUM, NUMA, NUNS, NUMAS

A preposição latina *in* se transformou, no galego, na preposição *en*. Nos primórdios da língua, quando *en* se juntava aos artigos, as formas resultantes eram *eno, ena, enos, enas*:

(79) Abraam fuy o primeyro dos proffetas e fuy muy sancto omẽ e tã amigo de Deus que disso por el que **eno** seu linnagẽ seeriã beeytas todalas gentes [...] Onde **enas** duas maneyras de siruiço e de offerendas que sõ ditas **eno** titulo [...] (séc. XIII, in Nunes, 1970: 5)

Também com os quantificadores indefinidos *um, uma* etc., as formas resultantes eram *en hũ, en hũa* etc., mas escritos separadamente, por causa do *h-* empregado na grafia desses indefinidos, um *h-* sem motivação etimológica (uma vez que em latim se escrevia *unus, una, unum* etc.).

Por serem de uso intenso, essas combinações acabaram sofrendo *aférese*, isto é, perda de um segmento sonoro no início da palavra: *eno* > *no*; *en hũ* > *nũ* etc. Quando a ortografia da língua, já agora chamada de português, foi fixada, as palavras terminadas em *-n* passaram a ser escritas com *-m*, razão pela qual escrevemos hoje *em, num, homem, som, com* etc. É por isso que muitas pessoas confessam não entender por que *em + o = no*, quando deveria ser algo como "emo". Armadilhas da ortografia, que esconde muitas vezes a origem mais remota das formas escritas.

Também é por isso que muitas pessoas, partindo das formas *no, na, nos, nas, num, numa* etc., deduzem delas a preposição *ni* ("Eu moro *ni* Brasília").

Por algum motivo inexplicado (mais uma prescrição da escola?), muitas pessoas recentemente têm evitado escrever *num, numa* etc., alegando que isso é "coisa da oralidade". Está aqui em ação o princípio da hipercorreção que apresentamos acima, agravado pelo mito de que é possível "evitar marcas da oralidade na escrita" — se evitarmos todas as marcas da oralidade na escrita, não poderemos escrever mais nada, uma vez que a escrita é uma forma simbólica de representar... a fala!

Não existe nada que impeça as pessoas de escrever *em um, em uma* etc. Só não devemos alegar que essas formas são mais "elegantes" ou mais "corretas" do que *num, numa* etc., que estão registradas na língua há mais de 700 anos! Além do mais, tem uma grande incoerência aí: se ninguém escreve *em ela, em o, em esse, em aquela* etc., por que dar esse tratamento somente ao *num*?

21.21 Duplas negativas

As línguas românicas (com exceção, como sempre, do francês) não fazem restrição nenhuma ao uso de duas expressões negativas numa mesma sentença, como acabei de fazer. Por isso, uma das nossas principais dificuldades ao estudar inglês, por exemplo, é aprender a empregar as formas que devem acompanhar as expressões negativas — mas não custa lembrar que em muitas variedades linguísticas do inglês, sobretudo nos Estados Unidos, a coocorrência de duas negações juntas é perfeitamente possível (*I don't know nothing*, em vez de *I don't know anything*).

Não existe nenhuma restrição na nossa gramática intuitiva, nem na tradição gramatical, que impeça as duplas e triplas negativas: *nunca ninguém me falou nada disso...* Poderíamos até dizer que em nossa língua existe uma espécie de "concordância": um elemento negativo nos leva a empregar outros.

De uns tempos para cá, no entanto, a hipercorreção (dessa vez, parece, sob influência da gramática normativa do inglês) tem levado as pessoas a evitar o emprego de duplas negativas, principalmente quando o segundo elemento deveria ser *nenhum(a)* — no lugar dessas negativas o que aparece é *qualquer* (tradução direta do inglês *any*).

No *corpus* do NURC-Brasil, todas as 45 ocorrências de *qualquer* têm sentido positivo, enquanto a dupla *não ... nenhum(a)* ocorre 20 vezes, como nos exemplos abaixo:

(80) quer dizer vocês não tendo nenhum programa melhor. (NURC/SSA/098)
(81) quer dizer então não tem quase que vantagem nenhuma, não é?... (NURC/SP/360)
(82) tinha assim uma mesa que a quantidade de temperos não dá pra distingui(r) nenhum. (NURC/POA/297)
(83) você não testa a inteligência nem o raciocínio nenhum. (NURC/SSA/231)
(84) você não chegou a::a conviver com nenhuma família baiana, né? (NURC/RJ/328)
(85) então diriam não há de jeito nenhum complementariedade. (NURC/REC/337)

Comprovamos, assim, que a combinação *não ... qualquer* é estranha à língua falada, mesmo nas situações de interação mais formal, como as aulas de curso superior. No entanto, não faltam exemplos dessa dupla na produção escrita contemporânea:

(86) Não houve qualquer outro fundamento para a prisão de Battisti, que se caracterizou, claramente, como prisão preventiva. [...] Em consequência, a prisão preventiva de Cesare Battisti perdeu o objeto, não havendo qualquer fundamento jurídico para que ele continue preso. (http://www.conjur.com.br/2011-jan-04/nao-qualquer-fundamento-juridico-battisti-continue-preso, acesso 3 jun 2011)

(87) O governador Ricardo Coutinho (PSB) admitiu na manhã de hoje (1) que o Governo do Estado não preparou e não apresentará qualquer proposta de reajuste salarial ao professores da rede estadual de ensino. "Não tem nenhuma proposta e, sinceramente, não vai ter proposta neste momento", garantiu. (http://www.paraiba1.com.br/polemicapb/2011/04/01/"nao-temos-nenhuma-proposta-e-sinceramente-nao-havera-qualquer-proposta-neste-momento"-diz-ricardo-sobre-greve-dos-professores/, acesso 3 jun 2011)
→ observe-se aqui a diferença entre o texto da reportagem, em que aparece "não ... qualquer" e a reprodução da fala do governador, em que aparece "não ... nenhuma"; é um claro indício da crença que muitas pessoas compartilham de que o uso de "não ... nenhum" é coisa da "oralidade" e deve ser, portanto, evitado na "escrita".

(88) o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) esclareceu nesta quarta-feira (9) o seu relacionamento com a família Dantas. Ele afirmou que não tem qualquer relação com Daniel Dantas, mas, sim, uma amizade antiga com a sua irmã, Verônica Dantas, e o seu concunhado. (http://www.senado.gov.br/noticias/heraclito-diz-que-nao-tem-qualquer-relacao-com-daniel-dantas.aspx, 3 jun 2011)

Embora esse par *não ... qualquer* já esteja bem estabelecido na produção escrita mais monitorada contemporânea, é preciso deixar claro que ele não é nem mais bonito, nem mais correto, nem mais elegante do que a dupla negação *não ... nenhum(a)*. Em nosso trabalho de educação linguística, não temos motivo nenhum para censurar um aluno que venha a escrever assim.

As palavras negativas se alinham na língua desde os primórdios de seus registros escritos:

(89) Senhor, nẽ huũ grande erro nõ figi eu, nem soo servo d'omem nẽ huũ, nem lhi devo nemigalha, mais, se tu quiseres, desejo a seer servo de Deus. (Machado Filho, 2009: 71) [*Senhor, nenhum grande erro não fiz eu, nem sou servo de homem nenhum, nem lhe devo nada, mas, se tu quiseres, desejo ser servo de Deus.*]

Ao contrário da matemática, em que dois valores negativos se anulam, na nossa língua a combinação de formas negativas é obrigatória para conferir à expressão um verdadeiro valor negativo. Além disso, não há razão para evitar o *não ... nenhum(a)*, já que é impossível evitar as demais combinações:

- eu não vou lá nunca!
  → *eu não vou lá sempre!
- eu não quero nada!
  → *eu não quero algo!
- eu não vi ninguém!
  → *eu não vi alguém!

O único caso já consagrado é o emprego de algum com valor negativo, desde que seja precedido de um não: "*Não há problema algum em usar duas negativas em português*".

21.22 *Cujo o*

Ao estudar o pronome relativo cujo em [▶903], deixamos bem claro que ele não faz parte do vernáculo geral brasileiro, ou seja, é uma regra gramatical que não pertence à nossa língua materna. Justamente por isso, seu emprego é considerado difícil pela maioria das pessoas.

Por causa dessa sua qualidade de "corpo estranho" na língua, cujo frequentemente aparece em construções onde seu uso é totalmente equivocado, mesmo quando feito por pessoas muito letradas:

(90) Inventário, cujo o filho não concorda com o que tem para receber por direito. (http://forum.jus.uol.com.br/77344/inventario-cujo-o-filho-nao-concorda-com-o-que-tem-para-receber-por-direito/ acesso 4 jun 2011)

Nesse exemplo temos uma construção perfeitamente *agramatical*, ou seja, inaceitável para a intuição linguística do falante nativo e, também, errada do ponto de vista da tradição normativa. Sabemos que cujo é um relativo indicador de posse: na sentença acima, atribui-se um filho a "inventário", o que não faz nenhum sentido. Uma construção mais adequada seria algo como: "Inventário com o qual um filho não concorda quanto ao que tem para receber por direito". Outro erro presente no exemplo é o emprego do artigo o depois do relativo cujo. Mais uma vez, temos aqui um exemplo extraído da linguagem jurídica onde, na ânsia de escrever de forma rebuscada e, se possível, hermética para o "leigo", o que mais encontramos é hipercorreção.

O problema é muito simples de enunciar: nunca se usa artigo depois do pronome relativo cujo (e flexões). Portanto, nos exemplos abaixo, o emprego do artigo está errado:

(91) Pode uma assembleia aprovar conta cujo ✖ gasto de origem contraria a Convenção? (http://www.licitamais.com.br/respostas/questions/2136-pode-uma-assembleia-aprovar-conta-cujo-o-gasto-de-origem-contraria-a-convencao, acesso 4 jun 2011)

(92) Certidões relativas às empresas falidas ou em concordata devem ser obtidas junto aos Liquidantes Judiciais, cujo ✖ endereço é Avenida Nilo Peçanha n° 11, 3° andar - Castelo, Rio de Janeiro/ RJ. (http://www.jucerja.rj.gov.br/, acesso 4 jun 2011)

(93) Dívida cuja ✖ existência é anterior à renovação do contrato. (http://www.jusbrasil.com.br/topicos/2345201/divida-cuja-a-existencia-e-anterior-a-renovacao-do-contrato, acesso 4 jun 2011)

(94) Através do presente, ficam notificados os senhores advogados e/ou Rosálio Leopoldo de Souza, Valéria da Silva Fidélis (Adv. Reclamada), das DECISÕES prolatadas no processo N° 0000576- 88.2010.5.22.0001, cujos ✖ resultados e conclusões são os Seguintes : RESULTADO: JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO. (http://diarios-oficiais.com/br/diarios-dos-tribunais-regionais-do-trabalho-trt/alagoas-trt-al/2011-04-25/29632-pg.9, acesso 4 jun 2011)

(95) Sasha, cujo ✖ primeiro longa, Xuxa em o Mistério de Feiurinha, entra em cartaz no dia de Natal, se apresenta no palco carioca... (http://www.caras.com.br/imagens/121646/em/noticias/19297/sasha-segue-os-passos-]dos-pais, acesso 4 jun 2011)

21.23 *Devido o*

O particípio passado do verbo dever se gramaticalizou na locução devido a, com função conjuntiva. Embora a tradição normativa ainda insista em considerar essa locução como um "galicismo", isto é, uma importação do francês, seu uso está muitíssimo bem firmado em nossa língua e não há motivo para rejeitá-lo.

O que é preciso, sim, lembrar sempre é que a locução prepositiva conserva a preposição a, regida pelo verbo dever. Assim, é preciso evitar construções como as dos exemplos abaixo, em que a preposição a é omitida:

(96) Barra de Maxaranguape também se destaca devido o Carnaval. (http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/barra-de-maxaranguape-tambem-se-destaca-devido-o-carnaval/174800, acesso 4 jun 2011)
(97) Técnicos de vários países visitam Piraí devido o projeto de inclusão digital. (http://inclusao.ibict.br/index.php/noticias/1476-tecnicos-de-varios-paises-visitam-pirai-devido-o-projeto-de-inclusao-digital, acesso 4 jun 2011)
(98) MORADORES PODEM COBRAR DESCONTO NO IPTU DEVIDO OS MESMOS TEREM ARCADO COM ASFALTAMENTO DE SUA RUA? (http://forum.jus.uol.com.br/53109/moradores-podem-cobrar-desconto-no-iptu-devido-os-mesmos-terem-arcado-com-asfaltamento-de-sua-rua/, acesso 4 jun 2011)
(99) Vitória e as cidades da região metropolitana vivem uma situação de caos devido as chuvas que caem nos últimos dois dias. (http://oglobo.globo.com/cidades/mat/2011/04/29/grande-vitoria-enfrenta-caos-devido-as-chuvas-924346382.asp, acesso em 4 jun 2011)
(100) Devido os números preocupantes de casos de câncer no Pará, a Oncológica possui um centro de Pesquisa privado, único na região. (http://www.oncologica.com.br/conteudo.php?ver=98&file=instituto-de-ensino-e-pesquisa.html, acesso em 4 jun 2011)

Em todas esses exemplos percebe-se o apagamento da preposição a. As formas corretas são:

DEVIDO A	palavra indefinida	Devido a protestos, a casa de show foi fechada
DEVIDO AO	masculino singular	Aeroporto fechado devido ao mau tempo.
DEVIDO AOS	masculino plural	Floresta destruída devido aos incêndios.
DEVIDO À	feminino singular	Árvores caídas devido à chuva de ontem.
DEVIDO ÀS	feminino plural	Ana foi reprovada devido às faltas excessivas.

É importante ressaltar o uso do acento indicador de crase nas formas do feminino: devido à, devido às.

Também é preciso distinguir devido ao, locução prepositiva, de devido o, como nos exemplos (corretos) abaixo:

(102) Pensão por morte: é devido o benefício após a perda da qualidade de segurado do falecido? (http://jus.uol.com.br/revista/texto/6949/pensao-por-morte, acesso em 4 jun 2011)
(103) É DEVIDO O ADICIONAL NOTURNO MESMO APÓS AS 05 HORAS DO DIA SEGUINTE? (http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/adic_not.htm, acesso 4 jun 2011)
(104) Quando é devido o diferencial de alíquotas do ICMS? (http://www.blog.ozai.com.br/simples/quando-e-devido-o-diferencial-de-aliquotas-do-icms/, acesso 4 jun 2011)

Nesses exemplos, "devido o" não forma sintagma: a ocorrência das duas palavras juntas se deve apenas a uma inversão sintática, em que o artigo o pertence de fato ao sintagma nominal que exercer a função de sujeito:

- O benefício após a perda da qualidade de segurado do falecido **é devido.**
- O adicional noturno mesmo após as 5 horas do dia seguinte **é devido.**
- Quando o diferencial de alíquotas do ICMS **é devido?**

Também convém mencionar que devido ao pode ocorrer também, não como locução conjuntiva, mas como particípio passado seguido de objeto indireto, situação em que ocorre concordância de gênero e número do particípio passado com o nome que o precede e do artigo com o nome que o sucede:

(104) Auxílio-doença: é um benefício devido ao segurado que, após cumprir a carência, quando for o caso, ficar incapacitado para o trabalho ou atividade habitual, por motivo de doença, nos casos de segurado(a) empregado(a) por mais de 15 dias consecutivos, e para as demais categorias a partir da data do início da incapacidade. (http://www.dataprev.gov.br/servicos/auxdoe/auxdoe_ajuda_req.htm, acesso em 4 jun 2011)

(105) Wilson Santiago pede liberação de recursos devidos aos municípios. (http://www.senado.gov.br/noticias/wilson-santiago-pede-liberacao-de-recursos-devidos-aos-municipios.aspx, acesso em 4 jun 2011)

(106) Indenização devida à União por servidor aposentado segue regras da Lei n. 8.112. (http://educacao.centralblogs.com.br/post.php?href=indenizacao+devida+a+uniao+por+servidor+aposentado+segue+regras+da+lei+n+8+112+90&KEYWORD=12430&POST=3855191, acesso em 4 jun 2011)

(107) AGU vai cobrar multas devidas à União. (http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=616068, acesso em 4 jun 2011)

(108) Internacional deve pagar verbas salariais devidas ao jogador Gavilán. (http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2584239/internacional-deve-pagar-verbas-salariais-devidas-ao-jogador-gavilan, acesso 4 jun 2011)

21.24 *Mediante*

O verbo latino *mediare* ("mediar") tinha como particípio presente, no acusativo singular, a forma *mediantem* que, com a perda do *-m* final, resultou na palavra mediante do português. Essa palavra pertence à grande família derivada da raiz indo-europeia *medhyo-, "médio; meio", que gerou o grego meso- (*mesozoico, Mesopotâmia* etc.), o sânscrito mádhya, o alemão Mittel, o inglês middle etc. Com a queda regular do -d- intervocálico, o latim *mediu-* se transformou em meio no galego. No processo de relatinização [▶143], surgiu a forma médio e seus muitos derivados: *mediar, mediana, medíocre, imediato, mediterrâneo, intermédio, intermediário* etc.

O antigo particípio presente se gramaticalizou na preposição mediante, com o sentido de "por meio de", "graças a ", "através de", "por intermédio de" etc. No entanto, pela semelhança com diante, muitas pessoas vêm empregando mediante com o

sentido de "diante disso", "frente a isso" etc. Não existe nenhum parentesco entre diante e mediante. Por isso, estão errados usos como os que aparecem nos seguintes exemplos, onde o correto seria diante de:

(109) Qual o nosso futuro mediante isso? (http://mundiota.blogspot.com/2008/01/qual-o-nosso-futuro-mediante-isso.html, acesso 4 jun 2011)

(110) Através de busca em vários sites da internet, encontramos apenas nomes de escolas e professores que atuam nesta área. Mediante isso agendamos com uma professora do Departamento de Letras da Universidade de Caxias do Sul — UCS — que nos orientou e forneceu material para darmos início à pesquisa. (http://hermes.ucs.br/ccet/deme/emsoares/inipes/lingua/, acesso 4 jun 2011)

(111) O estágio supervisionado tem como natureza o conhecimento da aplicação dos conhecimentos teóricos pelas empresas. Mediante essas características, o NEA mantém em seu acervo materiais que são pesquisados pelos alunos dos cursos envolvidos. (http://www.unibero.edu.br/nucleos_nea.asp, acesso 4 jun 2011)

(112) A população urbana no Ceará cresce em ritmo mais acelerado do que a população total, enquanto a população rural representa redução absoluta, confirmando uma tendência que se verifica desde a década de 70, quando a taxa de urbanização era de 40,81%, passando para 53,14 em 1980; 65,37% em 1991 e 71,53% em 2000. É importante considerar que o processo de urbanização cearense é marcado pela concentração expressiva da população urbana na capital - Fortaleza. Mediante essas circunstâncias apresentadas, percebe-se que a migração poderá gerar uma situação complexa para os migrantes e para os moradores dos grandes centros, exigindo das autoridades políticas e administrativas iniciativas emergenciais, tanto no sentido de conter o êxodo rural pela melhoria das condições no campo, como no sentido de atender às necessidades das famílias migrantes. (http://bvs.sld.cu/revistas/enf/vol21_1_05/enf10105.htm, acesso 4 jun 2011)

21.25 Em síntese

Em nosso trabalho de educação linguística, devemos conscientizar os nossos aprendizes de que é preciso abandonar a secular superstição de que escrever é sempre sinônimo de "escrever difícil" — a escrita é tão heterogênea quanto a fala, apresenta variação e se realiza em *gêneros discursivos* que têm suas próprias convenções, sua própria "linguagem", por assim dizer.

É perfeitamente possível escrever um texto, mesmo de gênero que exija maior monitoramento estilístico, usando palavras simples, construções sintáticas habituais etc. Uma escrita elegante e bem-sucedida não precisa obrigatoriamente ser hermética e empolada.

A insegurança linguística, já vimos, é a mãe da hipercorreção. E a hipercorreção, por sua vez, se caracteriza pelo uso e pelo abuso de "muletas" lexicais e gramaticais que, erroneamente tidas como sofisticadas, na verdade deixam o texto atravancado, mal articulado e, muitas vezes, incoerente.

Vamos também desconstruir a crença — infundada — de que "escrever é diferente de falar" e de que por isso toda escrita é sempre mais monitorada e que é preciso

"evitar os traços de oralidade" na escrita. Já vimos que as relações entre fala e escrita são muito mais complexas do que essa visão simplória.

Por conseguinte, nada de continuar a dizer aos nossos alunos que "evitem o *que*", que troquem o *mas* por *porém, contudo, entretanto* etc., o que é melhor escrever *possuir* do que *ter*.

Escrever bem é escrever o necessário e de forma clara. Evidentemente, isso se aplica à escrita sem finalidades literárias, estéticas — afinal, a profusão de palavras pode fazer parte do projeto criativo dos artistas de uma língua como Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, no Brasil; James Joyce, na Inglaterra; Marcel Proust, na França etc. Mas os artistas da língua não se formam na escola, nem pode ser objetivo da escola formar grandes escritores e poetas: como formadora de cidadãs e cidadãos, cabe à escola propiciar a seus frequentadores o acesso à cultura letrada e às tecnologias da leitura e da escrita para finalidades da vida em sociedade, do exercício dos direitos e deveres de cada um e cada uma. Os artistas, na grande maioria dos casos, são autodidatas.

ERRADO	CERTO
haviam problemas / tinham pessoas	havia problemas / tinha pessoas
onde "genérico", sem referência a lugar	onde específico, com referência a lugar
tratavam-se de livros importantes	tratava-se de livros importantes
do que se trata a Sociologia?	o que é a Sociologia?
eu já tinha chego / eu já tinha trago	eu já tinha chegado / eu já tinha trazido
essa praça é sua: mantenha a mesma sempre limpa	essa praça é sua: mantenha-a sempre limpa
eles fugiam de um cachorro que os perseguiam	eles fugiam de um cachorro que os perseguia
os senhores trouxeram vossos currículos?	os senhores trouxeram seus currículos?
qual o país cuja a bandeira tem um leão?	qual o país cuja bandeira tem um leão?
um filme o qual me deixou apavorada	um filme que me deixou apavorada
aeroporto fechado devido o mau tempo	aeroporto fechado devido ao mau tempo
mediante os preços cobrados por vocês, prefiro comprar em outra revendedora	diante dos preços cobrados por vocês, prefiro comprar em outra revendedora
só vou poder estar enviando o recibo amanhã	só posso enviar o recibo amanhã

EM VEZ DE	PREFIRA
o requerente possui dois filhos	o requerente tem dois filhos
o professor encontra-se gripado	o professor está gripado
afinal, do que se trata essa briga?	afinal, o que é essa briga?
não tenho qualquer objeção a fazer	não tenho nenhuma objeção a fazer
estamos em uma situação de crise	estamos numa situação de crise

a Sírio Possenti

22

o que (não) ensinar na escola

por uma educação linguística realista

Todo o esforço que fizemos até aqui se dedicou a mapear da forma mais realista e racional possível o que é uma autêntica norma culta brasileira, isto é, quais são as regras gramaticais que configuram o sempre tão desejado modelo de língua que deve servir de padrão, principalmente para o empreendimento, em sala

de aula, da produção de textos escritos mais monitorados e de falas também mais monitoradas.

Para isso, é preciso ficar claríssima para todas as pessoas envolvidas uma distinção fundamental entre norma-padrão e norma culta:

> NORMA-PADRÃO: conjunto de regras *prescritivas*, inspirado no uso literário de alguns poucos escritores do passado considerados como *exemplares* e como modelos a ser imitados. Ela também se inspira na *gramática do latim clássico*, rejeitando os usos de formas herdadas do latim que não correspondam aos usos que os falantes de latim clássico faziam dessas mesmas formas linguísticas. Tradicionalista, elitista e conservadora, essa norma-padrão leva muitíssimo tempo para acolher inovações linguísticas e, mesmo assim, somente aquelas que podem ser encontradas na obra dos escritores que acabam por se consagrar como nomes importantes do cânone literário. Além disso, ela vem atrelada a uma *doutrina gramatical pré-científica*, baseada nos postulados dos gramáticos da Antiguidade clássica e, por conseguinte, refratária a novas análises teóricas advindas das ciências da linguagem contemporâneas;
>
> NORMA CULTA: conjunto formado pelas *variedades urbanas de prestígio*, faladas e escritas por cidadãs e cidadãos com vivência urbana e elevado grau de letramento (objetivamente quantificado pela posse de um diploma de curso superior). Essas variedades urbanas de prestígio (com suas evidentes diferenças regionais) é que são, de fato, o objeto de desejo da maioria dos falantes que não as dominam e que pretendem, com elas, ascender socialmente. É essa norma culta real (e não ideal, como a norma-padrão) que define realmente o que é considerado "erro", uma vez que seus usuários aceitam e empregam formas linguísticas condenadas pela norma-padrão tradicional, mas já perfeitamente incorporadas às variedades urbanas de prestígio — ela é que deve ser o objeto e o objetivo do ensino de língua na escola.

O mais importante a enfatizar é que a norma-padrão não é uma variedade linguística: ela é um construto sociocultural, artificial, da mesma natureza dos códigos penais, das leis de trânsito, dos pesos e medidas, da velocidade máxima dos elevadores, da cotação das moedas estrangeiras etc. Justamente por isso, ela não corresponde em grande parte à intuição linguística dos falantes: suas prescrições — por serem anacrônicas, isto é, divorciadas da realidade contemporânea da língua — tentam impor sempre os usos linguísticos menos comuns, mais raros, quando não simplesmente inexistentes.

Ao longo dessa gramática, vimos diversas vezes a diferença gritante que existe entre os usos das formas mais comuns do PB e os usos exclusivos preconizados pela norma-padrão tradicional. Só para recordar um desses exemplos — a retomada anafórica de um objeto direto de não-pessoa por um pronome —, apresentado em [▶797]:

TIPO	Nº	%
O/A/OS/AS	3	0,6
ELE/ELA/ELES/ELAS	18	3,6
Ø	479	95,8
TOTAL	500	100,0

[Bagno, 2000: 201]

A única forma admitida pela norma-padrão, os oblíquos o/a/os/as, é precisamente a menos empregada. Esse emprego minoritário também se verifica em diversas outras áreas da gramática: as orações relativas (adjetivas), o imperativo verbal, os verbos causativos-sensitivos, as concordâncias verbal e nominal, as regências etc.

Diante disso, é preciso ter sempre em mente que norma-padrão e norma culta não são a mesma coisa. O emprego de ele/ela/eles/elas como objeto direto pertence à norma culta brasileira, mas não à norma-padrão tradicional.

Se é nosso objetivo promover uma educação linguística que leve os estudantes a se apoderarem da norma culta brasileira real, temos de reconhecer a distância que existe entre essa norma real e a norma-padrão tradicional.

O reconhecimento da norma culta real não deve servir de base para um novo tipo de prescrição e repressão linguísticas. É preciso adotar a posição do convívio democrático e tranquilo entre as formas tradicionalmente padronizadas e as formas inovadoras já incorporadas à atividade linguística dos falantes urbanos. Não vamos praticar uma prescrição às avessas: rejeitar as formas tradicionais para aceitar exclusivamente as inovadoras. Na prática linguística falada e escrita, existe lugar para todas elas. O importante é abandonar de vez a noção irracional de que as formas inovadoras constituem erros a ser evitados. É inútil tentar combater supostos "erros" que já se fixaram nas variedades urbanas de prestígio, inclusive na nossa melhor produção literária desde o Romantismo.

A seguir, vamos sintetizar o que estudamos até aqui, distinguindo as formas da norma-padrão que merecem ser explicitamente ensinadas e aquelas que não precisam ser ensinadas, mas apenas apresentadas e explicadas aos alunos quando aparecerem em algum texto lido e trabalhado na atividade escolar.

22.1 VERBOS

22.1.1 *Conjugação verbal*

Entre a conjugação verbal proposta pela norma-padrão e a que vigora nas variedades urbanas de prestígio sabemos que existe uma grande diferença:

NORMA-PADRÃO	NORMA CULTA
eu falo	eu falo
tu falas	tu falas / tu fala / você fala
ele fala	ele fala
nós falamos	nós falamos / a gente fala
vós falais	vocês falam
eles falam	eles falam

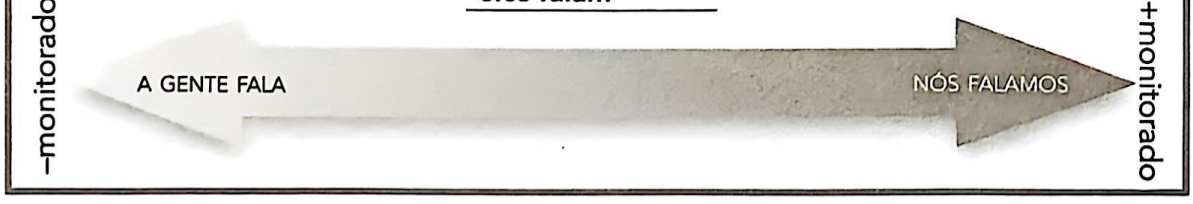
O emprego do índice pessoal tu está restrito a determinadas variedades regionais e/ou sociais [▶751]. Em variedades urbanas de prestígio — sobretudo na região Sul —, tu ocorre com formas verbais correspondentes a você: *tu fala, tu falou, tu falava, tu falasse* etc. Quanto ao uso de a gente, as pesquisas mostram que ele já supera amplamente o emprego de nós na língua falada pelos brasileiros em geral.

O QUE NÃO ENSINAR NA ESCOLA

Não tem cabimento ensinar a conjugação nas pessoas *tu* e *vós*. Caso elas ocorram nos textos a serem lidos em sala de aula, a professora pode explicar que *tu* é de uso restrito, que vós não se emprega há séculos em nenhum lugar onde se fala português no mundo. Além disso, é preciso que se deixe claro que *você* é a forma considerada "neutra", empregada de maneira não-marcada, ao passo que *tu* pode ser tomado, em algumas situações, como uma forma agressiva ou grosseira, por indicar excesso de intimidade.

O QUE ENSINAR NA ESCOLA

eu falo
você fala
ele/ela fala
a gente fala
nós falamos
vocês falam
eles falam



22.1.2 Regência verbal

No que diz respeito à regência verbal [▶537], já sabemos que é possível traçar o seguinte quadro:

VERBO	NORMA CULTA CONTEMPORÂNEA	NORMA-PADRÃO TRADICIONAL
ACARRETAR	acarretar em algo [+abstrato]	acarretar algo [+concreto], [+abstrato]
AGRADAR	agradar alguém	agradar alguém ('fazer carinho') agradar a alguém ('satisfazer, dar prazer')
AGRADECER	agradecer alguém; agradecer a alguém	agradecer a alguém
ASPIRAR	aspirar algo ('almejar, desejar' / 'inalar')	aspirar algo ('inalar') aspirar a algo ('almejar, desejar')
ASSENTIR	assentir em algo	assentir a algo
ASSISTIR	assistir algo ('presenciar')	assitir a algo
ATINGIR	atingir algo; atingir a algo (= cifra)	atingir algo
BASTAR	basta alguém + infinitivo	bastar a alguém + infinitivo
BUSCAR	buscar algo/alguém buscar por algo/alguém	buscar algo/alguém
CABER	algo cabe algo	em algo cabe algo
CHEGAR	chegar em, a algum lugar	chegar a algum lugar
CONSISTIR	consistir em algo ('ser, significar, envolver') consistir de algo ('ser composto de')	consistir em algo
CUSTAR	algo/alguém custar a + infinitivo	custar a algo/alguém + infinitivo
DEPARAR	deparar-se com algo/alguém	deparar algo/alguém; deparar com algo/alguém
DESOBEDECER	desobedecer algo/alguém	desobedecer a algo/alguém
ESQUECER-SE	esquecer-se de algo/alguém / esquecer de algo/alguém	esquecer-se de algo/alguém
IMPLICAR	implicar em algo ('envolver, acarretar')	implicar algo
EVITAR	evitar algo; evitar de + infinitivo	evitar algo; evitar + infinitivo
IR	ir em, para, a algum lugar [±permanência]	ir a algum lugar [–permanência] ir para algum lugar [+permanência]
LEMBRAR-SE	lembrar-se de algo/alguém / lembrar de algo/alguém	lembrar-se de algo/alguém
NAMORAR	namorar com alguém; namorar alguém	namorar alguém